

Plano de
**Desenvolvimento
Institucional**
IFAL - 2024/2028





Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024-2028

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2024 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2024 by Instituto Federal de Alagoas - IFAL.



 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Coordenadora Editorial

Kariny Martins

Produtora Editorial

Yasmim Amador

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Ana Paula Medeiros

Diagramação

Cumbuca Studio

Preparação de Texto

José Rômulo

Revisão

Anita da Silva Bezerra

Auxiliar de Bibliotecária

Laís Silva Cordeiro

Assistentes Editoriais

Agatha Tomassoni Santos
Ludmila Azevedo Pena

Estagiários

Beatriz Mattos
Rayane de Souza Tavares



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P699d Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024-2028 / Instituto Federal de Alagoas - IFAL. – 4. ed. – São Paulo : Editora Dialética, 2024. 332 p.

ISBN 978-65-270-4487-1

1. Desenvolvimento Institucional. 2. Educação. 3. Ensino. I. Instituto Federal de Alagoas - IFAL. II. Título.

CDD-370

Mariana Brandão Silva - Bibliotecária - CRB -1/3150



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva
MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Camilo Sobreira de Santana
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcelo Bregagnoli

Junho 2024



REITOR

Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Heverton Lima de Andrade

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Carolina Mendonça de Moraes Duarte

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eunice Palmeira da Silva

DIREÇÃO-GERAL DOS CAMPI

CAMPUS ARAPIRACA

Augusto César Lúcio de Oliveira

CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES

Alexandre Bomfim Barros

CAMPUS BATALHA

Magno Luiz de Abreu

CAMPUS CORURIPE

José Roberto Alves Araújo

CAMPUS MACEIÓ

Givaldo Oliveira dos Santos

CAMPUS MARAGOGI

Sandra Maria Patriota Ferraz

CAMPUS MARECHAL DEODORO

Éder Júnior Cruz de Souza

CAMPUS MURICI

Rodrigo Oliveira Ferreira da Silva

CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Roberto Fernandes da Conceição

CAMPUS PENEDO

Felipe Thiago Caldeira de Souza

CAMPUS PIRANHAS

Antônio Iatanilton Damasceno de França

CAMPUS RIO LARGO

Edel Alexandre Silva Pontes

CAMPUS SANTANA DO IPANEMA

José Thales Pantaleão Ferreira

CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Talita Maria Gomes de Moraes

CAMPUS SATUBA

Uilliane Faustino de Lima

CAMPUS VIÇOSA

Valdomiro Odilon Pereira

EQUIPES DE ELABORAÇÃO DO PDI 2024-2028

COMISSÃO CENTRAL PORTARIA Nº 3950 10/10/2023.

PRESIDENTE

Fábio Ribeiro

MEMBRAS/OS TITULARES

Adriana Paula Nogueira dos Santos Lopes
Altemir João Secco
Anita da Silva Bezerra
Anna Sofia Costa Neri
Artur Barbosa dos Anjos
Augusto César Lúcio de Oliveira
Carlos Fabiano da Silva
Carolina Mendonça de Moraes Duarte
Éder Júnior Cruz de Souza
Elisabete Duarte de Oliveira
Eunice Palmeira da Silva
Felipe Carvalho Olegário de Souza
Fernando Antônio Corado Carneiro
Gilberto da Cruz Gouveia Neto
Givaldo Oliveira dos Santos
Heverton Lima de Andrade
Jordânnya Dannyelly do Nascimento Silva
Karine da Silva Santos
Luciana Fonseca Pontes
Margarez Rodrigues da Silva
Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa
Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos
Rodrigo Oliveira Ferreira da Silva
Samira de Aguiar da Silva
Talita dos Santos Gonçalves
Uilliane Faustino de Lima

GRUPO DE TRABALHO (GT) PORTARIA Nº 3590 13/09/2023.

Anna Sofia Costa Neri
Carlos Fabiano da Silva
Carolina Mendonça de Moraes Duarte
Fábio Ribeiro
Manuella Maria Lyra Alcântara Carvalho
Márcio Lins da Rocha
Margarez Rodrigues da Silva

COMISSÕES TEMÁTICAS

ENSINO

Adriana Nunes de Souza
Carlos Alexsandro de Carvalho Souza
Diogo Meurer de Souza Castro
Israel Crescêncio da Costa
Luiz Henrique de Gouveia Lemos
Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa (Presidente)
Maria de Fátima Feitosa Amorim Gomes
Márcio Abreu de França
Talita dos Santos Gonçalves

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Carlos Alberto Silva dos Santos
Clécio do Nascimento Santos
Danielle da Silva Ferreira
Ednaldo Farias Gomes
Elisabete Duarte de Oliveira
Fabiano Barbosa de Souza Prates
Henrique Golbery Barbosa Correia
Patrícia Borsato Satirio (Presidente)
Maurício Ferreira Menezes
Paulo Aparecido Cavalcante
Rendrikson Gonçalves Alencar
Stella Lima de Albuquerque

CURSOS E VAGAS

Adriana Paula Nogueira dos Santos Lopes
Alexandre Bomfim Barros
Altemir João Secco
Antônio Iatanilton Damasceno de França
Augusto César Lúcio de Oliveira
Carolina Mendonça de Moraes Duarte
Éder Júnior Cruz de Souza
Elisabete Duarte de Oliveira
Eunice Palmeira da Silva
Fábio Ribeiro (Presidente)
Fernando Antônio Corado Carneiro
Gilberto da Cruz Gouveia Neto
Givaldo Oliveira dos Santos
Heverton Lima de Andrade
Israel Crescêncio da Costa
Joabe Gomes de Melo
Jordânnya Dannyelly do Nascimento Silva
Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa
Maria de Fátima Feitosa Amorim Gomes
Maria Lúcia Gabriel Ricardo Batista Freire
Maurício Ferreira Menezes
Patrícia Borsato Satírio
Rodrigo Oliveira Ferreira da Silva
Sérgio Teixeira Costa
Talita Maria Gomes de Moraes
Talita dos Santos Gonçalves
Uilliane Faustino de Lima

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Ana Maria Leal Costa
Beatriz de Souza da Silva
Camila Ribeiro do Nascimento
Emilly Amorim dos Santos Lima
Francine Lopes Miranda de Oliveira
Júlia de Sousa Furtado (Presidente)

Karine da Silva Santos
Lidiane de Almeida Pereira
Richard Plácido Pereira da Silva
Suank Alves de Melo

AÇÕES INCLUSIVAS, AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE

Ana Paula Alves Vilela
Bárbara Tereza Brandão Guerreiro Barbosa (Presidente)
Beatriz Victória Lima de Araújo
Camila Barreto Santos Avelino Dornelles
Daniela Ribeiro de Bulhões Jobim
Diogo dos Santos Souza
Eliza da Silva Vianna
José Aristony dos Santos Rodrigues
José de Oliveira Júnior
Karine da Silva Santos
Luiz Domingos do Nascimento Neto
Lyanna Cardoso Ferro
Maria de Fátima Viana
Marielle Giovanna da Silva Teixeira
Marília Herlaine Fonseca Miranda
Ricardo Luiz Alves de Oliveira Ribeiro
Suzany Cristina Vilhena Rodrigues

PESQUISA E INOVAÇÃO

Cledja Karina Rolim da Silva
Danillo da Conceição Pereira da Silva
Davi Carnaúba de Lima Vieira
Eugênio Bastos das Costa
Eunice Palmeira da Silva (Presidente)
Marcos Charles Pinheiro Baltazar
Maria Cecília Castelo Branco de Santana
Neide Aparecida Ferreira Machado
Oberlan da Silva
Ramon Victor Alves Ramalho
Vinícius Dantas

PÓS-GRADUAÇÃO

Amaro Hélio Leite da Silva
Beatriz Medeiros de Melo
Bruna Maria Ferrari Machado Doria
Cleylton Bezerra Lopes
Eunice Palmeira da Silva
Fábio Francisco de Almeida Castilho
Flávia Bartira Pedro da Silva Almeida
Joabe Gomes de Melo (Presidente)
José Leandro Costa Gomes
Regina Maria de Oliveira Brasileiro
Sheyla Karolina Justina Marques

EXTENSÃO

Dilliani Felipe Barros de Oliveira
Ewerton Roosevelt Bernardo da Silva
Fabiano Duarte Machado
Gilberto da Cruz Gouveia Neto (Presidente)
Hélio Cardoso Martim
Ivanildo Claudino da Silva
Jacqueline Gomes
Karina Dias Alves
Ricardo Luís Alves de Oliveira Ribeiro
Sérgio Teixeira Costa

GESTÃO

Carolina Mendonça de Moraes Duarte (Presidente)
Heverton Lima de Andrade
Maurício Ferreira Menezes

INFRAESTRUTURA

Diogo dos Santos Souza
Diogo Magalhães de Barros
Fernanda Ísis Correia da Silva
Frankleython Pereira Santos
Israel Crescêncio da Costa

Jackson Furtuoso da Silva
Jaqueline Cabral Lopes
Jordânnya Dannyelly do Nascimento Silva (Presidente)
Juliana Barros dos Santos
Karine Miranda Castro
Leonam da Costa Melo
Marianna Calheiros Ângelo Lessa
Rivadavia Souza Costa Júnior

COMUNICAÇÃO

Acassia Deliê Mendonça Alves
Adriana Cirqueira Freire
Bartolomeu Honorato de Oliveira
Elaine Cristine Rodrigues dos Santos
Gabriela Luzia Rodrigues da Silva
Gerônimo Vicente dos Santos
Jhonathan Wilker da Silva Pino
Jonatas Rocha Cruz
Lidiane das Neves Silva
Luciana Fonseca Pontes (Presidente)

GOVERNANÇA

Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

SUSTENTABILIDADE

Antônio José Plácido de Mello
Augusto César Lúcio de Oliveira (Presidente)
Bianca Maria Ferreira Cabral
Fernando Nascimento Gomes
Jacques Fernandes Santos
Leandro Pereira da Silva
Letácio Lucena Freitas Júnior
Pablo Pinheiro
Patrícia Érica Fernandes
Peterson Barbosa de Melo

GESTÃO DE PESSOAS

Adilane de Oliveira Santos França
Adriana Paula Nogueira dos Santos Lopes (Presidente)
Andréia Silva Ribeiro
Bianca Maria Ferreira Cabral
Bruno Fonseca Silva
Carolina Gonçalves de Abreu Valença
Cássia Maria do Nascimento Félix Andrade
Cristina Rodrigues Bernardo Silva
Dalva Martins Montenegro Barrocas Costa
Danielle Lima Bezerra
Deisy Anny Bonfim
Diego Gourthieres Campos Fernandes
Edglei Vergetti de Siqueira Melo
Elisângela Correia Mariano Santos
Fabiana Camila Guedes Cunha
Fabrício Domingos Ferreira da Rocha
Flávia Janaíne Barbosa Lima
Geraldo Alves Cordeiro
Hilda Maria Pereira Araújo
Igor Vasconcelos de Adelino
Isnaldo Almeida Brandão
Juliana Ribeiro de Albuquerque Pacheco
Márcia Helena Carvalho Bom
Maria Lúcia Gabriel Ricardo Batista Freire
Nilton Gomes Coelho
Patrícia Batista dos Santos

INTERNACIONALIZAÇÃO

Aguimario Pimentel Silva
Christiane Batinga Agra
Gustavo Correia dos Santos
Lianna Maria Tavares de Lacerda
Priscylla Silva Godoy
Selma Silva Bezerra (Presidente)
Thiago Vaz Macena

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Iran Rodrigues Gonzaga Júnior

Handrik Palmeira Magalhães

Fernando Antônio Corado Carneiro (Presidente)

COMISSÕES LOCAIS

CAMPUS ARAPIRACA

Adriana Nunes de Souza

Aline Maria da Silva

Alisson Hudson Veras Lima

Anderson Felinto Barbosa

Andréia Silva Ribeiro

Danillo da Conceição Pereira Silva

Douglas Afonso Tenório de Menezes

Eduardo Mauricio Ferreira da Silva

Ellen Maianne Santos Melo Ramalho

Emiliano Torquato Júnior

Emilly de Souza Martins

Fernando Antônio Guimarães Tenório

José Arnóbio de Araújo Júnior

José Enildo Freire Costa

José Henrique Ferreira da Silva

Juliana Maria Silva Pereira

Manuella Maria de Lyra Alcântara Carvalho (Presidente)

Marcelo Diniz de Lourenço Filho

Marcos Nunes de Oliveira

Nívia Maria Carvalho de Andrade

Rafael de Amorim

CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES

Alessandra Vieira da Silva

Alexandre Bomfim Barros (Presidente)

Ana Karla Cavalcante Ferreira

André Leite Rocha

Diego da Guia dos Santos

Juliana Costa da Silva

Kely Regina da Silva Lima Rocha
Laudenice de Araújo Matias
Lindinalva da Silva Santos
Marcos Charles Baltazar
Max Paulo Giacheto Manhas
Rosângela Cerqueira da Luz
José Daniel de Souza Emidio

CAMPUS BATALHA

Cristina Maria da Silva Bastos
Jailson Barros
José Niraldo da Paz
José Ribeiro da Silva
Lhívy Silva de Lima
Magno Luiz de Abreu
Marcílio de Souza Barbosa (Presidente)
Nayara Rosy Felix da Silva
Vilma Leite Alves

CAMPUS CORURIBE

Breno Santos de Jesus Castro
Camila Albuquerque Fernandes
Deyvison Campos dos Santos
Helane Carine de Araújo Oliveira (Presidente)
Hélio Cardoso Martim
Hermes Lucas Padre dos Santos
Rafael Leandro Costa Silva
Raimundo Quindere Cruz neto
Tiago Marinho da Silva

CAMPUS MACEIÓ

Alexandre Fleming Vasques Bastos
Claudia Suzana Correia Lima Fialho
Diogo Meurer de Souza Castro
Flávia Braga do Nascimento
Karina Dias Alves
Merylane Porto da Silva Luz

Priscilla Alves Soares
Regina Maria de Oliveira Brasileiro (Presidente)
Rogério de Alencar Gouveia
Sheila Andréa Silva de Albuquerque
Tiago Rodrigues Torres Leite
Vinicius Dantas

CAMPUS MARAGOGI

Anne Francialy da Costa Araújo (Presidente)
Avila Jessyca Teixeira de Menezes
Bartolomeu Honorato de Oliveira
Edineia Alves Homem
Jacieli Bernardo Santos da Silva
José Marcos da Silva
Magno Michell Marçal Braga
Maria Vanusia da Silva Santos

CAMPUS MARECHAL DEODORO

Abel Coelho da Silva Neto
Éder Júnior Cruz de Souza (Presidente)
Fabiano Duarte Machado
Fábio Francisco de Almeida Castilho
Jean Tenório Menezes
Maria Martha Pereira Acioli dos Santos
Natasha Navarro Pedrosa
Paulo Aparecido Cavalcante
Rodrigo de Melo Lucena

CAMPUS MURICI

André Cordeiro dos Santos (Presidente)
Carlos Alexsandro de Carvalho Souza
Daniel Andrade do Nascimento Filho
Elder de Souza Claudino
Emily Batista de Albuquerque
Herbert Nunes de Almeida Santos
Isaias Martins da Silva
Isnaldo Almeida Brandão

Ivanildo Claudino da Silva
Izabel Vieira de Souza
Jaíles Marinho Silva
Jocilia de Oliveira Rodrigues
José Antônio da Silva Madalena
José Joaquim da Silva Neto
Maria Louyse de Oliveira Máximo
Neide Aparecida Ferreira Machado
Vanessa Rodrigues de Gusmão
Victor Hugo Oliveira de Andrade

CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Adriana Soares Lira do Nascimento
Eliedson Rafael de Carvalho
Francilene Leite Cavalcante
Magaly Rodrigues Lúcio
Rodolfo Rodrigues Pereira dos Santos (Presidente)
Suelen Vieira da Silva
Tiago Abreu Tavares de Sousa

CAMPUS PENEDO

André Luiz dos Santos Oliveira
Bruna Maria Ferrari Machado Doria
Felipe Thiago Caldeira de Souza (Presidente)
Gisele Oliveira de Lima
Jarbas Maurício Gomes
Lidiane das Neves Silva
Maira Egito Alves de Lima
Márcio Abreu de Franca
Mayra Tais Albuquerque Santos
Oberlan da Silva
Pablo Pinheiro
Renan Atanazio dos Santos
Tatiane Aparecida Santos Nascimento
Thaline Luize Ribeiro Fontenele

CAMPUS PIRANHAS

Antônio Iatanilton Damaceno de França (Presidente)
Diego Gourthieres Campos Fernandes
Fabiano Barbosa de Souza Prates
Marema Galdino da Silva Oliveira
Mariano Alexandre da Silva Neto Filho
Rodrigo Leite Moura
Victor Ribeiro Cedro
Wellton Amorim Falcão de Lima

CAMPUS RIO LARGO

Clécio do Nascimento Santos
David Henrique de Souza Lima
Edel Alexandre Silva Pontes
Elinelson Gomes de Oliveira
Esther Nascimento Soares de Freitas
Fabrícia Carla de Albuquerque Silva
Glauber Vinícius Ventura de Melo Ferreira
Lidianne Leite e Lira
Luiz Humberto Rafael dos Santos Júnior
Márcio Robério da Costa Ferro (Presidente)
Marcus André Freire dos Santos
Pedro Manoel Prestrelo Valadares
Ricardo Luís Alves de Oliveira Ribeiro
Robson Beatriz de Souza
Tamara Moraes Bastos

CAMPUS SANTANA DO IPANEMA

André Luiz Araújo e Silva
Anna Sofia Costa Neri
Augusto Araújo Santos
Darlânia Rodrigues Silva
Fabrícia de Almeida Cortez Pereira
Leticia Gabryelle Abreu Alves
Leyton Bruno Fernandes da Silva (Presidente)
Odair José Silva dos Santos
Rafael dos Santos Balbino
Rendrikson Gonçalves Alencar
Rinaldo José de Souto Maior Júnior

CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Djalma Barbosa dos Santos
Eduardo da Silva Santos
Flávia Bartira Pedro da Silva Almeida
Jalves Mendonça Nicácio
Jonata Bento dos Santos
José Clebson Guilherme da Silva
Lucielma Semião da Silva
Mônica França da Silva (Presidente)
Nehemias Rodrigues de Alencar Júnior
Pedro Lucas Santos da Silva
Sara Fernanda Advincula Silva
Wilton da Silva Rocha

CAMPUS SATUBA

Adriana Cirqueira Freire
Adriano Araújo Costa
Antônio Carlos Silva dos Santos
Cleylton Bezerra Lopes
Jorge Gesteira Vaz de Carvalho Filho
Larissa Marjan
Sanderson Lino dos Santos
Tassiano Feitosa de Amorim (Presidente)

CAMPUS VIÇOSA

Bruno Rodrigo Tavares Araújo (Presidente)
Emanuele Tuane Silva
Ewerton Roosevelt Bernardo
Joane Santos do Nascimento
Julia Morgana dos Santos Virgínio
Luís Antônio Oliveira dos Santos
Roberto Medeiros da Fonseca Cavalcante

Revisão final

Anita da Silva Bezerra

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE – Assistência Estudantil
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AL – Alagoas
AN – Arquivo Nacional
APL – Arranjo Produtivo Local
Audint – Auditoria Interna
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CA – Centro Acadêmico
CAE – Coordenação de Assistência Estudantil
CANE – Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE – Comissão de Ética
Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica
Cepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGU – Controladoria-Geral da União
CGP – Coordenação de Gestão de Pessoas
CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira das/os
Servidores/as Técnico-Administrativas/os em Educação
Cissp – Comissão Interna de Saúde do Serviço Público
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
Concamp – Conselho de *Campus*

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Consup – Conselho Superior
CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CS – Conselho Superior
CTDE – Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
CTI – Comissão de Tecnologia da Informação
DA – Diretório Acadêmico
DAA – Depositário de Acervo Acadêmico
Daes – Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DED – Diretoria de Educação a Distância da Capes
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
Diread – Diretoria de Educação a Distância
DOU – Diário Oficial da União
DPE – Diretoria de Políticas Estudantis
DPI – Diretoria de Planejamento Institucional
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD – Educação a Distância
EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FIC – Formação Inicial e Continuada
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORGEP – Fórum de Gestão de Pessoas do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Forpae – Fórum Permanente de Assistência Estudantil
FORPDI – Plataforma de acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional
FORPLAD – Fórum Nacional de Pró-Reitorias de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior
GR – Gabinete do Reitor
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES – Instituição de Ensino Superior
Ifal – Instituto Federal de Alagoas
IFE – Instituição Federal de Ensino
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPES - Instituições Públicas de ensino Superior
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MGI – Ministério da Gestão e da Inovação
MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério do Planejamento
Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
Nugedis – Núcleo de Diversidade, Gênero e Sexualidade
OEP1 – Objetivo Estratégico Permanente 1.
OEP2 – Objetivo Estratégico Permanente 2.
OEP3 – Objetivo Estratégico Permanente 3.
OEP4 – Objetivo Estratégico Permanente 4.
OEP5 – Objetivo Estratégico Permanente 5.
OEA1 – Objetivo Estratégico de Aperfeiçoamento 1.
OEA2 – Objetivo Estratégico de Aperfeiçoamento 2.
OEA3 – Objetivo Estratégico de Aperfeiçoamento 3.
OEI1 - Objetivo Estratégico de Inovação 1.
OEI2 - Objetivo Estratégico de Inovação 2.
OEI3 - Objetivo Estratégico de Inovação 3.
OEI4 - Objetivo Estratégico de Inovação 4.
Paae – Programa de Apoio às Atividades Estudantis

PAE – Política de Assistência Estudantil
Paeja – Programa Auxílio EJA
Paene – Programa de Assistência às/aos Estudantes com Necessidades Específicas
Pame – Programa de Apoio à Mobilidade Estudantil
Panês – Programa de Alimentação e Nutrição Escolar
PAP – Programa de Aprendizagem e Psicologia
PAPE – Programa de Apoio à participação em eventos
Pappe – Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa
PAS – Programa de Acompanhamento Social
Pass – Programa de Assistência à Saúde
Paup – Programa Auxílio Permanência
PBE – Programa Bolsa de Estudo
PDC – Política de Desenvolvimento de Coleções
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
Pean – Programa de Educação Alimentar e Nutricional
PEBTT – Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
PEI – Plano Educacional Individualizado
PEIPEE – Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes
PESTEL – Política, Econômica, Social e Tecnológica
PGD – Programa de Gestão e Desempenho
PGR – Programa de Gestão de Risco
PI – Plano Interno
PF – Polícia Federal
PIA – Programa Inter-Ação
PIB – Produto Interno Bruto
PIP – Programa de Intervenção Psicológica
Pipad – Programa de Incentivo às Práticas Artísticas e Desportivas
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNE – Plano Nacional de Educação
PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
POP – Programa de Orientação Profissional

PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPPI – Projeto Político-Pedagógico Institucional
PQPR – Programa de Qualidade na Produção de Refeições
PRE – Programa de Residência Estudantil
PRF – Polícia Rodoviária Federal
Proad – Pró-Reitoria de Administração
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProfEPT – Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PRPPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PSQVT- Política de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
RAP – Relação Aluno-Professor
RT – Retribuição por Titulação
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
Sane – Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar
SEJA - Sistema de Estágios e Jovem Aprendiz
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
Siass – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
Sibi – Sistema de Bibliotecas
Sigaa – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
Sipac – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SRH – Secretaria de Recursos Humanos
TAE – Técnico-Administrativo em Educação
TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TED – Termo de Execução Descentralizada
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TI – Tecnologia da Informação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UGR – Unidade Gestora Responsável

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura
UPR – Unidades Produtoras de Refeições

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento essencial para o credenciamento e credenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) junto ao Ministério da Educação (MEC). Este requisito tem origem no inciso I do artigo 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O objetivo da avaliação das instituições de educação superior é identificar seu perfil e o impacto de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando várias dimensões institucionais, entre as quais se destacam obrigatoriamente a missão e o plano de desenvolvimento institucional.

Adicionalmente, o Decreto Presidencial nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, regulamenta as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino. Este decreto define, no art. 15, que as IES serão credenciadas para ofertar cursos superiores de graduação como faculdades, centros universitários ou universidades. No § 4º, ele equipara as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica às universidades federais para fins de regulação, supervisão e avaliação, conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O artigo 21 do mesmo decreto especifica a estrutura mínima que o PDI deve conter, observando a organização acadêmica da instituição:

Missão, objetivos e metas da instituição, além de seu histórico de implantação e desenvolvimento;

Projeto pedagógico da instituição, incluindo políticas de ensino, pesquisa e extensão;

Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos;

Organização didático-pedagógica, detalhando cursos, vagas, unidades e a integração entre modalidades presencial e a distância;

Oferta de cursos e programas de pós-graduação, quando aplicável;

Perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, abrangendo requisitos de titulação, experiência e critérios de seleção;

Organização administrativa e políticas de gestão, com formas de participação nos órgãos colegiados e procedimentos de autoavaliação;

Projeto de acervo acadêmico digital, garantindo a integridade e autenticidade das informações;

Infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando a biblioteca e os laboratórios;

Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras; e

Oferta de educação a distância, detalhando abrangência geográfica, infraestrutura e metodologias adotadas.

Dessa forma, em total conformidade com a legislação vigente, apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifal para o período de 2024 a 2028. Este documento, dividido em 13 capítulos, foi elaborado para proporcionar uma compreensão clara da estrutura organizacional, do funcionamento e dos planos futuros da Instituição.

O primeiro capítulo descreve a organização do Planejamento Estratégico, o Mapa Estratégico do Ifal e o Plano de Metas, incluindo os macro objetivos, indicadores e metas para o período de 2024-2028.

O segundo capítulo fornece informações sobre o perfil institucional, apresenta a caracterização dos *campi* nas regiões e a organização administrativa.

No capítulo 3, é apresentado o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), que inclui os princípios filosóficos, políticos e teórico-metodológicos, a organização didático-pedagógica, ações para cumprimento das diretrizes pedagógicas, políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, além de aspectos relacionados à responsabilidade social.

O capítulo 4 trata das políticas de ensino, apresentando a concepção, princípios, diretrizes e organização didático-pedagógica. Esse capítulo também aborda a oferta de Educação a Distância (EaD), os professores e tutores, o acervo acadêmico físico e digital, infraestruturas

acadêmicas, laboratórios, serviços de atendimento aos estudantes e programas de seleção.

O capítulo 5 descreve a oferta de cursos e vagas existentes na Instituição e aquelas que serão ofertadas pelo Ifal, com previsão de novos cursos, durante o período de vigência do PDI em cada um dos 16 *campi*.

Os capítulos 6 e 7 demonstram as diretrizes, princípios e concepções da Pesquisa, Inovação, Internacionalização e Pós-Graduação.

O capítulo 8 trata da Extensão e sua abordagem no Ifal.

No capítulo 9, são discutidos os processos de gestão de pessoas, perfis das/os servidoras/es docentes e técnico-administrativas/os e a projeção de expansão do quadro de pessoal da Instituição.

O capítulo 10 aborda as estruturas administrativas, físicas e tecnológicas, e os recursos audiovisuais disponíveis para as práticas docentes.

No capítulo 11, expõem-se o detalhamento da capacidade e a sustentabilidade financeira do Ifal.

A Governança, as diretrizes da comunicação e os valores da sustentabilidade são tratados no capítulo 12. Também inclui a avaliação institucional e autoavaliação, bem como as ações de acompanhamento das avaliações externas e a participação de docentes e discentes nos órgãos colegiados.

Por fim, o capítulo 13 revela a metodologia que será utilizada para revisão, monitoramento e acompanhamento do PDI.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDI 2024-2028

O Planejamento das atividades do PDI se deu inicialmente pelo Grupo de Trabalho (GT) da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI), com a elaboração do Manual do PDI e com a formação da Comissão Central e Comissões Locais nos campi, entre julho de 2023 e abril de 2024.

Dividido em fases de Preparação, Diagnóstico, Construção e Aprovação, conforme exposto na Figura 1, o processo de elaboração do PDI 2024-2028 durou oito meses e garantiu a participação social. As comunidades interna e/ou externa tiveram a possibilidade de contribuir com a definição da missão, da visão e dos valores institucionais. Os trabalhos foram coordenados pela Diretoria de Planejamento Institucional (DPI) e pela PRDI.

Figura 1 – Processo de elaboração do PDI 2024-2028



Na fase de Preparação, após a consolidação dos documentos de referência, definiram-se a metodologia e a composição da Comissão Central, 16 Comissões Temáticas e 16 Comissões Locais. A equipe responsável pela elaboração do PDI, composta por servidores da Reitoria e dos *campi* do Ifal, atuou nas seguintes Comissões Temáticas:

- I. Ensino;
- II. Pesquisa e Inovação;
- III. Pós-Graduação;
- IV. Extensão;
- V. Internacionalização;
- VI. Gestão de Pessoas;
- VII. Assistência estudantil;
- VIII. Infraestrutura;
- IX. Tecnologia da Informação;
- X. Comunicação;
- XI. Gestão;
- XII. Sustentabilidade;
- XIII. Governança;
- XIV. Ações inclusivas, Afirmativas e Diversidade;
- XV. Projeto Político-Pedagógico Institucional; e
- XVI. Oferta de Cursos e Vagas.

SUMÁRIO

1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	42
1.1	Resultado Consulta Pública	45
1.2	Objetivos estratégicos, indicadores e metas do Ifal	50
1.3	Quadro Resumo do Planejamento Estratégico do Ifal	65
2	PERFIL INSTITUCIONAL	85
2.1	Breve histórico	85
2.2	Inserção regional	86
2.3	Caracterização dos campi	91
2.4	Organização administrativa	95
2.4.1	Estruturas internas de governança e de apoio à governança	96
2.4.2	Formas de participação dos docentes e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos	97
3	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPPI)	99
3.1	Princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição	100
3.1.1	Mundo contemporâneo: abordagem política e social	100

3.1.2	O papel da Educação no mundo global diante da atual conjuntura profissional e tecnológica	101
3.1.3	Princípios norteadores da concepção de Educação do Ifal	102
3.1.3.1	Educação como transformação da realidade.....	103
3.1.3.2	A redução das desigualdades sociais	103
3.1.3.3	Preparação para a vida cidadã.....	103
3.1.3.4	Inclusão social participativa.....	104
3.1.3.5	Integração entre formação geral e formação profissional.....	104
3.1.3.6	Formação crítica, humanizadora e emancipadora.....	104
3.1.3.7	Educação para o desenvolvimento socioeconômico	105
3.1.3.8	Integração à educação básica e à educação superior	105
3.1.3.9	Educação pública de qualidade social	105
3.1.4	Princípios gerais orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão	107
3.1.5	Perfil profissional do egresso.....	108
3.1.6	Princípios pedagógicos	112
3.1.6.1	Organização didático-pedagógica.....	112
3.1.6.2	Organização curricular	113
3.1.6.3	Práticas pedagógicas	116
3.1.6.3.1	Princípios.....	116
3.1.6.4	Articulação entre níveis e modalidades de ensino.....	118
3.1.6.4.1	Princípios.....	119
3.1.6.4.2	Ações	119
3.1.6.5	Flexibilização curricular.....	119
3.1.6.5.1	Princípios.....	120
3.1.6.5.2	Ações	120
3.1.6.6	Integralização curricular	121

3.1.6.6.1	Princípios	122
3.1.6.6.2	Ações	123
3.1.6.7	Avaliação da aprendizagem.....	123
3.1.6.7.1	Princípios	124
3.1.6.7.2	Ações	126
3.2	Marco operacional	127
3.2.1	Políticas de ensino	127
3.2.1.1	Diretrizes gerais.....	128
3.2.1.2	Níveis e modalidades de ensino	130
3.2.1.2.1	Formação inicial e continuada de trabalhadoras/es	130
3.2.1.2.2	Educação profissional técnica de nível médio	132
3.2.1.2.3	Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Técnica - EJA-EPT	133
3.2.1.2.4	Educação superior - bacharelados, licenciaturas, cursos superiores em tecnologia e cursos de pós-graduação	135
3.2.1.2.5	Educação a distância	138
3.2.1.3	Implantação e descontinuidade de cursos e programas.....	140
3.2.2	Políticas Estudantis	140
3.2.2.1	Assistência Estudantil	143
3.2.2.1.1	Fórum Permanente de Assistência Estudantil	144
3.2.2.1.2	Planejamento e Execução Orçamentária	144
3.2.2.2	Políticas de ações Inclusivas, Afirmativas e de Diversidade	144
3.2.2.2.1	Políticas de Ações Inclusivas.....	145
3.2.2.2.2	Políticas de Ações Afirmativas	146
3.2.2.2.3	Políticas de Diversidade sexual e de gênero	147
3.2.2.3	Programas de Apoio às/ao Estudante e Regulamentações	148

3.2.2.4	Protagonismo e Organização Estudantil.....	149
3.2.2.5	Execução de Programas vinculados ao MEC.....	149
3.2.3	Políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação	150
3.2.3.1	Concepção	150
3.2.3.2	Princípios.....	151
3.2.3.3	Regulamentação	152
3.2.3.4	Priorização de linhas e projetos de pesquisa	152
3.2.3.4.1	Concepção	152
3.2.3.4.2	Princípios.....	152
3.2.3.5	Fundamentos da pós-graduação	153
3.2.3.5.1	Concepção	153
3.2.3.5.2	Princípios.....	154
3.2.3.6	Mobilidade acadêmica com instituições de ensino e pesquisa.....	155
3.2.3.6.1	Concepção	155
3.2.3.6.2	Princípios.....	155
3.2.3.7	Articulação da pesquisa com o setor produtivo.....	156
3.2.3.7.1	Concepção	156
3.2.3.7.2	Princípios.....	156
3.2.3.8	Incentivo à produção científica e à inovação tecnológica.....	156
3.2.3.8.1	Concepção	156
3.2.3.8.2	Princípios.....	157
3.2.3.9	Incentivo à divulgação científica e tecnológica.....	157
3.2.3.9.1	Concepção	157
3.2.3.9.2	Princípios.....	157
3.2.3.10	Articulação da pesquisa com as demandas sociais, culturais e ambientais	158
3.2.3.10.1	Concepção	158

3.2.3.10.2 Princípios	159
3.2.4 Políticas de extensão.....	160
3.2.4.1 Concepção.....	160
3.2.4.2 Objetivos.....	161
3.2.4.3 Diretrizes	162
3.2.4.4 Princípios.....	163
3.2.4.5 Tipificação das ações extensionistas.....	165
3.2.5 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	166
3.2.6 Gestão democrática.....	168
3.2.7 Formação e desenvolvimento profissional.....	170
3.2.8 Responsabilidade social do Ifal.....	170
3.2.9 Referenciais de qualidade da educação	172
3.2.10 Diretrizes para a avaliação e o acompanhamento do PPPI.....	173
4 ENSINO	177
4.1 Concepção.....	177
4.2 Princípios.....	178
4.3 Diretrizes.....	178
4.4 Organização didático-pedagógica da Instituição.....	180
4.5 A Educação a Distância no Ifal	182
4.5.1 Polos de Educação a Distância	183
4.5.2 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal.....	183
4.5.3 Metodologias aplicadas nos cursos EaD.....	184
4.5.4 Professoras/es e tutoras/es.....	185
4.5.5 Material didático	186
4.5.6 Encontros presenciais	186

4.6	Do acesso ao ensino público e gratuito do Ifal.....	187
4.7	Implantação e desenvolvimento de cursos da Instituição.....	188
4.8	Projeto Acervo Acadêmico Digital.....	189
4.8.1	Acervo acadêmico	190
4.8.2	Acervo acadêmico digital	190
4.8.2.1	Plano de trabalho	192
4.8.2.2	Resultados esperados	192
4.9	Infraestrutura física e instalações acadêmicas	193
4.9.1	Sistema de bibliotecas	193
4.9.1.1	Acervo bibliográfico	194
4.9.1.2	Expansão das bibliotecas e a atualização do acervo	195
4.9.1.3	Espaço físico	196
4.9.2	Laboratórios	197
4.10	Serviços de atendimento às/ aos estudantes	211
4.10.1	Programas universais	211
4.10.2	Programas de seleção	212
4.11	Iniciativas do Ensino para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028.....	214
5	OFERTA DE CURSOS E VAGAS	216
5.1	Cursos ofertados	216
5.2	Cursos a serem implantados no Ifal	223
5.2.1	Critérios Adotados	225
5.2.2	Análise Preliminar das Propostas.....	225
5.2.3	Panorama Geral das Propostas	226
5.2.4	Metodologia.....	226
6	PESQUISA, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	234

6.1	Políticas de Pesquisa e Inovação	234
6.1.1	Concepção	234
6.1.2	Princípios	235
6.1.3	Regulamentação	236
6.1.4	Priorização de Linhas e Projetos de Pesquisa	236
6.1.4.1	Concepção	236
6.1.4.2	Princípios	236
6.1.5	Mobilidade Acadêmica com Instituições de Ensino e Pesquisa	236
6.1.5.1	Concepção	236
6.1.5.2	Princípios	237
6.1.6	Articulação da Pesquisa com o Setor Produtivo	237
6.1.6.1	Concepção	237
6.1.6.2	Princípios	237
6.1.7	Incentivo à Produção Científica e Inovação Tecnológica	237
6.1.7.1	Concepção	237
6.1.7.2	Princípios	237
6.1.8	Incentivo à Divulgação Científica e Tecnológica	238
6.1.8.1	Concepção	238
6.1.8.2	Princípios	238
6.1.9	Articulação da Pesquisa com Demandas Sociais, Culturais e Ambientais	238
6.1.9.1	Concepção	238
6.1.9.2	Princípios	238
6.2	Internacionalização	241
7	PÓS-GRADUAÇÃO	245
7.1	A Pós-Graduação no Ifal	245

7.2	Implantação de novos cursos a serem ofertados.....	246
7.3	Iniciativas da Pós-Graduação para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028.....	247
8	EXTENSÃO.....	251
8.1	Concepção	251
8.2	Princípios	252
8.3	Diretrizes	254
8.4	Iniciativas da Extensão para o alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028	255
9	GESTÃO DE PESSOAS	258
9.1	Concepção	258
9.2	Princípios	259
9.3	Diretrizes	259
9.4	Corpo docente	260
9.5	Requisitos de formação	261
9.6	Seleção e classificação	262
9.7	Plano de Carreira e Regime de Trabalho	264
9.7.1	Progressão	264
9.7.2	Promoção	265
9.7.3	Classe titular	265
9.7.4	Aceleração da promoção	265
9.7.5	Estrutura de remuneração	265
9.7.6	Regime de trabalho	266
9.7.7	Substituição eventual	266
9.7.8	Quadro técnico-administrativo	267
9.7.9	Seleção	268
9.7.10	Plano de Carreira	270

9.7.11	Progressão	271
9.7.12	Regime de trabalho e remuneração	272
9.7.13	Desenvolvimento de pessoal	272
9.7.14	Gestão de Desempenho e Carreira	273
9.7.15	Saúde e qualidade de vida no trabalho	275
9.7.16	Programa de Gestão e Desempenho	277
9.7.17	Iniciativas da Gestão de Pessoas para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028	279
10	INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	281
10.1	Situação atual dos espaços físicos.....	281
10.2	Iniciativas da Infraestrutura para Alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028.....	286
10.3	Tecnologia da Informação no Ifal	286
10.4	Iniciativas da Tecnologia da Informação para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028	288
11	CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	289
11.1	Aspectos Orçamentários e Financeiros	289
11.2	Orçamento do Ifal	291
11.3	Metodologia de Planejamento e Execução Orçamentária	297
11.4	Previsão Orçamentária e Financeira 2024-2028	299
11.5	Captação de Recursos	303
11.6	Estratégia de Gestão Econômico-Financeira.....	303
11.7	Iniciativas da Gestão Financeira para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028	304
12	GOVERNANÇA, COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	305
12.1	Governança	305
12.2	Comunicação.....	311

12.3 Sustentabilidade.....	313
12.4 Avaliação Institucional.....	314
12.4.1 Autoavaliação Institucional.....	315
12.4.2 Avaliação Externa	316
13 ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI 2024-2028)	317
REFERÊNCIAS.....	320

1

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da instituição para o estabelecimento de objetivos, metas e estratégias para suas ações em um horizonte de cinco anos. Segundo o Decreto 9.235/2017 o PDI deve conter: I - missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso; II - projeto pedagógico da instituição; III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos; IV - organização didático-pedagógica da instituição; V - perfil do corpo docente; VI - organização administrativa da instituição; VII - infraestrutura física e instalações acadêmicas; VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial; IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Para consolidá-lo, faz-se necessária, como primeira etapa, a construção de um planejamento estratégico, que permitirá à instituição identificar sua realidade, avaliando o que não está bem e propor mudanças.

O Planejamento Estratégico é uma ferramenta sistematizada que se configura como uma das principais partes integrantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Planejar estrategicamente consiste

em aproveitar as oportunidades oferecidas pelo ambiente externo e se proteger das ameaças contidas nele, ao potencializar os pontos fortes internos da instituição e reduzir seus pontos fracos. Isso para que o Ifal possa cumprir sua missão e atingir um grande objetivo no futuro, a visão, sem abrir mão de seus valores. Dessa forma, o Planejamento Estratégico é composto pela definição de grandes objetivos e procedimentos para seu cumprimento, que estabelecem um direcionamento e auxiliam na tomada de decisão.

O Planejamento Estratégico precisa ser um processo sistematizado. Isso é fundamental para que se desloque o processo da sua subjetividade comum para algo metodologicamente bem definido e orientado. Nesse sentido, cada etapa precisa ser dependente da anterior e influenciar a seguinte, de forma clara e objetiva. Só assim o planejamento será útil para a tomada de decisões que tenham impactos significativos na vida institucional.

O Planejamento Estratégico não é uma ferramenta que abarca todos os problemas ou todas as coisas que são importantes na instituição. Dentro de todas essas possibilidades, são escolhidas grandes prioridades para o cumprimento da missão e alcance da visão, resguardados os valores. Por isso, esse tipo de planejamento é chamado de estratégico, seus objetivos são chamados estratégicos. Tudo isso com metas e prazos bem definidos para o alcance desses objetivos.

Toda essa construção foi realizada em quatro fases/etapas: preparação, diagnóstico, construção e aprovação.

A etapa da preparação foi onde se deu a criação do Grupo de Trabalho (GT) e da formação de comissões locais e temáticas, além da construção de uma metodologia para o trabalho.

Na primeira ação da fase de Diagnóstico, o trabalho de revisão da Missão, Visão e Valores foi dividido em sete etapas. Foram realizadas sete oficinas, no período de 04 a 21 de setembro, abrangendo os 16 *campi* do Ifal. Para a distribuição dos *campi* nas oficinas, foram levados em conta critérios geográficos para o deslocamento das/os servidoras/es envolvidas/os. Foram 157 participantes entre servidoras/es e discentes. Foi coletado um total de 1.542 contribuições. Para análise do ambiente externo, foi utilizada a ferramenta PESTEL. Foi levantado um total de 219 Oportunidades e 240 Ameaças. Para análise do ambiente interno, foram apresentadas as 15 temáticas escolhidas pela Comissão Central. Nas contribuições coletadas, foram encontradas 375 Forças e 708 Fraquezas.

Figura 2 – Processo de elaboração do PDI 2024-2028



A partir da realização das Oficinas de Diagnóstico Situacional do Ifal, os dados foram separados por cenários (ambiente externo ao Ifal, onde não temos interferência direta e ambiente interno, aquele com o qual temos relação direta nas ações e consequências).

Para o cenário interno, as contribuições foram separadas por tema e encaminhadas às Comissões Temáticas respectivas que tiveram até 20 de outubro de 2023 para validarem, pela proposta de abordagem metodológica escolhida, e escolherem entre todas as contribuições, as cinco principais forças e cinco principais fraquezas de cada área temática.

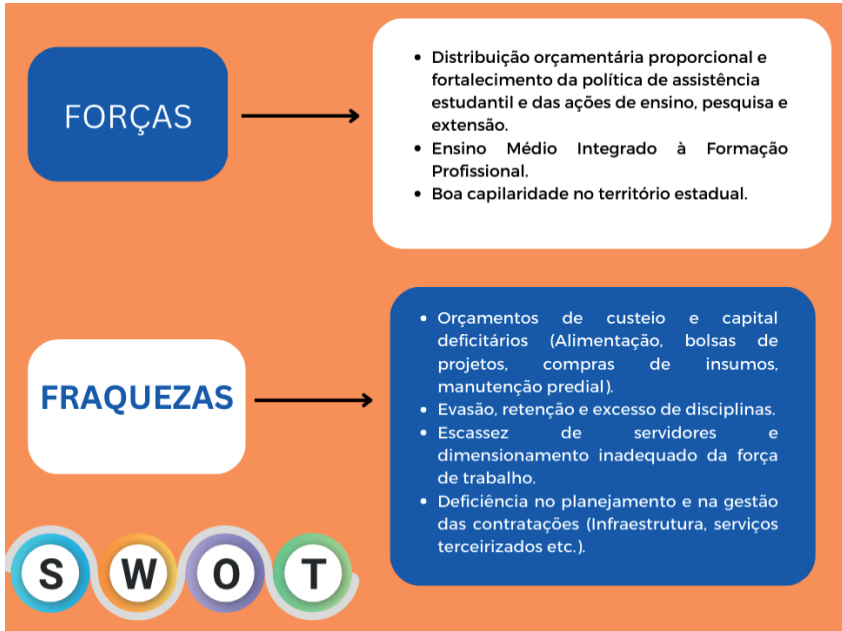
Das 219 oportunidades e 240 ameaças encontradas, ficaram, conforme previsto pelo percurso metodológico adotado, as cinco principais oportunidades e as cinco principais ameaças. Isso foi possível após tratamento de consolidação desses dados nas Comissões Temáticas, tentando encontrar semelhanças, relevância e prioridades, a partir da quantidade de vezes que cada contribuição se repetia.

Após, foram escolhidas pelas Comissões Temáticas as cinco principais forças e as cinco principais fraquezas de cada área separadamente. No momento seguinte, na sexta reunião da Comissão Central, realizada em 14 de novembro de 2023, foram consolidadas as cinco principais forças do Ifal e as seis principais fraquezas.

A partir daí, conforme previsto na metodologia adotada para refinar estes dados, houve um cruzamento das informações tentando identificar, a partir das oportunidades e ameaças, as forças e fraquezas

prioritárias que deverão ser enfrentadas. Foram assim identificadas três forças e quatro fraquezas prioritárias do Ifal.

Figura 3 – Principais Forças e Fraquezas Identificadas



1.1 Resultado Consulta Pública

Em seguida, através de Consulta Pública, com a participação da comunidade interna e externa, foi possível iniciar a revisão da nossa missão, visão e dos valores institucionais. A elaboração do PDI 2024-2028 passa pela reflexão desses três conceitos, atividade que novamente exigiu a participação do público e dos atores envolvidos no dia a dia do Ifal.

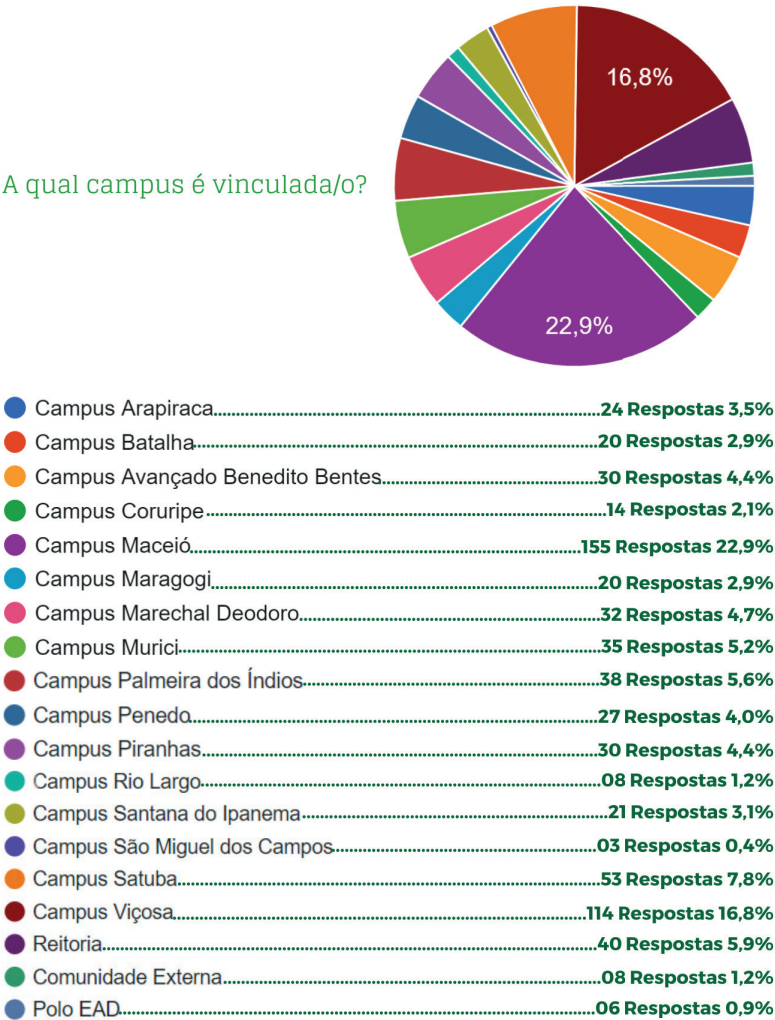
Iniciou-se com uma Campanha de comunicação e sensibilização da comunidade acadêmica com a participação do Departamento de Comunicação e Eventos, das Pró-Reitoras e do Colégio de Dirigentes, das Comissões Locais, da Diretoria de Tecnologia da Informação e do Departamento de Políticas Estudantis.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, apoiada pela Diretoria de Planejamento Institucional, criou um questionário disponibilizado por formulário eletrônico, com perguntas sobre os conceitos de missão, visão e valores do PDI vigente. Entre 25/09/23 e 04/10/23, com

prorrogação até o dia 09/10/23, o público pôde concordar em manter a missão, a visão e os valores atuais ou reformulá-los. Alunas/os, ex-alunas/os, servidoras/es técnico-administrativas/os, docentes efetivos e substitutas/os, funcionárias/os terceirizadas/os e alguns segmentos da comunidade externa trouxeram suas contribuições ao responderem a esse questionário.

Obtivemos a participação de 678 Respondentes, sendo: 417 Estudantes (61,5%); 112 Técnico-Administrativas/os (16,5%); 107 Docentes (15,8%); 23 Pessoas da Comunidade Externa (3,4%); e 19 Ex-Alunas/os (2,8%).

Figura 4 – Participação dos Campi



629 (92,8%) respondentes disseram SIM à manutenção da missão.
41 Respostas (6,0%) disseram que a missão deveria ser mudada.
631 (93,1%) respondentes disseram sim à manutenção da Visão.
47 Respostas (6,9%) disseram que era necessário se mudar a Visão.
632 Respondentes (94,9%) disseram sim à manutenção dos nossos Valores institucionais.
34 (5,1%) afirmaram que seria necessário mudar os Valores.

Figura 5 – Resumo Analítico das respostas

RESUMO ANALÍTICO DAS RESPOSTAS							
CONSULTA PÚBLICA PDI 2024 - 2028							
	RESPON- DENTES	MISSÃO (ALTERAR)	MISSÃO (MANTER)	VISÃO (ALTERAR)	VISÃO (MANTER)	VALOR (ALTERAR)	VALOR (MANTER)
 COMUNIDADE EXTERNA	3,2%	23,8%	76,19%	14,28%	85,71%	0,7%	71,42%
 DISCENTES	61,3%	0,5%	99,5%	1,00%	99,0%	2,0%	98,0%
 EX - ALUNAS/OS	2,9%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
 DOCENTES	15,6%	20,19%	77,88%	21,15%	76,92%	15,38%	82,69%
 TAEs	17%	16,07%	83,03%	12,50%	86,60%	12,5%	86,60%
 POLO EAD	0,9%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%

Após a apresentação dos resultados obtidos com a Consulta Pública, na reunião da Comissão Central em 10 de outubro de 2023, após longa discussão, ficou decidido, por maioria dos membros, que deveriam ser respeitadas as opiniões da comunidade.

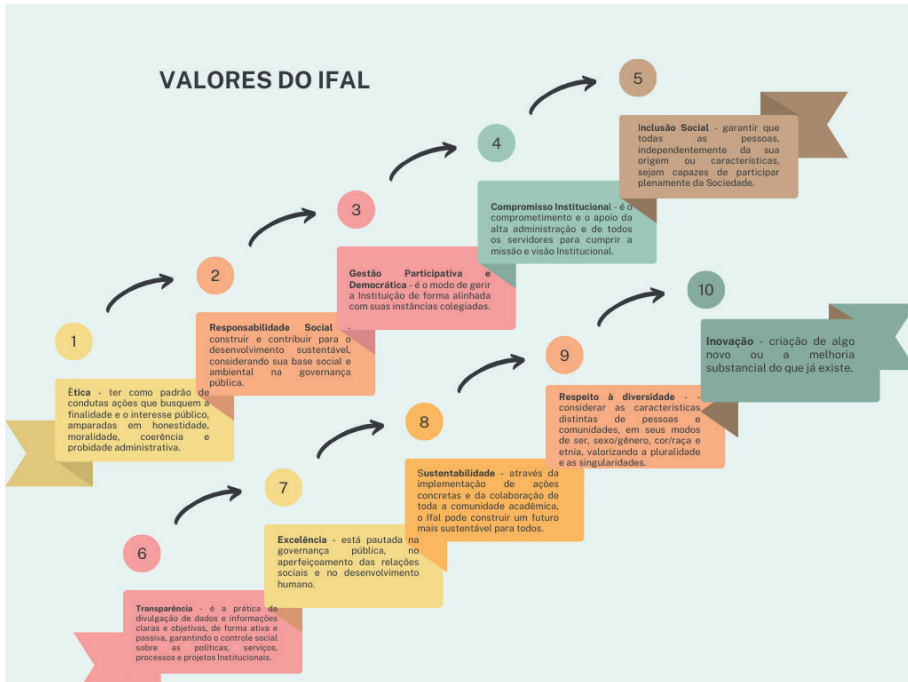
Portanto, foram mantidas a Missão, a Visão e os Valores atuais da Instituição, presentes no PDI vigente à época.

Figura 6 – Missão, Visão e Valores



Na sequência, foi definido cada um desses itens institucionais. Valores são princípios ou crenças, que servem de guia, ou critério, para os comportamentos, atitudes e decisões de todas e quaisquer pessoas, que no exercício das suas responsabilidades, e na busca dos seus objetivos, estejam executando a missão, na direção da visão.

Figura 7 – Valores do Ifal



Na fase de Construção, consolidou-se o Plano de Metas durante uma série de reuniões com a Comissão Central e com gestores da Instituição. Na oportunidade, definiram-se os objetivos, indicadores e metas de forma coletiva, com base no Mapa Estratégico e em dados e informações levantados na fase de Diagnóstico. Para a elaboração da minuta do documento, utilizou-se como referência o modelo de PDI do “Guia de Conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino”. Inicialmente, realizou-se o levantamento da legislação vigente, a fim de que fossem observados os elementos mínimos previstos em leis, decretos, portarias, pareceres e resoluções. A estruturação textual do Plano foi feita com a definição prévia do conteúdo que deveria constar nos capítulos, subcapítulos, seções e subseções. Para isso, analisaram-se os PDIs de outras 17 instituições de ensino federais, entre institutos e universidades, e sucederam-se reuniões com setores detentores de dados e informações no Ifal, assim como com as comissões temáticas responsáveis pela redação de capítulos específicos. O documento foi construído

a partir de dados e informações repassados pelas pró-reitorias, diretorias sistêmicas e *campi*.

1.2 Objetivos estratégicos, indicadores e metas do Ifal

Os 12 objetivos estratégicos do Ifal, seus respectivos indicadores (42 no total) e metas estão descritos no Quadro 1, subdivididos de acordo com as quatro perspectivas institucionais.

Para garantir o alinhamento e o aprimoramento de nossos objetivos estratégicos, foram estabelecidas categorizações específicas, levando em consideração a natureza intrínseca de cada objetivo e a maneira como será planejado como parte da estratégia institucional.

Com isso, os objetivos estratégicos, que representam os resultados desejados para a Instituição durante o período de vigência do PDI 2024-2028, foram divididos em três categorias, com base no processamento de prioridades e decisões políticas da gestão.

Objetivos Permanentes: são aqueles que o Plano de Desenvolvimento Institucional acompanhará continuamente, pois estão intimamente ligados à nossa posição estratégica e à missão fundamental da Instituição.

Objetivos de Aperfeiçoamento: são aqueles que fornecem diretrizes estratégicas para a gestão da Instituição, identificando os principais macroprocessos que demandam melhorias significativas em seu desempenho, com base nos indicadores mais recentes dos processos específicos e operacionais, bem como nos indicadores coletados dos objetivos estratégicos.

Objetivos Inovadores: são aqueles que estão diretamente relacionados à necessidade institucional de planejar a forma como a Instituição irá se posicionar diante das melhorias esperadas no cenário futuro. Esses objetivos estão associados à promoção de uma cultura de inclusão e diversidade mais atualizada, à responsabilidade ambiental e social, ao estímulo contínuo à inovação para se adaptar às mudanças do mercado, ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços e à promoção da cultura de melhoria da qualidade de vida no trabalho, tendo as/os servidoras/es como foco central das decisões.

Figura 8 – Classificação dos Objetivos Estratégicos



Quadro 1: Objetivos estratégicos, indicadores e metas do Ifal

PERSPECTIVA: RESULTADOS À SOCIEDADE			
OBJETIVO OEP1		DESCRIÇÃO	
OEP1 – Assegurar aos discentes condições de acesso, permanência e conclusão com êxito.		Planejar e desenvolver ações pedagógicas e administrativas, preventivas e corretivas, com vistas à garantia do acesso pleno e ao controle da retenção e da evasão, a ser implementadas nos <i>campi</i> /polos, observando o estabelecido no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes do Ifal (PEIPEE).	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Taxa de discentes beneficiadas/os com alimentação escolar	50%	Avaliar o número de estudantes beneficiadas/os com alimentação escolar nos <i>campi</i> do Ifal.	Número de estudantes beneficiadas/os com alimentação escolar/ número de estudantes matriculadas/os * 100
Discentes elegíveis beneficiadas/os com auxílios/bolsas da assistência estudantil	90%	Acompanhar o percentual de estudantes beneficiadas/os com auxílios/bolsas da assistência estudantil.	Total de discentes beneficiadas/os com auxílios ou bolsas /Total de discentes elegíveis x 100. (Descrição: Os estudantes elegíveis são todas/os as/os estudantes com inscrição deferida em edital para auxílios e bolsas da AE)



PERSPECTIVA: RESULTADOS À SOCIEDADE			
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Eficiência acadêmica	55%	Medir o percentual de alunas/os que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) da/os alunas/os retidos que poderão concluir o curso.	Conclusão Ciclo + [Conclusão Ciclo / (Conclusão Ciclo + Evasão Ciclo)] x Retenção Ciclo. Resultado extraído da Plataforma Nilo Peçanha
Percentual de execução das ações do PEIPEE	80%	Medir o percentual de execução das ações do PEIPEE (Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes).	[Ações do PEIPEE executadas/total de ações do PEIPEE previstas] x 100
Taxa de conclusão (ciclo)	50%	Medir a capacidade dos/das estudantes alcançarem êxito escolar, ou seja, é o percentual de matrículas atendidas que tiveram o <i>status</i> alterado para “concluído”.	[Matrículas concluídas / total de matrículas atendidas] x 100. Resultado extraído da Plataforma Nilo Peçanha
Taxa de evasão (ciclo)	40%	Medir o percentual de matrículas evadidas da instituição.	[matrículas evadidas / total de matrículas atendidas] x 100. Resultado extraído da Plataforma Nilo Peçanha
Taxa de retenção (ciclo)	10%	Medir o percentual de matrículas que continuaram ativas após o período de integralização do curso.	[matrículas retidas / total de matrículas atendidas] x 100. Resultado extraído da Plataforma Nilo Peçanha
Taxa de discentes atendidos pela assistência estudantil	80%	Acompanhar o percentual de estudantes atendidas/os pela assistência estudantil em seus diversos programas e serviços.	Total de discentes beneficiadas/os com alimentação escolar / total de estudantes matriculadas/os (Sigaa) x 100
Relação de inscritos por vagas	4,0	Medir a consonância da oferta de vagas em relação à procura do público [concorrência das vagas].	Total de inscritos / Total de vagas ofertadas. Resultado extraído da Plataforma Nilo Peçanha

OBJETIVO OEP2		DESCRIÇÃO	
OEP2 – Garantir as infraestruturas física e tecnológica adequadas, com foco na otimização da oferta de cursos e no desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.		Proporcionar à sociedade possibilidade de acesso aos cursos ofertados, assegurando as condições de manutenção e funcionamento da infraestrutura física/ administrativa e pedagógica.	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Taxa de infraestrutura física mínima – laboratórios cursos técnicos	80%	Verificar a compatibilidade da infraestrutura de Laboratórios existente dos <i>campi</i> e a infraestrutura mínima prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.	$\left(\frac{\text{Total de laboratório previsto no CNCT}}{\text{Total de laboratórios existentes na unidade}} \right) \times 100$
Taxa de infraestrutura física mínima – administrativa e de apoio	80%	Verificar a compatibilidade da infraestrutura administrativa e de apoio existente dos <i>campi</i> e a infraestrutura mínima validada pelo Grupo de Trabalho (GT) de Diretores-Gerais que foram designados pela Comissão Central do PDI 2024-2028.	$\left(\frac{\text{Total de ambientes listados pelo GT de diretores}}{\text{Total de ambientes existentes na unidade}} \right) \times 100$
Taxa de infraestrutura mínima de TI	88%	Verificar a existência de uma infraestrutura mínima de TI, analisando os aspectos: humano, de equipamentos e serviços ofertados para a comunidade.	$\frac{\text{Força de trabalho: } n^{\circ} \text{ de servidoras/es de TI existente}}{n^{\circ} \text{ mínimo de TI equipamentos computador desktop: Qtde de equipamentos existentes/ Qtde mínima necessário notebook: Qtde de equipamentos existentes.}}$
Taxa de infraestrutura física mínima – cursos superiores	80%	Verificar a compatibilidade da infraestrutura de Laboratórios existente dos <i>campi</i> e a infraestrutura mínima prevista no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.	$\left(\frac{\text{Total de laboratório previsto no CNCST}}{\text{Total de laboratórios existentes na unidade}} \right) \times 100$

PERSPECTIVA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
OBJETIVO OEP3		DESCRIÇÃO	
OEP3 – Otimizar a gestão de recursos para maximizar a captação e melhorar a gestão do gasto.		Aprimorar a gestão orçamentária e financeira dos recursos e ampliar a captação de recursos externos de diversas fontes, públicas e privadas.	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Taxa de crescimento da captação de recursos	10%	Medir o crescimento da captação de recursos externos à Lei Orçamentária, assim considerados os recursos oriundos de TEDs, convênios e instrumentos congêneres, recursos próprios diretamente arrecadados, parcerias com empresas ou agências de fomentos e emendas parlamentares.	$TCCR = \frac{MRCE - MRCA}{MRCA} \times 100$ Onde: TCCR: Taxa de Crescimento da Captação de Recursos MRCE: Montante de Recursos Captados no Exercício MRCA: Montante de Recursos Captados no Exercício Anterior
Índice de eficiência no planejamento orçamentário	1,0	Medir a capacidade de planejamento e execução dos créditos orçamentários disponibilizados.	$IEPO = \frac{IEQ + IEX + IAU + IEF}{4}$ IEPO: Índice de Eficiência do Planejamento Orçamentário IEQ: Índice de Equilíbrio $IEQ = \frac{\text{Despesa Prevista}}{\text{Dotação Prevista}}$ IEX: Índice de Execução $IEX = \frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Disponibilizada}}$ IAU: Índice de Autonomia $IAU = \frac{\text{Dotação Disponibilizada}}{\text{Dotação Prevista}}$ IEF: Índice de Efetividade $IEF = \frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Prevista}}$

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS			
OBJETIVO OEP4		DESCRIÇÃO	
OEP4 – Fortalecer a comunicação institucional do Ifal.		Fortalecer e assegurar a disponibilidade dos canais de comunicação institucional, desenvolvendo estratégias eficazes de comunicação, interna e externa, para garantir que a mensagem da Instituição seja clara, consistente e alinhada com sua Missão e Valores.	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Taxa de estruturação do Departamento de Comunicação	60%	Mensurar e avaliar as condições do Departamento de Comunicação e Eventos do Ifal para que este possa atuar no fortalecimento da imagem institucional.	Número de respostas “adota em maior parte ou totalmente” dividido pelo número total de respostas do questionário e multiplicado por cem
Taxa de implementação de estratégias de comunicação externa	70%	Mensurar e avaliar a efetividade das ferramentas de Comunicação do Ifal com o público interno.	$\frac{\{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : nq\} \times 100}{1}$

PERSPECTIVA: PESSOAS, CRESCIMENTO E INOVAÇÃO	
OBJETIVO OEP5	DESCRIÇÃO
OEP5 – Promover a formação das/os servidoras/es.	Desenvolver iniciativas voltadas à formação em serviço, capacitação e qualificação de servidoras/es, as quais contribuam para o desempenho de suas atividades na Instituição, proporcionando as condições necessárias para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o bom desempenho das funções profissionais.



PERSPECTIVA: PESSOAS, CRESCIMENTO E INOVAÇÃO			
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Taxa de qualificação das/os servidoras/es do quadro efetivo do Ifal	3%	Medir o percentual de servidoras/es do quadro efetivo do Ifal que elevaram o nível de escolaridade ou que realizaram o estágio pós-doutoral, por meio de incentivos ofertados pelo Instituto, tais como a concessão de afastamento, o custeio do curso ou de outras iniciativas oportunizadas pelo órgão.	$M = (NQ \times 100) \times NT$ NQ = Número de servidoras/es que concluíram a qualificação por meio de incentivos ofertados pelo Ifal. NT = Número total de servidoras/es ativas/os no Ifal
Taxa de implementação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)	70%	Identificar o percentual de execução das ações de desenvolvimento planejadas para o ano no PDP.	Total de ações planejadas (PDP) x 100 / Total de ações realizadas (PDP)

PERSPECTIVA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
OBJETIVO OEA1		DESCRIÇÃO	
OEA1 – Ampliar e fortalecer a rede de relacionamento com setores público e privado, comunidade, arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações formativas e de colaboração.		Estabelecer mecanismos de articulação sistemática com os atores sociais, desenvolvendo convênios e/ou parcerias com instituições nacionais e internacionais, objetivando a reciprocidade de relações nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Número de municípios beneficiados pelos programas/projetos/ações	80	Apresentar o desempenho do Ifal quanto ao alcance de municípios atendidos.	Somatório dos municípios beneficiados pelos programas e/ou projetos e/ou ações. São contabilizados municípios de quaisquer estados da federação. A meta é cumulativa



PERSPECTIVA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Número de pessoas participantes executores (estudantes, servidoras/es) e participantes beneficiados formalmente pelos programas/projetos/ações	19.000	Medir o número de pessoas participantes executoras (estudantes e servidoras/es) e participantes beneficiadas/os formalmente pelos programas/projetos/ações das áreas de Ensino, Extensão e Pesquisa.	Somatório de pessoas participantes executoras (estudantes e servidoras/es) e participantes beneficiadas/os formalmente pelos programas/projetos/ações das áreas de Ensino, Extensão e Pesquisa
Índice de efetividade das parcerias estabelecidas	90%	Medir a efetividade dos convênios e parcerias firmados pelo Ifal.	(Somatório do número de Termos de Cooperação, Acordos de Cooperação Técnica, Convênios, Termos de Compromisso ou demais Parcerias estabelecidas pelo Ifal com produtos ou serviços concretizados / Somatório do número de Termos de Cooperação, Acordos de Cooperação Técnica, Convênios, Termos de Compromisso ou demais Parcerias estabelecidas pelo Ifal) x 100

OBJETIVO OEA2		DESCRIÇÃO	
OEA2 - Fortalecer a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo e pedagógico.		Promover ações e práticas integradoras entre ensino, pesquisa e extensão, incluindo espaços formativos escolares e não escolares, contribuindo com o êxito acadêmico e profissional das/os estudantes em todos os níveis, modalidades e formas de ofertas.	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Número de ações envolvendo ensino/pesquisa/extensão	39	Medir o número de ações que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.	Somatório das ações que envolvam o ensino/pesquisa/extensão
Taxa de implementação de ações integradoras	50%	Mensurar a taxa de implementação das ações integradoras.	Número de respostas SIM/nº de questões) x 100

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS			
OBJETIVO OEA3		DESCRIÇÃO	
OEA3 – Fortalecer a governança institucional.		Promover uma gestão eficaz, transparente e responsável da instituição, garantindo sua capacidade de alcançar seus objetivos estratégicos e atender às expectativas de todas as partes interessadas envolvidas. Isso requer um compromisso contínuo com a melhoria dos processos, estruturas e cultura organizacional.	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Índice de liderança	90%	Avaliar capacidade das/os líderes (gestoras/es) em monitorar, direcionar e avaliar a gestão do Ifal.	$\frac{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : nq}{100} \times 100$
Índice de gestão estratégica	65%	Avaliar capacidade de planejamento, gestão de riscos e controles e monitoramento dos resultados.	$\frac{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : nq}{100} \times 100$
Índice de gestão das áreas de controle	90%	Avaliar eficiência dos controles institucionais.	$\frac{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : nq}{100} \times 100$
Índice de gestão de pessoas	50%	Avaliar implementação das ações aplicadas à gestão de pessoal.	$\frac{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : nq}{100} \times 100$
Índice de gestão de tecnologia da informação	60%	Avaliar implementação das ações aplicadas à gestão de Tecnologia e Segurança da Informação.	$\frac{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : nq}{100} \times 100$
Índice de gestão de contratações	60%	Avaliar implementação das ações aplicadas à gestão de compras e contratos.	$\frac{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : nq}{100} \times 100$
Índice de gestão orçamentária e financeira	60%	Avaliar implementação das ações aplicadas à gestão orçamentária e financeira.	$\frac{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : nq}{100} \times 100$



PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS			
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Índice de gestão da sustentabilidade	60%	Avaliar implementação das ações aplicadas à gestão de sustentabilidade ambiental e social.	$\{[(1 \times \text{AMPT}) + (0,75 \times \text{AP}) + (0,50 \times \text{AMP}) + (0,25 \times \text{HDFPPA})] : \text{nq}\} \times 100$
Taxa de implementação de estratégias de comunicação interna	70%	Avaliar implementação das ações aplicadas à gestão da comunicação institucional.	Número de respostas “adota em maior parte ou totalmente” dividido pelo número total de respostas do questionário e multiplicado por cem

PERSPECTIVA: RESULTADO À SOCIEDADE			
OBJETIVO OEI1		DESCRIÇÃO	
OEI1 – Consolidar ações direcionadas para grupos sociais historicamente excluídos.		Promover iniciativas que possibilitem a consolidação das políticas de inclusão do Ifal que contemplam as pessoas com deficiência, superdotadas/os/altas habilidades, neurodivergentes, povos indígenas, população negra e quilombola.	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Percentual de implantação do Nugedis	70%	Medir o percentual de <i>campi</i> com o Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (Nugedis) implantado.	Total de Núcleos implantados/ total de <i>campus</i> x 100
Percentual de salas de Napne equipadas	80%	Medir o percentual de salas do Napne equipadas com materiais e equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento educacional especializado.	Total de salas equipadas/ total de Napne no Ifal x 100
Percentual de salas implantadas para o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (Neabi)	80%	Medir o percentual de salas implantadas do Neabi, conforme normativo vigente.	Total de salas implantadas para o Neabi/total de Neabi no Ifal x 100

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS			
OBJETIVO OEI2		DESCRIÇÃO	
OEI2 – Assegurar práticas de gestão sustentável e eficiente dos recursos socioeconômicos e ambientais.		Implementar políticas, procedimentos e práticas que promovam a sustentabilidade social, minimizando o impacto negativo no meio ambiente, preservando recursos naturais, reduzindo desperdícios e otimizando a eficiência no uso de recursos econômicos. Por meio do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ifal (PLS).	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Taxa de implementação de ações administrativas voltadas para a sustentabilidade ambiental	50%	Garantir que as atividades realizadas estejam alinhadas com os objetivos e princípios da sustentabilidade.	Implementação de Núcleos de Gestão Ambiental- (Número de Núcleos de Gestão Ambiental instaurados)/(Número total de locais onde poderiam ser instalados) x 100% Taxa de Implementação de Ações Ambientais = (Número de <i>campi</i> que aderiram aos Programas Ambientais)/(Número total de <i>campi</i> onde os Programas estão disponíveis) x 100% Implementação de Ações Voltadas para o Desenvolvimento Sustentável = (Número de iniciativas alinhadas com a Agenda 2030/ (Número total objetivos de Desenvolvimento Sustentável) x 100%



PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS			
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Taxa de implementação de ações administrativas voltadas para a sustentabilidade ambiental	50%	Garantir que as atividades realizadas estejam alinhadas com os objetivos e princípios da sustentabilidade.	Implementação de Ações Voltadas para a Sustentabilidade Ambiental = (Número de parcerias estabelecidas para promover a sustentabilidade ambiental/Número total de parcerias possíveis para o mesmo propósito) 100% Implementação de Ações com Subcomissões = (Número de subcomissões implementadas)/Número total de áreas prioritárias] 100%
Taxa de implementação de ações acadêmicas voltadas para a sustentabilidade ambiental	70%	Aumentar a conscientização e o engajamento da comunidade, estimulando a participação ativa na promoção de práticas sustentáveis.	Implementação do PLS = (Número de iniciativas efetivamente implementadas)/Número total de iniciativas planejadas) x 100% Indicador é calculado a partir da média de execução das implementações Realização de Eventos Acadêmicos de Sustentabilidade = (Número de eventos acadêmicos com a temática de sustentabilidade)/ (Número total de eventos acadêmicos realizados) x 100



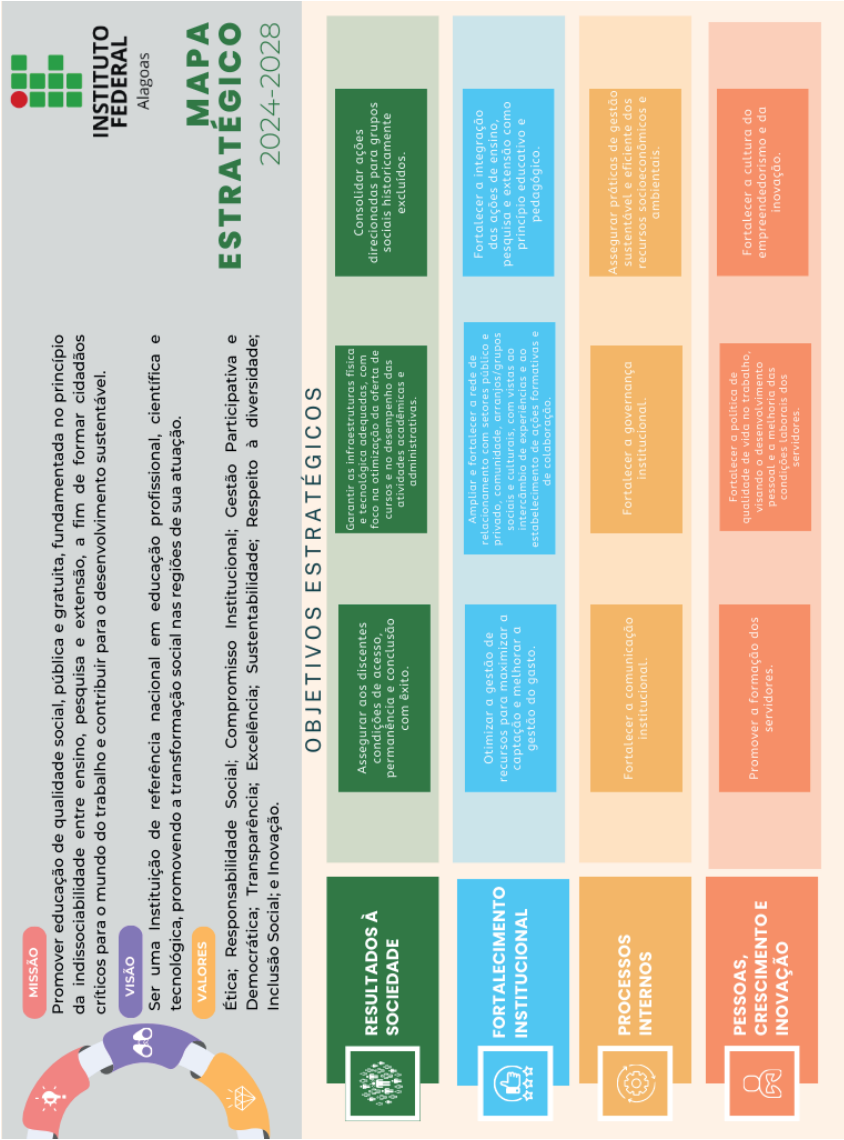
PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS			
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Taxa de implementação de ações acadêmicas voltadas para a sustentabilidade ambiental	70%	Aumentar a conscientização e o engajamento da comunidade, estimulando a participação ativa na promoção de práticas sustentáveis.	Projetos que atendam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável = (Número de projetos que abordam o desenvolvimento sustentável)/(Número total de projetos aprovados nos editais) x 100% Indicador é calculado a partir da média de execução das implementações

PERSPECTIVA: PESSOAS, CRESCIMENTO E INOVAÇÃO			
OBJETIVO OEI3		DESCRIÇÃO	
OEI3 – Fortalecer a política de qualidade de vida no trabalho, visando ao desenvolvimento pessoal e à melhoria das condições laborais das/os servidoras/es.		Fortalecer a Política de Qualidade de Vida no Trabalho, promovendo um ambiente laboral saudável, de maneira que se possa conciliar a entrega dos resultados institucionais com as necessidades de saúde e equilíbrio de suas/seus servidoras/es.	
INDICADOR	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Índice de satisfação do clima organizacional	85%	Mensurar a satisfação das/os servidoras/es em relação à Instituição.	O indicador é gerado a partir da metodologia aplicada da pesquisa de clima organizacional

PERSPECTIVA: PESSOAS, CRESCIMENTO E INOVAÇÃO			
OBJETIVO OEI4		DESCRIÇÃO	
OEI4 – Fortalecer a cultura do empreendedorismo e da inovação.		Consolidar e difundir a cultura da inovação, propriedade intelectual, empreendedorismo, associativismo e cooperativismo como iniciativas promotoras para o desenvolvimento individual, econômico e social de todos os atores sociais envolvidos.	
INDICADORES	META	FINALIDADE	FÓRMULA
Número de ações/ atividades nas áreas de cooperativismo, associativismo e empreendedorismo	30	Mensurar o número de ações/atividades nas áreas de cooperativismo, associativismo e empreendedorismo.	Somatório de ações/ atividades nas áreas de cooperativismo, associativismo e empreendedorismo
Número de empresas incubadas instituídas	10	Contabiliza o quantitativo de empreendimentos incubados.	Número de empreendimentos de pré-incubação + Número de empreendimentos incubados
Número de empresas juniores instituídas	10	Apresentar o desempenho do Ifal quanto à instituição de empresas juniores.	Somatório das empresas juniores instituídas e em funcionamento no Ifal
Número de registros de propriedade intelectual	70	Contabiliza o número de propriedades intelectuais depositadas no período.	Número de patentes depositadas + Número de registros de software + Número de desenhos industriais depositados + Número de marcas

O Mapa Estratégico apresentado pela Figura 9 é composto pelos Direcionadores Estratégicos (Missão, Visão e Valores), quatro Perspectivas Institucionais e 12 Objetivos Estratégicos.

Figura 9 – Mapa Estratégico do Ifal.



Na fase de Aprovação, o PDI foi consolidado no Grupo de Trabalho e na Comissão Central, sendo levado para apreciação e aprovação da minuta pelo Conselho Superior - Consup.

1.3 Quadro Resumo do Planejamento Estratégico do Ifal

Quadro 2 – Resumo do Planejamento Estratégico do Ifal;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	OEP 01 - Assegurar aos discentes condições de acesso, permanência e conclusão com êxito		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Taxa de discentes beneficiados/as com alimentação escolar	50%	PROEN
			1. atualizar e monitorar a execução do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes
			2. elaborar e atualizar normativos de ensino
	Discentes elegíveis beneficiados com auxílios/ bolsas da assistências estudantil	90%	3. promover e monitorar as ações integradas da Assistência Estudantil
			4. planejar e acompanhar a atualização de Projetos Pedagógicos de Cursos
			5. ampliar o número de estudantes atendidas/os pela Assistência Estudantil
			6. ampliar o número de estudantes atendidas/os pelo Programa de Alimentação e Nutrição Escolar do Ifal
	Eficiência Acadêmica	55%	7. assegurar espaços de atuação para as/os estudantes dos cursos presenciais e da modalidade a distância e de suas entidades representativas
			8. monitorar a relação de candidatas/os por vaga nos processos seletivos dos cursos presenciais e na modalidade a distância
			9. acompanhar ações que visam a ampliação da relação de inscritos por vagas nos processos seletivos dos cursos presenciais e na modalidade a distância
	Percentual de execução das ações do PEIPEE	80%	PESQUISA E INOVAÇÃO
			1. estimular a utilização da estrutura dos ambientes de inovação como estratégia para o fortalecimento curricular que permitam a formação inter e multidisciplinar
			2. fortalecer a produção acadêmica qualificada e incentivar a sua divulgação
			3. apoiar a participação e realização de eventos científicos



	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	Taxa de Conclusão (ciclo)	50%	4. fortalecer os Comitês de Ética em Pesquisa e o Conselho Editorial do Ifal para permitir o desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e facilitar a publicação das produções intelectuais
			5. estimular a execução de projetos de pesquisa e inovação e a criação de grupos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento.
			PRPPI
	Taxa de Evasão (ciclo)	40%	1. tornar mais acessível a página de editais dos Programas e Cursos de Pós-graduação no Portal do Ifal
			2. consolidar os programas existentes
	Taxa de Retenção (ciclo)	10%	3. promover ações de internacionalização
			4. ampliar a interação e a verticalização da pós-graduação com todos os níveis e modalidades de ensino
			5. fortalecer as políticas de ações afirmativas nos editais da pós-graduação
	Taxa de discentes atendidos pela assistência estudantil	80%	6. aprimorar os mecanismos de acompanhamento e de avaliação continuada dos cursos de pós-graduação
			7. implementar sistema de acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico dos/as estudantes da pós-graduação
			8. fortalecer a produção acadêmica qualificada, publicação e sua divulgação
	Relação de Inscritos por vagas	4,0	9. ampliar a divulgação interna e externa dos programas de pós-graduação
			10. apoiar e realizar eventos acadêmicos e científicos
			11. fortalecer a política de apoio à edição e à tradução de textos científicos
			12. levantar regularmente as necessidades educacionais dos estudantes, identificando possíveis barreiras ao acesso, permanência e conclusão do curso
			13. disseminação das informações sobre oportunidades de estágio na pós-graduação, emprego e continuidade acadêmica



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS			
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	OEP2 – Garantir as infraestruturas física e tecnológica adequadas, com foco na otimização da oferta de cursos e no desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Taxa de Infraestrutura Física Mínima – Laboratórios Cursos Técnicos	80%	INTERNACIONALIZAÇÃO
			1. implantar laboratórios de línguas nos campi;
			2. ofertar cursos de línguas nos campi
			PRPPI
			1. favorecer a busca pelo acesso à tecnologia necessária aos docentes e discentes no desenvolvimento de pesquisas e apresentação de seus resultados
			2. apoiar os programas de pós-graduação na busca de estrutura física e tecnológica para funcionamento das atividades de coordenação, secretaria e desenvolvimento de atividades de orientação
			DIEX
			1. atualizar projetos arquitetônicos dos Campi e Reitoria
			2. regularizar os Campi e Reitoria junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas para a obtenção/renovação do Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB
	Taxa de Infraestrutura Física Mínima – Administrativa e de Apoio	80%	3. assessorar às unidades Ifal para regularização das licenças ambientais
			4. assessorar às unidades Ifal para a implantação de estruturas pré-fabricadas, tais como: salas modulares e estações de tratamento de esgoto
			5. realizar levantamento das intervenções necessárias para as áreas de alimentação dos Campi Ifal
			6. realizar levantamento das áreas de intervenção para melhoria da acessibilidade arquitetônica dos Campi Ifal
			7. elaborar plano diretor piloto do Ifal
			8. elaborar plano de manutenção predial que contemple as especificidades das unidades Ifal



	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	Taxa de Infraestrutura mínima de TI	88%	9. realizar contratação de manutenção predial preventiva e corretiva das unidades Ifal
			10. realizar mapeamento do consumo de energia elétrica das unidades IFAL, para o planejamento de ações que visam o uso de energia renovável e sustentável, a exemplo de usinas solares integradas
			11. realizar contratação e/ou elaborar os projetos executivos das obras de construção das 03 novas sedes do Ifal, quais sejam: Girau do Ponciano, Maceió e Mata Grande
			DTI
			1. elaborar artefatos para a contratação de empresa especializada para realizar manutenção e ampliação da rede lógica das Unidades do Ifal
			2. elaborar estudo técnico para aquisição de equipamentos de TIC para garantir o perfeito funcionamento dos laboratórios de ensino
	Taxa de Infraestrutura Física Mínima – Cursos Superiores	80%	3. elaborar e implantar as diretrizes que compõem a Política de Segurança da Informação do Ifal nas áreas de: Tratamento da informação, Segurança física e do ambiente; Gestão de incidentes em segurança da informação; Gestão de ativos; Gestão do uso dos recursos operacionais e de meios de comunicações; Controles de acesso; Gestão de riscos; Gestão de continuidade; e Auditoria e conformidade
	OEP3 – Otimizar a gestão de recursos para maximizar a captação e melhorar a gestão do gasto		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Taxa de crescimento da captação de recursos	10,0%	PRPPI
			1. ampliar e consolidar convênios e parcerias para os cursos de pós-graduação
			2. implementar ações para a captação de recursos externos
			PROAD
			1. aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento e controle dos gastos
			2. otimizar e padronizar os fluxos e procedimentos com a reestruturação das áreas de contabilidade, orçamento e finanças, proporcionando maior celeridade no atendimento às demandas institucionais e permitindo maior qualidade do gasto



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS			
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	Índice de eficiência no planejamento orçamentário	1,0	3. aprimorar a relação entre o planejamento estratégico, o planejamento de aquisições e contratações e o planejamento orçamentário e financeiro, utilizando ferramenta informatizada
			4. adotar mecanismos que permitam ampliar a participação da comunidade escolar no processo orçamentário
			5. oferecer aos gestores instrumentos que colaborem com o processo decisório e de gestão estratégica
			6. incentivar a captação de recursos externos
			7. estimular ações de sustentabilidade, visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais e a economia de recursos
	OEP4 – Fortalecer a comunicação institucional do Ifal		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Taxa de estruturação do Departamento de Comunicação	60%	PRPPI
			1 ampliar a visibilidade de defesas públicas de TCCs e dissertações dos programas e cursos de pós-graduação, no e-mail institucional da PRPPI e nas redes sociais dos programas de pós-graduação
			2. aprimorar o processo de divulgação da produção científica e dos produtos técnico-tecnológicos gerados pelos programas e cursos de pós-graduação por meio do Repositório Digital Institucional do Ifal (RedIfal) e do Portal Integra Ifal
			3. contribuir para a divulgação das trajetórias de ascensão de egressos dos programas e cursos de pós-graduação
			DCE
		1. construir, implantar e consolidar a Política de Comunicação	
			2. fortalecer a comunicação interna e externa, com o objetivo de consolidar a imagem institucional
			3. articular ações de comunicação entre a Reitoria, os campi e a imprensa
			4. estimular a transparência, o uso do site do Ifal e de outras ferramentas para oferecer informações institucionais à comunidade



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS			
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES			5. criar ou adequar a estrutura de Comunicação na Reitoria e nos campi, de acordo com a Política de Comunicação
			6. construir e implementar Planos de Comunicação para a Reitoria e para os campi, de acordo com a Política de Comunicação
			7. assessorar os eventos da agenda institucional
			8. instituir periodicamente encontros com os profissionais da comunicação do Ifal
			9. promover encontros periódicos com os profissionais da imprensa local
			10. articular ações de comunicação digital, fortalecendo a presença do Ifal nas redes sociais e plataformas digitais
	OEP5 – Promover a formação dos servidores		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Taxa de Qualificação das/os servidoras/es do quadro efetivo do Ifal	3%	INTERNACIONALIZAÇÃO
			1. ofertar cursos em parcerias para servidoras/es
			2. divulgar e acompanhar ações de parceiros externos sobre eventos, programas e cursos
			3. promover iniciativas de mobilidade acadêmica nacional e internacional para servidoras/es, na modalidade presencial e/ou online
			4. organizar, por meio de parcerias externas, momentos de socialização sobre cursos, oportunidades acadêmicas e bolsas de estudo nacionais ou internacionais (presencial e/ou online)
			PRPPI
			1. fortalecer parcerias com instituições de ensino, proporcionando programas de pós-graduação, cursos de especialização e atualização para os servidores
2. promover cursos de curta duração como resultado da produção científica e produtos técnico-tecnológicos e educacionais oriundos dos programas e cursos de pós-graduação destinados aos servidores do Ifal			
3. incentivar a qualificação das/os servidoras/es do Instituto por meio de concessão de afastamento para cursos de pós-graduação e pós-doutorado			



	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES			4. garantir percentual para participação das/os servidoras/es nos cursos de pós-graduação ofertados pelo Ifal
			5. buscar parcerias com outras instituições para oferta de Mestrados e Doutorados interinstitucionais
			6. promoção da qualificação das/os servidoras/es
			DGP
	Taxa de implementação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas PDP	70%	1. estabelecer suporte, orientação e comunicação sistemática junto às Coordenações de Gestão de Pessoas dos campi
			2. implantar a gestão por competências, a partir do mapeamento já realizado das competências organizacionais e dos cargos, a fim de subsidiar as ações de seleção, movimentação, formação e desempenho
			3. formalizar e fortalecer o Programa de Desenvolvimento de Gestores, a fim de formar as/os gestoras/es da Instituição para o exercício de suas atividades
			4. contribuir com ações que promovam a inclusão de pessoas com necessidades específicas
			5. elaborar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas anualmente, propondo um cronograma de formação e aperfeiçoamento considerando as lacunas de desenvolvimento de competências e com uma metodologia de execução do orçamento de ações de desenvolvimento nos diversos campi
			6. fortalecer e aprimorar o Programa de Iniciação ao Serviço Público, em consonância com as diretrizes previstas na legislação vigente, que venha contemplar não somente o acolhimento das/os ingressantes, mas também o conhecimento a respeito da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da IFE e da conduta do/a servidor/a público e sua integração no ambiente institucional
			7. promover ações que incentivem a realização de formações por meio de multiplicadoras/es internas/os
			8. incluir no Plano de Desenvolvimento de Pessoas formações para as/os servidoras/es que atuam diretamente com estudantes com necessidades específicas, vistas ao cumprimento das políticas públicas em prol da Educação Inclusiva
			9. instruir as/os servidoras/es para realização da avaliação de desempenho de maneira qualificada
			10. formar as/os gestoras/es para condução dos processos institucionais de avaliação de desempenho



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
OEA1 – Ampliar e fortalecer a rede de relacionamento com setores público e privado, comunidade, arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações formativas e de colaboração		
INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	Número de municípios beneficiados pelos programas/projetos/ações.	PROEN
		1. promover e acompanhar ações de cooperação técnica, visando à execução de programas de trabalho, projetos, atividades ou eventos junto às redes pública e privada de ensino, às comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais
		PESQUISA E INOVAÇÃO
		1. ampliar e fortalecer a articulação com instituições públicas e privadas
		2. elaborar e atualizar normativos da Pesquisa e da Inovação
		3. acompanhar a execução de projetos de pesquisa e inovação
		4. promover ações para divulgação da Pesquisa e da Inovação
		5. fortalecer a cultura de proteção intelectual do conhecimento gerado
		6. fortalecer o desenvolvimento de pesquisas em parceria
		7. ampliar e garantir o funcionamento dos ambientes de inovação
		8. promover ações que visem à transferência das tecnologias geradas em ambientes acadêmicos
		INTERNACIONALIZAÇÃO
		1. promover a mobilidade acadêmica de estudantes e servidoras/es
		2. divulgar as ações de parceiros externos que promovem oportunidades para estudantes e servidoras/es, com foco em mobilidade acadêmica e desenvolvimento pessoal
		3. organizar eventos de internacionalização para o compartilhamento de possibilidades de estudo e pesquisa no exterior e para socialização de atividades desenvolvidas nessa área
		4. implantar o escritório Education USA



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Número de pessoas participantes executores (estudantes, servidoras/es/as) e participantes beneficiados formalmente pelos programas/projetos/ações	19.000	5. ampliar os acordos, parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, comunidades, arranjos/grupos sociais e culturais, nacionais e internacionais
			PROEX
			1. dar celeridade aos processos, mantendo-se em sintonia com a realidade externa, visando atender com eficiência às demandas existentes
			2. consolidar a implantação do Sistema de Estágios e Jovem Aprendiz - SEJA como sistema de gerenciamento das ações de empregabilidade e efetividade das parcerias
			3. promover visitas orientadas às organizações com vistas construção de parcerias para ações colaborativas
			4. estabelecer estratégias de ação para identificação de oportunidades de inserção do profissional egresso no mundo do trabalho e monitorar a inserção dos egressos no mundo do trabalho
			5. participar de chamadas públicas para o credenciamento de propostas extensionistas em editais de fomento externo
			6. promover e coordenar ações com os diversos setores da sociedade – governo federal e estadual, prefeituras, associações de classe, movimentos sociais rurais e urbanos, comunidades tradicionais, povos originários, constituintes do setor produtivo, e organizações da sociedade civil, entre outros – visando refletir, discutir e divulgar políticas de desenvolvimento regional
			7. criar canais de interlocução com a sociedade, o setor produtivo, movimentos sociais, terceiro setor, órgãos de fomento e os variados atores sociais, para que a instituição absorva as demandas comunitárias que apontem para o desenvolvimento de novas atividades extensionistas de interesse destes e para o estabelecimento de ações empreendedoras em nível local, regional, nacional e internacional
			8. fomentar ações artísticas e culturais, valorizando as manifestações culturais regionais, por meio do Programa de Extensão ARTIFAL e do Programa de Equipamentos Culturais



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Índice de efetividade das parcerias estabelecidas	90%	9. realizar anualmente o Festival de Arte e Cultura do Ifal e a Mostra de Extensão
			10. fomentar o Programa de Extensão PROPEQ, que aplica os resultados de Projetos de Pesquisa, concluídos com êxito e devidamente registrados na Pró- Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Ifal (PRPPI), na forma de projetos de Extensão
			11. fomentar o Programa de Extensão Minha Comunidade, para execução de projetos que visam a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e produtiva, e a geração de oportunidades
			12. fomentar o Programa de Extensão PROIFAL, para preparação para o exame de seleção para ingresso nos cursos do Ifal, para atender as/os estudantes de escolas públicas
			13. fomentar o Programa de Extensão PEAf, que visa promover, junto aos agricultores familiares, a difusão e/ou aprimoramento de tecnologias, práticas sustentáveis de produção, além de incentivar o cooperativismo e o associativismo e a distribuição de renda
			14. fomentar o Programa de Extensão Mulheres Empreendedoras, que visa à consolidação das políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva, principalmente de mulheres em situação de vulnerabilidade social
			15. fomentar o Programa de Economia Solidária, que objetiva realizar o assessoramento a empreendimentos de economia solidária, como grupos informais, associações, cooperativas, dentre outros, por meio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - Ecosol Ifal
			16. ofertar cursos de extensão, de formação inicial e de formação continuada, conforme as demandas existentes e pactuações nos programas de Bolsa-Formação
			17. fomentar a participação da comunidade acadêmica em eventos extensionistas



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS			
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES			18.realizar pesquisa com público externo envolvido nas ações de extensão, a fim de verificar o grau de satisfação e a necessidade de adequações destas
			19. manter o registro, em sistema oficial, de todas as ações de extensão e manter atualizados os indicadores e metas anuais na ferramenta de gestão do planejamento
			20. realizar um encontro estadual de extensão visando consolidar uma rede com base no Ifal
			PRPPI
			1. ampliar e fortalecer a articulação com instituições públicas e privadas
			2. desenvolver pesquisas em parceria com o setor produtivo
			3. incentivar a participação dos membros dos programas e cursos de pós-graduação em conselhos, comitês, fóruns com órgãos representativos
			4. ampliar e fortalecer parcerias com agências de fomento
			5. incentivar participação dos programas nas ações de parcerias acadêmicas e científicas interinstitucionais
			6. possibilitar oportunidades de colaboração em pesquisa, inovação e extensão para benefício mútuo e contribuição ao desenvolvimento regional
	OEA2 – Fortalecer a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo e pedagógicoações formativas e de colaboração		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Número de ações envolvendo ensino/ pesquisa/ extensão	39	PROEN
			1. consolidar a curricularização da extensão
			2. mapear e apoiar eventos integradores entre ensino, pesquisa e extensão
			3. apoiar programas de iniciação à docência e de aprofundamento da formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura



	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES			4. fomentar os projetos de ensino
			PESQUISA E INOVAÇÃO
			1. realizar e participar de eventos de Pesquisa e Inovação integrados com o Ensino e a Extensão
			2. estimular a utilização dos ambientes de inovação para projetos de ensino, pesquisa e extensão
	Taxa de implementação de ações integradoras	50%	3. estimular a atualização das plataformas digitais para divulgação do conhecimento produzido por meio de ações, projetos e programas de ensino, extensão, pesquisa e inovação
			INTERNACIONALIZAÇÃO
			1. ofertar cursos de idiomas para estudantes e servidoras/es
			2. acompanhar estudantes e servidoras/es em programas, cursos e eventos que envolvem ensino, pesquisa e extensão
			3. divulgar as ações de parceiros nacionais e internacionais de ensino, pesquisa e extensão
			4. promover eventos de internacionalização para o compartilhamento de possibilidades de desenvolvimento pessoal e para socialização de atividades desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão
			PROEX
			1. priorizar propostas que apresentem estreita vinculação com o ensino, a pesquisa e extensão desenvolvidos no Ifal
			2. realizar ações sistêmicas voltadas para integração do ensino, pesquisa e extensão
			3. estabelecer parcerias e profissionais e instituições para desenvolvimento de ações integradoras
			4. fomentar ambientes formativos que promovam a integração de práticas acadêmicas e profissionais
			PRPPI
			1. promover atividades extensionistas nos programas e cursos de pós-graduação



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	OE3 - Fortalecer a governança institucional		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Índice de liderança	90%	SECRETARIA DE GOVERNANÇA
			1. desenvolver as competências das/os membras/os da alta administração
			2. definir os critérios para avaliação do desempenho das/os membras/os da alta administração
			3. implantar o Código de Conduta Ética e de Integridade das/os Agentes Públicos do Ifal
	Índice de Gestão Estratégica	65%	4. estabelecer a Política de Combate à Fraude e Corrupção
			SECRETARIA DE GOVERNANÇA
			1. implementar a gestão de riscos
			2. implantar a gestão de continuidade do negócio
	Índice de Gestão das áreas de controle	90%	3. estabelecer o modelo de gestão da estratégica
			4. definir metas para simplificação do atendimento prestado aos usuários
			5. definir o modelo de gestão dos processos (finalísticos, gestão de pessoas, TI, contratações, orçamento e finanças e sustentabilidade social e ambiental)
			6. monitorar a execução (eficácia), os resultados alcançados (eficiência) e os efeitos (efetividade) da estratégia
	Índice de Gestão de Pessoas	50%	7. monitorar o desempenho da gestão dos processos finalísticos, gestão de pessoas, TI, contratações, orçamento e finanças e sustentabilidade social e ambiental
			SECRETARIA DE GOVERNANÇA
			1. implantar a pesquisa de satisfação dos usuários
			2. publicar os gastos com cartões corporativos
			3. publicar Planos e Relatórios setoriais



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS			
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
			SECRETARIA DE GOVERNANÇA
			1 implantar planos específicos das áreas de gestão de pessoas e seus respectivos relatórios
			2 definir os perfis profissionais dos cargos
			3 estabelecer a política de dimensionamento da força de trabalho
			4 estabelecer os critérios para escolha de gestoras/es e a política de sucessão
			5 estabelecer métodos e critérios para seleção externa
			6 implementar ações de desenvolvimento de lideranças, com bases nas funções que ocupam
			7. melhorar o processo e mecanismos de avaliação das ações educacionais realizadas
	Índice de Gestão de Tecnologia da Informação	60%	8. melhoria do Clima Organizacional, com base nos resultados das pesquisas
			9. monitorar as ações de PQVT
			10. estabelecer o programa de reconhecimento de servidoras/es e colaboradoras/es
			11. estabelecer procedimentos para avaliar a movimentação interna e externa de servidoras/es
			SECRETARIA DE GOVERNANÇA
			1. monitorar os níveis de serviços estabelecidos pela ANS
			2. implementar o processo de gestão de mudanças
			3. implementar o processo de gestão de configuração de ativos
			4. implementar o processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação e de incidentes de segurança da informação



	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES			5. executar o processo de gestão dos riscos de tecnologia da informação e de segurança da informação
			6. implementar o processo de gestão de continuidade de serviços de tecnologia da informação
			7. implementar processo de controle de acesso à informação e aos ativos associados à informação
			8. implementar o processo de classificação e tratamento de informações sigilosas nos sistemas de gestão de processos
	Índice de Gestão de Contratações	60%	9. implementar as atividades de gestão da segurança dos recursos de processamento da informação, inclusive dos recursos de computação em nuvem
			10. implementar o processo de software
			11. implementar o processo de projetos de tecnologia da informação
			12. promover o uso de Inteligência Artificial em seus processos internos ou finalísticos
			SECRETARIA DE GOVERNANÇA
			1. definir os processos de trabalho para gestão de contratos
			2. implementar o processo de planejamento anual das contratações
			3. estabelecer procedimentos de prevenção e combate a fraudes e corrupção nos processos de contratações
			4. implementar a transparência das contratações
	Índice de Gestão Orçamentária e Financeira	60%	5. articular o desenvolvimento de competências dos ocupantes de funções essenciais da área de contratações
			6. estabelecer as demandas por ocupantes de funções essenciais da área de contratações
			7. estabelecer o processo de transição e rotação de ocupantes das funções essenciais da área de contratações
			8. promover contratações sustentáveis



	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	Índice de Gestão da Sus- tentabilidade	60%	SECRETARIA DE GOVERNANÇA
			1. definir o processo de trabalho para elaboração anual da proposta orçamentária
			2. implementar o alinhamento do orçamento com o planeja- mento estratégico
			3. adequar a previsão de recursos orçamentários no PLOA
			4. estabelecer as prioridades, relacionadas com as atividades institucionais que demandam de recursos orçamentários
			SECRETARIA DE GOVERNANÇA
			1. implantar o programa de sustentabilidade ambiental
			2. promover, interna e externamente, o programa de susten- tabilidade ambiental institucional
			3. promover o programa ou política de diversidade e inclusão social e de acessibilidade
	Taxa de implementação de estratégias de comunicação interna	70%	4. implantar um sistema de prevenção e combate ao assédio
			5. implantar um sistema de prevenção e combate à discri- minação
			6. implantar um sistema de promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
			7. promover a cultura da diversidade e inclusão, interna e externamente
			DCE
			1. implementar a estratégia de Comunicação Interna



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS		
	OEI1 – Consolidar ações direcionadas para grupos sociais historicamente excluídos		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Percentual de implantação dos NUGEDIS	70%	PROEN
			1. elaborar e atualizar normativos de inclusão e de diversidade
			2. acompanhar a implementação dos normativos de inclusão e de diversidade nos campi
			3. Implantar salas para os Neabis
	Percentual de salas do Napne equipadas	80%	4. equipar as salas do Napne com recursos que atendam à demanda local
			5. assegurar o cumprimento da regulamentação dos planos educacionais individualizados para a inclusão e a diversidade
	Percentual de salas implantadas para o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (Neabi)	80%	6. garantir os serviços de profissionais especializadas/os para atender às/ aos estudantes com necessidades específicas
			7. realizar parcerias com outros organismos e instituições para implementar ações de inclusão e diversidade
			PRPPI
			1. implementar ações direcionadas para grupos sociais historicamente excluídos no âmbito da pós-graduação
			2. fortalecer mecanismos de equidade para grupos sociais historicamente excluídos no âmbito da pós-graduação
			3. integrar o Napne, o Nugedis e o Neabi no contexto da pós-graduação



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS			
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	OEI2 – Assegurar práticas de gestão sustentável e eficiente dos recursos socioeconômicos e ambientais		
	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Taxa de Implementação de Ações Administrativas voltadas para a Sustentabilidade Ambiental	50%	PÓS-GRADUAÇÃO
			1. fortalecer as estratégias de sustentabilidade utilizando a produção científica e os produtos técnicos e tecnológicos gerados nos programas e cursos de pós-graduação
			2 promover ações educativas e de sensibilização sobre sustentabilidade no Ifal, a partir da produção científica e produtos técnico-tecnológicos gerados nos programas e cursos de pós-graduação
	Taxa de Implementação de Ações Acadêmicas voltadas para a Sustentabilidade Ambiental	70%	SUSTENTABILIDADE
			1. criar os núcleos de gestão ambiental nos campi
			2. efetivar a adesão dos Campi em Programas Ambientais
			3. estimular ações institucionais que possam ser alinhadas com os princípios e metas estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável
			4. efetivar Parcerias com entidades públicas e privadas, visando impulsionar iniciativas conjuntas para promover a sustentabilidade ambiental
			5. implementar subcomissões compostas por especialistas em áreas prioritárias, encarregadas de fornecer consultoria aos campi
			6. efetivar as ações de sustentabilidade do Plano de Logística Sustentável (PLS) implementadas no Instituto Federal de Alagoas (Ifal)
			7. estimular a realização de Eventos acadêmicos com a temática de sustentabilidade
			8. estimular Projetos que abordem o Desenvolvimento Sustentável nos editais de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS			
OEI3 - Fortalecer a política de qualidade de vida no trabalho, visando ao desenvolvimento pessoal e a melhoria das condições laborais das/os servidoras/es			
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Índice de satisfação do Clima Organizacional	85%	DGP
			1. implantar a Política de Gestão de Pessoas do Ifal
			2. elaborar e/ou atualizar normativos e instrumentos que regulamentam a prática de gestão e movimentação de pessoal na Instituição
			3. ampliar as ações voltadas para a promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho às/aos servidoras/es
			4. promover formação continuada na área de Qualidade de Vida no Trabalho para servidoras/es de Gestão de Pessoas do Ifal
			5. assessorar Comissões de Qualidade de Vida no Trabalho dos campi, atuando de maneira sistêmica com a Reitoria do Ifal
			6. implantar a Comissão Interna de Saúde do Serviço Público (Cissp)
			7. fortalecer o Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO) no Ifal, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto das/os trabalhadoras/es
			8. fortalecer o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) no Ifal, visando à preservação da saúde e da integridade das/os trabalhadoras/es
			9. implantar o Programa de Ergonomia no Ifal
			10. coordenar o Programa de Exames Periódicos das/os servidoras/es do Ifal
			11. desenvolver iniciativas que visem atuar nas áreas de prevenção e promoção à saúde
			12. revisar e atualizar o sistema de avaliação dos técnico-administrativos, com o objetivo de melhoria do processo
			13. desenvolver ações de PSQVT voltadas à saúde mental das/os servidoras/es



QUADRO COMPILADO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS			
OEI4 – Fortalecer a cultura do empreendedorismo e da inovação			
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERMANENTES	INDICADORES	METAS FINAIS	INICIATIVAS
	Número de ações/ atividades nas áreas de cooperativismo, associativismo e empreendedorismo.	30	PESQUISA E INOVAÇÃO
			1. fortalecer a cultura da propriedade intelectual e do empreendedorismo apoiados pelo NIT
			2. estimular e difundir a participação de servidoras/es detentoras/es de propriedades intelectuais em editais de fomento externo voltados ao apoio de transferência tecnológica
	Número de empresas incubadas instituídas	10	PROEX
			1. promover a criação e a atuação de empresas juniores, por meio de apoio às ações, acompanhamento administrativo e edital anual para registro das ações como prestação de serviços
	Número de empresas juniores instituídas	10	2. realizar, periodicamente, eventos relacionados ao associativismo, cooperativismo e empreendedorismo, de duração e abrangência variada, como cursos, seminários, oficinas temáticas, fóruns, feiras e intercâmbios
			3. promover a realização de ações extensionistas de caráter empreendedor por meio de editais específicos ou por linha temática
			4. interagir com órgãos de fomento para o estabelecimento de ações
			5. promover ações associativas e cooperativas, por meio de projetos e cursos específicos e incubadoras de economia solidária, buscando a disseminação da cultura de equipe e da produção coletiva
	Número de registros de propriedade intelectual	70	PRPPI
			1. estimular a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais mediante programas e projetos de extensão que estimulem a produção cultural, o cooperativismo e a economia solidária
			2. promover ações que visem à transferência das tecnologias geradas nos cursos e programas de pós-graduação

2

PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Breve histórico

A criação do Instituto Federal de Alagoas ocorreu por meio de uma particular integração entre duas autarquias, hoje extintas: a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS) e o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet).

Essas instituições já haviam passado por muitas outras mudanças: a EAFS, ao ser criada, recebeu o nome de Patronato Agrícola de Alagoas (1911) e, a seguir, passou a denominar-se Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto (1939), Escola Agrícola Floriano Peixoto (1947), Escola Agrotécnica Floriano Peixoto (1957), Colégio Agrícola Floriano Peixoto (1964) e, por fim, Escola Agrotécnica Federal de Satuba (1979).

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas, por sua vez, recebeu inicialmente os seguintes nomes: Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909), Liceu Industrial de Maceió (1937), Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1961), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967). Esta, mediante o Decreto nº 5.224/2004, transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica, o que possibilitou a oferta de cursos superiores.

A partir de 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, com a fusão do Cefet e da EAFS estabeleceu-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, com todas as prerrogativas de uma instituição de ensino superior, destacando-se na oferta de ensino técnico e tecnológico em Alagoas. É com esses históricos distintos que buscamos a construção de uma nova realidade educacional em nosso Estado.

Atualmente, o Ifal dispõe de 16 unidades de ensino, em 15 diferentes municípios: Arapiraca, Batalha, Coruripe, Maceió (Centro e Benedito Bentes), Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e Viçosa; e da Reitoria, localizada também na capital.

No dia 12 de março de 2024, o Governo Federal anunciou a criação de 100 novos *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), marcando a retomada da expansão estruturada da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma rede capilarizada, com instituições pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta pública da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais graus e modalidades da Educação Nacional, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação.

Aqui, três municípios foram contemplados com a criação de novos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal): Girau do Ponciano, Mata Grande e Maceió.

Os Institutos Federais têm um histórico de promoção da inclusão e do acesso à educação de qualidade, oferecendo oportunidades educacionais para uma variedade de públicos, incluindo jovens e adultos, contribuindo para reduzir as disparidades educacionais e para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

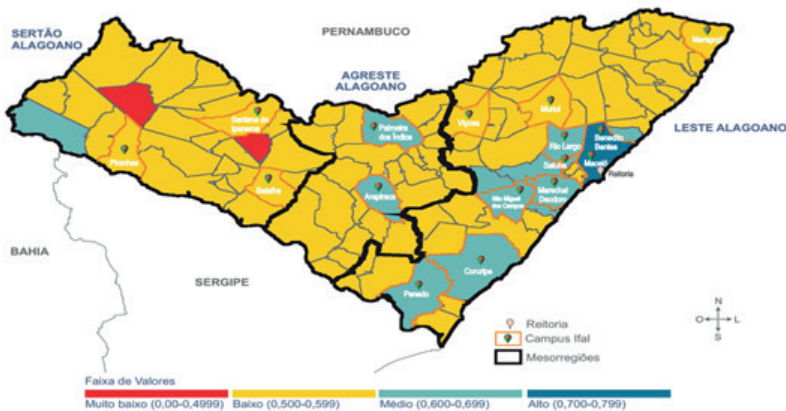
2.2 Inserção regional

O Ifal está situado no Estado de Alagoas, que ocupa uma área territorial de 27.848,14 km², correspondendo a 1,8% da região Nordeste (a qual representa 18% do território brasileiro). Alagoas tem como vizinhos os estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Sua divisão político-administrativa é composta por 102 municípios, agrupados em três mesorregiões, as quais serão detalhadas mais adiante: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano. Ao longo deste capítulo, será essa a divisão regional de referência.

A população de Alagoas em 2022 foi de 3.127.511, consoante dados do IBGE 2023. Entre os anos de 2010 e 2022, houve um crescimento populacional de 6.624 pessoas, tornando-se o município do país com menor ganho em termos absolutos de população. Esse número corresponde a 6,4% do total da região Nordeste e a 1,6% do total da população nacional.

De acordo com dados divulgados em 2022 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud), o Brasil apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,760, considerado de desenvolvimento alto, ocupando o 89º lugar no *ranking* global com 193 países analisados. Nesse cenário, o IDH de Alagoas apresenta o pior resultado de todas as Unidades da Federação: 0,684 (2021). Para os municípios, os dados mais atualizados são do IBGE 2021, sendo que as cidades alagoanas mais bem posicionadas são Maceió (0,721), ocupando a posição 1.266º, e Satuba (0,660), na posição 2.898º, de um *ranking* com 5.565 municípios brasileiros. A Figura 10 mostra os municípios alagoanos classificados de acordo com seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Figura 10 – Índice



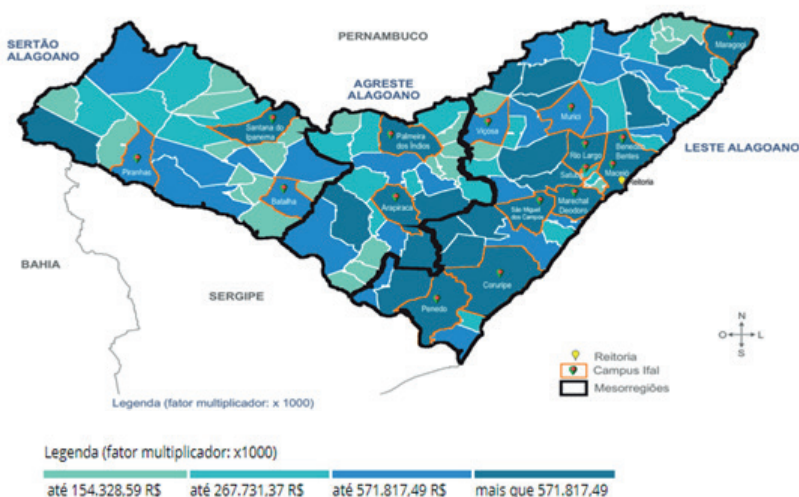
Fonte: Elaboração Ifal de Pnud/Censo 2021.

A taxa média anual de desemprego alagoana, em 2023, ficou em 9%, ficando à frente apenas do Maranhão (6,7%). Os demais estados do Nordeste, com exceção do Ceará, também registraram diminuição ou estabilidade no índice de desemprego. Na liderança do ranking está o estado da Bahia, com 13,3% de desocupados, seguido por Pernambuco

(13,2%) e Rio Grande do Norte (10,1%). No 3º trimestre de 2023, 60,8 % dos empregados do setor privado de Alagoas tinham carteira de trabalho assinada. Entre os trabalhadores domésticos, 24,7% tinham carteira de trabalho assinada no país. No mesmo trimestre do ano passado, essa proporção era de 25,3%. Já o salário médio mensal dos trabalhadores formais alagoanos, em 2021, ficou em 1,7 salário-mínimo (IBGE 2023).

O Produto Interno Bruto (PIB) de Alagoas em 2023 representou 0,7% do total do PIB nacional, que foi de 10,9 trilhões de reais. Na Figura 11, temos a distribuição do PIB dos municípios alagoanos, sendo que os com maior participação no PIB estadual foram Maceió (43,08%); Arapiraca (8,11%); Marechal Deodoro (3,31%); Coruripe (3,14%); e Rio Largo (1,98%). Dentre aqueles com pior participação, tivemos Belém (0,07%); Palestina (0,07%); Mar Vermelho (0,06%); e Pindoba (0,06%). A capital alagoana foi o único município do Estado a entrar na lista dos 100 com maior participação nacional (38ª colocação), conforme dados do IBGE 2023.

Figura 11 – PIB dos Municípios



Fonte: Elaboração Ifal de IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2023.

Alagoas ainda preserva características econômicas do passado colonial, pois é o maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste, possuindo grandes plantações que se estendem do litoral à Zona da Mata. Embora esteja perdendo espaço para a pecuária de corte nos últimos anos, a produção da cana é uma das mais relevantes na nossa pauta

exportadora, visto que a expectativa para a produção de cana-de-açúcar de Alagoas deve ser de 21 milhões de toneladas para a safra 2023-2024. Em relação à safra de 2022-2023, isso representa 1 milhão de toneladas a mais, ou seja, um crescimento de 5%, segundo dados do IBGE 2023.

O estado de Alagoas é um importante impulsionador do agronegócio no Nordeste brasileiro e possui uma grande diversidade de cadeias produtivas. De acordo com os dados do IBGE, a cana de açúcar, mandioca e banana se destacam na agricultura, enquanto a avicultura assume o topo de produção na pecuária. Os bons resultados influenciam diversos âmbitos da economia do Estado. Em 2021, o PIB de Alagoas cresceu 6,5%, impulsionado pelo agro. Feijão, arroz e milho foram as cadeias que registraram maior crescimento. Além disso, o desenvolvimento do agronegócio atingiu a geração de empregos. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, de janeiro a setembro de 2021, período de retomada da economia pós-pandemia, a agropecuária gerou 1.105 postos de trabalho. (IBGE 2023)

Outras cadeias merecem destaque, como a do leite e da apicultura. A Pesquisa Pecuária Municipal, de 2019, indica que Alagoas foi o estado que mais produziu leite na região Nordeste, chegando a 603,8 milhões de litros. No mesmo ano, o mel atingiu 330 toneladas produzidas. E, para garantir um crescimento sustentável, o setor ainda precisa lidar com adversidades, como as mudanças climáticas e a falta de formação técnica nas propriedades rurais.

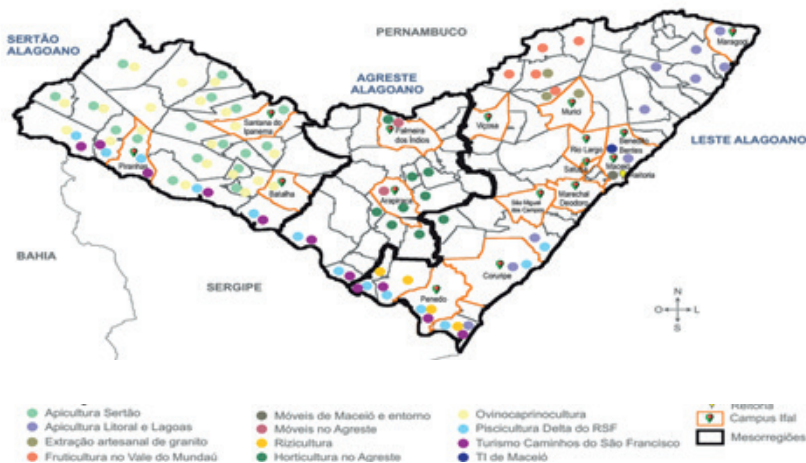
Um dos maiores desafios do agronegócio alagoano é o combate à seca. Alagoas está em uma região quente e com longos períodos sem chuvas, o que atinge diretamente todas as cadeias produtivas do agronegócio. Levando em consideração somente os primeiros três meses de 2022, a seca atingiu 44,6% do território alagoano.

Outro grande desafio é a falta de profissionalização no campo. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o ecossistema do agronegócio alagoano é sustentado, em sua maioria, pela agricultura familiar. Mais de 75 mil estabelecimentos agropecuários são administrados pela agricultura familiar. Destes, mais de 25 mil negócios rurais são geridos por pessoas em situação de analfabetismo. Esses números mostram que muitos pequenos produtores da região não tiveram acesso à educação formal.

Durante todo o ano de 2022, mais 2,2 milhões de turistas nacionais e internacionais visitaram Alagoas, injetando cerca de R\$4 bilhões na economia. De acordo com os dados da Superintendência de Promoção Marketing de Produtos e Destinos da Setur, estima-se que 600 mil turistas circularam pelo Estado na alta temporada de verão 2022/2023, injetando R\$1,2 bi na economia alagoana. (IBGE 2023)

Embora a atividade econômica se concentre em dois municípios, Arapiraca e Maceió, há a perspectiva de interiorização do desenvolvimento. Um elemento econômico com potencial são os Arranjos Produtivos Locais (APL), que são associações de pequenos e médios produtores ou pequenas e médias empresas que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, como governo, associações empresariais, instituições de crédito, de ensino e de pesquisa. Esses APL estão espalhados pelo Estado, conforme Figura 12, e demonstram a potencialidade de diversificação produtiva. Em Alagoas, tal diversificação tem, como maior expoente, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Figura 12 – APL em Alagoas



Fonte: Elaboração Ifal de dados.al.gov.br

Como a educação serve de parâmetro para o Ifal compreender o ambiente educacional no qual os *campi* estão inseridos, cabe registrar que a taxa de analfabetismo de Alagoas em 2022, entre pessoas com 15 anos ou mais, foi de 17,7%. Se comparado com o Censo 2010, que tinha uma taxa de 24,3%, Alagoas teve uma redução de 6,6 pontos percentuais, o maior avanço entre as Unidades da Federação (UFs).

Ademais, considerando que a maior parte das matrículas do Ifal é realizada nos cursos técnicos de nível médio (70% em 2023), também é interessante analisar os seguintes indicadores do ensino médio em Alagoas, divulgados pelo Inep para a rede pública:

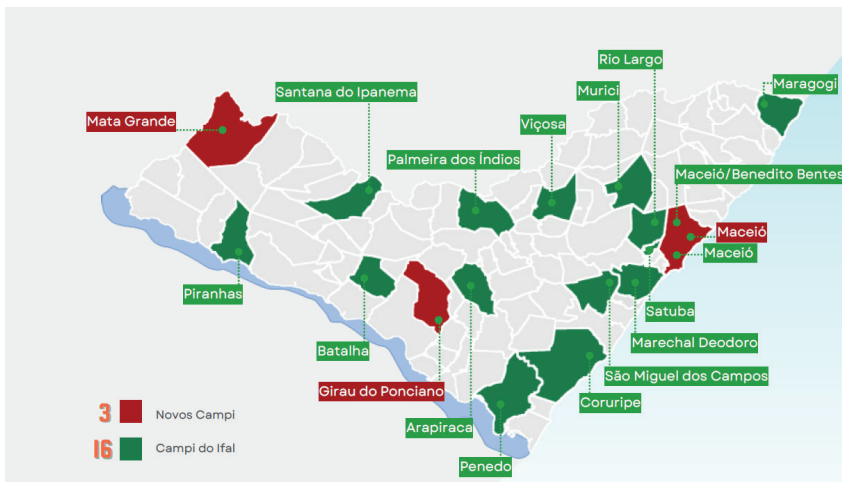
Em Alagoas, 21,4% das matrículas no Ensino Médio são em escolas de tempo integral, índice superior à média nacional, de 17,7%. Em relação à taxa de conclusão dessa etapa, apenas 59% dos jovens de 19 anos do estado concluíram o Ensino Médio quarta menor taxa entre as 27 Unidades Federativas. (Dados do documento do Panorama de Educação básica do Estado de Alagoas, 2023)

Em 2019, apenas 4,9% dos estudantes do Ensino Médio de Alagoas tinham aprendizagem adequada em Matemática (a média do país foi de 10,3%) e 26,5% em Língua Portuguesa (a média nacional foi de 37,1%). Já em relação à conclusão do Ensino Médio, em 2022, apenas 58,8% dos alagoanos até 19 anos haviam concluído. Esse número avançou mais de 20 pontos em comparação a 2012, correspondendo ao 20º maior índice de conclusão do país. (Dados do documento do Panorama de Educação básica do Estado de Alagoas, 2023)

2.3 Caracterização dos campi

O Instituto Federal de Alagoas (Ifal) conta com 16 *campi* já estabelecidos e outros três em processo de implantação, localizados em três Mesorregiões: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano, conforme ilustrado na Figura 13 abaixo.

Figura 13 – Localização dos Campi do Ifal



Fonte: Elaboração Ifal.

Os *campi* apresentam-se em uma ampla gama de formas e tamanhos, cada um moldado pelas necessidades e visões de suas respectivas instituições. Desde os *campi* urbanos, aninhados no coração das grandes metrópoles, até os recantos serenos daqueles mais próximos às zonas rurais, imersos na tranquilidade da natureza, cada tipologia traz consigo uma atmosfera única de aprendizado e descoberta.

O Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021, que estabeleceu diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e do Colégio Pedro II. Tal documento também definiu parâmetros e normas para a expansão das instituições, dispondo sobre a criação e a implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas.

A tipologia dos *campi* representa, assim, a capacidade técnico-administrativa de cada unidade dos Institutos Federais. Com isso, quando da criação de novas unidades, tomam-se por base as especificações contidas no supracitado normativo, que é revisto de tempos em tempos pelos atos ministeriais. Então, um *campus* com tipologia 70/45, por exemplo, foi uma unidade criada para ter em seu quadro de servidores 70 professores e 45 técnicos administrativos.

Outra característica de identificação de um *campus* são os eixos tecnológicos, os quais retratam os cursos técnicos de nível médio com suas informações científicas e tecnológicas. Ou seja, todas as áreas de trabalho que possuem cursos técnicos estão regulamentadas pelo MEC no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Além disso, existe a área de formação de professores que compreende o desenvolvimento educacional e social aqui também assinaladas.

Toda essa forma de identificar e caracterizar uma unidade de ensino simboliza o pulsar incessante da inovação tecnológica. Cada *campus* é impulsionado por uma série de eixos tecnológicos, que moldam sua identidade e direcionam suas aspirações. Seja na ciência da computação, na engenharia biomédica ou na economia digital, os eixos tecnológicos são os pilares sobre os quais se ergue o edifício do progresso acadêmico.

Na tabela a seguir, veremos a diversidade desses locais de aprendizado, mergulhando em suas tipologias singulares, desvendando os segredos de seus endereços e descobrindo seus eixos tecnológicos:

Tabela 1 – Caracterização dos Campi – Dados atualizados junho de 2024

Campus	Tipologia	Localização	Eixos Tecnológicos
Arapiraca	70/45	Rodovia AL 110, s/nº, Senador Arnon de Melo, lote nº 01, Arapiraca CEP: 57317-291	• Controle e Processos Industriais • Informação e Comunicação • Gestão e Negócios • Ambiente e Saúde • Desenvolvimento Educacional e Social
Batalha	70/45	Rua Gov. Afrânio Lages, s/nº, Centro, Batalha CEP: 57420-970 (Polo Agroalimentar)	• Produção Alimentícia • Produção Industrial
Benedito Bentes	20/13 (Campus Avançado)	Avenida Garça Torta, s/nº, Benedito Bentes, Maceió CEP: 57084-615	• Ambiente e Saúde • Gestão e Negócios
Coruripe	70/45	Rodovia Engº Guttemberg Breda Neto (AL 101 Sul), Km 82, Alto do Cruzeiro, Coruripe CEP: 57230-000	• Infraestrutura • Controle e Processos Industriais
Maceió	350/200	Avenida do Ferroviário, 530, Centro, Maceió CEP: 57020-600	• Produção Cultural e Design • Informação e Comunicação • Infraestrutura • Controle e Processos Industriais • Produção Industrial • Segurança • Produção Alimentícia • Turismo, Hospitalidade e Lazer
Maragogi	70/45	Rodovia AL 101 Norte, Km 136, s/nº, Povoado Peroba, Maragogi CEP: 57955-000	• Recursos Naturais • Turismo, Hospitalidade e Lazer
Marechal Deodoro	90/60	Rua Lourival Alfredo, 176, Poeira, Marechal Deodoro CEP: 57160-000	• Turismo, Hospitalidade e Lazer • Informação e Comunicação • Produção Cultural e Design • Ambiente e Saúde
Murici	70/45	Rodovia BR 104, Loteamento Prefeito Pedro Tenório Raposo, s/nº, Centro, Murici CEP: 57230-000	• Recursos Naturais • Produção Alimentícia

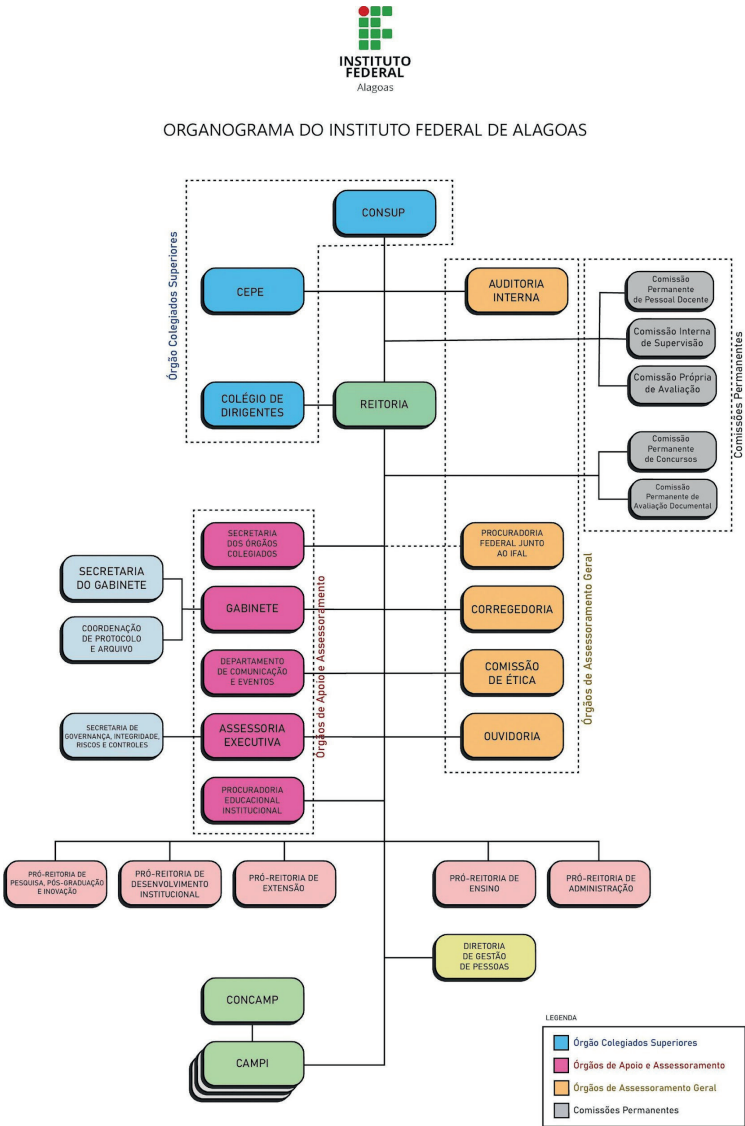


<i>Campus</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Localização</i>	<i>Eixos Tecnológicos</i>
Palmeira dos Índios	90/60	Avenida Alagoas, s/nº, Palmeira de Fora, Palmeira dos Índios CEP: 57601-220	• Infraestrutura • Controle e Processos Industriais • Informação e Comunicação • Segurança
Penedo	70/45	Rodovia Eng. Joaquim Gonçalves, s/nº, Centro, Penedo CEP: 57200-000	• Ambiente e Saúde • Produção Industrial
Piranhas	70/45	Av. Sergipe, Quadra H, 1, Vila Sergipe, Piranhas CEP: 57460-000	• Recursos Naturais • Produção Alimentícia
Rio Largo	70/45	Rodovia BR 104, Km 91, Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares (primeiro retorno), Antigo Projeto Reviver, Tabuleiro do Pinto, Rio Largo CEP: 57100-000 (Destacamento de Controle de Espaço Aéreo - Maceió -DTCEA-MO)	• Informação e Comunicação
Santana do Ipanema	70/60 (Agrícola)	Rodovia AL 130, 1.609, Domingos Acácio, Santana do Ipanema CEP: 57500-000	• Gestão e Negócios • Recursos Naturais
São Miguel dos Campos	70/45	Avenida Projetada 01, Loteamento Hélio Jatobá III, São Miguel dos Campos CEP: 57240-000	• Informação e Comunicação • Segurança
Satuba	120/90 (Agrícola)	Rua 17 de Agosto, s/nº, Centro, Satuba CEP: 57120-000	• Produção Alimentícia • Recursos Naturais • Informação e Comunicação
Viçosa	70/45	Rua Mota Lima, s/nº, Centro, Viçosa CEP: 57700-000	• Informação e Comunicação • Gestão e Negócios

2.4 Organização administrativa

O Ifal está estruturado administrativamente consoante o organograma da Figura 14 abaixo.

Figura 14: Organograma do Ifal – Reitoria



2.4.1 Estruturas internas de governança e de apoio à governança

a) Alta Administração: abrange o Reitor, nomeado pelo Presidente da República para mandato de quatro anos, após consulta à comunidade acadêmica, e os cinco Pró-Reitores (Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão; Administração e Desenvolvimento Institucional), nomeados pelo Reitor. Suas competências encontram-se no Regimento Geral do Ifal (Resolução nº 15/2018-Consup).

b) Conselho Superior (Consup): possui caráter consultivo e deliberativo, sendo o órgão máximo do Ifal. É composto pelo Reitor (presidente) e por representantes dos docentes, dos discentes, dos técnico-administrativos, dos egressos, da sociedade civil, do Ministério da Educação e dos Diretores-Gerais dos *campi*. Para mais detalhes a respeito do quantitativo de cada representação, bem como das competências institucionais do Consup, consultar os artigos 20 e 21 do Regimento Geral do Ifal, respectivamente.

c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe): é um órgão normativo, propositivo, consultivo e deliberativo sobre matérias de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo de ordem acadêmica, didático-pedagógica, artístico-cultural e desportiva, sendo subordinado ao Consup. É composto pelo Reitor (presidente); Pró-Reitores de Ensino, de Pesquisa e de Extensão; pedagogo; técnico-administrativo; dois docentes; um representante do corpo de coordenadores de projetos de pesquisa; um representante do corpo de coordenadores dos projetos de extensão; um representante do corpo de coordenadores dos projetos de ensino e um membro da representação estudantil de cada nível de ensino. As competências estão listadas no art. 27 do Regimento Geral do Ifal.

d) Colégio de Dirigentes: possui caráter consultivo, sendo órgão de apoio ao processo decisório. É composto pelo Reitor (presidente) e por todos os Pró-Reitores e Diretores-Gerais dos *campi*. As competências estão listadas no art. 24 do Regimento Geral do Ifal.

e) Auditoria Interna (Audint): é órgão técnico de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do Ifal e prestar apoio e informação aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, com a finalidade de avaliar a conformidade dos atos administrativos com a legislação e as normas internas pertinentes. Todas as competências estão dispostas na Resolução nº 46/CS, de 22 de dezembro de 2014, que aprova o Regimento Interno da Auditoria Interna do Ifal.

f) Ouvidoria: é órgão de controle responsável por empreender ações na defesa dos direitos individuais e coletivos da comunidade do Ifal, e aperfeiçoamento das atividades institucionais destinadas a atender os segmentos da sociedade civil e os diversos setores, com jurisdição nas áreas acadêmica e administrativa dos *campi*. Todas as competências estão dispostas no art. 190 do Regimento Geral do Ifal.

g) Corregedoria: é órgão encarregado das atividades relacionadas à prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades disciplinares e administrativas de servidores públicos e pessoas jurídicas no âmbito do Ifal, exercendo suas atividades com autonomia e independência. Todas as competências estão dispostas no art. 184 do Regimento Geral do Ifal.

h) Comissão de Ética (CE): promove atividades sobre a conduta ética, orienta e aconselha dirigentes e servidores da Instituição nos assuntos relacionados à ética profissional do servidor público e apura responsabilidades ou procedimentos contrários à ética. Suas competências estão no Decreto nº 1.171/94.

i) Secretaria de Governança, Integridade, Riscos e Controles: é responsável por prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ifal, com vistas a subsidiar as atividades relacionadas à governança; assessorar o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles internos do Ifal; coordenar a estruturação, implementação, execução e monitoramento da gestão de riscos e controles internos e do Programa de Integridade do Ifal.

j) Comissão Própria de Avaliação (CPA): elabora e desenvolve, junto à comunidade acadêmica, à administração e aos conselhos superiores a ela (Cepe e Consup), uma proposta de autoavaliação institucional, além de coordenar e articular os processos externos da avaliação do Ifal. As competências estão listadas no art. 147 do Regimento Geral do Ifal.

2.4.2 Formas de participação dos docentes e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos

Os docentes e discentes possuem participação na composição do Conselho Superior (Consup), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e nos Colegiados dos Cursos.

Além disso, também possuem participação no Conselho de *Campus* (Concamp) que, nos termos do artigo 157 do Regimento Geral

do Ifal, é o órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo dos *campi*. Tem como finalidade regulamentar a execução das normas aprovadas pelo Consup e pelo Cepe, podendo complementá-las, no âmbito do *campus*, a fim de democratizar a tomada de decisão nas políticas de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração geral do *campus*.

a) Participação no Consup:

Docentes: representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o máximo de 5 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

Discentes: representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo discente, sendo o máximo de 5 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

b) Participação no Cepe:

Docentes: dois representantes dos docentes do Ifal, eleitos por seus pares.

Discentes: um membro da representação estudantil de cada nível de ensino (médio, graduação e pós-graduação, quando houver tal oferta), eleito entre seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados.

c) Participação no Concamp:

Docentes: 2 (dois) representantes titulares e dois suplentes do corpo docente, em efetivo exercício no *campus*, eleitos por seus pares, na forma regimental.

Discentes: 1 (um) membro da representação estudantil de cada nível de ensino (médio, graduação e pós-graduação, quando houver tais ofertas), sendo o máximo de 2 (dois) representantes, eleitos entre seus pares, desde que regularmente matriculados no *campus*.

3

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPPI)

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) é um instrumento de gestão acadêmica que visa estabelecer princípios e diretrizes para orientar o trabalho pedagógico institucional relativo às ações em âmbito educacional para projetar o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) para o futuro, estabelecendo diretrizes e bases que levem ao seu contínuo avanço institucional. O desdobramento das suas proposições indica também o estabelecimento da identidade institucional e das formas de interlocução do Ifal com a sociedade e vice-versa.

Assim, o PPPI representa assumir um tipo de educação e, principalmente, a apresentação transparente para a sociedade de como, a partir de determinados princípios, se tem buscado construir a formação profissional na educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multi-campi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e formas de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da lei de criação dos Institutos Federais.

3.1 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

3.1.1 Mundo contemporâneo: abordagem política e social

A partir da segunda metade do século passado, diversos acontecimentos de importância histórica têm transformado o cenário cultural, político, social e econômico mundial. Vários analistas evidenciam que esses acontecimentos deflagraram um processo de reestruturação do modo de produção capitalista. Essa conjuntura econômica, pós-industrial, globalizada, multicultural, informacional, cada vez mais condiciona o processo de vida social, política e intelectual da sociedade contemporânea, onde os centros de poder econômico e político emanam ordens que estratificam a sociedade e que acentua a exclusão daqueles que não têm acesso aos bens produzidos historicamente pela humanidade.

As adequações promovidas no interior do modo de produção capitalista são caracterizadas, principalmente, pela maior flexibilidade de gerenciamento; pela expansão das empresas e suas organizações em rede; pelo fortalecimento do papel do capital em contraposição ao trabalho; pelo declínio da influência dos movimentos das/os trabalhadoras/es; pela individualização e diversificação das relações de trabalho; pela intervenção estatal para desregular os mercados e desfazer o estado de bem-estar social; pelo aumento da concorrência econômica global, em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais, para acumulação e gestão de capital; pela integração dos mercados financeiros se sobrepondo ao capital produtivo; e pela acentuação de um desenvolvimento desigual, que só agrava o quadro de exclusão social e a crise mundial do emprego pautada na flexibilidade dos processos do trabalho da atual fase da acumulação flexível do capital.

Evidenciam um momento muito crítico na história da humanidade: a produção do binômio riqueza e pobreza. Nesse momento histórico, o que se questiona é a inequação entre a grande produção de riquezas e a acentuação da pobreza, distanciando cada vez mais a perspectiva da equidade social que vislumbre a emancipação humana em outros patamares de convivência social.

3.1.2 O papel da Educação no mundo global diante da atual conjuntura profissional e tecnológica

Os conflitos e as contradições geradas pelo quadro sócio-histórico-econômico trazem como desafio a superação do atual estágio de desigualdades que se impõe em todos os âmbitos das práticas sociais, para as quais se deve ter como objetivo promover o desenvolvimento dos sujeitos, de forma a recuperar as suas potencialidades e projetarem um outro horizonte como espaço de convivência social que supere as atuais condições objetivas de existência.

Dentre os diversos campos de constituição das políticas sociais, a Educação é chamada, também, a responder a esse desafio provocado pelas grandes transformações na organização dos sistemas produtivos mundiais. A função precípua da Educação, no contexto do século XXI, é, sobretudo, aliada às demais práticas sociais, recuperar o conceito formativo presente em todos os domínios da atividade humana, propiciando o alargamento dos horizontes dos sujeitos, considerando as dimensões do mundo do trabalho, preparando-os para a vida, requisitos sem os quais a perspectiva de inserção social fica comprometida.

A Educação deve possibilitar aos indivíduos a participação na sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos, resgatando, assim, a dimensão política: a construção da identidade social e a integração plena da cidadania (Deluiz, 1999, p. 16).

Nesse sentido, é papel da Educação, fundamentada numa perspectiva humanista, formar cidadãs/cidadãos trabalhadoras/es e conhecedoras/es de seus direitos e obrigações que, a partir da apreensão do conhecimento, da instrumentalização e da compreensão crítica desta sociedade, sejam capazes de empreender uma inserção participativa, em condições de atuar qualitativamente no processo de desenvolvimento socioeconômico de transformação da realidade.

Como caminho metodológico para o cumprimento de tamanhos desafios, o propósito da Educação deve ser o de apontar para a superação da dicotomia entre o academicismo superficial e a profissionalização estreita, que sempre pautaram a formulação de políticas educacionais para o nosso país.

A integração entre formação geral e profissional, segundo Deluiz (1999),

[...] faz avançar a luta pela apropriação da ciência pelos trabalhadores, ampliando as possibilidades de convergência entre a concepção (trabalho intelectual) e a execução (trabalho manual), e permitindo a discussão das relações sociais que estão na base da ruptura entre essas duas esferas (Deluiz, 1999, p. 16).

Nessa perspectiva, a formação integral permite ao/à trabalhador/a o enfrentamento das diferentes alternativas de tecnologias e diferenciadas possibilidades de trabalho, em um contexto de rotatividade de empregos e ameaça de desemprego, bem como amplia a compreensão dos indivíduos sobre o mundo do trabalho, e prepara-os para a totalidade da vida social.

Portanto, a Educação, tendo a escola como lócus de sua operacionalização, não pode eximir-se do seu papel de mediadora e deverá buscar, no âmbito de suas atribuições, a articulação da teoria com a prática, a relação entre o saber científico e o tácito, bem como a articulação entre parte e totalidade. Assim, vislumbra-se a superação da dualidade que opõe formação propedêutica e formação profissional, fortemente arraigada no contexto escolar e estabelecida por meio da disciplinaridade de saberes gerais e específicos (Kuenzer, 1997).

3.1.3 Princípios norteadores da concepção de Educação do Ifal

Em um contexto de grandes transformações, notadamente no âmbito tecnológico, a Educação profissional não pode restringir-se a uma compreensão linear que apenas treina a/o cidadã/cidadão para a empregabilidade, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o/a trabalhador/a para executar tarefas instrumentais. Essa constatação, admitida pelo MEC/Setec, ainda enseja, em função das demandas da atual conjuntura social, política, econômica, cultural e tecnológica, uma formação profissional que apresente uma visão de formação integral do/a cidadão/ã trabalhador/a, unificando, assim, as dimensões da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, em que o papel da Educação Profissional e Tecnológica deverá ser o de

[...] conduzir à superação da clássica divisão historicamente consagrada pela divisão social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar e dirigir ou planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade (Brasil, 2012, p. 8).

Enquanto instituição vinculada à esfera federal, o Ifal - comunicando do entendimento de que a Educação profissional e tecnológica tem importância estratégica no desenvolvimento social do país - reitera, no seu Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), os seguintes princípios gerais da educação tecnológica postos nos seus diversos documentos, como referenciais propulsores na implementação dessa política pública no estado de Alagoas, os quais se traduzem em compromissos com os princípios abaixo enumerados.

3.1.3.1 Educação como transformação da realidade

É na dialética da Educação, compreendida na perspectiva da formação da/o cidadã/cidadão, tornando-o/a produtor/a de conhecimentos - em nível teórico e prático - que o Ifal se constitui instrumento concreto de superação dos indicadores que inserem Alagoas como um dos estados mais pobres do país, com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse prisma, os conflitos e as contradições gerados pelo quadro sócio-histórico-econômico são fatores que apontam para a possibilidade de um salto qualitativo na transformação da realidade.

3.1.3.2 A redução das desigualdades sociais

Para a redução das desigualdades sociais, é preciso comprometer-se com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável. O atual estágio dessas desigualdades é o desafio que se impõe em todos os âmbitos das práticas sociais, para as quais o objetivo deve ser a promoção do desenvolvimento, de forma a recuperar as potencialidades dos sujeitos de transformarem suas realidades sociais.

3.1.3.3 Preparação para a vida cidadã

Aliada às demais práticas sociais, a função elementar da Educação é, sobretudo, evidenciar o conceito formativo presente em todas as dimensões da atividade humana, considerando as demandas do mundo do trabalho, preparando os sujeitos para a complexidade da vida, numa perspectiva de inclusão social.

3.1.3.4 Inclusão social participativa

A Educação deve possibilitar aos indivíduos a participação na sociedade científica e tecnológica, como sujeitos, construtores de sua identidade social, visando à integração plena da cidadania. Numa ótica humanista, cabe à Educação formar cidadãs/cidadãos trabalhadoras/es e conhecedoras/es de seus direitos e deveres, as/os quais, a partir da apropriação de saberes, que possibilitam a compreensão crítica da sociedade, sejam capazes de inserir-se, participativamente, no processo de desenvolvimento socioeconômico e de transformação da realidade.

3.1.3.5 Integração entre formação geral e formação profissional

A integração entre formação geral e formação profissional faz avançar a luta pela apropriação da ciência pelos sujeitos, ampliando as possibilidades de convergência entre a concepção e a execução, permitindo a discussão das relações sociais que estão na base da ruptura entre esses aspectos. A Educação, tendo a escola como lócus de sua operacionalização, não pode eximir-se do seu papel de mediadora e deve buscar, no âmbito de suas atribuições, a articulação da teoria com a prática, a relação entre o saber científico e o senso comum, bem como a articulação entre parte e totalidade.

Deve ser superada a dualidade entre formação propedêutica e formação profissional, ainda muito caracterizada nas práticas educacionais. Nesse sentido, a formação do sujeito não deve ser restritiva, apenas de produtor/a de bens e serviços, razão pela qual a Educação técnico-profissional busca a formação omnilateral.

3.1.3.6 Formação crítica, humanizadora e emancipadora

O papel da Educação deve estar pautado em uma formação crítica, humanizadora e emancipadora, numa perspectiva que proporcione o despertar do senso crítico, elevando o sujeito a patamares de compreensão que ampliem seu nível de participação nas esferas sociais e no mundo do trabalho. A Educação não pode negligenciar a relação do homem com as questões de socialização, com as novas tecnologias, com as questões ambientais e com o complexo mundo do trabalho, buscando uma educação que, segundo Frigotto (2012) e Freire (2014), integra os elementos inerentes ao trabalho articulados a uma formação que contemple as

várias dimensões da vida e permita desenvolver cidadãos críticos, autônomos e criativos.

3.1.3.7 Educação para o desenvolvimento socioeconômico

A oferta de Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis, modalidades e formatos, deverá formar os sujeitos visando à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Assim, deve-se estimular e apoiar processos educacionais que conduzam à geração de trabalho e renda, à emancipação dos sujeitos e à transformação dos espaços onde estão inseridos.

Nessa lógica, esses processos educacionais ultrapassam os limites das aplicações técnicas, fazendo-se de instrumento de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício da sociedade.

3.1.3.8 Integração à educação básica e à educação superior

A educação básica e a educação superior vinculadas à educação profissional e tecnológica buscam a articulação com o desenvolvimento econômico e cultural do país e com a universalização da educação de base humanista e científico-tecnológica.

Para o pleno desenvolvimento da/o estudante, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho, torna-se imprescindível a articulação entre a educação básica e a educação superior com a modalidade de educação profissional e tecnológica, com vistas a uma formação omnilateral.

3.1.3.9 Educação pública de qualidade social

A garantia de qualidade para a educação profissional e tecnológica requer a democratização da gestão, com a participação de todos os segmentos da comunidade interna e externa, e a garantia da participação efetiva das/os estudantes, bem como a adequação da infraestrutura necessária ao funcionamento dos *campi* e dos cursos ofertados. Isso significa um padrão de gestão que tenha como eixo uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada, discutida e construída em processos participativos e democráticos, incorporando experiências que permitam

acumular conhecimentos e técnicas, bem como que deem acesso às inovações tecnológicas e ao mundo do trabalho.

Compreendendo a Educação como uma prática social e um ato político, na intencionalidade assim exposta, aponta para um novo modelo de nação fundamentada em três eixos: inclusão social, desenvolvimento sustentável e redução das vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas, indo ao encontro do que propugna a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Título I, ao tratar da abrangência da educação, indicando a sua evidência nos mais variados espaços de convivência e produção da existência humana, destacando, em seu artigo 2º, o pleno desenvolvimento da/o estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como finalidades da educação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Além de reafirmar a educação profissional e tecnológica como direito e bem público essencial para a promoção do desenvolvimento humano, econômico e social, compromete-se com a redução das desigualdades sociais e regionais; vincula-se ao projeto de nação soberana e desenvolvimento sustentável, incorporando a educação básica como requisito mínimo e direito de todas/os as/os trabalhadoras/es, mediados por uma escola pública com qualidade tecnológica e socialmente referenciada. Nesse sentido, espera-se da educação profissional e tecnológica o cumprimento de sua função mediadora que, como mostra Gramsci *apud* Kuenzer (1997), busca a adequação entre a capacidade de trabalhar, técnica e intelectualmente, por meio de uma educação básica sólida, sobre a qual se construirá a formação profissional e humanista, de modo que permita aos sujeitos, numa perspectiva cidadã, participarem ativamente do processo de construção social à semelhança do que recomendam Gadotti (2009) e Libâneo (2006), o conceito de qualidade social deve preservar todos aqueles aspectos comprometidos com a superação ou a minimização das desigualdades escolares e sociais.

Em síntese, enquanto princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas, o Instituto Federal de Alagoas procura pautar suas ações compreendendo: a) o trabalho como princípio educativo; b) a Educação como estratégia de inclusão social; c) a gestão democrática e participativa; e d) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.1.4 Princípios gerais orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão

A perspectiva de ruptura com o paradigma da mera transmissão do “saber”, que vem consolidando-se no processo de implementação do PPPI do Ifal, encaminha-nos para uma prática escolar baseada numa pedagogia crítica, cujo objetivo precípua é assegurar o cumprimento de sua missão institucional, “promover Educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável”.

Na perspectiva de implementação de um projeto educacional que tenha como fim a formação ampla e multilateral do indivíduo, urge que se entenda o trabalho como princípio educativo e um estágio do desenvolvimento das relações sociais, reunificando cultura e produção (Kuenzer, 1997).

Faz-se necessário instituir princípios gerais que norteiam a condução do ensino, da pesquisa e da extensão como tripé que articula a reunificação entre cultura e produção. Assim, decorrente do trabalho como princípio geral da ação educativa, destacam-se como pressupostos orientadores da proposição pedagógica que se delineia:

- I. a gestão democrática entendida como síntese superadora do dogmatismo, do espontaneísmo e do unilateralismo;
- II. a unificação entre escola da cultura e escola do trabalho, superando a dualidade estrutural antidemocrática, própria da lógica excludente;
- III. a adoção de conteúdo politécnico numa perspectiva histórica;
- IV. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e
- V. a opção pelo método teórico/prático, tomando o trabalho como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social.

Para a consecução de proposição nesse nível, é requerida uma concepção de currículo, cuja essencialidade seja a compreensão pela/o estudante do que se passa no mundo e das formas de agir e atuar nele. Assim, a organização curricular deve constituir-se nas ferramentas/instrumentos indispensáveis ao processo de desvelamento da realidade, de modo a dar conta da complexidade das interações sociais na sociedade contemporânea e suas variadas formas de aprender e de construir saberes dentro e fora dos ambientes formais de aprendizagem.

Por intermédio do currículo, é possível ampliar as perspectivas pelas quais se visualiza um mundo mais abrangente propiciando sua melhor compreensão. Esses instrumentos são os conhecimentos, ponto de

partida nesse processo de desvelamento do mundo. O currículo é um processo em que se apregoa toda uma concepção de pessoa, de sociedade, de conhecimento, de cultura e poder, tal como de possibilidade ou destinação das classes sociais, às quais os indivíduos pertencem, segundo Otti (1987).

Para tanto, faz-se necessário ao Ifal lançar mão da autonomia didática e da flexibilidade estrutural e pedagógica asseguradas pela LDBEN/1996 e pela Lei nº 11.892/2008 e incorporá-las como princípio, de forma a pautar sua organização curricular, contemplando a captação do eixo norteador de cada área de conhecimento e/ou de atuação profissional, a compreensão dos processos de apropriação do conhecimento e o domínio dos processos pelos quais se exerce a ação mediadora entre conhecimento e sua construção, favorecendo a superação da distribuição desigual do saber, como sugere Kuenzer (1992). Esse caminho aponta para a configuração de currículos que superem a noção de “conjunto de disciplinas isoladas”, abrindo a possibilidade da convivência de experiências de ensino/aprendizagem que expressem, de fato, a tarefa de consecução da função social desta Instituição de Educação, que é a de colaborar na construção, pelas práxis, de patamares de convivência social articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Do elenco de organizações curriculares disponíveis na legislação educacional vigente, de onde se destacam séries anuais, períodos semestrais, módulos, sistema de créditos, emergem as alternativas que melhor contemplam os princípios e critérios que devem se constituir em resolução para elaboração dos currículos plenos dos cursos do Ifal.

3.1.5 Perfil profissional do egresso

Na perspectiva de superação da simples visão tarefaira de compor e/ou modificar uma matriz curricular, é que as alternativas de proposições curriculares encontradas e/ou definidas por esta Instituição devem deixar claro o modo como pretende articular o ensino, a pesquisa e a extensão, numa dimensão indissociável, na qual estudantes e professoras/es possam ser engajada/os num processo de composição de diagnóstico de sua região de influência, do qual derivariam projetos de pesquisa e de extensão, envolvendo descobertas e recriações, além de programas de intervenção/inserção na comunidade/sociedade. Tudo isso como meio de articulação e superação da dualidade propedêutica/profissional, própria da lógica excludente.

Essa estratégia metodológica, que ratifica a Educação numa perspectiva de formação humana pela práxis, de uma nova relação entre ensino, pesquisa e extensão, requer que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva permeado por uma concepção emancipatória de avaliação, da qual possa ser revelado, nos sujeitos, como efeitos da ação educativa, o desenvolvimento de saberes e fazeres num plano multidimensional, envolvendo facetas que vão do individual ao sociocultural situacional e processual.

Tal postura se constitui reflexo da concepção político-metodológica participativa e democrática, na qual a extensão implica o próprio ensino e pesquisa, desenvolvidos numa perspectiva de ação-reflexão-ação, em que a concepção de ensino se configura num contínuo processo de construção do conhecimento (a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem) resultante do confronto com a realidade concreta, enquanto a pesquisa se constrói da sistematização dessa prática que resulta em novos conhecimentos significativos. Portanto, ensino/pesquisa/extensão abarcam aspectos indissociáveis da ação educativa, os quais se traduzem em um conceito emergente de sala de aula, que não se limita ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreende todos os espaços dentro e fora da Instituição em que se realiza o processo histórico-social, com suas múltiplas determinações, passando a expressar num conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável, como princípio da ação educativa institucional do Ifal, vai ao encontro da superação da dicotomia existente entre produção do saber e a sua socialização, bem como deixa clara a opção política de atendimento às demandas sociais da maioria da população, efetivando a transformação social e a formação da cidadania.

Nessa interpretação, o perfil da/o profissional que o Ifal deseja formar está inserido em uma nova concepção de mundo, advinda da revolução tecnológica impulsionada pela informática, pela automação e pela microeletrônica. Tal revolução tem provocado mudanças significativas no cotidiano das pessoas, afetando diretamente as formas de produção, as condições de trabalho, o perfil do emprego, a qualificação de trabalhadoras/es e as metodologias de propagação e de aquisição de conhecimentos.

A utilização de novos artefatos tecnológicos vem modificando também as formas de compreensão da realidade, cujos fundamentos provêm de categorias de aprendizagem linearmente estruturadas. Tais formas têm passado por ininterruptas mudanças, porque os saberes da atualidade são provocações em fluxos contínuos de estímulos, nos quais a racionalidade e as emoções se misturam, convergindo para múltiplas percepções e intuições da realidade. As novas tecnologias relativizam o conceito de tempo e espaço. O que é concebido como fixo e previsível se desloca para o virtual, para o efêmero e para o fluido.

Essa reconfiguração do mundo atual apresenta as estratégias de aprender e de estudar novos instrumentos e novas possibilidades que inevitavelmente devem redimensionar as concepções didático-pedagógicas, os espaços de aprendizagem e as relações entre os sujeitos. Trata-se, portanto, de um processo revolucionário que deve instrumentalizar os indivíduos para uma transposição de valores, pois os sistemas de produção, a economia, a política e a educação expressam a forma como as tecnologias são utilizadas em cada época. As novas configurações do conhecimento se redefinem em direção à estética, ao lazer, ao design, à moda, à comunicação, à robótica, à neurociência, à biotecnologia, à ecologia, ao aproveitamento de resíduos, às fontes de energia renováveis, à geriatria, à engenharia genética, entre outros. Essa multiplicidade de novos saberes influencia a formação profissional.

Assim, o/a profissional egressa/o dos cursos do Ifal deverá ser competente para:

- atuar no mundo do trabalho utilizando-se das novas concepções de sociedade, impulsionadas pela evolução dos sistemas de informação;
- interagir nas estruturas das organizações, no sentido de desenvolver e aprimorar processos de gestão de tecnologias e de novos saberes correlatos;
- desenvolver formas e sistemas de produção que se fundamentem em um modelo de sociedade sustentável;
- agir com senso crítico na organização de processos produtivos;
- atuar no mundo do trabalho de forma eficiente, ética e comprometida com os valores sociais, tais como as diferenças de gêneros, as mudanças nos estratos sociais e econômicos, as peculiaridades regionais e linguísticas, numa perspectiva emancipatória.

Face a esse conceito, entende-se como fundamental para o perfil requerido da/o profissional a ser formada/o pelo Ifal em todos os níveis, etapas, formas e modalidades de ensino, a formação ampla e omnilateral em contraposição ao caráter unilateral, fragmentado e reducionista que o processo de trabalho assume no modo de produção capitalista, sobretudo pela cisão histórica entre trabalho manual e intelectual, execução e concepção, parcelarização da produção e controle do processo, subordinação a interesses alheios e autodeterminação.

A formação ampla e omnilateral é aquela que concebe o ser humano em sua integralidade e que busca o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, o que pressupõe a superação das dicotomias supra-mencionadas e a conciliação entre consciência e prática social, trabalho e formação humana, produção e fruição. Parte da perspectiva da emancipação humana e compreende as diferentes dimensões ontológicas do ser humano, uma vez que envolve expressões e manifestações em campos como a moral, a ética, a ação prática, a criação artística, bem como os planos racional- cognitivo, afetivo, emocional e relacional.

Dada a sua amplitude, seu caráter interdimensional e o propósito de integrar as diferentes dimensões constitutivas do ser humano, a formação omnilateral não se coaduna com as contradições e os conflitos gerados pela conjuntura socioeconômica vigente, o que pressupõe a busca por um novo projeto de sociedade de viés emancipatório, que permita o livre desenvolvimento das potencialidades humanas, sem as restrições e determinações impostas pelo mercado de trabalho. Para fazer frente a esse novo projeto, faz-se imprescindível uma percepção de Educação que alie formação geral e formação profissional, bem como a preparação da/o estudante para o exercício crítico da cidadania nos mais diferentes contextos em que vier a atuar.

Essa concepção de Educação, por sua vez, harmoniza-se com a perspectiva interdisciplinar ao lidar com saberes de diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento, pois é a partir do entendimento amplo dos objetos de conhecimento, como complexos e passíveis de estudos, que as/os estudantes terão melhores condições de interpretar, questionar e construir novas visões sobre a realidade.

O desenvolvimento de saberes, também, propicia às/aos egressas/os gerir e selecionar informações, a partir de uma visão crítica de mundo e de uma intervenção cidadã sobre a realidade, com autonomia, criatividade, inovação e valorização das atividades colaborativas.

3.1.6 Princípios pedagógicos

3.1.6.1 Organização didático-pedagógica

Construir uma organização didática para o Ifal, coerente com uma visão omnilateral que requer a formação de cidadãos éticos e atuantes socialmente, é parte da missão desta Instituição. Nessa perspectiva, pautará sua organização curricular nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo por finalidade “o pleno desenvolvimento da/o estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Lei nº 9.394/1996, art. 2º).

À vista disso, o Ifal perseguirá sua missão com base no princípio de igualdade de condições para o acesso (tendo como premissa a inclusão social) e permanência com sucesso - observando a liberdade da/o estudante em aprender e do/a professor/a em ensinar, tendo como um dos objetivos a divulgação da cultura, do pensamento, o pluralismo de ideias de concepções pedagógicas, valorizando a experiência extracurricular que vincule a educação ao trabalho e às práticas sociais - sem desprezizar os princípios da competência, da laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, além de delinear os perfis de formação que respondam às exigências da contemporaneidade.

Diante desse conceito, entendem-se como princípios fundamentais para organização curricular do Ifal, em todos os níveis e modalidades, os seguintes:

a. Formação integral

A estrutura curricular dos cursos deve tomar o trabalho como princípio geral da ação educativa, bem como a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos, no sentido de responder a uma formação integral, potencializando o ser humano como cidadão pleno, desenvolvendo suas dimensões individual e social.

b. Permanência com êxito

A estrutura curricular dos cursos deve propiciar condições de permanência com êxito, sem desprezizar os princípios curriculares da competência, da laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, delineando perfis de formação que respondam às exigências da atual conjuntura.

c. Integração das atividades

A estrutura curricular dos cursos deve favorecer a organização de atividades integradas e articuladas, a partir da síntese entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

d. Formação cidadã

A estrutura curricular dos cursos deve adotar conteúdo politécnico que vislumbre a superação entre trabalho manual e intelectual, entre instrução profissional e geral, e que pressuponha um perfil amplo de trabalhador cidadão, consciente, capaz de atuar criticamente em atividades criativas e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu constante e progressivo aperfeiçoamento, na perspectiva de valorização da dignidade da pessoa humana, do respeito às liberdades e a promoção de valores, considerando a ótica da formação cidadã.

3.1.6.2 Organização curricular

O currículo é um processo socialmente construído, historicamente situado e culturalmente determinado, no qual convivem, lado a lado, fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais, tais como rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidade de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça e ao gênero, o que possibilita sua interface entre a sociedade e a instituição de ensino.

O currículo do Ifal deve estar fundamentado em teorias críticas e ser orientado pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o conhecimento científico, na perspectiva de uma formação cidadã, constituindo-se, assim, como um dos elementos balizadores da efetiva participação crítica na sociedade. Por conseguinte, a fim de que seja viabilizada a formação integral da/o estudante, sua preparação para o exercício crítico da cidadania, bem como o desenvolvimento de sua capacidade de elaborar construções intelectuais mais complexas, apropriar-se de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreender o processo histórico do conhecimento, a estrutura curricular do Ifal parte da perspectiva do trabalho como princípio educativo e da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos em resposta aos pressupostos legais estabelecidos na Lei nº 9.394/1996 e nas Diretrizes Curriculares postas para os diferentes níveis da educação brasileira, norteadas tal proposição nas seguintes premissas:

- do trabalho, concebido enquanto locus de definição de conteúdos que devem compor o currículo, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens;
- organização de um currículo de tal forma articulado e integrado que possa atender aos princípios de uma educação continuada e à verticalização de uma carreira de formação profissional e tecnológica;
- mobilização dos conhecimentos para o exercício da ética e da cidadania, os quais se situam nos terrenos da economia, da política, da história, da filosofia e da ética, articulando esses saberes com os do mundo do trabalho e os das relações sociais;
- construção de alternativas de produção coletiva de conhecimento, adotando estratégias de ensino diversificadas, favorecendo a interação entre os sujeitos do processo de ensino;
- organização do desenho curricular em áreas de conhecimento e de atuação profissional;
- adoção de formato curricular que melhor resguarde identidade com a modalidade de oferta indicada;
- organização dos conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, possibilitando o diálogo entre as diferentes áreas do saber;
- abordagem dos conteúdos de ensino de modo contextualizado, devendo expressar a pluralidade cultural existente na sociedade;
- promoção da articulação entre conhecimento básico e específico, a partir do processo do trabalho como princípio educativo, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, culturais e sócio-históricos;
- articulação e integração das dimensões do currículo, para atender aos princípios da educação continuada e à verticalização da carreira de formação profissional e tecnológica;
- mobilização dos conhecimentos para o exercício da ética e da cidadania, integrando os saberes curriculares com os do mundo do trabalho e os das relações sociais;

- organização do desenho curricular com base em eixos tecnológicos, o que significa estruturá-lo por áreas de conhecimento e de atuação profissional;
- adoção do formato curricular que melhor resguarde a identidade de cada modalidade de oferta;
- estabelecimento do núcleo epistemológico do curso, de modo a favorecer a mobilidade discente no interior do Instituto;
- estabelecimento das bases para aproveitamento de estudos realizados, por intercâmbio ou convênio, fora da Instituição;
- organização dos conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, contextualizada e transdisciplinar;
- articulação dos conteúdos curriculares com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, com os arranjos produtivos locais, com os dados coletados e indicadores oficiais, com as aspirações e interesses da comunidade detectados;
- integração dos conhecimentos gerais e profissionais, na perspectiva de articulação entre saberes específicos, considerando a pesquisa e a extensão como eixos norteadores da prática pedagógica;
- atualização permanentemente dos cursos e currículos, estruturando-os em consonância com a identidade dos perfis de conclusão de curso e da realidade local e regional;
- garantia da flexibilidade estrutural e pedagógica dos currículos, bem como a autonomia didática do/a professor/a, preservando o respeito às diretrizes gerais do Instituto;
- desenvolvimento de ações para estudantes com rendimento insuficiente, o que inclui correção de fluxo - acompanhamento individualizado das/os estudantes com rendimento escolar defasado - e estudos de recuperação; e
- ampliação e fortalecimento do desenvolvimento de componentes curriculares com foco em associativismo, cooperativismo e empreendedorismo.

3.1.6.3 Práticas pedagógicas

Propor metodologias inovadoras de ensino que atendam à complexidade do ato de ensinar, que levem em conta o pluralismo de ideias, culturas, experiências trazidas pelas/os estudantes, assim como suas diversas formas de aprender configuram-se como importante elemento norteador para o desenvolvimento das práticas pedagógicas da Instituição, levando em conta as exigências culturais do nosso tempo.

Nessa perspectiva, é importante fazer uso de metodologias de ensino que promovam o protagonismo da/o estudante no processo de aprender, que incluam não somente conhecimentos, mas também sua contextualização, experimentação, vivências e convivência em tempo e espaços escolares e extraescolares, mediante espaços e tempos em situações diversas, considerando os campos da ciência, cultura e tecnologia.

3.1.6.3.1 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de práticas pedagógicas inovadoras almejadas pelo Ifal, para todos os níveis, etapas, formas e modalidades de ensino:

a. Aprendizagem autônoma e colaborativa

Na interação entre os diversos sujeitos que atuam no processo de ensino e aprendizagem, dá-se a construção coletiva do conhecimento. Sob essa ótica, os envolvidos nesse processo trocam experiências e compartilham saberes necessários ao desenvolvimento da autonomia da aprendizagem.

b. Respeito aos saberes da experiência e às diferenças

O trabalho pedagógico deve partir das experiências de vida e das individualidades das/os estudantes, considerando o conhecimento prévio e as diferenças, independentemente de idade, gênero, etnia, ou condição econômica, social, física e cognitiva.

c. Formação politécnica

A formação oferecida no Ifal deve buscar, numa perspectiva politécnica, a superação da dicotomia entre teoria e prática, significando a compreensão de como os conhecimentos se produzem, se elaboram e se

transformam, tal como a compreensão das bases científicas, dos princípios tecnológicos, da organização e da gestão do trabalho.

d. Práticas pedagógicas inovadoras

O incentivo à adoção de práticas pedagógicas inovadoras tem como base o currículo integrado, a (re)estruturação e a ressignificação dos espaços, dos tempos e dos recursos e insumos institucionais, os quais devem favorecer a autonomia das/os estudantes na condução do seu processo de aprendizagem.

e. Mediação do/a professor/a

A participação do/a professor/a é fundamental no processo educativo. “O papel do educador no processo de ensinar e aprender é, assim, basilar. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula” (Moreira; Candau, 2007, p. 19).

Ao mesmo tempo em que a/o estudante precisa reconhecer sua própria autonomia no estudo, ele também precisa sentir a presença da/o professor/a como mediador/a que ouve, questiona e orienta em situações de aprendizagem, favorecendo a construção coletiva do conhecimento, refletindo no progresso e continuidade da formação humanizadora.

f. Tempo escolar

A escola cumpre funções importantes na construção/constituição da humanização do homem mediante uma formação geral básica - capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas. A escola é catalisadora na formação e construção de uma sociedade crítica. Sabe-se, também, que toda instituição de ensino se constitui em um espaço representativo da síntese entre a cultura experienciada (o que acontece no nosso cotidiano) e a cultura formal (domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento). Dessa forma, deve-se ter o cuidado em planejar a utilização de seu tempo como um dos elementos basilares para a consecução de seus objetivos e funções, enquanto uma das instâncias responsáveis pela construção de uma sociedade equitativa.

O tempo escolar sofre influências de diversos fatores que vão desde as determinações externas até, obviamente, às diversas atividades incluídas no currículo. Estando sua organização pré-determinada,

legalmente, há que se ter o cuidado de delineá-la considerando, também, as exigências advindas da realidade, que nos permite pensar novas formas de estruturação desse tempo: sessões de aula, quadros de horários, organização de turnos, calendário escolar, reuniões pedagógicas, atividades de planejamento e replanejamento, períodos de avaliação, períodos de recuperação, espaço para suporte de aprendizagem, atividades socio-culturais e esportivas, reuniões de pais e mestres, realização de reuniões de conselhos e colegiados, dentre outras.

g. Flexibilidade de espaços e tempos escolares

Incluir significa reconhecer a necessidade de adaptar o processo educativo à realidade de todos os sujeitos que compõem a diversidade da sociedade brasileira. Diante dessa concepção de Educação, o Ifal deve desenvolver suas atividades curriculares e extracurriculares de forma menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que as/os estudantes, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e cartesiano. Nesse sentido, é fundamental que a Instituição se empenhe não apenas no aparelhamento físico de seus *campi*, mas no aproveitamento de recursos tecnológicos, na busca de alternativas metodológicas e na flexibilização da regulação cotidiana de tempos e espaços, de modo a viabilizar a efetiva inclusão e a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade social, econômica e cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos.

3.1.6.4 Articulação entre níveis e modalidades de ensino

Articular níveis e modalidades de ensino é premissa essencial no Ifal, o qual deve ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos/ãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, possibilitando a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

Nessa linha, o Ifal deve estruturar seus cursos de modo a possibilitar a integração de conteúdos, garantindo a integralidade dos conhecimentos científicos, como também conhecimentos da área de atuação profissional, numa perspectiva de integração e articulação entre diversos níveis e modalidades de ensino.

3.1.6.4.1 Princípios

Os princípios norteadores da articulação entre níveis e modalidades de ensino almejada pelo Ifal são:

- integração e verticalização do conhecimento;
- articulação entre níveis e modalidades de ensino exige, como estratégia de estruturação curricular, a integração e a verticalização do conhecimento;
- equalização de bases curriculares;
- equalização da base curricular em cursos similares da instituição, nas modalidades presencial e a distância, entre polos, intra e *intercampi*, permite preservar a identidade institucional e promover o alinhamento e a mobilidade entre eles.

3.1.6.4.2 Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da articulação almejada pelo Ifal entre todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

- articular a Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Superior, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos;
- identificar os fundamentos científicos comuns a cada grupo de cursos da mesma área de conhecimento ou eixo tecnológico;
- alterar as matrizes curriculares de modo a atender aos princípios da verticalização e equalização;
- definir as bases tecnológicas que devem compor o núcleo politécnico dos eixos e áreas do conhecimento.

3.1.6.5 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular supera o modelo curricular segmentado, tradicionalmente dividido em componentes curriculares que não se relacionam ao longo do aprendizado, modelando uma estrutura que possibilita nexos e permite uma convergência entre os diversos campos

do saber, instituindo itinerários formativos num diálogo constante entre os vários níveis e modalidades de ensino.

Representa, em essência, a quebra da hierarquização dos saberes, corroborando para o tratamento condizente com a natureza dos conhecimentos científicos, tecnológicos, socioculturais que se apresentam multi, pluri e interdisciplinarmente. Dessa forma, o currículo flexível permite correções de rumo e adaptações às exigências do mundo contemporâneo, dando condições às/aos estudantes de construir itinerários diversificados, segundo seus interesses e possibilidades, com vistas à educação continuada, realizada simultânea ou alternadamente com seu exercício profissional, viabilizando seu constante aprimoramento.

3.1.6.5.1 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de flexibilização curricular almejada pelo Ifal para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

a. Diversidade de contextos

A flexibilização curricular pressupõe diversidade de contextos, proporcionando um currículo cada vez mais acessível, ampliando o universo de conhecimentos a serem adquiridos pela/o estudante, permitindo-lhe, ainda, a especificidade de seu campo de atuação profissional.

b. Responsabilidade compartilhada

Entendida não apenas como acréscimo de algumas atividades diferenciadas ou complementares, ou mudanças na estrutura curricular. Dela há a exigência de que esteja em consonância com os princípios e diretrizes apontadas neste documento e que envolva toda a comunidade acadêmica.

3.1.6.5.2 Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da flexibilização curricular em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

- priorizar um trabalho pedagógico que articule projetos transdisciplinares e ações disciplinares entre os diversos

currículos e programas, dos níveis e modalidades de ofertas de ensino existentes;

- organizar a estrutura curricular dos cursos, contemplando um núcleo que caracterize sua identidade, estabelecendo, porém, alternativas que possibilitem o aproveitamento de outros espaços e formas de aprendizagem;
- garantir a formação profissional de todos as/os estudantes, mesmo daqueles que apresentem algum tipo de limitação física ou cognitiva, por meio de modelo curricular que atenda a essas diversidades;
- desenvolver o processo pedagógico, considerando a diversidade de saberes, respeitando os objetivos fundamentais e os conteúdos essenciais, aos quais as/os estudantes devem ter acesso para obter êxito em sua trajetória acadêmica e profissional;
- incorporar o aproveitamento curricular de outras formas de aprendizagem, como a educação a distância, a prática profissional, componentes curriculares avulsos, intercâmbio estudantil, as atividades de pesquisa e extensão, os projetos integradores, componentes curriculares optativos, entre outras possibilidades;
- definir e regulamentar formas de certificação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem;
- permitir maior mobilidade estudantil entre os *campi* do Instituto, bem como com outras instituições do país e do exterior.

3.1.6.6 Integralização curricular

A integralização curricular diz respeito à finalização de todas as atividades acadêmico-científicas previstas para o curso, tais como: disciplinas, prática profissional, estágio, atividades complementares, de ensino, de pesquisa e de extensão, quando previstas no fluxograma do curso, além de situação regular, no que se refere à documentação e às obrigações junto aos sistemas de avaliação da educação nacional. Após a integralização curricular, a/o estudante está apta/o a colar grau (cursos superiores) e, em seguida, solicitar a emissão de diploma.

Quando prevista no Projeto do Curso, a integralização curricular parcial pode ensejar a emissão de certificados específicos, desde que atendidos os requisitos de terminalidade.

A fixação de carga horária para as diferentes atividades acadêmicas possibilita incrementar a flexibilidade curricular, contudo garante que todos os estudantes sejam formados em igualdade de condições, frente a um conjunto de parâmetros definidos. É o estabelecimento das cargas horárias correspondentes aos períodos letivos, como também seus conteúdos, que garante e promove a mobilidade dos estudantes, permitindo, igualmente, a integralização curricular, mesmo que não seja um percurso formativo realizado em uma única instituição.

3.1.6.6.1 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de integralização curricular para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino são:

a. Adequação do planejamento ao tempo escolar

A escola é o espaço representativo da síntese entre a cultura experienciada (o que acontece no nosso cotidiano) e a cultura formal (domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento). Dessa forma, o adequado planejamento da utilização do tempo escolar é um dos elementos basilares para a consecução de objetivos educacionais e para a realização dos projetos educativos.

b Adaptação do tempo escolar às demandas educacionais

O tempo escolar sofre influências de diversos fatores que vão, desde as determinações externas até as diversas atividades incluídas no currículo. Estando sua organização predeterminada legalmente, no Ifal, há de se ter o cuidado de planejar o tempo escolar, considerando, também, as exigências advindas da realidade e as atividades previstas nos calendários escolares.

c. Conclusão dos estudos

Os fatores que proporcionam desvios que dificultam o cumprimento dos objetivos da Instituição e a conclusão de estudos - taxa elevada de evasão, ocupação de vagas ociosas, retenção das/os estudantes e desnívelamento de desempenho no ingresso - devem ser avaliados, de modo a serem devidamente enfrentados e corrigidos.

3.1.6.6.2 Ações

As ações que devem viabilizar os princípios norteadores da integralização curricular almejada pelo Ifal para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino são:

- planejar ações pedagógicas e administrativas, preventivas e corretivas, com vistas ao controle da retenção e a evasão no Ifal, a serem implementadas nos *campi*/polos;
- planejar ações referentes ao desenvolvimento de uma política articulada entre ensino, pesquisa e extensão de combate à retenção e à evasão;
- monitorar sistematicamente, por meio das diversas pró-reitorias, as ações pedagógicas e administrativas, preventivas e corretivas, planejadas e implementadas nos *campi*/polos.

3.1.6.7 Avaliação da aprendizagem

A proposta de avaliação da aprendizagem no Ifal será realizada em função dos objetivos expressos nos planos e projetos de cursos, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais da/o estudante, apresentando-se em três momentos avaliativos: diagnóstico, formativo e somativo, além de momentos coletivos de auto e heteroavaliação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação diagnóstica define estratégias para identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, em função do planejamento do/a professor/a, para que este possa estruturar e adequar as suas atividades, ao longo do curso, às necessidades de aprendizagem.

A avaliação formativa redimensiona, constantemente, o processo de ensino e de aprendizagem para ajustar-se à evolução das/os estudantes, a fim de orientar as ações pedagógicas, de acordo com o que será observado na prática, mediante o acompanhamento contínuo e permanente.

A avaliação somativa reconhece, quantitativamente, se as/os estudantes alcançaram os resultados esperados, por meio dos mais variados instrumentos de avaliação.

Na autoavaliação, a/o estudante analisa, junto ao/à professor/a, os êxitos e fracassos do processo ensino/aprendizagem, observando o material didático, a metodologia e o seu próprio desempenho.

Esse entendimento conflui na ideia da necessidade de se estabelecer estratégias na formação do desempenho da/o estudante, para o desenvolvimento de saberes, ao longo do processo de ensino/aprendizagem.

Para isso, a adoção de parâmetros individuais e coletivos de desempenho dos estudantes é necessária, como forma de relacionar-se aos aspectos cognitivos, emocionais e sociais, consequentes da ação educativa. Assim, deverão ser criados espaços para a recuperação contínua da aprendizagem dos estudantes, por meio de várias técnicas e instrumentos avaliativos, de forma que estes avancem na sua trajetória acadêmica, junto aos demais, procurando evitar a reprovação e/ou exclusão.

Em síntese, a avaliação da aprendizagem deve ser uma estratégia pedagógica substancialmente voltada para o direito de aprender. Aprender implica esforço reconstrutivo político, que privilegia atividades de pesquisa e elaboração própria, habilidades de argumentação e autonomia, saber pensar, crítica e autocriticamente. No dizer de Demo (2009), “a aprendizagem é marcada profundamente pela virtude de trabalhar os limites em nome dos desafios e os desafios dentro dos limites”, a aprendizagem é, no seu âmago, expressão política e ética.

Enfim, o processo de avaliação de aprendizagem do Ifal, coerente com o que propugna seu PPPI, estabelecerá estratégias pedagógicas que assegurem uma prática avaliativa a serviço de uma ação democrática, por meio de instrumentos e técnicas que concretizem resultados em benefício do processo ensino/aprendizagem

– prova escrita e oral; observação; autoavaliação; trabalhos individuais e em grupo; portfólio; projetos e conselho de classe, sobrepondo-se este último como espaço privilegiado de avaliação coletiva. O conselho é, por excelência, espaço dialético com enorme potencial pedagógico e guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola, objetivando avaliar o seu processo de ensino/aprendizagem.

3.1.6.71 Princípios

Os princípios norteadores da avaliação do desempenho da/o estudante em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino do Ifal são: direitos e deveres.

a. Ação de transformação e promoção social

A avaliação da aprendizagem escolar deve ser pensada enquanto ação de transformação e de promoção social dos estudantes. Por isso, exige constante reflexão a respeito de que e de quem ela está a serviço. O

processo avaliativo é, antes de tudo, uma questão política, uma vez que reflete determinada concepção de homem, de educação e de sociedade.

b. Perspectiva emancipatória e democrática

A avaliação da aprendizagem escolar deve preconizar uma perspectiva emancipatória e democrática, o que pressupõe a conversão dos métodos avaliativos tradicionais em métodos investigativos capazes de indicar alternativas de superação das dificuldades existentes e possibilidades de intervenções pedagógicas.

c. Processo contínuo

A aprendizagem, em um processo avaliativo contínuo, não acontece de forma pontual, estática, mas em constante movimento. A avaliação contínua e cumulativa deve priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e a evolução processual da aprendizagem, isto é, o desempenho da/o estudante ao longo do período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou a um trabalho no final do processo.

d. Recuperação contínua da aprendizagem

A adoção de parâmetros individuais e coletivos de desempenho dos estudantes é necessária, como forma de relacionar aos aspectos cognitivos os emocionais e sociais, consequentes da ação educativa. Assim, devem ser viabilizados os meios e estabelecidas as estratégias que promovam a recuperação contínua da aprendizagem dos estudantes que apresentam baixo rendimento por meio de técnicas e instrumentos de avaliação variados, de forma que estes avancem sempre juntos aos demais, procurando evitar sua retenção e/ou exclusão.

e. Diversidade de instrumentos

Devem ser utilizados instrumentos e estratégias diversificadas para avaliar o desempenho da/o estudante, tais como prova individual, em dupla e/ou em grupo, com consulta, oral, debate, painel, trabalho individual, trabalho em grupo, seminário, autoavaliação, observação, pesquisas, projetos, TCC, prática profissional, entre outros.

f. Decisões colegiadas

As instâncias colegiadas, a exemplo dos Conselhos de Classe, Colegiados de Curso, Núcleos Docentes Estruturantes, contribuem para a

melhoria da qualidade do processo educativo. Trata-se de espaços dialéticos com grande potencial pedagógico, que possibilitam a articulação dos diversos segmentos que compõem a Instituição, com o objetivo de avaliar o processo ensino/aprendizagem, adquirindo papel relevante em prol de uma educação/avaliação inclusiva.

3.1.6.72 Ações

As ações que podem viabilizar os princípios norteadores da avaliação de desempenho da/o estudante em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino do Ifal são:

- assegurar práticas avaliativas emancipatórias, como instrumentos de diagnóstico e acompanhamento do processo ensino/aprendizagem, tendo como pressupostos o diálogo e a pesquisa;
- contribuir para a melhoria da qualidade do processo educativo, possibilitando a tomada de decisões para o (re)dimensionamento e o aperfeiçoamento desse processo;
- assegurar a consistência entre os processos de avaliação e a aprendizagem pretendida, por meio da utilização de formas e instrumentos diversificados, de acordo com a natureza dessa aprendizagem e dos contextos em que ocorrem;
- assegurar as formas de participação dos estudantes como construtores de sua aprendizagem;
- assegurar o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- assegurar estudos de recuperação paralela ao período letivo, em todos os cursos ofertados;
- diagnosticar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem, para possível redimensionamento das práticas educativas;
- diagnosticar as deficiências da organização do processo de ensino, possibilitando reformulação para redimensioná-lo;
- estabelecer um conjunto de procedimentos que permitam traduzir os resultados em termos quantitativos;
- adotar transparência no processo de avaliação, explicitando os critérios (o que, como e para que avaliar) numa perspectiva conjunta e interativa, para estudantes e professores;

- garantir a primazia da avaliação formativa, valorizando os aspectos cognitivo, psicomotor, afetivo e as funções reflexiva e crítica, como caráter dialógico e emancipatório;
- consolidar o Conselho de Classe como fórum permanente de análise, discussão e decisão para o acompanhamento dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem;
- desenvolver um processo mútuo de avaliação professor/estudante como mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do ensino e dos resultados de aprendizagem.

3.2 Marco operacional

3.2.1 Políticas de ensino

Traduzidas no seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, as políticas de ensino do Ifal constituem-se em um desafio tanto teórico-conceitual quanto metodológico. É possível que, no campo metodológico, à primeira vista, as dificuldades em articular as demandas institucionais a uma reflexão crítica da realidade reduza ou mesmo limite a capacidade propositiva desse Projeto, em que estão explicitadas diretrizes e metas que caminham ao encontro dos anseios e necessidades da comunidade, requerendo, assim, uma permanente escuta da realidade cotidiana em constante referência à história institucional.

É justamente nesse conflito entre aquilo que pode conter o Projeto Político-Pedagógico Institucional, em suas diretrizes e propostas, e as demandas nelas traduzidas, que sustenta, em si, a contradição como base para a possibilidade de advir o novo como o contrário da cristalização de saberes, comportamentos cotidianos e práticas educativas.

Conflito, aqui, não é algo que se rejeita; mas uma das condições para ressignificar saberes, comportamentos e práticas. Conflito aparente, mas instante complexo em que diferentes significados podem ser negociados e gerar novos sentidos para projetos individuais e coletivos.

Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico Institucional, embora se objetive num conjunto de escritos sobre a vida e identidade da Instituição, constitui-se, para além de um mero registro de proposições, no instrumento de sustentação do diálogo permanente entre todos os

sujeitos que compõem e vivem no seu interior. Assim sendo, torna-se o veículo que congrega diferentes vozes de uma diversidade de sujeitos.

Aqui, assume-se o compromisso com a formulação de uma prática de acesso, permanência e êxito dos sujeitos em situação de exclusão; política que se traduz numa prática pedagógica, cujo foco é o atendimento às necessidades e características dessa população.

O Ifal assume o compromisso de construir uma gestão que incorpore a participação ampla da comunidade em seu planejamento de ações, bem como em sua implementação e avaliação.

Com isso, o Ifal, direcionando o trabalho para a democratização institucional, em que os sujeitos, coletivamente, assumem posturas transformadoras do fazer pedagógico, estabelece as seguintes Diretrizes Gerais do Marco Operacional do seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, enquanto políticas de ensino.

3.2.1.1 Diretrizes gerais

As diretrizes gerais das políticas de ensino do Ifal são:

- contribuir na construção de uma sociedade democrática e equitativa, universalizando o ensino, garantindo a inclusão social e assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e à heterogeneidade de suas/eus estudantes;
- consolidar o processo de gestão democrática na Instituição, conforme postula os princípios da educação nacional contidos na Constituição Federal, na LDBEN nº 9.394/1996, na Lei nº 11.892/2008 e legislações correlatas;
- consolidar a política de formação continuada para os profissionais da Instituição;
- consolidar políticas de parceria, cooperação técnico-científica e intercâmbio com outras instituições de ensino superior em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desencadeados nesse âmbito;
- articular educação básica, educação profissional e tecnológica e educação superior, observando os princípios democráticos de qualidade e equidade, em conformidade com o que preceitua o artigo 205 da Constituição Federal e os artigos 2º e 3º da LDBEN nº 9.394/1996;

- garantir a aplicação dos recursos destinados à Instituição, prioritariamente para a manutenção e o desenvolvimento do ensino;
- garantir padrões de infraestrutura física e de equipamentos dos *campi* e dos polos do Ifal, inclusive relativos à acessibilidade de pessoas com deficiências, ampliando, adequando e modernizando laboratórios, salas de aulas, bibliotecas e demais espaços físicos;
- promover o acesso das minorias ao Ifal, contemplando as peculiaridades das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas;
- consolidar a oferta da educação de jovens e adultos na Instituição;
- consolidar a oferta de cursos de formação de professoras/es, tais como licenciatura, formação pedagógica e segunda licenciatura;
- consolidar a oferta da educação a distância na Instituição;
- instituir programa de avaliação institucional nas instâncias administrativas e pedagógicas, em suas especificidades, com vistas a possibilitar a viabilização das mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- estimular iniciativas educativas inovadoras e divulgação das experiências exitosas;
- consolidar a política de ampliação da oferta para todos os níveis e modalidades, prioritariamente do ensino médio integrado, decorrente de resultados de pesquisa de demanda e considerando as características de cada região;
- promover o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade;
- assegurar o regime de residência e semi-residência para estudantes nos *campi* que apresentem necessidade;
- observar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), em todos os níveis e modalidades;
- desenvolver programas de inserção social, mediante a intervenção/interação com a sociedade;

- incentivar a adoção e implantação de metodologias, no âmbito da educação profissional e tecnológica, para a organização da educação a distância, por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação e outros mecanismos capazes de ampliar o alcance institucional;
- promover uma maior interação entre o conhecimento sistematizado, no cotidiano da sala de aula, e o desenvolvimento das pesquisas científicas, evidenciando-se o princípio de contextualização;
- aplicar recursos de inovações tecnológicas voltados para a educação em todos os níveis e modalidades.

3.2.1.2 Níveis e modalidades de ensino

O Ifal, em consonância com o que postula a LDBEN nº 9.394/1996, art. 39, que trata da educação profissional, enquanto prática que possibilite o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, e como instituição vinculada à rede federal de educação tecnológica, com a prerrogativa de poder ofertar os dois níveis de ensino postos para a educação brasileira: educação básica e educação superior, no delineamento deste projeto pedagógico, destaca como possibilidades de ofertas educacionais:

- formação inicial e continuada de trabalhadoras/es;
- educação profissional técnica de nível médio: integrado, concomitante, subsequente, educação de jovens e adultos;
- educação de jovens e adultos;
- educação superior: cursos superiores em tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação;
- educação a distância.

3.2.1.2.1 Formação inicial e continuada de trabalhadoras/es

Formar para o trabalho é uma preocupação antiga que nossos antecessores tinham, quando se ocupavam em transmitir conhecimentos e habilidades necessárias ao provimento de gêneros alimentícios e habitação. Segundo Fartes (1999), com a evolução da sociedade, essas funções do trabalho tornaram-se mais complexas, diferenciadas e especializadas,

exigindo planejamentos mais específicos de treinamento e, consequentemente, programas de aprendizagem.

A partir daí, a escola assume um papel preponderante na formação da/o estudante trabalhador/a, organizando suas práticas educativas em função das exigências do setor produtivo, vinculando seus planejamentos às necessidades de qualificação de mão de obra demandada pelo mercado de trabalho cada vez mais flexível e imprevisível.

Nessa perspectiva, embora seja imprescindível levar em consideração a necessidade de um perfil profissional que responda às exigências do atual paradigma tecnológico e de gestão organizacional, não devemos perder de vista que essa/e profissional deverá ser formada/o em toda sua plenitude.

Nessa ótica, é papel da Educação formar estudantes trabalhadoras/es, conhecedora/es de seus direitos e deveres, por meio de uma educação emancipatória de natureza ético-social, cognitiva e instrumental, que vise à eficácia dos processos formativos sob a exigência da ética e da cidadania, promovendo oportunidades de estudos, não somente para os jovens que estão matriculados na educação formal, mas também para os adultos que precisam de formação continuada.

Assim, é fundamental estabelecer como ações nesse campo de oferta:

- implementar programas de formação inicial e continuada para as/os trabalhadoras/es do mercado formal e informal;
- democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica para todos os segmentos da sociedade, em parceria com instituições, associações, empresas e organizações não governamentais;
- ofertar cursos para o público de desempregada/os, micros e pequenos empresária/os, além daquela/es que não tiveram acesso à escolarização em tempo regular;
- adotar mecanismos de articulação da educação de jovens e adultos trabalhadores à Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida no Ifal;
- implementar medidas, no âmbito da Instituição, que assegurem aos programas de Educação de Jovens e Adultos trabalhadoras/es a qualidade necessária à formação profissional desse segmento da população.

3.2.1.2.2 Educação profissional técnica de nível médio

A educação profissional apresenta-se como a modalidade de ensino que melhor configura a estreita relação entre as diversas esferas da sociedade (econômica, política e cultural) e o sistema educativo. Por conseguinte, a existência de uma tendência em atrelar a sua finalidade a uma mera adaptação às necessidades do mercado de trabalho e a outras questões a ele correlatas, banaliza sua importância, enquanto confluência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho.

Sabemos, no entanto, que a atual divisão e organização do trabalho no modelo capitalista nos impele a repensar o acesso do indivíduo ao conhecimento enquanto profissionalização e/ou qualificação, desvinculando-o certamente da noção de aquisição de um rol de “habilidades” e “competências” cambiantes - modificadas mediante as necessidades e as exigências do capital - e vinculando-o à multidimensionalidade do trabalho como atividade humana, social e cultural. Nessa perspectiva, a educação profissional é compreendida como o entrelaçamento entre as experiências vivenciais e os conteúdos (saberes) necessários para fazer frente às situações nos diversos âmbitos: nas relações de trabalho, sociais, históricas e políticas, incidindo, também, essa compreensão na consolidação da aquisição de conhecimentos gerais e conhecimentos operacionais de forma interativa, atenuando, portanto, os limites entre formação geral e formação profissional.

Diante disso, cabe ao Ifal, enquanto Instituição de educação profissional, pautar sua atuação, objetivando a construção da cidadania e a inserção dos indivíduos na sociedade, como ser produtivo, ético e político baseada na tríade: autonomia, participação e diálogo, e tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos.

Com base nessa dimensão, torna-se imprescindível:

- articular a educação profissional com a educação básica mediante a oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio na forma integrada, nos termos da Lei nº 9.394/1996;
- conjugar a teoria com a prática, mediante proposta pedagógica que tenha como base, dentre outros construtos: a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade, em todas as formas de ofertas da educação profissional técnica de nível médio;

- promover as atividades de pesquisa e de extensão, permeando o processo de ensino/aprendizagem por meio de projetos, simpósios, seminários, debates, núcleos temáticos, entre outros, em sintonia com os avanços tecnológicos, o mundo do trabalho e as demandas sociais;
- desenvolver ações de acompanhamento e avaliação da prática pedagógica numa perspectiva de participação do conjunto da comunidade dos *campi*;
- desenvolver estudos sistemáticos de identificação de demandas e da capacidade institucional no que se refere às ofertas de cursos;
- ampliar e fortalecer a oferta de educação profissional na forma integrada;
- ampliar a oferta de educação profissional na forma integrada na modalidade de educação de jovens e adultos;
- promover a atualização dos planos dos cursos mediante avaliação sistemática, sempre que se verificar defasagem entre o perfil de conclusão e as exigências advindas da sociedade.

3.2.1.2.3 Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Técnica - EJA-EPT

A garantia do direito à Educação inclui a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, no que se refere à perdurabilidade nas políticas, substitui as ofertas passageiras materializadas por meio de programas e projetos pela perenidade das iniciativas políticas que se sobreponham às mudanças governamentais, dentre outros aspectos.

Nesse contexto, é fundamental uma política pública estável para a EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com o compromisso de viabilizar o acesso à escolarização básica de forma integrada à formação profissional de cidadãos e cidadãs jovens e adultas/os negadas/os do direito da formação básica e do acesso a uma formação profissional técnica, que possibilita o rompimento do ciclo de exclusão social.

Para superar a baixa inclusão social no acesso à Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), com foco na universalização da educação básica integrada à formação profissional, o Ifal propõe-se a fortalecer essa oferta como uma

política pública que assume a condição humanizadora da educação e que não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas que se consolida ao longo da vida (Ireland, Machado, Paiva, 2004).

A EJA-EPT tem um público múltiplo e diverso, composto em sua maioria por trabalhadores/as, negras/os, quilombolas, mulheres, indígenas, camponesas/es, ribeirinhas/os, pescadoras/es, jovens, idosas/os, subempregadas/os, desempregadas/os, trabalhadoras/es informais, bem como pessoas de baixa renda de qualquer cor, raça, etnia, credo e gênero.

Sob esse ponto de vista, o Ifal, de acordo com a Lei nº 11.892/2008, enquanto instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis, modalidades e formas de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, exerce sua função primordial na vinculação entre educação e trabalho integrada à ciência e à tecnologia na condução do desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (Brasil, 1996, art. 39).

Dessa forma, o Ifal indica a utilização de práticas pedagógicas inovadoras que conduzam à emancipação e à inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável para o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2005).

Para dar conta do cumprimento dessa premissa, os fundamentos político-pedagógicos que guiam a organização curricular na EJA-EPT no Ifal são:

a) A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva; b) a escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana; c) a valorização dos diferentes saberes no processo educativo; d) a compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem; e) a escola vinculada à realidade dos sujeitos; f) a autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino; g) o trabalho como princípio educativo (Brasil, 2007, p. 47).

Essa organização caracteriza-se pela desconstrução e construção de propostas curriculares e metodológicas, baseadas na realidade da/do estudante jovem, adulta/o e idosa/o, possibilitando a ressignificação do seu cotidiano. Desse modo, a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares utiliza de metodologias dinâmicas, que valorizam os

saberes advindos de espaços de educação não formal e formal, visto que essa construção curricular implica uma nova cultura escolar e uma política de formação docente, bem como a produção de material educativo.

No que se refere à avaliação para a aprendizagem, no contexto da EJA-EPT, aquela é considerada como uma possibilidade real de propiciar à/ao estudante a busca de novas aprendizagens. A avaliação não deve ser separada da aprendizagem, visto que está integrada à produção do conhecimento ao longo do período letivo e, conforme a LDB, por meio de diversos instrumentos avaliativos, de forma contínua e empenhada na (re)construção do conhecimento vinculado à formação integral dos sujeitos. Orienta-se que as avaliações tenham características diagnóstica, processual, formativa e somativa (Brasil, 2007).

Considerando o exposto, no âmbito da EJA-EPT, proporcionam-se espaços de discussão e reflexão de maneira constante para avançar no debate da formação docente e na promoção da integração das/os estudantes.

3.2.1.2.4 Educação superior - bacharelados, licenciaturas, cursos superiores em tecnologia e cursos de pós-graduação

A implementação da educação superior pelo Ifal incorpora, nos marcos do seu PPPI, o princípio educativo que advoga uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho, tal como atividades intelectuais e instrumentais. O que se almeja, portanto, é a constituição de um processo formativo que busca aliar a concepção de educação à formação profissional integral, esta última definida como um processo técnico-pedagógico, que articule os conhecimentos teóricos e práticos da educação profissional com os fundamentos da formação humana no seu sentido pleno.

Incorporando o relevante papel social incumbido às instituições de ensino que trabalham com formação em nível superior é que o Ifal, levando em conta o processo permanente de formação encampado pelos sujeitos histórico-sociais, na perspectiva de viabilizar o desenvolvimento de uma carreira de formação profissional e tecnológica, possibilita a articulação verticalizada e a integração com os diferentes níveis, modalidades e formas de ensino, bem como com o trabalho, com a ciência e com a tecnologia.

Nesse universo amplo e diversificado de formação próprio do Instituto, ressalta-se que cada oferta de graduação (licenciatura, bacharelado e cursos superiores em tecnologia), presencial ou a distância, deve

apresentar objetivos próprios, de maneira que, em decorrência destes, possa-se delinear o perfil e a identidade da Instituição com todas as características que lhe são peculiares, firmando um movimento de unidade na diversidade.

As composições dos cursos superiores devem apresentar as seguintes características: integração com a sociedade e o mundo produtivo; diálogo com os arranjos produtivos culturais, locais e regionais; compromisso com a sustentabilidade ambiental e social; possibilidade de estabelecer metodologias que viabilizem a ação pedagógica inter e transdisciplinar dos saberes; realização de atividades em ambientes de formação para além dos espaços convencionais; interação de saberes teórico-práticos ao longo do curso; percepção da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações na construção do conhecimento; constituição da autonomia das/os estudantes na aprendizagem; mobilidade/intercâmbio/cooperação intra, interinstitucional e internacional; construção de ambientes de aprendizagem versáteis na perspectiva da inclusão, integração interinstitucional e integração da comunidade discente de diferentes níveis, modalidades e formas de ensino.

Essas características justificam a autonomia didático-pedagógica que é conferida aos institutos cuja perspectiva de verticalização do ensino, mais do que uma identidade e referência, expressa o compromisso com a população brasileira que ainda está distante da escolaridade desejada e necessária para o mundo moderno englobando a sua complexidade e os diferentes graus de desenvolvimento do país.

A oferta da formação inicial e continuada de trabalhadoras/es e a profissionalização na Educação Básica são necessárias à sociedade brasileira por diferentes agravantes, e se constituem na maior parcela da oferta de formação nos institutos federais, somando-se a essa oferta, os cursos de graduação e de pós-graduação que reforçam o formato singular dessas instituições.

Na política de ensino do Ifal, há que se ressaltar a oferta de cursos de formação de professoras/es a ser desencadeada por meio das licenciaturas e dos cursos de pós-graduação. Nesse âmbito, a formação que se almeja requer que sejam propiciadas condições que permitam à/ao profissional um perfil que revele consistência teórica, competência técnica e compromisso político com a qualidade social da educação.

A formação de professoras/es – nas três dimensões formativas: licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica – é absolutamente essencial por ser espaço privilegiado da formação inicial para professoras/es e pelo importante papel que desempenham no desenvolvimento

de pedagogias apropriadas às especificidades da educação básica, ao desenvolvimento da reflexão pedagógica sobre a prática docente, e ao fortalecimento da articulação entre ensino-pesquisa-extensão, dentre outros aspectos. Isso porque os desafios para as/os professoras/es da educação básica são novos e estão relacionados às mudanças do contexto socioeconômico que afetam as relações profissionais, aos efeitos das inovações tecnológicas, ao novo papel que os sistemas simbólicos desempenham no cotidiano, à exigência de maior atenção à justiça social, às questões éticas e de sustentabilidade ambiental e social.

São demandas urgentes e necessárias à construção e reestruturação dos saberes e conhecimentos fundamentais à análise, à reflexão e a intervenções críticas e criativas em todas as dimensões da existência social. Às dimensões mencionadas, a pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* garantem aos estudantes a continuidade vertical de seus estudos, consoante à formação graduada; ao passo que promove a ambiência acadêmica necessária ao desenvolvimento de atividades potenciais de pesquisa e extensão correlacionadas.

A graduação e a pós-graduação são canais imprescindíveis para o aprofundamento do diálogo com as demandas sociais, uma vez que, além de oportunizarem a formação inicial e continuada (cursos superiores em tecnologia, licenciaturas, bacharelados, especializações, mestrados e doutorados), trazem a pesquisa e a extensão como possibilidade de intervir de forma autônoma na sociedade.

Para tanto, a Educação Superior no Ifal, observando as diretrizes curriculares para esse nível de ensino e para cada curso em sua área específica, deve ensinar uma perspectiva de formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas, visando ao desenvolvimento sustentável ambiental e social.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- ampliar e fortalecer a oferta de educação superior na Instituição no âmbito dos bacharelados, cursos superiores em tecnologia e licenciaturas, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e matemática e formação pedagógica para a educação profissional;
- ampliar, em colaboração com outras instituições, a política de incentivo à pós-graduação e a investigação científica, tecnológica e humanística;

- articular com as instituições de educação superior e de educação básica públicas em Alagoas de modo a garantir o compromisso com a educação básica;
- desenvolver pesquisas que contribuam para a democratização da Educação em Alagoas;
- estruturar programas interinstitucionais de pós-graduação;
- constituir política de acompanhamento da infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas em condições de viabilizar o credenciamento ou reconhecimento enquanto instituição de educação superior, bem como reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso;
- incentivar o desenvolvimento de pesquisas como elemento integrante dos processos de ensino-aprendizagem;
- implantar a prática extensionista integrada ao currículo;
- fortalecer a pesquisa como princípio pedagógico para inovação de saberes no processo de ensino-aprendizagem e de inovação tecnológica;
- fortalecer o sistema próprio de avaliação institucional para a educação superior;
- promover iniciativas integradas de estudos e de pesquisas, voltados para a formação acadêmica, na perspectiva da formação crítica, reflexiva e da autonomia da/o estudante;
- promover o intercâmbio de cooperação técnica com empresas, instituições públicas e privadas;
- institucionalizar a prestação de serviços à comunidade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão, como atividades finalísticas do Ifal.

3.2.1.2.5 Educação a distância

O conceito de Educação a Distância (EaD) engloba um vasto território de informações, com características histórico, político e socialmente situadas, oportunizando o desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como mediação didático-pedagógica da EaD.

Conforme, o Decreto nº 9.057/2017, a EaD é caracterizada como

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A necessidade de ampliação na oferta educacional na modalidade a distância se dá pela grande demanda de pessoas excluídas do processo de formação e pela dimensão continental de nosso país, aliada ao avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Esse cenário impõe novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos, necessitando de uma formação que os qualifique para lidar com o avanço científico e tecnológico, situando-os no mundo contemporâneo para dele participar de forma crítica e autônoma, tanto na sociedade como no mundo do trabalho.

A modernização dos meios e dos recursos tecnológicos utilizados na difusão da informação e comunicação, propiciada pela *internet*, com interfaces gráficas de comunicação *on-line* que estejam alinhadas ao objetivo proposto no currículo, exerce papel significativo no processo de ensino-aprendizagem. Essa percepção exige do/a profissional, que atua na educação a distância, o conhecimento de novas perspectivas que articulem aspectos pedagógicos e tecnológicos.

A educação a distância como modalidade de educação perpassa os dois grandes níveis de educação no Brasil, educação básica e educação superior, e se constitui como uma ação inclusiva e possibilitadora da formação cidadã. A organização didática para essa modalidade de ensino segue os princípios institucionais, coerente com uma visão omnilateral que requer a formação de cidadãos/ãos éticos/os e atuantes socialmente. Nesse sentido, sua organização curricular está pautada nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo como finalidade “o pleno desenvolvimento da/o estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, de acordo com o art. 2º da Lei nº 9.394/1996.

Objetiva-se ampliar e diversificar a oferta educativa institucional às/aos estudantes, rompendo com as barreiras geográficas e temporais, integrando os níveis e as várias modalidades educacionais, proporcionando a inclusão digital mediante o fomento do uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, a oferta da EaD no Ifal, observando as diretrizes curriculares para essa modalidade de ensino, deve apontar uma perspectiva de formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas.

Nessa linha, torna-se imprescindível:

- ampliar e fortalecer a educação na modalidade a distância, como oportunidade para integração e expansão das ofertas educacionais;
- promover política de formação em TDIC para servidoras/es da Instituição;
- implementar a oferta institucional permanente contemplando as diversas formas de interação e de tecnologias educacionais;
- fomentar ações institucionais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão nas ofertas de educação a distância;
- realizar estudo de viabilidade de criação de polos EaD para promoção de cursos de formação inicial e/ou continuada para servidoras/es da rede pública, por meio de parcerias e de convênios com as secretarias de educação municipal e estadual;
- incentivar o uso pedagógico das TDIC, pelo corpo docente da Instituição;
- ofertar formação em serviço às/aos servidoras/es do Ifal, nos níveis, modalidades e formas de ensino, utilizando os recursos das TDIC.

3.2.1.3 Implantação e descontinuidade de cursos e programas

A proposta de novos cursos e programas, bem como a proposta de descontinuidade dos cursos em oferta, ocorrerá por meio de um estudo de viabilidade, que deverá estar justificado pelo debate com a comunidade, pela demanda dos arranjos produtivos, culturais e sociais, pelo mapeamento da realidade da região. E deverá seguir os trâmites conforme os normativos vigentes.

3.2.2 Políticas Estudantis

As Políticas Estudantis do Ifal perpassam por um conjunto de políticas, programas e ações, regulamentadas por normativos que auxiliam

no planejamento, monitoramento, desenvolvimento e avaliação de medidas voltadas para o acesso, permanência com qualidade e conclusão com êxito das/os estudantes. Essas políticas são construídas na perspectiva da inclusão social, da educação inclusiva, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da qualidade de vida e da melhoria do desempenho acadêmico.

Os princípios que embasam as Políticas Estudantis, em todos os níveis e modalidades de ensino, são:

I - Afirmação da educação como uma política de Estado pública, gratuita e de qualidade;

II - Condições equânimes para assegurar a permanência com qualidade das/os estudantes;

III - Compromisso com a democratização e a qualidade dos serviços de ensino e assistência estudantil prestados às/aos estudantes;

IV - Defesa da justiça social, promoção do respeito à diversidade e combate a todas as formas de preconceito;

V - Compromisso com a inclusão e com a acessibilidade;

VI - Apoio a diversas formas de participação, organização e protagonismo estudantil;

VII - Valorização das ações interdisciplinares, objetivando a complementaridade do conhecimento multiprofissional com foco na/o estudante;

VIII - Reconhecimento da liberdade e do pluralismo de ideias como valores éticos primordiais;

IX - Formação baseada no desenvolvimento integral das/os estudantes;

X - Estímulo ao ensino, à aprendizagem, à cultura, à arte e ao esporte, com foco na formação integral das/os estudantes e na prevenção de problemas sociais que interfiram no desempenho escolar.

Constituem diretrizes das Políticas Estudantis:

I - Expansão de ações, programas e serviços existentes, ampliando o número de estudantes atendidas/os em todos os *campi*;

II - Garantia da existência de equipes multiprofissionais para alcançar e manter a qualidade na prestação dos serviços;

III - Contribuição nas ações de prevenção à retenção e à evasão escolar;

IV - Oferta de alimentação gratuita às/aos estudantes;

V - Acessibilidade na arquitetura, nos transportes, nos mobiliários e equipamentos, nas comunicações, nos recursos didáticos e pedagógicos;

VI - Atendimento a demandas biopsicossociais e pedagógicas das/os estudantes;

VII - Criação de condições adequadas, no que se refere à estrutura física dos locais de atuação das/os profissionais, que propiciem condições salubres; à aquisição de insumos, equipamentos e materiais técnicos necessários às intervenções; ao sigilo profissional e à guarda de documentos;

VIII - Fomento às organizações estudantis representativas e participação de estudantes em instâncias colegiadas, planejamento institucional e eventos político-acadêmicos;

IX - Promoção de ações interdisciplinares, principalmente voltadas à defesa dos Direitos Humanos e o combate à violência;

X - Garantia da participação das/os profissionais ligadas/os à AE no Fórum Permanente de Assistência Estudantil (Forpae) e nas reuniões periódicas de cada categoria;

XI - Promoção da descentralização político-administrativa;

XII - Compromisso com a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos orçamentários e financeiros destinados às/aos estudantes;

XIII - Divulgação das políticas estudantis e socialização das ações desenvolvidas;

XIV - Fortalecimento e institucionalização de núcleos de ações afirmativas;

XV - Disponibilização de espaço físico adequado ao desenvolvimento das ações de interesse do corpo discente, viabilizando a interação entre as/os estudantes e seus representantes.

Os normativos que norteiam as políticas estudantis do Ifal são avaliados continuamente e atualizados sempre que necessário, conforme as demandas apresentadas pela comunidade acadêmica.

Aqui no Ifal, as políticas estudantis atuam em alguns eixos: 1. Assistência Estudantil; 2. Ações Inclusivas, Afirmativas e de Diversidade; 3. Políticas Estudantis, Ensino, Pesquisa e Extensão (Regulamento do Corpo Discente, Programa de Monitoria e Programa de Apoio à Participação em Eventos (PAPE); 4. Protagonismo e Organização Estudantil; 5. Execução de Programas vinculados ao MEC (Programa Bolsa Permanência e Programa Pé de Meia).

3.2.2.1 Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas (PAE/Ifal) é um conjunto de princípios, diretrizes, procedimentos, critérios, competências, programas e orientações para gestão, planejamento, monitoramento e avaliação, que norteia a implementação de ações voltadas à ampliação das condições de permanência de estudantes regularmente matriculados/as, em cursos presenciais de nível médio – nas formas integrado e subsequente – e de nível superior.

As ações da Assistência Estudantil são gerenciadas pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e pela Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar (Cane), vinculadas à Diretoria de Políticas Estudantis (DPE). A CAE é responsável por promover a democratização e equiparação de oportunidades educacionais, assim como pela formulação da PAE/Ifal, contando com o Fórum Permanente de Assistência Estudantil (Forpae), órgão de caráter consultivo e propositivo, como espaço de discussão e assessoramento para a tomada de decisões. A Cane tem como responsabilidade desenvolver ações e oferecer suporte aos *campi* para garantir a oferta de alimentação gratuita às/aos estudantes, visando contribuir com o crescimento/desenvolvimento das/os estudantes, a prevenção de agravos nutricionais, a manutenção e a promoção da saúde, a formação de práticas alimentares saudáveis, a aprendizagem, a melhoria do rendimento escolar e a redução dos índices de evasão.

A implementação dos programas da PAE/Ifal ocorre por meio do trabalho preferencialmente integrado da equipe multiprofissional da AE nos *campi*, composta por assistentes sociais, enfermeiras/os e técnicas/os de enfermagem, médicas/os, nutricionistas, odontólogas/os, psicólogas/os e/ou outras/os profissionais associadas/os às ações da política, podendo haver articulação com segmentos internos e/ou serviços externos à Instituição.

A Assistência Estudantil (AE) no Ifal tem se configurado como uma Política Institucional desde 2010. A regulamentação inicial foi criada por uma equipe multiprofissional da Instituição, por meio da Resolução nº 25/CS, em 19 de julho de 2010. A primeira atualização da PAE/Ifal ocorreu mediante a Resolução nº 22/CS, de 8 de agosto de 2011. A segunda revisão foi aprovada pela Resolução nº 54/CS, de 23 de dezembro de 2013. A versão vigente foi instituída através da Resolução nº 16/CS, de 11 de dezembro de 2017, e suas atualizações.

3.2.2.1.1 Fórum Permanente de Assistência Estudantil

Em 2012, foi criado o Fórum Permanente de Assistência Estudantil (FORPAE), instância democrática, de caráter consultivo e propositivo, que se constitui como um espaço de discussão para tratar das questões relacionadas à PAE/Ifal.

O FORPAE tem por finalidade atuar na defesa da Política de Assistência Estudantil, visando contribuir para a inclusão social, permanência e êxito acadêmico dos estudantes do Ifal e é regido pela Portaria nº 3.129/GR, de 04 de dezembro de 2018, e suas alterações.

3.2.2.1.2 Planejamento e Execução Orçamentária

Os procedimentos para a distribuição, utilização e prestação de contas do orçamento destinado anualmente à AE são orientados pela Portaria nº 3.063/GR, de 28 de dezembro de 2017, e suas alterações.

3.2.2.2 Políticas de ações Inclusivas, Afirmativas e de Diversidade

As políticas de ações inclusivas, afirmativas e de diversidade no âmbito do Ifal contemplam três eixos: 1) a promoção da educação inclusiva com foco nas necessidades educacionais específicas dos/as estudantes; 2) o desenvolvimento de uma educação antirracista com a execução de políticas afirmativas e o fomento à igualdade étnico-racial; e 3) a promoção do respeito e da valorização da diversidade sexual e de gênero.

O Ifal desenvolve políticas e programas voltados à promoção da igualdade, da inclusão, da defesa dos direitos humanos, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade. Com base nesses pilares, propõem-se ações institucionais com foco no acesso, na permanência com qualidade e na conclusão do curso com êxito, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, para estudantes pertencentes a grupos sociais historicamente excluídos, prioritariamente, para pessoas negras, indígenas, quilombolas, pessoas da população LGBTQIAPN+ e pessoas com necessidades educacionais específicas.

As ações inclusivas, afirmativas e de diversidade são transversais perpassando pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão e articuladas com a Política de Assistência Estudantil do Ifal. Assim como para a execução das políticas com enfoque nesses eixos, o Ifal conta com Núcleos que desenvolvem atividades nos *campi*, conforme regulamentações específicas.

3.2.2.2.1 Políticas de Ações Inclusivas

a) Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) no Instituto Federal de Alagoas é regulamentado pela Resolução nº 45/CS, de 22 de dezembro de 2014, e suas atualizações, e atua com estudantes cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento ou outros transtornos de aprendizagem.

Como órgão consultivo e propositivo na inclusão educacional, atua na perspectiva de ruptura com as barreiras atitudinais, de comunicação, arquitetônica, assim como as metodológicas e instrumentais, que impactam no acesso, permanência com qualidade e êxito na conclusão dos cursos.

Apresenta a finalidade de fomentar a educação inclusiva, tanto ao promover ações que viabilizem os direitos e as políticas públicas das pessoas com necessidades específicas, e ainda que estimulem o respeito às diversidades e contra práticas capacitistas, tanto ao considerar a articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão.

b) Plano Educacional Individualizado (PEI)

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um documento para planejamento, acompanhamento e avaliação dos/as estudantes que apresentam necessidades específicas, regulamentado por meio da Resolução nº 17/CS, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, é um dos principais instrumentos e procedimentos para a efetivação da educação inclusiva.

Para a elaboração do PEI, o NAPNE contará com a Coordenação Pedagógica, equipe multidisciplinar, professoras/es, família e estudante, com o objetivo de propor as adequações necessárias quanto a metodologia, os recursos educacionais e ações de apoio especializado para o acompanhamento.

c) Programa de Assistência às/aos Estudantes com Necessidades Específicas (PAENE)

O Programa de Assistência às/aos Estudantes com Necessidades Específicas (PAENE), implementado por meio da Política de Assistência

Estudantil do Ifal, é vinculado ao NAPNE, e tem como objetivo assegurar aos estudantes o apoio necessário e o acompanhamento no percurso escolar, para garantir condições igualitárias de permanência com qualidade e conclusão com êxito dos cursos. Compete ao PAENE ofertar recursos internos, ao promover campanhas, formação continuada a comunidade acadêmica, e ainda solicitar apoio externo mediante parcerias, articulações e encaminhamentos dos/as estudantes para outras Políticas Públicas.

3.2.2.2 Políticas de Ações Afirmativas

a) Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do Ifal é regulamentado pela Resolução nº 29/CS, de 19 de dezembro de 2018, e suas atualizações. O Neabi, em cada *campus*, atua como um setor propositivo e consultivo visando ao estímulo, à promoção, o planejamento e a execução de ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, com ênfase especialmente no reconhecimento de valorização das populações afro-brasileiras e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa.

O Neabi é um dispositivo institucional importante para a efetivação de uma educação antirracista, para a promoção de ações afirmativas, na defesa dos direitos humanos, para a defesa do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial.

Assim como atua no Ifal contribuindo para a garantia do cumprimento da Lei nº 10.639/2003, complementada pela Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, a qual inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

b) Heteroidentificação e Validação Étnico-Racial

O Ifal adota procedimentos de heteroidentificação e validação étnico-racial em todos os exames e processos seletivos para ingresso de estudantes em todos os cursos ofertados na Instituição, os quais são regulamentados pela Resolução nº 129/CS, de 08 de setembro de 2023, e suas alterações. O regramento institucional para adoção de tais procedimentos ampara-se na Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial,

que incentiva a promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito; na Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências; e no Decreto nº 7.824/2012, que regulamenta a Lei nº 12.711/2012.

A heteroidentificação é um procedimento complementar à auto-declaração étnico-racial para candidatos/as autodeclarados/as negros/as (pretos/as e pardos/as), que consiste na percepção social de outras pessoas, dispostas em uma banca, sobre a autoidentificação étnico-racial. Trata-se de um processo institucional importante para fins de preenchimento das vagas e garantia do acesso da população negra à política de ação afirmativa para o ingresso nas instituições federais, conforme Lei nº 12.711/2012, evitando possíveis fraudes no acesso às cotas raciais. Os/As candidatos/as autodeclarados/as indígenas e quilombolas passam pela validação e verificação da autodeclaração e comprovação de seu pertencimento étnico-racial, não precisando passar por banca de heteroidentificação.

Esses procedimentos são importantes para promover a inclusão e a diversidade no acesso ao Ifal, garantindo oportunidades mais equânimes a grupos sociais historicamente excluídos.

3.2.2.2.3 Políticas de Diversidade sexual e de gênero

a) Regulamentação do uso do nome social

A utilização do uso do nome social por pessoas trans é garantida no âmbito do Ifal, conforme regulamentado pela Resolução nº 17/CS, de 11 de dezembro de 2017, e suas atualizações. Essa política respeita e legitima a identidade de gênero pela qual o/a estudante ou servidor/a se identifica e se reconhece, garantindo a inclusão da diversidade sexual e de gênero.

Conforme o normativo institucional, considera-se “nome social” aquele pelo qual as pessoas trans se auto identificam, se autodenominam e escolhem ser reconhecidas, identificadas e denominadas no seu meio social, uma vez que seu nome civil não reflete sua identidade de gênero. E para a garantia desse direito no Ifal, entendem-se pessoas trans as que se autoidentificam e se autodenominam travestis, transexuais, transgêneros e intergêneros. O uso do nome social é assegurado no espaço físico, relacional, documental, virtual, dentre outros.

b) Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (Nugedis)

O Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (Nugedis), instituído pela Resolução nº 116/CS, de 27 de junho de 2023, e suas alterações, tem como objetivo atuar de forma propositiva e consultiva, estimulando, promovendo e executando ações voltadas às temáticas de gênero, diversidade e sexualidade nos *campi* do Ifal. As atividades desenvolvidas pelo Nugedis podem se dar de maneira integrada e articulada com as áreas de ensino, da pesquisa e/ou da extensão.

O Núcleo também pode atuar em articulação com diversos setores da Instituição, visando garantir, quando necessário, o atendimento, o aconselhamento, o encaminhamento e o acompanhamento, com participação dos diversos setores, de estudantes que se encontram em vulnerabilidade em função de questões relativas às temáticas de gênero, de diversidade e de sexualidade.

O Nugedis tem um papel institucional importante para a promoção e a efetivação de uma educação para a diversidade. Assim como contribui para a promoção do respeito e da valorização das diferenças, fomentando a construção de espaços escolares e educacionais que são ao mesmo tempo singulares e plurais.

3.2.2.3 Programas de Apoio às/ao Estudante e Regulamentações

a. Regimento do Corpo Discente

O normativo regulamenta as ações e atividades disciplinares, bem como os direitos e deveres do corpo discente do Ifal.

b. Monitoria de Ensino

A regulamentação estabelece as finalidades, objetivos, atribuições e normas para o desenvolvimento e operacionalização das monitorias de Ensino do Ifal, é uma atividade formativa utilizada como estratégia institucional para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

c. Programa de Apoio à Participação em Eventos

O normativo dispõe sobre a participação das/os estudantes em eventos político-acadêmicos, didático-científicos, tecnológicos, culturais, esportivos e artísticos, e visitas técnicas, realizados no Ifal ou fora dele, podendo ser de abrangência regional, nacional e internacional, tal como

a disponibilização de recursos financeiros para a participação dos/as discentes em eventos curriculares e extracurriculares, de curta duração, com a finalidade de contribuir, efetivamente, para a formação acadêmica.

d. Programa de Suporte de Aprendizagem

A atuação da AE assegura a alimentação e o transporte para possibilitar a frequência das/os estudantes em sala de aula durante a participação no programa nos *campi* do Ifal.

3.2.2.4 Protagonismo e Organização Estudantil

A DPE incentiva a formação de organizações estudantis (entidades representativas, cujos membros são eleitos por seus pares), a participação e o exercício da cidadania. Em cada *campus*, o Ifal disponibiliza espaço físico adequado ao desenvolvimento das ações de interesse das/os estudantes, viabilizando a interação entre as/os estudantes e seus representantes, assim como promove momentos de planejamento, discussão e avaliação das políticas institucionais.

No Ifal, as/os estudantes estão organizados da seguinte forma:

- a. Grêmio Estudantil: representa as/os estudantes do nível médio, de cada *campus*;
- b. Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA): representa as/os estudantes do curso superior de cada *campus*;
- c. Diretório Central dos Estudantes (DCE): representa todas/os as/os estudantes do Ifal.

3.2.2.5 Execução de Programas vinculados ao MEC

Além das políticas estudantis institucionais internas, a DPE e suas coordenações executam ainda políticas e programas externos, criados pelo MEC, tais como o Programa Bolsa Permanência (PBP) e o Programa Pé-de-Meia.

O PBP constitui-se em um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos/as estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os/as indígenas e quilombolas, matriculados/as em cursos superiores presenciais, ofertados por instituições e institutos federais de ensino superior.

A partir de maio de 2016, o programa passou a recepcionar apenas inscrições de estudantes indígenas e quilombolas. O valor da bolsa é realizado mensalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e após os/as estudantes beneficiários/as terem as suas bolsas homologadas pelas instituições federais de ensino superior, nos termos estabelecidos no normativo vigente do MEC.

A DPE também compõe a equipe institucional responsável pela execução do Programa Pé-de-Meia no Instituto. O Programa Pé-de-Meia oferece incentivo financeiro a estudantes do ensino médio de escolas públicas para estimular a permanência e a conclusão dos estudos, além da participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.

3.2.3 Políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação

3.2.3.1 Concepção

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, base estruturante da formação científico-tecnológica, transforma as instituições em agentes ativos do processo de desenvolvimento do país, à medida que as leva a ultrapassar suas funções iniciais de formação de quadros profissionais, fazendo assumirem, também, núcleos deflagradores do processo de desenvolvimento, por meio da geração de conhecimento.

Nesse sentido, a educação profissional oferecida em ambientes de pesquisa tecnológica ultrapassa a mera preparação que habilita o/a trabalhador/a somente para a replicação de tarefas; ao contrário, forma um/a trabalhador/a dotado de pensamento científico, de saber tecnológico, de compromisso ambiental, de consciência cidadã e crítica capaz de identificar problemas e de buscar soluções inovadoras, transformando-se ele próprio em elemento capaz de modificar a realidade de seu entorno.

Assim, em observância às finalidades, às características e aos objetivos dos Institutos Federais, instituídos pela Lei nº 11.892/2008, o Ifal oferta, incentiva, desenvolve e apoia as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação, a fim de suscitar o desenvolvimento de soluções técnicas, tecnológicas, sociais, culturais e ambientais que contribuam para o enfrentamento dos problemas que afetam a nossa sociedade.

3.2.3.2 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de pesquisa, pós-graduação e inovação propostos pelo Ifal são:

- Articulação com o ensino e a extensão

A pesquisa se desenvolve de forma articulada com o ensino e a extensão, estando baseada no compromisso com a ética e tendo como foco o desenvolvimento sustentável.

- Sintonia com interesses locais, regionais, nacionais e globais

A pesquisa, preferencialmente aplicada, está focada em soluções técnicas, tecnológicas, sociais, culturais e ambientais, em sintonia tanto com os interesses locais, regionais e nacionais, quanto com os avanços mundiais.

- Atendimento às demandas sociais

A pesquisa busca a proximidade com os setores produtivos e grupos sociais, devendo estar alinhada às demandas da sociedade, valorizando o compromisso social da pesquisa e a responsabilidade social da Instituição. Nesse aspecto, a pesquisa deve estar articulada, ainda, às demandas provenientes dos setores públicos e privados, como forma de atendimento à sociedade na qual se insere.

- Incentivo à inovação

Devem ser incentivadas a produção científica e a inovação tecnológica, que tenham por objetivo a geração de produtos e processos (métodos e técnicas) passíveis de proteção intelectual, que possam resultar em transferência de tecnologia.

- Incentivo à pós-graduação

A pesquisa alinha-se à política institucional de criação, oferta e acompanhamento da pós-graduação, buscando a disposição Programas e Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, sua ampliação, integração e consolidação de linhas, grupos e núcleos de pesquisa *inter-campi* e *intracampus*.

- Retroalimentação do conhecimento

No Ifal, as atividades de pesquisa não se esgotam em si mesmas. Juntamente com as de ensino e de extensão, são objetos de constante retroalimentação, sob a perspectiva tanto do conhecimento produzido, quanto da incorporação de práticas e procedimentos metodológicos.

3.2.3.3 Regulamentação

As atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação do Ifal tem por objetivo contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento da formação e da qualificação profissional, conforme preceitua a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

3.2.3.4 Priorização de linhas e projetos de pesquisa

3.2.3.4.1 *Concepção*

O crescimento substancial e contínuo da pesquisa no âmbito do Ifal exige a definição de princípios para priorização de linhas e projetos de pesquisa, de modo a permitir que o investimento realizado se reverta em benefício para a Instituição e a sociedade, de acordo com os princípios norteadores da pesquisa e da inovação no Instituto.

3.2.3.4.2 *Princípios*

Os princípios norteadores da priorização de linhas e de projetos de pesquisa no Ifal são:

a. Projetos tecnológicos sustentáveis

Devem ser priorizadas iniciativas que envolvam a participação de pesquisadores em linhas e projetos tecnológicos sustentáveis e que mantenham relação com arranjos produtivos sociais e culturais locais.

b. Financiamento externo

A aprovação de projetos de pesquisa em agências de fomento e com financiamento externo é sinônimo de amadurecimento da comunidade científica, tornando-se uma importante sinalização de linhas e projetos de pesquisa a terem prioridade na Instituição.

c. Projetos multidisciplinares

Devem ser priorizados projetos e linhas que incentivem a multidisciplinaridade, transitando entre diferentes áreas do conhecimento,

que se dediquem à área de educação profissional e tecnológica e que promovam a integração entre estudantes em diferentes níveis e modalidades de ensino.

d. Foco na área dos cursos

Tendo como objetivo uma contribuição mais efetiva da pesquisa para a formação técnica e profissional do corpo discente, devem ser priorizados projetos e linhas que estejam cientificamente relacionados com a área técnica/tecnológica de cada curso.

e. Contribuição para a pós-graduação

O Ifal deve incentivar o apoio a projetos e linhas de pesquisa que tenham relação direta com as áreas do conhecimento de maior potencial para implantação e sustentação acadêmica de cursos e programas de pós-graduação, em especial os *Stricto Sensu*, de acordo com as prioridades institucionais.

3.2.3.5 Fundamentos da pós-graduação

3.2.3.5.1 Concepção

A Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, aponta a verticalização do ensino como uma das finalidades dos Institutos Federais. Essa verticalização, por sua vez, deve-se pautar na indissociabilidade entre pesquisa e ensino, principal pilar que norteia as ações da pós-graduação no âmbito do Instituto Federal de Alagoas. Nesse sentido, a pós-graduação configura-se como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento científico da Instituição.

Oferecida em ambientes tecnológicos de ensino e pesquisa, a pós-graduação, *Lato e Stricto Sensu*, deve estar voltada para a formação de pesquisadoras/es atentas/os não somente ao desenvolvimento do pensamento científico, mas também ao saber tecnológico, ao compromisso ambiental e à consciência cidadã. É importante, pois, que esses cursos e programas se apresentem como respostas aos anseios e às necessidades das comunidades onde se situam, a fim de mudar suas realidades.

3.2.3.5.2 *Princípios*

Os princípios norteadores da pós-graduação propostos pelo Ifal são:

a. Verticalização do ensino

Imprescindível para o aprofundamento e oportunidade de formação profissional; deve-se estimular o pensar e as reflexões sobre a sociedade, sobretudo voltados para as necessidades e demandas regionais, promovendo uma educação profissional que esteja vinculada à formação do indivíduo, fortalecendo a cientificidade e relacionando teoria e prática.

b. Integração com os demais níveis e modalidades do ensino, com a pesquisa e com a extensão

A pós-graduação deve estar articulada com as políticas definidas para os demais níveis e modalidades de ensino, bem como para a pesquisa e a extensão, promovendo o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, para geração e inovação tecnológica.

c. Fortalecimento da pesquisa e inovação

O desenvolvimento da pós-graduação deve buscar a integração e a consolidação de linhas, grupos e núcleos de pesquisa no Ifal. Além de incentivar a produção científica, também se faz necessário fomentar a inovação tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento de produtos e processos.

d. Consolidação da política de publicação

A consolidação das políticas de publicação é imprescindível para o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação, uma vez que é necessária à circulação das pesquisas e produtos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa e pelos cursos e programas de pós-graduação para fomentar o intercâmbio entre pesquisadores e instituições.

e. Desenvolvimento local, regional e global

As ações no âmbito da pós-graduação devem estar em sintonia com os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos da região em que o Ifal está inserido, do mesmo modo que devem estar focadas no interesse local, regional e global, e aliadas aos avanços de pesquisas e produtos desenvolvidos em grupos de pesquisas, cursos e programas.

f. Compromisso socioambiental

O compromisso socioambiental é um dos pilares que fundamenta a pesquisa e a pós-graduação no Ifal, uma vez que a Instituição tem, por aptidão, suas ações voltadas para o desenvolvimento e a mudança da realidade na qual se insere, considerando seus aspectos sociais e ambientais.

3.2.3.6 Mobilidade acadêmica com instituições de ensino e pesquisa

3.2.3.6.1 Concepção

O desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa que possibilitem a interação entre os *campi*, assim como a interação de programas interinstitucionais do Ifal com instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa, é uma necessidade do contexto atual.

3.2.3.6.2 Princípios

Os princípios norteadores do intercâmbio do Ifal com Instituições de ensino e pesquisa são:

- Implementação de acordos;
- O intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa deve apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural, preferencialmente envolvendo professoras/es e estudantes;
- Intercâmbio de estudantes, professoras/es e técnico- administrativas/os;
- Parcerias com instituições de ensino e pesquisa devem viabilizar o intercâmbio de estudantes, professoras/es e técnico- administrativas/os, tal como acolher aqueles oriundas/os de instituições nacionais e internacionais, beneficiárias desses acordos;
- Atração de pesquisadoras/es;
- Parcerias com instituições de ensino e pesquisa devem atrair pesquisadoras/es de instituições nacionais e internacionais para desenvolvimento de projetos com os pesquisadoras/es do Ifal.

3.2.3.7 Articulação da pesquisa com o setor produtivo

3.2.3.7.1 *Concepção*

Um dos principais limitadores do desenvolvimento no Brasil é a distância entre o setor produtivo e as instituições de ensino e pesquisa, que têm enorme potencial para a busca tanto de soluções para os problemas enfrentados pelo setor produtivo, quanto para o desenvolvimento sustentável do país.

Logo, no Ifal, devem estabelecer-se mecanismos de articulação sistemática com o setor produtivo, ampliando as possibilidades de inserção na sociedade de aproveitamento profissional de egressos e de incremento da captação externa de recursos, dando sustentabilidade à pesquisa, à pós-graduação e à inovação.

3.2.3.7.2 *Princípios*

Os princípios norteadores da articulação da pesquisa com o setor produtivo são:

a. Compromisso com a ética

A pesquisa realizada no Ifal, mesmo quando em articulação com o setor produtivo, está pautada no compromisso com a ética, com a vida e com a justiça social, assentando-se nos pilares do respeito à saúde, à segurança e ao meio ambiente.

b. Preservação da autonomia científica

A pesquisa realizada no Ifal, mesmo quando em articulação com o setor produtivo, dá-se sob a ótica da autonomia científica, em condições que preservem o direito à liberdade de pensamento e expressão, de modo a evitar pressões que ponham em risco ou os procedimentos metodológicos adotados ou os resultados alcançados.

3.2.3.8 Incentivo à produção científica e à inovação tecnológica

3.2.3.8.1 *Concepção*

O incentivo à produção científica e à inovação tecnológica é fundamental para a geração de conhecimento, para o desenvolvimento de produtos e processos, com consequências diretas sobre a qualidade da

formação discente e sobre a prática de pesquisa realizada pelo corpo docente. Nesse processo, é fundamental que o incentivo da Instituição se faça mediante a condição adequada ao desenvolvimento dessas atividades.

3.2.3.8.2 Princípios

Os princípios norteadores do incentivo à produção científica e à inovação tecnológica são:

a. Fortalecimento da pós-graduação

O incentivo à produção científica e à inovação tecnológica tem como prioridade a formação de massa crítica capaz de dar sustentação à implantação, à oferta e à consolidação de cursos e programas de pós-graduação em áreas determinadas, de modo a viabilizar o alcance dos objetivos institucionais.

b. Priorização da produção científica de alto impacto

Compreendendo a produção científica e a inovação tecnológica como elemento de estímulo ao processo de desenvolvimento, o Ifal dá prioridade ao apoio de pesquisas que envolvam a geração de produtos e processos na área de conhecimento ou que tenham potencial de geração e transferência de tecnologia.

3.2.3.9 Incentivo à divulgação científica e tecnológica

3.2.3.9.1 Concepção

A divulgação científica é uma ação importante, pois dá visibilidade ao trabalho desenvolvido na Instituição, devendo, portanto, ser também alvo de incentivo.

3.2.3.9.2 Princípios

Os princípios norteadores do incentivo à divulgação científica e tecnológica no Ifal são:

a. Contribuição da divulgação científica e tecnológica

O incentivo à divulgação científica e tecnológica deve dar maior visibilidade possível ao conhecimento gerado no âmbito do Ifal, socializando-o e, assim, contribuindo para o desenvolvimento técnico e científico do país, e, simultaneamente, consolidando as linhas de pesquisa e pós-graduação da instituição.

b. Priorização da divulgação científica e tecnológica

Ao mesmo tempo em que o Ifal dá prioridade à divulgação científica e tecnológica, como a publicação em periódicos reconhecidos na área de conhecimento ou produtos e processos que tenham potencial de geração e transferência de tecnologia, devem ser priorizados, também, os trabalhos que resultem da ação dos grupos de pesquisa.

3.2.3.10 Articulação da pesquisa com as demandas sociais, culturais e ambientais

3.2.3.10.1 Concepção

Os indicadores sociais do estado de Alagoas e as dinâmicas organizativas dos territórios despontam como potencialidades para a realização de diversos estudos. Dessa forma, busca-se identificar as demandas sociais, culturais e ambientais para contribuir, por meio da pesquisa e da inovação, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, fortalecendo a base social excluída, e mediante ações afirmativas e políticas públicas.

É nessa simbiose que a pesquisa produzida no contexto da educação, ciência e tecnologia pública deve priorizar ações que visem à construção de um projeto de país que conhece e respeita sua própria história para além dos interesses de mercado. Além disso, os impactos sociais não devem ser mensurados apenas em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos que incluem: a) a preservação, conhecimento e publicização de nossas riquezas no que tange ao fomento de pesquisas que tenham como foco a produção dos direitos humanos; b) a preservação de cultura material e imaterial; e c) a preservação e o manejo sustentável.

3.2.3.10.2 Princípios

a. O reconhecimento do saber popular como ferramenta para produção de conhecimento científico.

As comunidades tradicionais e os povos originários são portadores de um conjunto de conhecimentos construídos e vivenciados ao longo de sua ancestralidade, refletidos e validados pela ciência, no sentido de buscar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade. Essa validação deverá ocorrer a partir de metodologias científicas adequadas para cada situação e realidade desses grupos.

b. Ética e respeito à diversidade social, cultural, étnica, de gênero e religiosa

Torna-se importante reconhecer que grupos ou categorias sociais minoritárias podem expressar elementos culturais materiais e não materiais que demarcam suas identidades, as quais a pesquisa e a inovação devem respeitar e potencializar, garantindo seu reconhecimento e inclusão social.

c. Utilização de métodos participativos de pesquisa

A concepção de pesquisa participativa vem ganhando cada vez mais força nas diversas áreas do conhecimento. Isso se torna importante para dar autenticidade às demandas da sociedade em diálogo com os pesquisadores na definição dos objetivos, metodologias, estratégias e ferramentas de coleta de dados. Esse processo poderá garantir maior aplicabilidade aos resultados obtidos, tendo em vista uma maior compreensão das estratégias utilizadas pelas comunidades e segmentos sociais assistidos.

d. Estímulo à cidadania e ao protagonismo social/coletivo de comunidades tradicionais, povos originários e grupos afirmativos

As ações de pesquisa e inovação deverão estimular a substituição do assistencialismo historicamente construído pelo Estado por ações que estimulem as relações de cooperação e protagonismo, como também, o fortalecimento da identidade, do reconhecimento de direitos e da luta pela implantação e igualdade no acesso às políticas públicas, promoção social e inclusão produtiva.

e. Fomento de ações de pesquisas que visem à garantia de direitos humanos

Alagoas mantém um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do país. Isso reflete, em parte, uma série de violações de direitos humanos como os altos índices de trabalho análogo à escravidão, feminicídio e assassinatos de integrantes das comunidades tradicionais e dos grupos afirmativos. Nesse sentido, faz-se necessário o fomento de pesquisas que tenham como foco a percepção de tais violações, bem como propostas que visem à garantia e à promoção dos direitos humanos.

f. Fomento de ações que visem à preservação ambiental e ao manejo sustentável de recursos naturais

Diante do atual contexto nacional e mundial, onde se evidencia na prática social a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e global e as necessidades planetárias, torna-se necessário o incentivo a pesquisas voltadas a mitigar esses problemas.

3.2.4 Políticas de extensão

3.2.4.1 Concepção

A extensão como dimensão acadêmica é parte do processo educativo, cultural e científico, por meio do qual se busca viabilizar a relação transformadora do Ifal com a sociedade, bem como a articulação entre o mundo do trabalho e diferentes segmentos sociais, no incentivo e apoio educativo que colaborem para a geração de oportunidades, de trabalho e renda, e favoreçam a emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desse modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha potencial de atuação.

A extensão, indissociável ao ensino e à pesquisa, por meio da relação dialógica, visa gerar impacto na formação da/o estudante, colaborando para o enriquecimento de sua formação humana e profissional. Também objetiva gerar impacto social mediante um diálogo de saberes e apropriação de conhecimentos. Nessa ótica, é por intermédio da

extensão que se revela e se traduz, prioritariamente, a responsabilidade social do Ifal.

Assim definida, a extensão no Ifal será desenvolvida por meio de ações de extensão social e de extensão tecnológica, abrangendo o conjunto de atores externos com os quais seja possível estabelecer mecanismos de interação na perspectiva do desenvolvimento das potencialidades das pessoas e das organizações.

As ações extensionistas do Ifal preconizam o envolvimento da comunidade acadêmica – servidoras/es e estudantes – com a comunidade externa, de modo a viabilizar a desejável troca de saberes entre as duas comunidades, e a permitir que o saber científico e tecnológico produzido na instituição reverta-se em real benefício das comunidades atendidas.

3.2.4.2 Objetivos

- desenvolver atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- realizar ações voltadas preferencialmente para a população em situação de risco, colaborando para a diminuição das desigualdades sociais mediante a indicação de soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;
- estabelecer ações de formação inicial e continuada de trabalhadoras/es e da população em geral, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida;
- colaborar para o firmamento da identidade institucional do Ifal, desempenhando papel de agente transformador da realidade local e regional;
- integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.

3.2.4.3 Diretrizes

As diretrizes que regem a política de extensão do Ifal são:

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino.
- Interagir de forma sistematizada com a comunidade externa, por intermédio da participação das/os servidoras/es e discentes do Ifal.
- Integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.
- Propiciar a formação cidadã das/os discentes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.
- Incentivar a produção de mudanças na própria Instituição e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais.
- Promover atividades que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão.
- Colaborar para o fortalecimento da identidade institucional do Ifal, desempenhando papel de agente transformador da realidade local e regional.
- Estimular o empreendedorismo, cooperativismo e associativismo através de atividades de formação, orientação e acompanhamento.
- Promover a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade.
- Incentivar atividades na área de tecnologia assistiva, promovendo inclusão.

3.2.4.4 Princípios

a. Compromisso com a transformação social

A extensão se rege pelo princípio do compromisso com a transformação social, objetivando desenvolver a educação profissional e tecnológica, atender às demandas sociais e às peculiaridades regionais, realizando ações junto com as comunidades, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, com vistas à perspectiva da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

b. Integração com as organizações

A extensão busca relacionar as demandas das organizações à sua prática curricular, no sentido de retroalimentar sua prática acadêmica, estabelecendo trocas de conhecimentos e promovendo a divulgação científica, bem como empreender ações envolvendo temas e problemas relacionados às áreas de abrangência de seus cursos, os quais possam vir a se tornar referência para o desenvolvimento de linhas de extensão, permeando todas as esferas do trabalho realizado no Instituto.

c. Incentivo à arte e à cultura

A extensão busca incentivar a produção e a disseminação culturais, desenvolvendo ações de preservação e recuperação da memória historicamente construída e validada pelas comunidades, de modo a fortalecer os mecanismos de inclusão.

d. Interação dialógica com a comunidade

A extensão deve ocorrer como ação de mão dupla, entre o Ifal e a sociedade, por meio da qual os atores sociais que participam da ação – membros das comunidades com as quais a ação de extensão é desenvolvida, e membros do Instituto (servidoras/es e estudantes) – contribuem para a produção do conhecimento, proporcionando um diálogo entre o conhecimento científico e o popular, entre o saber construído na prática cotidiana e o fazer profissional.

e. Impacto na formação da/o estudante

Em razão de sua natureza, a inserção em atividades extensionistas constitui aporte decisivo para a formação profissional e cidadã da/o

estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, permitindo a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e sociais do Ifal, assim como a consolidação desses compromissos na atuação profissional da/o estudante.

f. Geração de trabalho e renda

A extensão no Ifal reconhece a importância crucial do trabalho e emprego para o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão social. Nesse aspecto, promove ações voltadas para a capacitação profissional, o empreendedorismo e a inserção no mundo do trabalho. Através de parcerias estratégicas, a extensão oferece oportunidades de estágio, programas como o Jovem Aprendiz, treinamento e emprego tanto aos estudantes quanto aos egressos. Além disso, incentiva ativamente a criação e o fortalecimento de iniciativas empreendedoras, como as Empresas Juniores e cooperativas, como formas de estimular a geração de renda e o desenvolvimento sustentável.

g. Diminuição de desigualdades sociais

Ações que tenham como foco prioritário a população em situação de risco, colaborando para a diminuição das desigualdades sociais, por meio da indicação de soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

h. Inovação tecnológica

Apoiar ações que estabeleçam como princípio a inovação em seus mais variados aspectos, de modo a estimular a geração de novos empreendimentos, serviços e produtos.

i. Trabalho solidário

Estimular a associação de pessoas e grupos sociais, de modo a fortalecer a organização e os laços que unem as pessoas em torno da busca do bem-estar individual comunitário.

j. Desenvolvimento social local e regional

As ações extensionistas apoiadas pelo Ifal indicam claramente o atendimento às demandas das comunidades envolvidas, evitando que se criem experiências dissociadas da necessidade das comunidades.

k. Diálogo entre saber acadêmico e saber popular

As ações de extensão devem articular, sistematicamente, o saber acadêmico e o saber popular, com vistas à produção de uma intervenção dialógica, transformadora da realidade local, em benefício das populações.

l. Sintonia com a realidade local ou regional

O desenvolvimento das ações extensionistas deve apresentar-se em sintonia estreita com os problemas a serem enfrentados pelas populações do entorno, na perspectiva de oferecer oportunidade de superação e melhoria das condições de vida.

3.2.4.5 Tipificação das ações extensionistas

As ações de extensão definidas como programas, projetos, cursos e eventos podem ser propostas por servidoras/es e estudantes, bem como pela sociedade em geral.

As ações de extensão deliberadas como programas institucionais são criadas pela Pró-Reitoria de Extensão, instância a que cabe designar seu gestor ou responsável, sempre que necessário. A exequibilidade das ações propostas é avaliada sob o ponto de vista da integração de servidores e discentes com as comunidades envolvidas, de modo a garantir o alcance dos objetivos propostos.

- Serão considerados programas o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente multidisciplinar e associado à pesquisa e ao ensino. Possui caráter orgânico-institucional, integração no território ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;
- Serão considerados projetos o conjunto de ações processuais e contínuas, de caráter educativo, tecnológico, social, cultural, artístico e/ou esportivo, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser vinculado a um programa ou desenvolvido de forma isolada;
- São considerados cursos as ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária superior a 20 (vinte) horas, critérios de avaliação definidos e

oferta não regular. Serão classificados como: de formação inicial ou de formação continuada (FIC), ou livres (que não se enquadram como cursos FIC) podendo ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e a distância;

- São considerados eventos as ações que supõem a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico dos envolvidos, conservado ou reconhecido pelo Ifal. Fazem parte dessa categoria campanhas, palestras, ciclos de estudos ou de palestras, circuitos, concertos, espetáculos, recitais, *shows*, exibições públicas, colóquios, conferências, congressos, encontros, exposições, feiras, festivais, fóruns e jornadas;
- São considerados prestação de serviços atividades de transferência ou aplicação do conhecimento produzido pelo Ifal para a solução de demandas da comunidade externa, com a utilização de abordagens pedagógicas, científicas e tecnológicas. Podendo ser assessorias e consultorias, elaboração de projetos ou outras atividades, conforme demandas, lançamentos de publicações ou produtos, mesas redondas, jornadas, dias de campo, mostras, rodadas, reuniões, semanas, seminários, simpósios, debates, torneios, campeonatos, dentre outros.

3.2.5 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, influenciando na proposta de formação da/o estudante cidadã/ão, devendo, assim, estar alicerçada nos princípios filosóficos e técnico- metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas no Ifal. Pressupõe-se que, dessa forma, essas três dimensões possam revelar, a partir de sua constituição em bases sólidas indissociáveis, um processo de formação emancipatório com foco na produção, difusão, socialização e sistematização do conhecimento, concretizando de fato a função social da instituição.

A formação acadêmica das/os estudantes não pode restringir-se ao depósito de conhecimentos na sala de aula, tampouco conceder a uma minoria o privilégio de realizar pesquisa e extensão, muitas vezes desvinculadas da organização curricular. O aprimoramento da relação entre

ensino, pesquisa e extensão torna-se um imperativo no sentido de que a prática pedagógica, de fato, viabilize a compreensão crítica da realidade, tão necessária à promoção do desenvolvimento sustentável e transformação da sociedade.

Sob esse prisma, é necessário fazer da pesquisa e da extensão partes integrantes da estrutura curricular dos cursos, abrindo-se espaços acadêmicos que possibilitem a formação omnilateral do sujeito.

As ações de pesquisa e de extensão, relacionadas como parte da estrutura curricular, mantêm uma estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, a partir do perfil profissional delineado no seu projeto pedagógico. É importante que as ações de extensão possibilitem às/aos estudantes a vivência de experiências significativas, que propiciem condições de refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados, possam consolidar uma formação compatível com os anseios da sociedade.

Desenvolver ensino, pesquisa e extensão, numa dimensão indissociável, requer a criação de mecanismos de gestão, condição de infraestrutura e provimento de materiais que assegurem a efetivação dessa prática como construção de outro conceito de “sala de aula”, enquanto espaço de formação para além dos muros da Instituição.

É importante ressaltar, também, que as possibilidades de impulsionar a pesquisa e a extensão passam pela capacidade de articulação do Ifal com outras organizações, instituições de ensino e empresas, para que, em parceria, somem-se esforços e sejam reveladas novas potencialidades.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- consolidar a pesquisa e a extensão como práticas permanentes e fonte de retroalimentação curricular;
- atrelar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão às necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha potencial de atuação nos âmbitos tecnológico, cultural, político e educacional;
- valer-se do ensino, da pesquisa e da extensão como mecanismos de consecução da função social do Ifal;
- realizar atividades de ensino, de pesquisa e de extensão demandadas pela cadeia social e produtiva, bem como a pesquisa em educação e no plano das inovações tecnológicas;
- ampliar as ações do Instituto tencionando, especialmente, atender carências em termos de qualificação profissional;

- incentivar ações permanentes voltadas à formação inicial e continuada de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e federais, assim como no âmbito da iniciativa privada;
- realizar atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no âmbito da educação, propiciando a produção didática e científica com vistas à melhoria da qualidade do ensino;
- organizar o currículo a partir de uma perspectiva inter e transdisciplinar;
- assegurar o planejamento coletivo, envolvendo componentes, programas e projetos que, em conjunto, compõem as matrizes curriculares dos cursos;
- vincular as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão às necessidades do contexto no qual a Instituição está inserida;
- incentivar a presença de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão no interior dos componentes curriculares, envolvendo práticas pedagógicas inovadoras;
- privilegiar o fomento de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão que apresentem ações integradoras, com participação estudantil.

3.2.6 Gestão democrática

Amparada na Constituição Federal de 1988 e regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei Federal nº 9.394/96), a gestão democrática configura uma mudança no contexto da educação brasileira para promoção de espaços mais dinâmicos, participativos e democráticos dos processos na educação, na busca pela melhoria da qualidade do ensino e a formação integral da/o cidadã/ão, tendo o trabalho como princípio educativo.

O Ifal reafirma o compromisso de sua gestão com a participação da comunidade escolar na tomada de decisão sobre suas diretrizes, seus objetivos e suas metas definidos no Projeto Político-Pedagógico Institucional, no fortalecimento da gestão democrática e participativa em que os sujeitos desenvolvam habilidades e atitudes para participação de forma efetiva.

A participação de servidoras/es, de pais e mães ou responsáveis, de estudantes e da comunidade externa na gestão financeira, administrativa e pedagógica tem seu foco direto na promoção da aprendizagem e na formação omnilateral das/os estudantes, por meio de práticas educativas participativas, como estratégia fundamental na determinação das ações e dos objetivos institucionais, tendo sempre como horizonte os valores pedagógicos e a superação da ótica individualista (Lück, 2009).

Dessa forma, o Ifal assegura a participação da comunidade por meio das Comissões, dos Colegiados de Cursos, dos Conselhos de *campus*, das Reuniões de Pais, dos Plantões Pedagógicos, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Conselho Superior, como espaços de participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional, fortalecendo a gestão democrática e participativa.

Nesse cenário, as decisões e os procedimentos organizativos precisarão ser acompanhados e constantemente avaliados, mutuamente, entre a gestão e a comunidade acadêmica, como forma de reorientação de rumos e ações visando à tomada de decisões. Para tanto, é requisitado o desencadeamento de ações como:

- constituir e consolidar as instâncias colegiadas representativas do Ifal;
- garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da Instituição (professoras/es, técnico-administrativas/os e estudantes);
- divulgar leis e normas da educação no âmbito da Instituição, promovendo estudos e reflexões na observância de sua aplicabilidade;
- assegurar os espaços de atuação das entidades representativas das/os estudantes e servidoras/es;
- aprimorar os espaços de participação de pais e mães ou responsáveis no âmbito da instituição;
- adotar o orçamento participativo como requisito primordial para o desenvolvimento das ações institucionais;
- constituir comitê representativo da comunidade acadêmica para coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento participativo;
- criar fóruns de discussões e decisões coletivas sobre o desenvolvimento das práticas pedagógicas;
- instituir espaços alternativos de produção acadêmica.

3.2.7 Formação e desenvolvimento profissional

A política de formação continuada no âmbito do Ifal, com vistas à promoção da qualidade do ensino, deve estabelecer uma cultura de formação permanente que venha contemplar todos as/os suas/seus servidoras/es. Tal política deve ter como objetivo principal a superação de práticas de viés elitista e excludente. Para tanto, devem ser implementadas medidas que possam melhorar o desenvolvimento e o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, a qualidade das relações de trabalho, das relações interpessoais no âmbito institucional e do conhecimento do contexto histórico-social, que possibilite às/aos servidoras/es atuarem como agentes de transformação da realidade.

O conceito de desenvolvimento profissional das/os servidoras/es, requerido neste PPPI, é entendido como um processo contínuo de formação que se estende, desde o ingresso na profissão até o final da carreira, no qual a formação inicial e a formação continuada apresentam-se como etapas complementares.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- redimensionar ações de formação continuada das/os profissionais da Instituição, oportunizando condições para o exercício permanente de atualização dos conhecimentos necessários à sua função;
- realizar a identificação das demandas das/os servidoras/es, procurando formas de superá-las por meio de cursos de formação e/ou de outras ações;
- promover cursos que possam melhorar a qualidade das relações de trabalho no âmbito institucional;
- manter parcerias e convênios com agências formadoras em programas de qualificação, formação inicial e continuada, pós-graduação e pesquisa em educação;
- promover a inclusão das/os servidoras/es, possibilitando o domínio das tecnologias da informação e comunicação.

3.2.8 Responsabilidade social do Ifal

A Educação deve lidar com o mundo em constante transformação, evidenciado pelas mudanças no processo produtivo, oriundas do avanço científico e tecnológico; pela desordenada e crescente urbanização; pelo

desenvolvimento e ampliação dos sistemas de comunicação; pela expansão do mercado internacional; pelos movimentos de massa; e pelo processo de desemprego e exclusão. Além disso, o mundo contemporâneo está ancorado na contradição entre capital e trabalho, determinando, de certa forma, a divisão social e técnica do trabalho que, por conseguinte, impacta na educação.

Assim, constata-se a necessidade de repensar a escola, de forma que, enquanto prática social, possa atuar a partir de alguns critérios fundamentais que expressem o comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, quais sejam: tomar a prática social como ponto de partida e considerar a concepção do mundo, das formas de aprender, dos interesses e necessidades da maioria da população, no que diz respeito ao exercício do trabalho e da cidadania, para, então, propor métodos de organização flexíveis e adequadas às características da/o estudante e do seu grupo social.

À vista disso, é preciso ter claro o perfil de formação que se almeja: [...] a formação integral, que se constitui em socialização competente para a participação social e em qualificação para o trabalho entendido como produção das condições gerais da existência humana (Salgado *apud* Kuenzer, 1997).

Pautada na unificação entre cultura e trabalho, a escola necessária à contemporaneidade delineia, como perfil para o/a profissional dela oriundo, “formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que somem, à sua capacidade instrumental, as capacidades de pensar, de estudar, de criar, de dirigir ou de estabelecer controles sociais sobre os dirigentes.” (Kuenzer, 1997).

Assim, em razão da crescente cientificidade da vida social e produtiva, a qual exige do/a cidadão/ã trabalhador/a uma maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico e político, é necessário que se tenha como premissa a formação histórico-crítica do indivíduo, instrumentalizando-o para compreender as relações sociais em que vive e para participar delas enquanto sujeito, nas dimensões política e produtiva, tendo consciência da sua importância para transformar a sociedade, e o conhecimento científico para interagir com a natureza de forma sustentável.

Consequentemente, o Ifal tem o compromisso de empreender, implementar e acompanhar as políticas norteadas por sua Missão Institucional: “Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável”.

3.2.9 Referenciais de qualidade da educação

Primando pela efetividade de suas ações, o Ifal, em razão do caráter estratégico de que se reveste a Educação como um direito fundamental para uma sociedade inclusiva e igualitária, estabelecerá referenciais de qualidade para as ofertas de ensino que desenvolve em atenção permanente à dimensão da responsabilidade social de suas políticas.

Nesse enfoque a construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) do Ifal é concebida no plano do desenvolvimento da política de educação tecnológica brasileira, tendo como finalidade precípua elevar o nível de qualidade da educação que se desenvolve no contexto do estado de Alagoas.

Ao tratar a educação como direito subjetivo e fator de desenvolvimento sustentável individual e coletivo, o Governo Federal tem por diretrizes, nesse campo de ação: a democratização do acesso, a garantia de permanência, a apropriação e a produção de conhecimentos. Ao incorporar o conceito de qualidade para pautar sua ação, o Ifal concebe seu projeto pedagógico nas mesmas dimensões conferidas pelo Governo Federal, na busca da qualidade almejada: as dimensões da igualdade e da inclusão.

Ao construir o seu Projeto Político-Pedagógico Institucional na dimensão aqui posta, o Ifal assume a tarefa de ampliar a qualidade da educação que desenvolve, como direito social. Com essa intencionalidade, projeta como metas a serem perseguidas: a ampliação do acesso aos seus cursos, a permanência com sucesso das/os estudantes na Instituição e a sua efetiva aprendizagem.

A tarefa de qualificar a Educação diz respeito, também, à ação coordenada de gestoras/es, da comunidade escolar e da sociedade envolvida no processo educacional, por meio de instâncias que promovam a participação, a exemplo das instâncias colegiadas. Cabe ao Ifal, enquanto espaço de concretização das políticas públicas, a elaboração das diretrizes para suas ações, potencializando suas possibilidades pedagógicas, administrativas e financeiras para a conquista da qualidade social da educação.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- melhorar os resultados da aprendizagem;
- reduzir o índice de abandono e/ou evasão das/os estudantes em seus cursos;
- reduzir as desigualdades nas condições de acesso, permanência e êxito da/o estudante;

- viabilizar a integração efetiva da comunidade externa ao cotidiano escolar;
- adotar uma cultura de avaliação permanente dos seus procedimentos para a melhoria dos resultados;
- estabelecer indicadores para monitoramento interno da qualidade da educação que realiza, como instrumento de aprimoramento de suas ações;
- adequar espaços e tempos escolares às pessoas com necessidades específicas;
- estabelecer uma agenda permanente de formação continuada para as/os profissionais da Instituição;
- adotar alternativas metodológicas diversificadas para o trato das questões pedagógicas;
- constituir espaço de atuação das/os estudantes e pais para que a escola seja, de fato, local de exercício da cidadania;
- implementar uma política de pesquisa e extensão indissociável ao ensino.

Todos os pontos mencionados direcionam para o fato de que é necessário estruturar o Ifal para o cumprimento da tarefa de amenizar os efeitos da desigualdade social, principal responsável pela exclusão educacional, que somente pode ser combatida por meio de medidas que garantam a permanência e o aprendizado das/os estudantes.

3.2.10 Diretrizes para a avaliação e o acompanhamento do PPPI

O Projeto Político-Pedagógico do Ifal orienta uma formação integral a todas/os que a ela tenha acesso, superando, não apenas os efeitos das retenções e evasões, mas que lhes assegure o acesso crítico ao mundo dos conhecimentos, bem como o desenvolvimento de uma consciência cidadã que lhes permita enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, interpretando-o como uma perspectiva de futuro, buscando intervir no mundo real para transformá-lo qualitativamente.

Nesse panorama, é fundamental que a comunidade acadêmica institua uma cultura de avaliação sistemática e processual que traga elementos substantivos para a melhoria da qualidade do trabalho que desenvolve, em uma sistemática de acompanhamento que extrapole a apreciação individualizada das/os agentes diretas/os do processo escolar.

No plano institucional, as diretrizes que se estabelecem para a avaliação do PPPI, coerente com as premissas que lhe dão sustentação, assumem a dimensão emancipatória, compreendendo a função e/ou sentido pedagógico da Instituição, em que seus próprios atores devem assumir o protagonismo desse processo avaliativo.

Vinculada ao sistema de avaliação da educação superior no Brasil, instituído pela Lei Federal vigente, a concepção de avaliação institucional, centrada naquilo que é missão do Ifal e destacada neste PPPI, aponta para a necessidade de aperfeiçoar e redimensionar as ações de uma gestão e suas relações com a sociedade.

O processo avaliativo institucional objetiva, periódica e processualmente, coletar, organizar, analisar e interpretar dados de natureza qualitativa, relativos à efetividade do ensino, com vistas à melhoria do processo educativo, o qual envolve os contextos interno e externo da Instituição.

Nessa linha, as diretrizes de avaliação do PPPI, em consonância com as premissas oriundas das impressões iniciais da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Ifal, explicitam a tendência de nortear seu processo de avaliação/autoavaliação num plano participativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica, baseado nos seguintes eixos: estrutura organizacional, desenvolvimento do ensino, infraestrutura física e de equipamentos e relações intra e interinstitucionais.

O percurso reflexivo feito por meio desses quatro eixos revelará, além do nível das experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre os cursos e os contextos: local, regional e nacional. A vivência de um Projeto Político-Pedagógico pressupõe que seu coletivo esteja em constante e democrático processo de avaliação, cujas bases são a crítica institucional e a criação coletiva, com vistas ao aperfeiçoamento de sua política e à emancipação de seus sujeitos.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação, faz-se necessário considerar alguns princípios que contribuirão para a garantia de resultados exitosos, no decorrer da implementação do Projeto-Político Pedagógico Institucional, quais sejam:

- visão ampla do processo educativo;
- universalização do acesso à escola para todas/os;
- busca de qualidade social;
- busca de integração (via princípio de colaboração) com outros agentes institucionais;

- instituição e fortalecimento de canais de participação popular e democratização da gestão;
- abrangência/articulação com todos os níveis e modalidades de ensino;
- busca de parcerias e intercâmbios;
- humanização das relações.

Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico Institucional requer um processo contínuo e permanente de ação/reflexão/ação como suporte da sua consecução. Sendo o PPPI um projeto de cunho institucional, o processo de acompanhamento e avaliação deve ter correlação direta com a Comissão Própria de Avaliação na perspectiva de extrair elementos do desempenho institucional que favoreçam a melhoria da qualidade dos seus resultados.

O delineamento de uma sistemática de acompanhamento e avaliação para este PPPI traduz a responsabilidade social que a Instituição assume no desenvolvimento das atribuições que lhes são postas pelo poder público federal, na oferta da educação profissional e tecnológica, pública e gratuita, no contexto do estado de Alagoas.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível:

- sistema de monitoramento e controle que permita identificar os sucessos, lacunas, desvios e perdas na prática pedagógica do Ifal, a fim de possibilitar a indicação de alternativas que concretizem melhorias e qualidades do processo de ensino e aprendizagem;
- sistemas de acompanhamento e avaliação do PPPI, em conjunto com a CPA, com participação representativa dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica;
- sistemas de informações estatísticas e de divulgação das avaliações da política e dos resultados das ações pedagógicas;
- destinação dos recursos da instituição na manutenção e desenvolvimento do ensino, verificando suas consequências sobre a democratização e a qualidade do ensino, que desenvolve em todos os níveis e modalidades;
- ações de parcerias e intercâmbios na execução de programas de avaliação externa do rendimento escolar;
- avaliação da política educacional, por meio dos indicadores de qualidade;

- dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelos sistemas de avaliação já operados pelo MEC e pelas instituições e organizações que produzem estudos no campo educacional;
- instrumentos e procedimentos de avaliação;
- revisão e ajustes das metas e ações, num contínuo processo de aperfeiçoamento;
- divulgação dos resultados obtidos;
- mecanismos de avaliação do desempenho docente pelo corpo discente.

4

ENSINO

4.1 Conceção

Os elementos conceituais que subsidiam a construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) do Ifal reafirmam a educação profissional e tecnológica como uma política de qualidade social, inclusiva, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos/ãos críticas/os para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Assim, decorrente do trabalho como princípio geral da ação educativa, destacam-se como pressupostos orientadores da proposição pedagógica que se delineia:

- a gestão democrática entendida como síntese superadora do dogmatismo, do espontaneísmo e do unilateralismo;
- a unificação entre escola da cultura e escola do trabalho, superando dualidade estrutural antidemocrática, própria da lógica excludente;
- a adoção de conteúdo politécnico numa perspectiva histórica;
- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- a opção pelo método teórico/prático, tomando o trabalho como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social.

4.2 Princípios

A educação profissional e tecnológica, pública, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada implica o fortalecimento de uma cultura de formação profissional no âmbito das instituições, redes e sistemas educacionais do país, que apresente uma visão de formação integral do/a cidadão/ã trabalhador/a, unificando, assim, as dimensões da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, em que o papel da Educação Profissional e Tecnológica deverá garantir os princípios gerais postos como referenciais propulsores na implementação dessa política pública no estado de Alagoas, os quais se traduzem em compromissos com:

- educação como transformação da realidade;
- a redução das desigualdades sociais;
- preparação para a vida cidadã;
- inclusão social participativa;
- integração entre formação geral e formação profissional;
- formação crítica, humanizadora e emancipadora;
- educação para o desenvolvimento socioeconômico;
- integração à educação básica e à educação superior;
- educação pública de qualidade social.

4.3 Diretrizes

O Ifal, direcionando o trabalho para a democratização institucional, em que os sujeitos, coletivamente, assumem posturas transformadoras do fazer pedagógico, reafirma as seguintes diretrizes gerais, enquanto políticas de ensino:

- contribuir na construção de uma sociedade democrática e equitativa, universalizando o ensino, garantindo a inclusão social e assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e à heterogeneidade de suas/seus estudantes;

- consolidar o processo de gestão democrática na Instituição, conforme postula os princípios da educação nacional contidos na Constituição Federal, na LDBEN nº 9.394/1996, na Lei nº 11.892/2008 e nas legislações correlatas;
- consolidar a política de formação continuada para as/os profissionais da Instituição;
- consolidar políticas de parceria, cooperação técnico-científica e intercâmbio com outras instituições de ensino superior em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desenhados nesse âmbito;
- articular educação básica e educação superior, na educação profissional e tecnológica, observando os princípios democráticos de qualidade e equidade, em conformidade com o que preceitua o artigo 205 da Constituição Federal e os artigos 2º e 3º da LDBEN nº 9.394/1996;
- garantir a aplicação dos recursos destinados à Instituição, prioritariamente, para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- garantir padrões de infraestrutura física e de equipamentos dos campi e dos Polos de Educação a Distância, inclusive relativos à acessibilidade de pessoas com deficiências;
- garantir a ampliação, adequação e modernização de laboratórios (físicos e virtuais), salas de aulas, bibliotecas (físicas e digitais), ambientes virtuais de aprendizagem e demais espaços físicos;
- promover o acesso das minorias, contemplando as peculiaridades das pessoas com deficiências e com necessidades educacionais específicas;
- consolidar a oferta da Educação de Jovens e Adultos na Instituição;
- consolidar a oferta de cursos de formação de professoras/es, tais como, licenciatura, formação pedagógica e segunda licenciatura;
- consolidar a oferta da educação a distância na Instituição;
- instituir programa de avaliação institucional nas instâncias administrativas e pedagógicas, em suas especificidades, com vistas a possibilitar a viabilização das mudanças, de forma sistemática e sistêmica;

- estimular iniciativas educativas inovadoras e divulgação das experiências exitosas;
- consolidar a política de ampliação da oferta para todos os níveis, modalidades e formas, prioritariamente do ensino médio integrado, decorrente de resultados de pesquisa de demanda e considerando as características de cada região;
- promover o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade ambiental e social;
- assegurar programas da Assistência Estudantil objetivando a permanência com qualidade e a conclusão com êxito profissional e acadêmico;
- observar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), em todos os níveis, modalidades e formas de ensino;
- desenvolver programas de inclusão social, mediante a intervenção/interação com a sociedade;
- incentivar a adoção de metodologias inovadoras, no âmbito da educação profissional e tecnológica, por meio de tecnologias, de multimídia e de outros mecanismos;
- promover maior interação entre o conhecimento sistematizado, no cotidiano da sala de aula, e o desenvolvimento das pesquisas científicas, evidenciando - se o princípio de contextualização;
- aplicar recursos de inovações tecnológicas capazes de ampliar o alcance institucional em todos os níveis, modalidades e formas de ensino.

4.4 Organização didático-pedagógica da Instituição

A organização didático-pedagógica pauta-se nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, a partir da visão omnilateral para a formação de cidadãos/ãs éticas/os e atuantes socialmente, atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/1996, em seu art. 2º, quando apresenta como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A organização didática apresenta como princípios a formação integral, a permanência com êxito, a integração das atividades, a formação cidadã; garantindo a igualdade de condições para o acesso na perspectiva da inclusão social, tal como o pluralismo de ideias e a valorização das experiências extracurriculares vinculadas à educação, ao trabalho e às práticas sociais.

Nessa concepção, a organização curricular do Ifal é fundamentada em teorias críticas guiadas pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o conhecimento científico, na perspectiva de uma formação integral da/o estudante, sua preparação para o exercício crítico da cidadania, bem como o desenvolvimento de sua capacidade de elaborar construções intelectuais mais complexas e apropriar-se de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade.

A estrutura curricular dos cursos parte do entendimento do trabalho como princípio educativo e da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos, visando ao mundo do trabalho como locus da organização de conteúdos relativos aos conhecimentos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens, articulados e integrados, atendendo aos princípios de uma educação continuada e da verticalização de uma formação profissional e tecnológica. Propende, ainda, à integração dos conhecimentos gerais e profissionais, garantindo a flexibilidade estrutural e pedagógica dos currículos, bem como a autonomia didática do/a professor/a, preservando o respeito às diretrizes gerais institucionais.

A partir dessa organização curricular, as práticas pedagógicas devem propor metodologias de ensino inovadoras, que atendam a complexidade do ato de ensino, promovendo uma atuação ativa, interessada e comprometida no processo de aprender, partindo dos princípios da aprendizagem ativa e colaborativa; do respeito aos conhecimentos prévios e às diferenças; da formação politécnica; da mediação do/a professor/a; e da flexibilização dos espaços e tempos escolares.

A organização didático-pedagógica tem como premissa, também, a articulação entre os níveis, as modalidades e as formas de ensino, possibilitando a integração de conteúdos, garantindo a integralidade dos conhecimentos científicos e dos conhecimentos da área de atuação profissional.

4.5 A Educação a Distância no Ifal

De acordo com o artigo 1º, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Educação a Distância é definida como a modalidade educacional na qual ocorre a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem, utilizando meios e tecnologias de informação e comunicação em espaços e tempos diversos.

Na modalidade a distância, também acontecem atividades presenciais em locais devidamente estruturados e credenciados pelo MEC, denominados polos de educação a distância, ou polos de apoio presencial, no país ou no exterior. Esses polos são apropriados para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância.

Nos polos, as/os estudantes poderão utilizar toda a infraestrutura física e tecnológica para assistir a videoaulas e realizar atividades avaliativas e de tutoria presencial, acessar a biblioteca e laboratórios, e para manter contatos com a instituição ofertante e/ou participantes do respectivo processo de formação.

A Educação a Distância (EaD), enquanto modalidade no Ifal, contempla os dois níveis de educação vigentes no Brasil: a educação básica e a educação superior (Brasil, 1996). A modalidade teve início na Instituição no ano de 2007, com a oferta de cursos superiores conveniados com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Posteriormente, em 2011, foram ofertados cursos em nível médio, vinculados à Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec Brasil).

Atualmente, as ofertas podem ocorrer de modo permanente nos *campi* do Ifal ou a partir de parcerias. No que diz respeito às ofertas permanentes da Instituição, a previsão é de cursos de graduação, prioritariamente no âmbito da formação de professoras/es, e/ou de curso em nível médio, de forma consorciada entre os *campi*. Referente às ofertas por meio de parcerias, o Ifal tem priorizado a pactuação com o Governo Federal em atendimento a chamadas em editais públicos, como é o caso das ofertas vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Como proposta de universalizar o acesso à educação e descentralizar a oferta nos grandes centros urbanos, o Ifal tem dado sua contribuição no sentido de proporcionar oportunidades de acesso às populações de municípios mais distantes dos seus diversos *campi*, por meio dos polos de apoio presencial localizados em todas as regiões alagoanas.

Com isso, a Educação a Distância no Ifal tem possibilitado o atendimento às demandas por educação básica e educação superior para uma população que tem dificuldade de acesso a esses níveis de ensino, nas suas modalidades e formas, o que contribui para minimizar as desigualdades educacionais existentes em nosso país.

4.5.1 Polos de Educação a Distância

Para o interstício 2024 - 2028 do PDI, estão previstas ofertas na modalidade a distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil, nos polos de apoio presencial das cidades de Arapiraca, Boca da Mata, Cajueiro, Coruripe, Delmiro Gouveia, Maceió, Maragogi, Olho D'Água das Flores, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Porto Calvo, Santana do Ipanema, São José da Laje e Teotônio Vilela, abrangendo todas as regiões do estado de Alagoas.

Os polos de apoio presencial Maceió-Centro, Palmeira dos Índios, Penedo e Piranhas estão inseridos nos *campi* do Ifal. Os polos Boca da Mata, Cajueiro, Coruripe, Delmiro Gouveia, Maceió-Tabuleiro, Maragogi, Olho D'Água das Flores, Porto Calvo, Santana do Ipanema, São José da Laje e Teotônio Vilela funcionam em unidades educacionais mantidas pelas respectivas prefeituras. Em Arapiraca, o polo funciona no *campus* da Universidade Federal de Alagoas.

4.5.2 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal

A gestão sistêmica de cursos na modalidade à distância no Ifal é realizada pela Pró-Reitoria de Ensino, por intermédio da Diretoria de Educação a Distância (Diread). Essa Diretoria possui infraestrutura de pessoal, física e tecnológica, adequadas para o desenvolvimento das atividades relacionadas à educação a distância, como sistemas acadêmicos e de gestão comuns a todo o Ifal, rede de internet, telefonia fixa e móvel e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A Diread é composta por um quadro de pessoal da área administrativa e da área acadêmica, que garante a execução das atividades presenciais e que propicia a interação entre professoras/es, tutoras/es e estudantes por meio de ferramentas tecnológicas e digitais aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem. Além das/os servidoras/es efetivas/os da Instituição que compõem esse quadro, a Diread conta com a

colaboração de bolsistas vinculadas/os ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes).

Todos os polos presenciais da UAB dispõem de estrutura física, acessível às pessoas com necessidades específicas, que contempla as indicações exigidas pela Diretoria de Educação a Distância da Capes (DED/Capes), com salas de aula equipadas com multimídia, laboratório de informática, laboratórios específicos para as áreas que necessitam desse espaço, biblioteca com acervo bibliográfico nas áreas ofertadas (física e digital) e rede de internet.

4.5.3 Metodologias aplicadas nos cursos EaD

Um curso a distância tem peculiaridades que o distinguem de um presencial. Assim, por suas características, a educação a distância considera a/o estudante como sujeito de sua aprendizagem, o qual necessita desenvolver autonomia e independência em relação ao/à professor/a, que é responsável pela mediação do processo de ensino-aprendizagem.

Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos em consonância com as especificidades da educação a distância, levando em conta as TDIC, as quais devem viabilizar, em grande escala, a comunicação, a troca e a aquisição de informações.

O desenvolvimento de um curso ofertado na modalidade a distância envolve procedimentos, tais como:

- estabelecimento de um calendário acadêmico adequado ao cumprimento das ofertas, com datas de início e fim de cada componente curricular e dos períodos/semestres letivos;
- disponibilização dos conteúdos de todos os componentes curriculares no AVA;
- criação tempos e espaços, no AVA, destinados à comunicação e interação entre professoras/es, tutoras/es e estudantes, seguindo os princípios da colaboração, do respeito e da autonomia;
- relação dialógica como princípio da interação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem;
- procedimentos metodológicos apropriados ao ensino a distância e adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada componente curricular;

- encontros presenciais obrigatórios, realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências necessárias para a produção do conhecimento, de acordo com os normativos institucionais vigentes;
- acesso permanente aos polos de apoio presencial e aos *campi* da Instituição para que os estudantes possam realizar as atividades, bem como ter acesso à tecnologia e/ou orientações pedagógicas para realizá-las.

4.5.4 Professoras/es e tutoras/es

A atuação docente visa atender às/aos estudantes, individual e coletivamente, tendo o/a professor/a e o/a tutor/a como sujeitos que podem responder sobre o desempenho, as características, as dificuldades, os desafios e os progressos de cada um deles.

O/A professor/a é o sujeito que orienta o estudo e a aprendizagem, que prepara os planos de ensino, bem como o Ambiente Virtual de Aprendizagem e deve estar em constante reflexão sobre sua prática, atualizando-se em teorias e metodologias para os processos de ensino-aprendizagem e avaliação, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente.

Dessa forma, é o responsável pelo desenvolvimento do componente curricular no curso, estabelecendo a mediação pedagógica para a apropriação do conhecimento pelos/as estudantes e estabelecendo a interação entre os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica nos cursos da modalidade a distância também poderá ser realizada por um/a tutor/a em articulação com o/a professor/a do componente curricular.

Nesse aspecto, as/os tutoras/es podem identificar as dificuldades das/os estudantes, explicar o conteúdo em linguagem acessível de acordo com as características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas, em colaboração com as/os professoras/es, para a promoção da aprendizagem das/os estudantes, e adotar práticas exitosas e inovadoras no contexto da modalidade a distância. Assim sendo, o ensino na modalidade dispõe de dois tipos de tutoria: presencial e a distância.

a) Tutor/a presencial

Esse tipo de tutoria é de grande importância nas ofertas dos cursos a distância, uma vez que possibilita o contato pessoal do/a tutor/a com a/o estudante. O/A tutor/a será presença constante, reunindo-se com as/os estudantes já no início do curso, para apresentação dos procedimentos inerentes à sua função. Os encontros com a tutoria presencial representam momentos de acompanhamento das/os estudantes nos mais diversos aspectos inerentes à sua formação.

b) Tutor/a a distância

As/Os tutoras/es a distância farão o acompanhamento das atividades das/os estudantes no AVA, esclarecendo dúvidas e prestando informações acerca de questões pedagógicas relacionadas aos componentes curriculares. O desafio da tutoria a distância é o de responder prontamente às dúvidas e às solicitações das/os estudantes, estimulando o diálogo e a colaboração entre as/os participantes e contribuindo para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.

4.5.5 Material didático

Dentre os elementos importantes em um processo de ensino-aprendizagem, o material didático é um dos mais relevantes. A produção, a seleção e o uso de materiais didáticos, elaborados e/ou validados pela equipe multidisciplinar, são determinantes para o/a professor/a no que diz respeito ao alcance dos seus objetivos pedagógicos e consideram a adequação da bibliografia às exigências da formação. A qualidade do material está relacionada ao uso de diferentes mídias, suporte ao texto por meio de ilustrações, gráficos ou outros itens, bem como ao estabelecimento de uma linguagem dialógica, inclusiva e acessível às/aos estudantes. Cadernos temáticos, videoaulas, e-books, apresentações e jogos digitais são exemplos de materiais didáticos comumente utilizados no ensino a distância do Ifal.

4.5.6 Encontros presenciais

Para os cursos na modalidade a distância no Ifal, os momentos de tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) devem ser realizados de forma presencial. Esses momentos ocorrerão em polos de apoio presencial vinculados ao Sistema UAB ou institucionalizados.

4.6 Do acesso ao ensino público e gratuito do Ifal

O Ifal visa favorecer o acesso pleno ao ensino público e gratuito, à formação profissional e à formação acadêmica. O acesso aos cursos se dá por meio de processos seletivos, cujas características atendem as especificidades dos diferentes níveis, formas e modalidades. Poderão existir outras formas de acesso ao Ifal, em consonância com os objetivos do curso e conforme disposto nas normas de organização didática vigentes. As formas de acesso aos cursos são:

a) Cursos técnicos de nível médio

O acesso aos cursos técnicos acontece por meio de processos seletivos regulamentados por editais próprios. Os processos seletivos nos cursos técnicos podem ser:

- Aplicação de prova;
- Análise de histórico escolar;
- Sorteio público de vagas.

b) Exame de seleção.

Cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional Técnica (EJA-EPT).

O acesso aos cursos EJA-EPT acontece anual e/ou semestralmente por meio de processos seletivos regulamentados por editais específicos. Os processos seletivos nos cursos EJA-EPT podem ser:

- Entrevista;
- Análise de histórico escolar;
- Sorteio público de vagas.

c) Cursos de graduação

O acesso aos cursos de graduação por meio de processos seletivos regulamentados por editais próprios e dar-se-á da seguinte forma:

- Análise da nota do Enem, tendo como requisito a conclusão do Ensino Médio ou equivalente;
- Transferência (interna ou externa);
- Equivalência;
- Portador/a de diploma;

- Aplicação de prova;
- Vestibular.

d) Cursos de pós-graduação

O acesso de estudantes aos cursos de pós-graduação acontece por meio dos processos seletivos para cada curso. O acesso ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept), com vagas ofertadas para toda a rede, acontece em processo seletivo específico, a partir de edital do Exame Nacional de Acesso (ENA).

4.7 Implantação e desenvolvimento de cursos da Instituição

A proposta de novos cursos deve estar justificada pelo debate com a comunidade, pela demanda dos arranjos produtivos, culturais e sociais, pelo mapeamento da realidade da região. E deve seguir os trâmites conforme os normativos vigentes, que dispõem sobre a criação e a atualização de cursos no âmbito do Ifal.

Observando o que é proposto neste PDI e o que é apontado como indicadores de gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito da Plataforma Nilo Peçanha, as demandas devem estar identificadas com a vocação da instituição/*campus*, devendo ser constatadas as reais condições de exequibilidade:

a) Demanda para o curso

O indicativo da oferta do curso dar-se-á mediante estudo e pesquisa no setor produtivo, ouvida a comunidade em suas aspirações e interesses, além da coleta de dados e indicadores oficiais acerca do contexto socioeconômico e cultural, para detectar possíveis demandas, em fontes oficiais de pesquisa – Arranjos Produtivos Locais, IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretarias Estaduais e Municipais e outros órgãos de pesquisa.

b) Disponibilidade de recursos e infraestrutura

Constatada a necessidade de criação de um novo curso, deve-se considerar a disponibilidade de recursos humanos, recursos orçamentários e infraestrutura física e tecnológica para atender a tal necessidade, resguardando-se a existência da infraestrutura mínima requerida nos Catálogos Nacionais dos Cursos e no Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores, publicados pelo MEC.

c) Atendimento aos normativos

Para a implantação de cursos, faz-se necessário o alinhamento com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, atendimento ao estabelecido como missão na Lei de Criação dos Institutos (Lei nº 11.892/2008) e adequação do curso aos normativos nacionais e institucionais.

4.8 Projeto Acervo Acadêmico Digital

O Projeto Acervo Acadêmico Digital busca o cumprimento do disposto no inciso VIII, Art. 21, do Decreto nº 9.235, de 2017, que determina que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deve conter o “projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais”, o que cumpre também ao dispositivo relacionado à ‘Gestão de Documentos’, conforme Lei de Arquivos nº 8.159/1991.

Entretanto, tendo como base a Lei nº 11.892, de 2008, que cria os Institutos Federais, todas as finalidades e objetivos da instituição possuem sentido utilitário no atendimento à comunidade, ao cidadão, ao desenvolvimento local e regional, o que torna importante, ao se projetar um Acervo Acadêmico Digital, considerar a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 2011, incisos I, II, III, IV e V do art. 3º:

Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V – desenvolvimento do controle social da administração pública.

Isso porque o escopo das ações decorrentes do objetivo e resultados esperados desse projeto resultará nos procedimentos e operações

técnicas à produção, recolhimento, arquivamento e acesso para guarda permanente do conjunto de documentos produzidos e recebidos pelo Ifal, referentes à vida acadêmica das/os estudantes e necessários para comprovar seus estudos, documentos produzidos e recebidos em decorrência do exercício das atividades de ensino.

4.8.1 Acervo acadêmico

Considera-se acervo acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições de ensino públicas ou privadas, decorrentes das suas atividades-fim, que compreendem o ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil; dizem respeito à vida acadêmica da/o estudante e são necessários para comprovar seus estudos.

Nesse sentido, em consonância com a Política Arquivística de Documentos do Ifal, aprovada pelo Conselho Superior em 11 de junho de 2018 e com a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, compete às instituições federais de ensino a gestão, guarda, manutenção e organização desses acervos por meio de instrumentos de gestão próprios, como o Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos inerentes às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino.

Dar-se-á a gestão arquivística dos acervos acadêmicos nos *campi* do Instituto Federal de Alagoas mediante a designação, em cada *campus*, de um servidor como Depositário do Acervo Acadêmico (DAA), responsável pela guarda e conservação desse acervo, assim como o atendimento a outras demandas diretamente relacionadas às atividades de reconhecimento e credenciamento de cursos, além do corpo funcional que será incumbido pela operacionalização das atividades de gestão arquivística no órgão.

Portanto, cabe ao corpo funcional de cada *campus* manter organizados os documentos de arquivo que compõem o acervo acadêmico, zelar pela sua qualidade e preservação, atentar para as formas de produção, tratamento e acesso, assim como cumprir e aplicar as normas e diretrizes emanadas pela Coordenação de Protocolo/Proad.

4.8.2 Acervo acadêmico digital

Conforme o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as IES deverão digitalizar o acervo acadêmico, bem como buscar meios para

que os documentos das/os novas/os estudantes sejam armazenados completamente em meio digital, observando todos os pré-requisitos de garantia da segurança da informação.

A Portaria MEC nº 315, de 03 de maio de 2018, traz em seus artigos 45 e 46 as orientações necessárias para a conversão do acervo acadêmico:

Art. 45. Nos termos do art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, os documentos e informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme Código e Tabela aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 2011, deverão ser convertidos para o meio digital, no prazo de vinte e quatro meses, de modo que a conversão e preservação dos documentos obedeçam aos seguintes critérios:

I – os métodos de digitalização devem garantir a confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de todas as informações dos processos e documentos originais; e

II – a IES deverá constituir comitê gestor para elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico, conforme definido nesta Portaria, no Marco Legal da Educação Superior e, de maneira subsidiária, em suas normas institucionais.

Art. 46. O acervo acadêmico, oriundo da digitalização de documentos ou dos documentos nato-digitais, deve ser controlado por sistema especializado de gerenciamento de documentos eletrônicos, que possua, minimamente, as seguintes características:

I – capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital;

II – forma de indexação que permita a pronta recuperação do acervo acadêmico digital;

III - método de reprodução do acervo acadêmico digital que garanta a sua segurança e preservação; e

IV – utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil, conforme disciplinada em lei, pelos responsáveis pela mantenedora e sua mantida, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do acervo¹.

1 Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superiores integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-315-2018-04-04.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

4.8.2.1 Plano de trabalho

O Projeto Acervo Acadêmico Digital necessitará do envolvimento e participação de diversas áreas e servidoras/es. Para isso, seguem as ações necessárias para a elaboração projeto do acervo acadêmico:

- realizar visitas técnicas a todos os *campi*, a fim de identificar a situação de guarda e organização do acervo acadêmico;
- escrever relatório apontando os problemas encontrados e as possíveis soluções (diagnóstico arquivístico);
- apresentar à comunidade os problemas identificados nas visitas e as respectivas soluções;
- elaborar calendário de atividades de identificação e organização do acervo físico (aplicação de instrumentos, de normas e diretrizes da gestão arquivística);
- identificar e selecionar, com auxílio do corpo funcional responsável, os documentos de arquivo que serão digitalizados;
- realizar levantamento dos equipamentos e de pessoal disponível para executar o previsto no art. 104, do Decreto nº 9.235/2017;
- buscar, em conjunto com a DTI, soluções para o armazenamento dos dados e implantação de um repositório arquivístico digital confiável, a fim de garantir a segurança da informação;
- implantar o sistema de acervo acadêmico em meio digital;
- criar o calendário de digitalização do acervo acadêmico;
- executar o calendário na sua totalidade;
- produzir, emitir, tramitar e utilizar dos documentos de ensino em ambiente digital.

4.8.2.2 Resultados esperados

Os resultados esperados são:

- tratamento integral das massas documentais arquivadas;
- documentos do ensino organizados em padrão institucional;
- sistema de acervo acadêmico digital em consonância com e-ARQ BRASIL²;

2 e-ARQ Brasil é um modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos, o qual define uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora.

- produção, emissão, tramitação e uso de documentos em ambiente digital;
- acervo acadêmico digital confiável implantado, garantindo a integridade e autenticidade dos documentos originais; e séries documentais do ensino digitalizadas.

4.9 Infraestrutura física e instalações acadêmicas

4.9.1 Sistema de bibliotecas

Atualmente, o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Alagoas (Sibi/Ifal) consiste em uma Gestão Sistêmica de Bibliotecas que teve seu Regimento Geral aprovado pelo Conselho Superior pela Resolução nº 99, de 22 de dezembro de 2022, com objetivo de coordenar e desenvolver ações em conjunto, racionalizar investimentos, definir políticas e procedimentos padronizados comuns às bibliotecas.

As bibliotecas têm como missão principal promover o acesso e disseminar a informação para a comunidade interna e externa, ocupando um papel de destaque no apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por isso, faz-se necessária a melhoria de sua infraestrutura, fortalecendo o Projeto Pedagógico dos cursos do Ifal e ampliando as condições para o êxito do processo educativo.

O fortalecimento das bibliotecas do Ifal pode ocorrer por meio da:

- expansão e construção de espaço físico para o funcionamento adequado;
- aquisição de equipamentos e materiais para aprimorar a realização de serviços;
- contratação de recursos humanos para suprir as demandas de usuárias/os e serviços;
- implementação de acessibilidade física e de tecnologias assistivas para necessidades específicas das/os usuárias/os;
- atualização do acervo bibliográfico.

Também faz parte da infraestrutura das bibliotecas um espaço virtual no site do Ifal, onde algumas informações são disponibilizadas para a comunidade, tais como: documentos, serviços, dados sobre suas unidades, estruturas físicas e divulgação de eventos.

4.9.1.1 Acervo bibliográfico

a) Acervo digital

O Ifal disponibiliza o acesso à biblioteca digital com livre conexão de qualquer local e horário, por meio de login e senha do sistema acadêmico. Possui também ingresso às normas técnicas e documentos regulatórios em plataforma digital, com acesso pelo e-mail institucional, acesso aos livros e periódicos disponibilizados pelo Portal da Capes, podendo, inclusive, acessar remotamente pela rede CAFe. Essas plataformas podem ser obtidas de forma simples por meio de link disponibilizado no site do Ifal.

b) Acervo físico

Os acervos das bibliotecas estão patrimoniados, informatizados e integrados pelo sistema acadêmico, podendo ser consultados por meio do catálogo on-line via internet ou nos computadores locais disponíveis nas bibliotecas. Os títulos são adquiridos segundo os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). O quantitativo do acervo físico cadastrado no sistema acadêmico encontra-se no quadro abaixo.

Quadro 3: Quantitativo do acervo físico cadastrado no sistema acadêmico em março de 2024

Campus	Títulos (aproximadamente)	Exemplares (aproximadamente)
Arapiraca	2.311	8.077
Batalha	778	1.641
Benedito Bentes	545	1.196
Coruripe	954	2.459
Maceió	7.980	20.473
Maragogi	1.259	3.388
Marechal Deodoro	1.725	5.324
Murici	1.483	5.800
Palmeira dos Índios	2.769	9.033



Campus	Títulos (aproximadamente)	Exemplares (aproximadamente)
Penedo	2.284	5.340
Piranhas	1.578	6.055
São Miguel dos Campos	118	518
Santana do Ipanema	1.235	2.532
Satuba	1.383	3.480
Rio Largo	321	1.060
Viçosa	606	1.417
Totais	27.329	77.793

Fonte: Elaboração Ifal.

4.9.1.2 Expansão das bibliotecas e a atualização do acervo

A política de aquisição e de atualização do acervo, bem como os serviços disponibilizados pelas bibliotecas, adaptam-se de acordo com cada *campus*/polo de ensino, destacando-se: empréstimo de materiais informacionais à comunidade acadêmica, elaboração de ficha catalográfica, auxílio quanto ao uso das normas técnicas de trabalhos acadêmicos e serviço de referência.

No tocante à aquisição e à atualização do acervo, são princípios norteadores:

- direcionar o uso racional de recursos financeiros disponíveis;
- estabelecer contratos com distribuidoras que se responsabilizam por adquirir os livros demandados pelos cursos ofertados;
- atender as demandas em menor prazo possível;
- garantir as edições mais recentes dos títulos requeridos;
- adquirir obras em consonância com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), conforme diretrizes estabelecidas pelo MEC;
- constituir o acervo conforme normas instituídas na Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC do Sibi/Ifal);
- aprimorar os serviços disponibilizados pelas bibliotecas como forma de auxiliar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- estreitar o relacionamento das bibliotecas junto à sua comunidade acadêmica;
- garantir acervo adequado a portadores de necessidades específicas, observando suas demandas;
- contribuir com o Repositório Institucional Digital para disseminação das produções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto.

4.9.1.3 Espaço físico

As bibliotecas possuem especificidades em suas estruturas, de acordo com as particularidades do *campus* a que pertencem. De maneira geral, contam com guarda-volumes, espaço físico e computadores para a prática de estudos e pesquisas, setor de empréstimo, área do acervo, área com mesas para estudo em grupo e cabines para estudo individual, sala administrativa e sala de reunião.

Todas as bibliotecas funcionam de acordo com os dias e os horários das aulas dos *campi* aos quais estão vinculadas e possuem um/a bibliotecário/a lotado/a e servidoras/es de apoio, conforme o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Composição das equipes.

Campus	Servidoras/es lotadas/os
Arapiraca	1 Bibliotecária; 1 Auxiliar de Biblioteca; 2 Servidoras municipais cedidas
Batalha	1 Bibliotecária; 1 Auxiliar de Biblioteca
Benedito Bentes	1 Bibliotecária; 1 Auxiliar de biblioteca; 1 Técnico em Assuntos Educacionais
Coruripe	1 Bibliotecária; 2 Auxiliares de Biblioteca
Maceió	3 Bibliotecárias; 2 Auxiliares de Biblioteca; 1 Assistente em Administração; 2 Auxiliares em Administração
Maragogi	1 Bibliotecário; 1 Técnico em TI; 1 Terceirizado
Marechal Deodoro	2 Bibliotecárias; 2 Auxiliares de Biblioteca
Murici	1 Bibliotecária; 1 Auxiliar de Biblioteca



Campus	Servidoras/es lotadas/os
Palmeira dos Índios	1 Bibliotecária; 1 Auxiliar de Biblioteca; 5 Auxiliares Administrativos
Penedo	1 Bibliotecária; 1 Auxiliar de biblioteca
Piranhas	1 Bibliotecário; 1 Terceirizado
Rio Largo	1 Bibliotecário; 1 Auxiliar de Biblioteca
Santana do Ipanema	1 Bibliotecário; 1 Auxiliar de Biblioteca; 1 Terceirizado
São Miguel dos Campos	1 Bibliotecária aguardando posse; 2 Terceirizadas
Satuba	2 Bibliotecárias; 2 Auxiliares de Biblioteca - [sendo 1 lotado em outro setor/FG]; 2 Assistentes Administrativos
Viçosa	1 Bibliotecária; 2 Auxiliares de Biblioteca

Fonte: Elaboração Ifal.

4.9.2 Laboratórios

Os laboratórios são concebidos com a finalidade de promover o desenvolvimento científico por meio de atividades de cunho prático. São espaços onde a/o estudante pode experimentar os assuntos que lhe são mostrados de maneira teórica, integrando as atividades de ensino.

Os laboratórios do Ifal estão distribuídos de acordo com os cursos ofertados em cada *campus*. No Quadro 5, a seguir, verifica-se que constam atualmente 254 laboratórios no Ifal, um acréscimo de 29 laboratórios quando comparado ao início do PDI anterior (2019-2023).

Quadro 5: Quantitativo de laboratório por *Campus* em março de 2024

Campus	Quantidade de laboratórios
Arapiraca	12
Batalha	5
Benedito Bentes	3
Coruripe	13
Maceió	91
Maragogi	11



Campus	Quantidade de laboratórios
Marechal Deodoro	8
Murici	10
Palmeira dos Índios	23
Penedo	10
Piranhas	22
Rio Largo	4
Santana do Ipanema	7
São Miguel dos Campos	5
Satuba	25
Viçosa	5
TOTAL	254

Fonte: Elaboração Ifal.

Nos quadros a seguir (Quadro 6, Quadro 7, Quadro 8, Quadro 9, Quadro 10, Quadro 11, Quadro 12, Quadro 13, Quadro 14, Quadro 15, Quadro 16, Quadro 17, Quadro 18, Quadro 19, Quadro 20, Quadro 21), pode-se verificar quais são os tipos de laboratórios existentes em cada *campus*, relacionados aos cursos ofertados.

Quadro 6: Laboratórios por cursos do *Campus Arapiraca* em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Compartilhado com todos os cursos	Informática	3
2	Compartilhado com todos os cursos	Matemática/física	1
3	Compartilhado com todos os cursos	Química/Biologia	1
4	Informática e Sistema de Informação	Manutenção de redes	1
5	Eletroeletrônica	Eletrônica da lógica, Digital e Eletricidade	1
6	Eletroeletrônica	Automação e Microcontroladores	1
7	Eletroeletrônica	Máquinas elétricas, Eficiência energéticas, e Fontes renováveis	1



Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
8	Eletroeletrônica	Instalações Elétricas Prediais e Industriais	1
9	Sistema de Informação	Laboratório de desenvolvimento	1
10	Compartilhado	Espaço 4.0	1
TOTAL			12

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 7: Laboratórios por cursos do *Campus* Batalha em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Todos os cursos	Análises Físico-Químicas de Alimentos	1
2		Análises Microbiológicas de Alimentos	1
3		Processamento de Alimentos I - Frutas e Hortaliças	1
4		Processamento de Alimentos II - Carnes, Pescados, Leites e Derivados	1
5		Informática	1
Total			5

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 8: Laboratórios por cursos do *Campus* Avançado Benedito Bentes em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Enfermagem	Anatomia	1
2		Semiologia/Semiotécnica	1
3	Logística e Enfermagem	Informática	1
Total			3

Fonte: Elaboração Ifal

Quadro 9: Laboratórios por cursos do *Campus* Coruripe em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Todos os cursos	Informática	2
2		Desenho	2
3		Química/Biologia	1
4		Física/Matemática	1
5	Edificações	Materiais de Construção e Solos	1
6		Topografia/Instalações	1
7	Mecânica	Ensaio Mecânicos	1
8		Estruturas	1
9		Soldagem	1
10		Laboratório de máquinas operatrizes	1
11		Laboratório de metrologia/ de materiais	1
Total			13

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 10: Laboratórios por cursos do *Campus* Maceió em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Técnico em Artesanato - EJA	Práticas Artesanais	1
2	Técnico em Química, Licenciatura em Química e Tecnologia em Alimentos	Microbiologia	1
3		Bioprocessos	1
4		Análise Instrumental	1
5		Bromatologia	1
6	Técnico em Química e Licenciatura em Química	Processos	1
7		Espectroscopia	1
8		Química [orgânica/analítica]	1



Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
9	Técnico em Química, Licenciatura em Química e Tecnologia em Alimentos	Geral/Físico-Química	1
10		Informática/Monitoria	1
11	Desenvolvimento de Sistemas e Sistemas de Informação	Informática	7
12		Projetos	2
13		Lab. de Hardware e Redes	1
14	Todos os cursos	Lab. de Aplicativos	1
15	Técnico em Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho	1
16	Técnico em Mecânica	Desenho técnico mecânico	1
17		Metrologia Dimensional	1
18		Manutenção Mecânica	1
19		Soldagem	1
20		Refrigeração e Climatização	1
21		Laboratório de Eletropneumático Eletro-hidráulico e de Acionamento e Comandos Elétricos	1
22		Fundição	1
23		Caldeiraria	1
24		Motores	1
25		Mecânica dos Fluidos	1
26		Máquinas Operatrizes e Ajustagem Mecânica	1
27		Automotiva	1
28		Ensaio Mecânicos	1
29		Metalografia	1
30		Tratamentos Térmicos	1
31		Máquinas Térmicas	1



Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
32	Técnico Estradas, Técnico Estradas e Engenharia Civil	Hidráulica	1
33		Pavimentação	1
34		Materiais de Construção	1
35		Mecânica dos solos	1
36		Topografia	1
37		Materiais e estruturas	1
38	Bacharelado em Engenharia Civil	Instalações Hidrossanitárias	1
39	Hotelaria	Hospedagem	1
40	Turismo e Hotelaria	Alimentos e Bebidas	1
41		Informática	1
42		Agenciamento de Viagens	1
43	Turismo	Comunicação	1
44	Design de Interiores	Materiais e Revestimento	1
45		Maquete e Desenho	1
46		Conforto ambiental	1
47	Licenciatura em Física	Mecânica e Termologia	1
48		Eletromagnetismo, Óptica e Física Moderna	1
49		Oficina de Ensino de Física	1
50		Pesquisa	1
51		Física Computacional e Aplicada	1
52	Licenciatura em Biologia	Pedagógico de Biologia	1
53		Biologia	1
54	Licenciatura em Matemática	Ensino de Matemática	1



Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
55	Compartilhado entre vários cursos	Desenho	3
56		CAD	5
57		Life Tecnológico	1
58		Life Acadêmico	1
59		Laboratório Compartilhado de Pesquisa e Inovação - Colab	1
60	Técnico em Eletrônica	Multidisciplinar	1
61		Desenho Técnico e Simulação Eletrônica	1
62		Robótica	1
63		Projetos de Pesquisa em Eletrônica e Meio Ambiente	1
64		Pesquisa em Robótica	1
65		Eletrônica Análogia e Circuitos Elétricos	1
66		Eletrônica Análogia e Sistemas de Áudio e Vídeo	1
67		Sistemas de Comunicação	1
68		Sistemas Digitais Programáveis	1
69		Instrumentação e automação eletrônica	1
70		Eletrônica Digital	1
71		Projetos Eletrônicos	1
72	Técnico em Eletrotécnica	Eletricidade e Medidas Elétricas	1
73		Lab. de Comandos Industriais	1
74		Lab. de Transformadores	1
75		Lab. de Máquinas Elétrica/CGU	1
76		Lab. Instalações Elétricas	1
77		Lab. de Ensaios e Automação Industrial	1
78		Lab. de Subestação Elétrica	1
Total			91

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 11: Laboratórios por cursos do *Campus Maragogi* em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Todos os cursos	Física e Matemática	1
2		Informática 1	1
3		Linguagens	1
4		Biologia e Química	1
5		Informática 2	1
6		Sala de Recursos Multifuncionais (AEE)	1
7		Espaço 4.0	1
8	Agroecologia e Horticultura	Laboratório de Agroecologia	1
9		Casa de Vegetação (Estufa)	2
10	Hospedagem	Hospedagem	1
Total			11

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 12: Laboratórios por cursos do *Campus Marechal Deodoro* em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Gastronomia	Cozinha	1
2	Todos os cursos	Informática	2
3	Meio ambiente	Física	1
4	Hospedagem	Hospedagem	1
5	Gestão Ambiental	Química	1
6		Química aplicada	1
7	Todos os cursos	IFMaker	1
Total			8

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 13: Laboratórios por cursos do *Campus* Murici em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Agroindústria	Análise de Microbiologia de Alimentos / Físico-Químicas de Alimentos	1
2		Produtos de Origem Animal Carnes/ Produtos de Origem Animal Pescado e Mel	1
3		Produtos de Origem Vegetal	1
4	Agroecologia	Sala de Preparo e Análise de Amostras	1
5		Fitotecnia, Sementes de Produção Animal	1
6		Fitopatologia, Entomologia e Biotecnologia	1
7		Física, Fertilidade e Manejo Agroecológico do solo	1
8	Todos os cursos	Química/Biologia	1
9		Informática	1
10		Línguas	1
Total			10

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 14: Laboratórios por cursos do *Campus* Palmeira dos Índios em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Edificações	Desenho e CAD	1
2		Desenho	1
3	Informática	Informática	4
4		Manutenção de Computadores	1
5	Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho	1



Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
6	Engenharia Civil	Materiais de Construção I e II (compartilhado entre Edificações e Engenharia Civil)	1
7		Mecânica de Solos I e II (compartilhado entre Edificações e Engenharia Civil)	1
8		Topografia (compartilhado entre Edificações e Engenharia Civil)	1
9		Hidráulica	1
10	Engenharia Elétrica e Eletrotécnica	Instalações Elétricas e Acionamentos Elétricos (compartilhado entre Eletrotécnica)	1
11		Eletricidade Básica (compartilhado entre Eletrotécnica)	1
12		Máquinas Elétricas (compartilhado entre Eletrotécnica)	1
13		Eletrônica (compartilhado entre Eletrotécnica, Sistemas Elétricos e Engenharia Elétrica)	1
14		Automação Industrial e Microcontroladores (compartilhado entre Eletrotécnica)	1
15	Todos os cursos técnicos	Biologia	1
16	Todos os cursos técnicos	Química	1
17	Todos os cursos técnicos	Física	1
18	Todos os cursos técnicos	Matemática	1
19	Todos os cursos técnicos	Tecnologia de Avaliação da Performance Humana (compartilhado entre todos os cursos)	1
20	Todos os cursos	Espaço 4.0	1
Total			23

Fonte: Elaboração Ifal

Quadro 15: Laboratórios por cursos do *Campus* Penedo em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Meio ambiente e Química (técnico)	Artes	1
2	Todos os cursos	Desenho	1
3		Informática	1
4		Química Orgânica	1
5		Química Analítica Instrumental	1
6		Microbiologia	1
7		Química Geral	1
8		Matemática	1
9		Física	1
10	Química e Química Industrial	Processos Químicos Industriais	1
Total			10

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 16: Laboratórios por cursos do *Campus* Piranhas em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Agroindústria e Alimentos	Bromatologia	1
2		Microbiologia Geral e de Alimentos	1
3		Processamento de Alimentos	1
4		Produção de Análise Sensorial	1
5	Agroecologia e Engenharia Agrônoma	Produção Vegetal	1
6		Irrigação e Drenagem	1
7		Fertilidade do Solo e Nutrição Mineral de Plantas	1
8		Zootecnia	1
9		Sala Quente	1
10		Melhoramento Vegetal	1
11		Manejo e Conservação do Solo e Água	1
12		Geotecnologias	1



Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
13	Todos os cursos	Química	1
14		Biologia	1
15		Informática	1
16		Física I	1
17		Física II	1
18		Pesquisa em Ensino de Matemática e Física	1
19		Desenho Técnico I	1
20		IFMaker	1
21		Laboratório de Matemática	1
22		Fitossanidade	1
Total			22

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 17: Laboratórios por cursos do *Campus* Rio Largo em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Todos os cursos	Informática	3
2		Espaço 4.0	1
Total			4

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 18: Laboratórios por cursos do *Campus* Santana do Ipanema em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Todos os cursos	Informática	1
2		Desenho	1
3		Ciências	1



Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
4	Agropecuária	Água, Solo e Planta	1
5		Bromatologia	1
6		Topografia	1
7	Todos os cursos	Espaço 4.0	1
Total			7

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 19: Laboratórios por cursos do *Campus* São Miguel dos Campos em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Informática para Internet	Informática	2
2		Hardware	1
3	Segurança do Trabalho (integrado e subsequente)	Segurança do Trabalho	1
4	Todos os cursos	Espaço 4.0	1
Total			5

Fonte: Elaboração Ifal

Quadro 20: Laboratórios por cursos do *Campus* Satuba em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Laticínios e Agroindústria	Análise Sensorial	1
2	Agronegócio	Físico-Química	1
3	Alimentos	Processamento de carnes	1
4		Processamento de frutas	1
5		Processamento de leite	1



Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
6	Agropecuária	Agronomia	1
7		Aquicultura	1
8		Apicultura	1
9		Avicultura	1
10		Bovinocultura	1
11		Caprino/Ovinocultura	1
12		Suinocultura	1
13		Horticultura	1
14		Fruticultura	1
15		Culturas anuais	1
16		Mecanização Agrícola	1
17		Tuberculose e Brucelose	1
18	Todos os cursos	Biologia	1
19		Química	1
20		Telecentro com 10 máquinas obsoletas	1
21		Informática	1
22		Física	1
23		Microbiologia	1
24		Desenho, Topografia e Construções rurais	1
25		IFMaker	1
Total			25

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 21: Laboratórios por cursos do *Campus* Viçosa em março de 2024

Item	Cursos	Laboratórios existentes	Quantidade
1	Todos os cursos	Administração	1
2		Informática	2
3		Matemática/Física	1
4		Espaço 4.0	1
Total			5

Fonte: Elaboração Ifal.

4.10 Serviços de atendimento às/aos estudantes

A Política de Assistência Estudantil do Ifal (Resolução/Consup nº 16, de 11 de dezembro de 2017, e suas atualizações) tem por finalidade possibilitar condições para o acesso, a permanência com qualidade e a conclusão com êxito das/os estudantes e descreve os programas e serviços ofertados para as/os estudantes, conforme segue.

4.10.1 Programas universais

Têm como objetivo atender às/aos estudantes, de acordo com suas necessidades e demandas, sem critérios de seleção.

Programa de Assistência à Saúde (Pass) - vinculado ao Setor de Saúde Escolar - composto por profissionais das áreas de Enfermagem, Medicina, Nutrição e Odontologia -, caracteriza-se pela assistência primária individual de saúde às/aos estudantes, nos *campi* do Ifal, visando ao bem-estar e à qualidade de vida, de modo a contribuir para sua permanência com qualidade e conclusão com êxito nos cursos desta Instituição.

a) Programa de Educação Alimentar e Nutricional (Pean) - vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) e executado por profissionais de Nutrição do Ifal, é o conjunto de ações formativas voltadas para a orientação alimentar e nutricional, de caráter contínuo e permanente, com foco na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), abordando recursos educacionais que favoreçam a reflexão e o diálogo junto às/aos estudantes, considerando todas as fases do curso da vida, as interações e os significados que compõem o comportamento alimentar.

b) Programa de Qualidade na Produção de Refeições (PQPR) - vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) e executado por nutricionistas do Ifal, determina os procedimentos de supervisão, acompanhamento e avaliação das Unidades Produtoras de Refeições (UPR), primando pela segurança alimentar e nutricional dos alimentos servidos às/aos estudantes no Ifal.

c) Programa Aprendizagem e Psicologia (PAP) - vinculado ao Serviço de Psicologia de cada campus, é caracterizado por ações/intervenções voltadas à aprendizagem.

d) Programa de Intervenção Psicológica (PIP) - vinculado ao Serviço de Psicologia de cada campus, é um conjunto de ações voltado ao diálogo entre a Psicologia e a/o estudante.

e) Programa de Orientação Profissional (POP) - vinculado ao Serviço de Psicologia de cada *campus*, é caracterizado pelo acompanhamento das/os estudantes no processo de escolha profissional.

f) Programa de Acompanhamento Social (PAS) - vinculado ao Serviço Social, caracteriza-se por um atendimento permanente que busca a viabilização de recursos institucionais internos e externos, mantendo um processo de articulação com a/o estudante e sua família.

g) Programa de Assistência às/aos Estudantes com Necessidades Específicas (Paene) - vinculado ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) de cada *campus*, é caracterizado pelo acompanhamento educacional das/os estudantes com deficiência, com altas habilidades/superdotação, com transtornos globais do desenvolvimento ou outros transtornos de aprendizagem. Este Núcleo atua com base em regulamento próprio (Resolução/Consup nº 45, de 22 de dezembro 2014, e suas atualizações).

h) Programa Inter-Ação (PIA) - vinculado à Gestão da AE, é um conjunto de ações educativas, de caráter permanente, voltadas para a construção de uma Instituição de Ensino plural e democrática, em uma perspectiva de atuação profissional interdisciplinar.

4.10.2 Programas de seleção

Têm como objetivo oferecer benefícios e serviços, prioritariamente, aos/às estudantes em situação de vulnerabilidade, identificadas/os nos processos de seleção, considerando as legislações pertinentes e a avaliação dos profissionais da AE.

a) Programa Auxílio Permanência (Paup) - vinculado ao Serviço Social, caracteriza-se pela transferência de recursos financeiros a estudantes para custear despesas com transporte, alimentação, moradia, creche, atendimento educacional especializado (AEE) ou outras necessidades socioeconômicas caracterizadas por uma situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

b) Programa Bolsa de Estudo (PBE) - vinculado ao Serviço Social, é o programa de transferência de recursos financeiros destinado às/aos estudantes que participam de programas/projetos de Pesquisa ou Extensão na condição de colaborador/a.

c) Programa de Incentivo às Práticas Artísticas e Desportivas (Pipad) - vinculado ao/à Gestor/a da AE do *campus*, é um programa de transferência de recursos financeiros, por meio de bolsa, que possibilita aos/às estudantes o despertar para as experiências artísticas ou desportivas, que possam proporcionar o reconhecimento de habilidades nas diversas linguagens artísticas (artes visuais, dança, música ou teatro) e em modalidades desportivas.

d) Programa de Apoio às Atividades Estudantis (Paae) - vinculado à Gestão da AE do *campus*, é o programa de concessão de recursos materiais que engloba o fornecimento de óculos corretivos, fardamento escolar e material didático.

e) Programa de Residência Estudantil (PRE) - vinculado à Gestão da AE do *campus*, consiste na garantia de moradia às/aos estudantes habilitadas/os em processo seletivo, com vistas a assegurar a permanência exitosa no *campus*.

f) Programa de Apoio à Mobilidade Estudantil (Pame) - vinculado à Gestão da AE do *campus*, é o programa de transferência de recursos financeiros destinados às/aos estudantes participantes de processos de intercâmbio e eventos acadêmicos internacionais.

g) Programa Auxílio EJA (Paeja) - vinculado ao Serviço Social e às Coordenações da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos *campi*, caracteriza-se pela transferência de recursos financeiros a estudantes matriculadas/os nos cursos de EJA FIC, articulado ao Ensino Médio, e Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado, na modalidade EJA, para custear despesas com transporte, alimentação, moradia, creche, AEE e/ou outras necessidades socioeconômicas determinadas por uma situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

h) Programa de Alimentação e Nutrição Escolar (Panes) - vinculado ao Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) e executado por profissionais de Nutrição do Ifal, é o programa que permite o acesso gratuito ao refeitório, primando por uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais das/os estudantes durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional.

4.11 Iniciativas do Ensino para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 1	ASSEGURAR AOS DISCENTES CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO COM ÊXITO
-----------------------------------	--

INICIATIVAS

1. Atualizar e monitorar a execução do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes;
2. Elaborar e atualizar normativos de ensino;
3. Promover e monitorar as ações integradas da Assistência Estudantil;
4. Planejar e acompanhar a atualização de Projetos Pedagógicos de Cursos;
5. Ampliar o número de estudantes atendidas/os pela Assistência Estudantil;
6. Ampliar o número de estudantes atendidas/os pelo Programa de Alimentação e Nutrição Escolar do Ifal;
7. Assegurar espaços de atuação para as/os estudantes dos cursos presenciais e da modalidade a distância e de suas entidades representativas;
8. Monitorar a relação de candidatas/os por vaga nos processos seletivos dos cursos presenciais e na modalidade a distância;
9. Acompanhar ações que visam a ampliação da relação de inscritos por vagas nos processos seletivos dos cursos presenciais e na modalidade a distância.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 1	AMPLIAR E FORTALECER A REDE DE RELACIONAMENTO COM SETORES PÚBLICO E PRIVADO, COMUNIDADE, ARRANJOS/GRUPOS SOCIAIS E CULTURAIS, COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E AO ESTABELECIMENTO DE AÇÕES FORMATIVAS E DE COLABORAÇÃO.
---	--

INICIATIVAS

1. Promover e acompanhar ações de cooperação técnica, visando à execução de programas de trabalho, projetos, atividades ou eventos junto às redes pública e privada de ensino, às comunidades ou arranjos/grupos sociais e culturais.



OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 2

FORTALECER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO.

INICIATIVAS

1. Consolidar a curricularização da extensão;
2. Mapear e apoiar eventos integradores entre ensino, pesquisa e extensão;
3. Apoiar programas de iniciação à docência e de aprofundamento da formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
4. Fomentar os projetos de ensino.

OBJETIVO ESTRATÉGICO INOVADOR 1

CONSOLIDAR AÇÕES DIRECIONADAS PARA GRUPOS SOCIAIS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS.

INICIATIVAS

1. Elaborar e atualizar normativos de inclusão e de diversidade;
2. Acompanhar a implementação dos normativos de inclusão e de diversidade nos *campi*;
3. Implantar salas para os Neabis;
4. Equipar as salas do Napne com recursos que atendam à demanda local;
5. Assegurar o cumprimento da regulamentação dos planos educacionais individualizados para a inclusão e a diversidade;
6. Garantir os serviços de profissionais especializadas/os para atender às/ aos estudantes com necessidades específicas;
7. Realizar parcerias com outros organismos e instituições para implementar ações de inclusão e diversidade.

5

OFERTA DE CURSOS E VAGAS

5.1 Cursos ofertados

Com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, para formar e qualificar cidadãos e cidadãos, com vistas na atuação profissional e no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, o Ifal com sua estrutura *multicampi* oferta cursos em diferentes eixos tecnológicos.

Essa oferta, conforme os Quadros 22, 23, 24, e 25, ocorre a partir dos princípios da equalização das bases curriculares, da integração e da verticalização do conhecimento, incorporando os recursos tecnológicos como potencializadores para proporcionar a formação integral das/os estudantes nos cursos ofertados. Nos quadros a seguir, são apresentados os cursos ofertados no Ifal por nível e tipo de oferta.

Quadro 22: Relação de cursos presenciais de Educação Básica ofertados pelo Ifal

Campus	Curso	Tipo	Eixos tecnológicos	Vagas anuais
Arapiraca	Eletroeletrônica	Técnico Integrado	Controle e Processos Industriais	72
	Informática	Técnico Integrado	Informação e Comunicação	72
	Logística	Técnico Integrado	Gestão e Negócios	40
	Informática	Técnico Subsequente	Informação e Comunicação	50
Batalha	Agroindústria	Técnico Integrado	Produção Alimentícia	72
	Biotecnologia	Técnico Integrado	Produção Industrial	36
Benedito Bentes	Enfermagem	Técnico Subsequente	Ambiente e Saúde	52
	Logística	Técnico Subsequente	Gestão e Negócios	80
	Logística	Técnico Integrado	Gestão e Negócios	108
Coruripe	Edificações	Técnico Integrado	Infraestrutura	72
	Mecânica	Técnico Integrado	Controle e Processos Industriais	72
Maceió	Artesanato	EJA - EPT	Produção Cultural e Design	30
	Desenvolvimento de Sistemas	Técnico Integrado	Informação e Comunicação	72
	Edificações	Técnico Integrado	Infraestrutura	108
	Eletrônica	Técnico Integrado	Controle e Processos Industriais	108
	Eletrotécnica	Técnico Integrado	Controle e Processos Industriais	108
	Estradas	Técnico Integrado	Infraestrutura	108
	Mecânica	Técnico Integrado	Controle e Processos Industriais	72
	Química	Técnico Integrado	Produção Industrial	108
	Eletrotécnica	Técnico Subsequente	Controle e Processos Industriais	40
	Mecânica	Técnico Subsequente	Controle e Processos Industriais	50
	Química	Técnico Subsequente	Produção Industrial	80
	Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente	Segurança	90



Campus	Curso	Tipo	Eixos tecnológicos	Vagas anuais
Maragogi	Agroecologia	Técnico Integrado	Recursos Naturais	72
	Hospedagem	Técnico Integrado	Turismo, Hospitalidade e Lazer	72
	Serviços de Restaurante e Bar	EJA - EPT	Turismo, Hospitalidade e Lazer	30
Marechal Deodoro	Cozinha	EJA - EPT	Turismo, Hospitalidade e Lazer	72
	Desenvolvimento de Sistemas	Técnico Integrado	Informação e Comunicação	72
	Guia de Turismo	Técnico Integrado	Turismo, Hospitalidade e Lazer	72
	Instrumento Musical	Técnico Integrado	Produção Cultural e Design	36
	Hospedagem	EJA - EPT	Turismo, Hospitalidade e Lazer	72
	Meio Ambiente	Técnico Integrado	Ambiente e Saúde	72
Murici	Agroecologia	Técnico Integrado	Recursos Naturais	108
	Agroindústria	Técnico Integrado	Produção Alimentícia	72
	Alimentos	EJA - EPT	Produção Alimentícia	80
Palmeira dos Índios	Edificações	Técnico Integrado	Infraestrutura	70
	Eletrotécnica	Técnico Integrado	Controle e Processos Industriais	72
	Informática	Técnico Integrado	Informação e Comunicação	72
	Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente	Segurança	40
Penedo	Meio Ambiente	Técnico Integrado	Ambiente e Saúde	72
	Química	Técnico Integrado	Produção Industrial	72
	Química	Técnico Subsequente	Produção Industrial	40



Campus	Curso	Tipo	Eixos tecnológicos	Vagas anuais
Piranhas	Agroecologia	Técnico Integrado	Recursos Naturais	36
	Agroindústria	Técnico Integrado	Produção Alimentícia	72
	Agropecuária	Técnico Integrado	Recursos Naturais	72
	Alimentos	EJA - EPT	Produção Alimentícia	40
Rio Largo	Informática	Técnico Integrado	Informação e Comunicação	32
	Informática para Internet	Técnico Subsequente	Informação e Comunicação	25
Santana do Ipanema	Administração	Técnico Integrado	Gestão e Negócios	72
	Agropecuária	Técnico Integrado	Recursos Naturais	72
	Agropecuária	Técnico Subsequente	Recursos Naturais	36
São Miguel dos Campos	Informática para Internet	Técnico Integrado	Informação e Comunicação	72
	Segurança do Trabalho	Técnico Integrado	Segurança	72
	Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente	Segurança	36
Satuba	Agroindústria	Técnico Integrado	Produção Alimentícia	72
	Agropecuária	Técnico Integrado	Recursos Naturais	144
	Informática	EJA - FIC	Informação e Comunicação	64
	Processamento de Alimentos	EJA - FIC	Produção Alimentícia	64
	Agropecuária	Técnico Subsequente	Recursos Naturais	36
Viçosa	Informática para Internet	Técnico Integrado	Informação e Comunicação	72
	Administração	Técnico Integrado	Gestão e Negócios	36
	Administração	Técnico Subsequente	Gestão e Negócios	40

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 23: Relação de cursos presenciais de graduação ofertados pelo Ifal

Campus	Curso	Tipo	Eixos tecnológicos	Vagas anuais
Arapiraca	Letras-Português	Licenciatura	-	40
	Sistemas da Informação	Bacharelado	-	40
	Sistemas Biomédicos	Superior de Tecnologia	Ambiente e saúde	40
Maceió	Alimentos	Superior de Tecnologia	Produção Alimentícia	30
	Ciências Biológicas	Licenciatura	-	40
	Design de Interiores	Superior de Tecnologia	Produção Cultural e Design	40
	Engenharia Civil	Bacharelado	-	80
	Física	Licenciatura	-	40
	Gestão de Turismo	Superior de Tecnologia	Turismo, Hospitalidade e Lazer	80
	Hotelaria	Superior de Tecnologia	Turismo, Hospitalidade e Lazer	80
	Letras-Português	Licenciatura	-	40
	Matemática	Licenciatura	-	40
	Química	Licenciatura	-	40
	Sistemas de Informação	Bacharelado	-	80
Maragogi	Horticultura	Superior de Tecnologia	Recursos Naturais	30
Marechal Deodoro	Gestão Ambiental	Superior de Tecnologia	Ambiente e Saúde	80
	Letras-Português	Licenciatura	-	40
Murici	Gestão do Agronegócio	Superior de Tecnologia	Recursos Naturais	40
Palmeira dos Índios	Engenharia Civil	Bacharelado	-	60
	Engenharia Elétrica	Bacharelado	-	80
Penedo	Química Industrial	Bacharelado	-	40



Campus	Curso	Tipo	Eixos tecnológicos	Vagas anuais
Piranhas	Engenharia Agrônômica	Bacharelado	-	40
	Física	Licenciatura	-	40
	Matemática	Licenciatura	-	40
Santana do Ipanema	Administração	Bacharelado	-	40
Satuba	Laticínios	Superior de Tecnologia	Produção Alimentícia	30

Fonte: Elaboração Ifal.

Os cursos a distância vinculados ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) no âmbito do Ifal são ofertados a partir da adesão aos editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e, portanto, a definição de cursos e de vagas está condicionada à aprovação da proposta institucional e podem variar conforme edital. As diretrizes, que norteiam a definição das ofertas, em que se destacam a expansão e a interiorização dos cursos superiores a distância e o atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, são apresentadas nos editais.

Nesse sentido, para a oferta de cursos superiores de tecnologia, de licenciatura, de bacharelado e de especialização, o Ifal, em articulação com outras Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do estado e com os polos de apoio presencial do Sistema UAB, discute e delibera sobre os cursos a serem ofertados, considerando, preferencialmente, a demanda das regiões onde os polos estão localizados.

Quadro 24: Relação de cursos UAB/ EaD ofertados pelo Ifal

Polo	Curso*	Nível	Tipo	Vagas anuais*
Arapiraca	Administração Pública	Graduação	Bacharelado	30
	Ciências Biológicas	Graduação	Licenciatura	30
	Pedagogia	Graduação	Licenciatura	36
Cajueiro	Ciências Biológicas	Graduação	Licenciatura	36
	Letras-Português	Graduação	Licenciatura	36



Polo	Curso*	Nível	Tipo	Vagas anuais*
Maceió - Centro	Administração Pública	Graduação	Bacharelado	30
	Pedagogia	Graduação	Licenciatura	36
Maragogi	Ciências Biológicas	Graduação	Licenciatura	36
	Pedagogia	Graduação	Licenciatura	36
Palmeira dos Índios	Ciências Biológicas	Graduação	Licenciatura	36
	Letras-Português	Graduação	Licenciatura	34
Penedo	Ciências Biológicas	Graduação	Licenciatura	36
	Letras-Português	Graduação	Licenciatura	36
Piranhas	Administração Pública	Graduação	Bacharelado	30
	Letras-Português	Graduação	Licenciatura	36
	Pedagogia	Graduação	Licenciatura	36
Santana do Ipanema	Administração Pública	Graduação	Bacharelado	30
	Letras-Português	Graduação	Licenciatura	36
	Pedagogia	Graduação	Licenciatura	36
São José de Laje	Administração Pública	Graduação	Bacharelado	30
	Ciências Biológicas	Graduação	Licenciatura	36
	Letras-Português	Graduação	Licenciatura	36

*As ofertas e o quantitativo de vagas dependem de publicação de edital pela Capes.

Fonte: Elaboração Ifal.

Quadro 25: Relação de cursos de pós-graduação ofertados pelo Ifal

Campus	Curso	Tipo	Vagas
Arapiraca	Ensino das Ciências e Matemática	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40
	Linguagem e Práticas Sociais	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40
Benedito Bentes	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	24
	Ciência da Religião e Ensino Religioso	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	30
	Desenvolvimento Organizacional	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40
Maceió	História de Alagoas	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	30
Maragogi	Ciências da Natureza e Matemática	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40
Marechal Deodoro	Mestrado Profissional em Tecnologias Ambientais (PPGTEC)	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	20
	Educação e Meio Ambiente	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40
Murici	Linguagem e Práticas Sociais	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40
	Metodologias Aplicadas no Ensino de Ciências e Matemática	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40
Penedo	Educação Ambiental e Cultural	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40

Fonte: Elaboração Ifal.

5.2 Cursos a serem implantados no Ifal

Compreendendo seu papel e sua importância estratégica, o Ifal vem envidando esforços no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade da educação do estado de Alagoas, o que se reflete, nos cursos atualmente ofertados, e na previsão de implantação dos cursos da Educação Básica e do Ensino Superior, presenciais e a distância que serão apresentados a seguir.

A Comissão Temática foi criada com o objetivo de analisar as propostas de cursos a serem implementados nos 16 *campi* do Instituto

Federal de Alagoas durante o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2024 a 2028. A metodologia utilizada foi discutida entre as pró-reitorias envolvidas e incluiu a análise das demandas indicadas pelos *campi* através de um formulário específico. Esse formulário foi enviado separadamente a cada diretor(a) de *campus* para que pudessem discutir as propostas com suas comunidades locais. Assim, as propostas locais seriam apresentadas de maneira abrangente. Essa abordagem garantiu que a Instituição pudesse planejar e oferecer cursos de acordo com a realidade viável de implementação, atendendo às necessidades e demandas específicas de cada *campus*.

No dia 26 de outubro de 2023, foi enviado a cada diretor(a) o “GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA PLANILHA DO PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS POR CAMPUS - PDI 2024/2028”. Esse guia continha informações detalhadas sobre as condições, o modelo de apresentação das propostas, os critérios a serem observados e a legislação relevante para o processo. O envio desse material proporcionou uma orientação clara e padronizada para os diretoras/es, permitindo que compreendessem plenamente o processo de apresentação das propostas de cursos e vagas para o período do PDI 2024-2028.

O Guia de Orientações para as Comissões Locais, responsáveis pelos estudos preliminares sobre a ampliação da oferta de cursos no Ifal, incluía informações sobre as condições e os prazos para que os *campi* apresentassem propostas de criação de novos cursos, ampliação da oferta de vagas ou descontinuidade de cursos. Esses dados estavam em conformidade com a legislação vigente.

As propostas deveriam ser submetidas através da planilha de levantamento da demanda de ofertas de cursos e vagas, para análise e avaliação pela Comissão Temática de Cursos e Vagas. Aquelas aprovadas seriam, então, incluídas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto para o período de 2024 a 2028.

A Comissão Temática de Cursos e Vagas, responsável pela avaliação das propostas de criação e descontinuidade de cursos no PDI do Ifal para o período de 2024-2028 foi designada pela Portaria nº 1135/IFAL, emitida em 15 de março de 2024. Esse documento introduz o processo de planejamento institucional do Instituto Federal de Alagoas.

5.2.1 Critérios Adotados

Após discussão preliminar com as pró-reitorias envolvidas, foi apresentada uma proposta de critérios para análise das propostas de cursos. Esses critérios foram refinados na primeira reunião da Comissão Temática de Oferta de Cursos e Vagas e ficaram assim definidos:

Infraestrutura adequada: O *campus* possui a infraestrutura necessária (salas de aula e laboratórios) para a oferta proposta?

Pessoal docente: Há professores qualificados e disponíveis para lecionar as disciplinas específicas do curso?

RAP – Relação Aluno-Professor: A RAP do *campus* está dentro do recomendado pela legislação vigente, ou seja, 20 alunos para cada professor na maioria dos casos?

Verticalização da oferta: A oferta do *campus* assegura a integração e verticalização da educação básica à educação profissional e superior, aproveitando a força de trabalho e laboratórios já existentes?

Lei de criação dos IFs, percentuais obrigatórios: A oferta do *campus* contribui para que a Instituição cumpra a Lei nº 11.892/2008, art. 8º, § 1º e § 2º, que define as proporções mínimas e máximas de vagas para cursos técnicos, licenciaturas, programas de formação pedagógica, e cursos superiores de tecnologia, bacharelado, especialização, mestrado e doutorado?

5.2.2 Análise Preliminar das Propostas

Após a compilação das propostas enviadas pelos 16 *campi* do Instituto Federal de Alagoas, foi possível analisar a amplitude dos pedidos de novos cursos e vagas, assim como as sugestões de descontinuidade de cursos devido à baixa procura e alta evasão, conforme as justificativas apresentadas pelos *campi*.

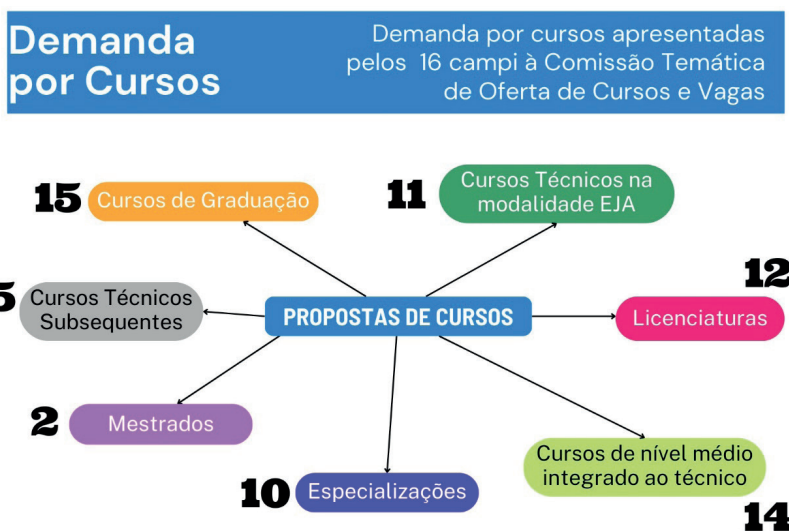
No início da discussão, foi destacado que já existe um passivo de 24 novos códigos de vagas para cursos recentemente implantados. No entanto, a Instituição ainda não conseguiu formar o quadro mínimo de docentes necessário para atendê-los adequadamente, devido à falta de novos códigos por parte do Governo Federal.

5.2.3 Panorama Geral das Propostas

Para atender à oferta indicada no quadro abaixo ao longo da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), serão necessárias, conforme as propostas apresentadas, a contratação de 249 novos docentes, 166 novos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) e a construção de 159 novos espaços, tanto acadêmicos quanto administrativos.

Figura nº 15 Demanda por cursos

As propostas incluem:



5.2.4 Metodologia

A eficácia na gestão educacional depende diretamente da metodologia adotada para a oferta de cursos e vagas em instituições de ensino. No Instituto Federal de Alagoas - Ifal, a Comissão responsável por esse importante tarefa empregou uma metodologia minuciosa e criteriosa, desenvolvida para atender às demandas educacionais e às expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade. Neste item, por meio da figura 16 exploraremos em detalhes os procedimentos, critérios que orientaram o trabalho dessa Comissão, destacando seu papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Figura nº 16 Metodologia



Quadro 26: Relação de cursos presenciais da Educação Básica a serem implantados por *Campus*, a partir de 2024

Campus	Curso	Tipo	Eixo tecnológico	Vagas	Abertura
Arapiraca	Eletrotécnica	Técnico subsequente	Controle e Processos Industriais	40	2024.2
Batalha	Agropecuária	Técnico integrado	Recursos Naturais	36	2025
	Alimentos	EJA-EPT	Produção Alimentícia	40	2026



Campus	Curso	Tipo	Eixo tecnológico	Vagas	Abertura
Coruripe	Saneamento	Técnico Integrado	Ambiente, Segurança e Saúde	40	2025
	Mestre de obras	EJA-FIC	Infraestrutura	30	2026
	Mecânico de Usinagem Convencional	EJA-FIC	Controle e Processos Industriais	30	2006
Maceió	Segurança do Trabalho	Técnico integrado	Segurança	40	2025
Penedo	Agricultor Familiar	EJA-FIC	Recursos Naturais	40	2025.1
Santana do Ipanema	Administração	EJA-EPT	Gestão e Negócios	40	2026.1
São Miguel dos Campos	Defesa Civil	EJA-EPT	Segurança	36	2028.1
Viçosa	Comércio	EJA-EPT	Gestão e Negócios	36	2026.1

Quadro 27: Relação de cursos presenciais de graduação a serem implantados por *Campus*, a partir de 2024.

Campus	Curso	Tipo	Eixos tecnológicos	Vagas	Abertura
Arapiraca	Logística	Superior de Tecnologia	Gestão e Negócios	40	2025.1
Batalha	Agroindústria	Superior de Tecnologia	Produção Alimentícia	40	2025
Rio Largo	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia	Informação e Comunicação	36	2025.1
Santana do Ipanema	Agroecologia	Superior de Tecnologia	Recursos Naturais	40	2025.1
Viçosa	Marketing	Superior de Tecnologia	Gestão e Negócios	60	2025.1

Quadro 28: Relação de cursos permanentes na modalidade EaD a serem implantados por *Campus*, a partir de 2024.

Campus	Curso	Grau	Eixo	Nível	Vagas	Abertura
Arapiraca	Engenharia de software	-	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2026.1
Batalha	Pedagogia	Licenciatura	-	Graduação	40	2025
Benedito Bentes	Pedagogia	Licenciatura	-	Graduação	40	2025.1
Maceió	Ensino e Aprendizagem da Matemática	-	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	20	2024.2
Murici	Qualidade e Inspeção na Cadeia Prod. de Alimentos	-	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	30	2026.1
Penedo	Guia de turismo	Técnico Subsequente	Turismo, hospitalidade e lazer	Educação Básica	40	2025.1
Piranhas	Pedagogia	Licenciatura	-	Graduação	40	2027
Piranhas	Educação do Campo e Agroecologia	-	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	30	2025.2
Rio Largo	Pedagogia	Licenciatura	-	Graduação	40	2025.1
Satuba	Ciências Biológicas	Licenciatura	-	Graduação	40	2027.1

Quadro 29: Relação de cursos UAB/EaD a serem implantados por Polo/Ifal, a partir de 2024.

Polo	Curso	Grau	Nível	Vagas	Abertura
Arapiraca	Mídias Sociais Digitais	Superior de Tecnologia	Graduação	30	2025.2
	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2024.2



Polo	Curso	Grau	Nível	Vagas	Abertura
Boca da Mata	Letras-Inglês	Licenciatura	Graduação	30	2025.2
	Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2025.1
Cajueiro	Letras-Inglês	Licenciatura	Graduação	30	2025.2
	Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2025.1
Coruripe	Mídias Sociais Digitais	Superior de Tecnologia	Graduação	30	2025.2
	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2024.2
	Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2025.1
Delmiro Gouveia	Docência para a Educação Básica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2026.1
Maceió - Centro	Mídias Sociais Digitais	Superior de Tecnologia	Graduação	30	2025.2
	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2024.2
	Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2025.1
Maceió - Tabuleiro	Mídias Sociais Digitais	Superior de Tecnologia	Graduação	30	2025.2
	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2024.2
	Docência para a Educação Básica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2026.1



Polo	Curso	Grau	Nível	Vagas	Abertura
Maragogi	Mídias Sociais Digitais	Superior de Tecnologia	Graduação	30	2025.2
	Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2025.1
Olho d'Água das Flores	Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2025.1
Palmeira dos Índios	Pedagogia	Licenciatura	Graduação	30	2024.2
	Letras-Inglês	Licenciatura	Graduação	30	2025.2
	Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2025.1
Penedo	Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2025.1
	Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2025.1
Piranhas	Letras-Inglês	Licenciatura	Graduação	30	2025.2
	Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2025.1
Porto Calvo	Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2025.1
Santana do Ipanema	Ciências Biológicas	Licenciatura	Graduação	30	2024.2
	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2024.2
	Docência para a Educação Básica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2026.1



Polo	Curso	Grau	Nível	Vagas	Abertura
São José da Laje	Docência para a Educação Básica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2026.1
Teotônio Vilela	Letras-Inglês	Licenciatura	Graduação	30	2025.2
	Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2025.1
	Docência para a Educação Básica	-	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	50	2026.1

Quadro 30: Relação de cursos de pós-graduação a serem implantados por Campus, a partir de 2024.

Campus	Curso	Tipo	Vagas	Abertura
Arapiraca	Letras	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> Mestrado	40	2027.1
Benedito Bentes	Saúde da Pessoa Idosa	Especialização Técnica	40	2027
Maragogi	Agricultura Tropical	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	40	2027
Palmeira dos Índios	Engenharia de Segurança do Trabalho	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	20	2026.1
	Linguagem e Práticas Sociais	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	30	2024.2
Santana do Ipanema	Educação e Diversidade	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	25	2024.2
Satuba	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	30	2025.1

Todos os cursos que não foram incluídos nessa etapa, devido à escassez de recursos humanos, à disponibilidade limitada de vagas tanto para funcionários administrativos quanto para professores, e às atuais restrições de infraestrutura física em nossos *campi*, serão reexaminados durante a próxima revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional. Este plano será revisado anualmente para garantir atualizações adequadas.

Essa abordagem nos permitiu identificar o potencial de expansão de nossos *campi* e, ao considerar sua amplitude, reconhecer a oportunidade de continuar impactando positivamente vidas, fortalecendo ainda mais nossa instituição e aumentando sua eficácia na oferta educacional.

6

PESQUISA, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

6.1 Políticas de Pesquisa e Inovação

As políticas de pesquisa e inovação do Ifal são baseadas na integração entre ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais aptos a gerar conhecimento e soluções inovadoras para os desafios da sociedade. O Instituto prioriza projetos de pesquisa alinhados com demandas sociais, incentivando a produção científica e a inovação tecnológica.

A colaboração com o setor produtivo é vital para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida. A divulgação científica e a parceria com outras instituições ampliam o impacto das pesquisas. A ética, respeito à diversidade cultural, estímulo à cidadania, garantia dos direitos humanos e preservação ambiental são princípios fundamentais da pesquisa no Ifal, com o objetivo de contribuir para um país mais justo e igualitário.

6.1.1 Concepção

A integração entre ensino, pesquisa e extensão transforma as instituições em agentes ativos do desenvolvimento do país, indo além da

formação de profissionais para gerar conhecimento. A educação profissional em ambientes de pesquisa tecnológica forma trabalhadores com pensamento científico, compromisso ambiental, e consciência cidadã, capazes de identificar problemas e buscar soluções inovadoras, modificando sua realidade.

Conforme a Lei nº 11.892/2008, o Ifal promove atividades de pesquisa e inovação para desenvolver soluções técnicas, tecnológicas, sociais, culturais e ambientais que enfrentem os problemas da sociedade.

6.1.2 Princípios

a) Articulação com Ensino e Extensão

A pesquisa é articulada com o ensino e a extensão, baseando-se na ética e no desenvolvimento sustentável, promovendo um ciclo virtuoso que beneficia estudantes, professoras/es e a sociedade. Esse processo exige planejamento estratégico, compromisso institucional e colaboração entre todas/os as/os envolvidas/os.

b) Sintonia com Interesses Locais, Regionais, Nacionais e Globais

A pesquisa aplicada busca soluções técnicas, tecnológicas, sociais, culturais e ambientais, alinhada com interesses locais, regionais e nacionais, assim como com os avanços globais.

c) Atendimento às Demandas Sociais

A pesquisa deve estar próxima aos setores produtivos e grupos sociais, alinhada às demandas da sociedade e comprometida socialmente, envolvendo também os setores públicos e privados.

d) Incentivo à Inovação

A produção científica e a inovação tecnológica devem ser incentivadas, focando na geração de produtos e processos passíveis de proteção intelectual e transferência de tecnologia.

e) Retroalimentação do Conhecimento

As atividades de pesquisa no Ifal são constantemente retroalimentadas pelo ensino e extensão, tanto pelo conhecimento produzido quanto pela incorporação de práticas metodológicas.

6.1.3 Regulamentação

As atividades de pesquisa e inovação do Ifal visam contribuir para o avanço técnico-científico do país, solucionar problemas nas áreas de atuação e aprimorar a formação e qualificação profissional, conforme a Lei nº 11.892/2008.

6.1.4 Priorização de Linhas e Projetos de Pesquisa

6.1.4.1 Concepção

O crescimento da pesquisa no Ifal requer a definição de princípios para priorizar linhas e projetos, beneficiando a instituição e a sociedade. Os projetos tecnológicos sustentáveis e a obtenção de financiamento externo são critérios importantes, assim como a multidisciplinaridade e a relação com áreas técnicas/tecnológicas dos cursos.

6.1.4.2 Princípios

- a) Projetos tecnológicos sustentáveis relacionados a arranjos produtivos locais.
- b) Financiamento externo como sinal de maturidade da comunidade científica.
- c) Projetos multidisciplinares que promovam a integração entre estudantes de diferentes níveis.
- d) Foco em áreas técnicas/tecnológicas dos cursos para uma formação técnica e profissional eficaz.

6.1.5 Mobilidade Acadêmica com Instituições de Ensino e Pesquisa

6.1.5.1 Concepção

A interação entre *campi* e com instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa é essencial, conforme o Termo de Acordo de Metas e Compromissos com o MEC.

6.1.5.2 Princípios

- a) Implementação de acordos de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural.
- b) Viabilização do intercâmbio de alunas/os e docentes.
- c) Atração de pesquisadoras/es para projetos conjuntos.

6.1.6 *Articulação da Pesquisa com o Setor Produtivo*

6.1.6.1 Concepção

A articulação sistemática com o setor produtivo amplia as possibilidades de inserção social e captação de recursos, promovendo a sustentabilidade da pesquisa e inovação.

6.1.6.2 Princípios

- a) Compromisso com a ética e justiça social, respeitando a saúde, segurança e meio ambiente.
- b) Preservação da autonomia científica e liberdade de pensamento e expressão.

6.1.7 *Incentivo à Produção Científica e Inovação Tecnológica*

6.1.7.1 Concepção

O incentivo à produção científica e inovação tecnológica é crucial para a geração de conhecimento e o desenvolvimento de produtos e processos, beneficiando a formação discente e capacitação docente, com infraestrutura adequada.

6.1.7.2 Princípios

- a) Priorização de produção científica de alto impacto.
- b) Fortalecimento dos grupos de pesquisa do Ifal, promovendo produtividade técnica e científica.

6.1.8 Incentivo à Divulgação Científica e Tecnológica

6.1.8.1 Concepção

A divulgação científica dá visibilidade ao trabalho da Instituição e deve ser incentivada.

6.1.8.2 Princípios

- a) Contribuição para o desenvolvimento técnico e científico do país.
- b) Priorização da divulgação de trabalhos coordenados por servidoras/es e publicados em periódicos reconhecidos.

6.1.9 Articulação da Pesquisa com Demandas Sociais, Culturais e Ambientais

6.1.9.1 Concepção

A pesquisa deve identificar demandas sociais, culturais e ambientais para melhorar a qualidade de vida e fortalecer a base social excluída. As ações afirmativas e políticas públicas são fundamentais, respeitando a história e cultura do país.

6.1.9.2 Princípios

- a) O reconhecimento do saber popular como ferramenta para produção de conhecimento científico.

As comunidades tradicionais são portadoras de um conjunto de conhecimentos construídos e vivenciados ao longo das suas gerações, os quais podem ser refletidos e validados através da ciência, no sentido de buscar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade. Essa validação deverá ocorrer a partir de metodologias científicas adequadas para cada situação e realidade desses grupos.

- b) Ética e respeito à diversidade cultural, étnica e religiosa

Torna-se importante reconhecer que esses grupos ou categorias sociais podem expressar elementos culturais materiais e não materiais que

demarcam suas identidades, as quais a pesquisa e a inovação devem respeitar e potencializar, garantindo seu reconhecimento e inclusão social.

c) Utilização de métodos participativos de pesquisa

A concepção de pesquisa participativa vem ganhando cada vez mais força nas diversas áreas do conhecimento. Isso se torna importante para dar autenticidade às demandas da sociedade em diálogo com as/os pesquisadoras/es na definição dos objetivos, metodologias, estratégias e ferramentas de coleta de dados. Esse processo poderá garantir maior aplicabilidade aos resultados obtidos tendo em vista uma maior compreensão das estratégias utilizadas pelas comunidades e segmentos sociais assistidos.

d) Estímulo à cidadania e ao protagonismo social/coletivo de comunidades tradicionais e grupos afirmativos (negros, mulheres, LGBTQIAP+, pessoas com necessidades específicas, entre outros).

As ações de pesquisa e inovação deverão estimular a substituição do assistencialismo historicamente construído pelo Estado por ações que estimulem as relações de cooperação e protagonismo, como também, o fortalecimento da identidade, do reconhecimento de direitos e da luta pela implantação e igualdade no acesso às políticas públicas, promoção social e inclusão produtiva.

e) Fomento de ações de pesquisas que visem à garantia de direitos humanos

O Estado de Alagoas mantém um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do país. Isso reflete, em parte, uma série de violações de direitos humanos como os altos índices de trabalho análogo à escravidão, feminicídio e assassinatos de integrantes das comunidades tradicionais e dos grupos afirmativos. Nesse sentido, faz-se necessário o fomento de pesquisas que tenham como foco o diagnóstico de tais violações, bem como propostas que visem à garantia e à promoção dos direitos humanos.

f) Fomento de ações que visem à preservação ambiental e ao manejo sustentável de recursos naturais

Diante do atual contexto nacional e mundial, onde se evidencia na prática social a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação

da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias, torna-se necessário o incentivo a pesquisas voltadas a mitigar esses problemas.

**INICIATIVAS DA PESQUISA E INOVAÇÃO PARA ALCANCE DOS
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI 2024-2028**

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 1	ASSEGURAR AOS DISCENTES CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO COM ÊXITO.
--	--

INICIATIVAS

1. Estimular a utilização da estrutura dos ambientes de inovação como estratégia para o fortalecimento curricular que permitam a formação inter e multidisciplinar;
2. Fortalecer a produção acadêmica qualificada e incentivar a sua divulgação;
3. Apoiar a participação e realização de eventos científicos;
4. Fortalecer os Comitês de Ética em Pesquisa e o Conselho Editorial do Ifal para permitir o desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e facilitar a publicação das produções intelectuais;
5. Estimular a execução de projetos de pesquisa e inovação e a criação de grupos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 1	AMPLIAR E FORTALECER A REDE DE RELACIONAMENTO COM SETORES PÚBLICO E PRIVADO, COMUNIDADE, ARRANJOS/GRUPOS SOCIAIS E CULTURAIS, COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E AO ESTABELECIMENTO DE AÇÕES FORMATIVAS E DE COLABORAÇÃO.
--	---

INICIATIVAS

1. Ampliar e fortalecer a articulação com instituições públicas e privadas;
2. Elaborar e atualizar normativos da Pesquisa e da Inovação;
3. Acompanhar a execução de projetos de pesquisa e inovação;
4. Promover ações para divulgação da Pesquisa e da Inovação;
5. Fortalecer a cultura de proteção intelectual do conhecimento gerado;
6. Fortalecer o desenvolvimento de pesquisas em parceria;
7. Ampliar e garantir o funcionamento dos ambientes de inovação;
8. Promover ações que visem à transferência das tecnologias geradas em ambientes acadêmicos.



OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 2

FORTALECER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO.

INICIATIVAS

1. Realizar e participar de eventos de Pesquisa e Inovação integrados com o Ensino e a Extensão;
2. Estimular a utilização dos ambientes de inovação para projetos de ensino, pesquisa e extensão;
3. Estimular a atualização das plataformas digitais para divulgação do conhecimento produzido por meio de ações, projetos e programas de ensino, extensão, pesquisa e inovação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO INOVADOR 4

FORTALECER A CULTURA DO EMPREENDEDORISMO E DA INOVAÇÃO.

INICIATIVAS

1. Fortalecer a cultura da propriedade intelectual e do empreendedorismo apoiados pelo NIT;
2. Estimular e difundir a participação de servidoras/es detentoras/es de propriedades intelectuais em editais de fomento externo voltados ao apoio de transferência tecnológica.

6.2 Internacionalização

Em anos recentes, as ações de internacionalização têm sido apontadas como um elemento fundamental para o fortalecimento do trabalho realizado pelas instituições de educação profissional e tecnológica, relacionadas não apenas às ações desenvolvidas em âmbito local, mas também às relações estabelecidas com outros parceiros, buscando atender aos pressupostos da formação integral e da preparação para o mundo do trabalho, numa perspectiva global.

No âmbito do Instituto Federal de Alagoas, de acordo com o disposto na Portaria nº 2862/GR, de 14 de novembro de 2018, a internacionalização é compreendida como um processo que visa desenvolver estratégias para aumentar e potencializar o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas à prospecção internacional, formando uma comunidade acadêmica (estudantes, professoras/es e técnicos administrativos) consciente da cidadania global, capaz de compreender, articular e contribuir com os contextos local, regional e global, impactando na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior.

No âmbito nacional, de acordo com as Diretrizes para a Elaboração da Política de Internacionalização das Instituições que Integram

a Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, compreende-se que a internacionalização “integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, internacionalização em casa, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país” (Conif, 2022). Aliado a isso, o documento destaca que a internacionalização “está intrinsecamente relacionada com cultura organizacional da Rede Federal, reafirmando a natureza social e internacional decorrente do compromisso das instituições com o processo de geração, difusão do conhecimento e melhoria da sociedade” (Conif, 2022).

Trata-se de visões amplas que refutam o processo de internacionalização associado apenas à mobilidade, destacando-o como um processo de construção de conhecimento por meio da troca intercultural de experiências e saberes que estão situados globalmente. Diante disso, Robertson (2003) explica que não podemos tomar como base visões dicotômicas de sociedade em que o global está separado do local; ao invés disso, poderíamos pensar em um mundo em que o global influencia e participa do local. Por isso, essas duas instâncias são vistas como indissociáveis.

A cidadania global é entendida a partir da noção de “pertencimento a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum” (Unesco, 2022). Essa noção traz à baila um entendimento abrangente da internacionalização, em que a interculturalidade é tomada não apenas como uma característica de ações isoladas, mas como um princípio que deve estar no cerne das propostas educativas para a formação dos cidadãos no século XXI. Assim, internacionalizar a educação profissional e tecnológica é tarefa que envolve todas as instâncias do trabalho educacional, desde a construção dos currículos até a promoção de oportunidades que viabilizem a participação em projetos e programas diversos.

Com base nessas considerações e conceitos, tomando a internacionalização como uma ação mais ampla e que precisa do envolvimento de toda a instituição, Hudzik (2011, p. 10) defende a noção de internacionalização abrangente como “um compromisso, confirmado por meio de ação, para introduzir perspectivas internacionais e comparativas em todas as missões de ensino, pesquisa e serviço do ensino superior”. O autor explica que essa visão precisa se tornar parte do *ethos* institucional, pois deve perpassar todos os pressupostos institucionais. Necessita ser abraçada não só pelos líderes, mas por toda a comunidade acadêmica. Sob esse prisma, o autor ressalta que a internacionalização abrangente é um imperativo e não uma possibilidade desejável.

Diante do exposto, destacam-se os seguintes eixos prioritários para o desenvolvimento das ações de internacionalização no âmbito do Instituto Federal de Alagoas:

- **Cooperação:** promoção de acordos que visem o desenvolvimento das ações de mobilidade, com a realização de estágios e o fortalecimento do intercâmbio de conhecimentos;
- **Comunicação:** ampliação das estratégias de comunicação, de forma que estudantes e servidores/as entrem em contato com as informações necessárias para a participação nas iniciativas propostas;
- **Capacitação:** participação em programas, cursos, capacitações, concursos e conferências propostos pelo Ifal e/ou por parceiros nacionais e internacionais;
- **Curricularização:** desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento de uma educação intercultural integrada ao currículo dos cursos ofertados pela instituição, em consonância com a visão de uma cidadania global.

INICIATIVAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 2

GARANTIR AS INFRAESTRUTURAS FÍSICA E TECNOLÓGICA ADEQUADAS, COM FOCO NA OTIMIZAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS E NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS.

INICIATIVAS

1. Implantar laboratórios de línguas nos *campi*;
2. Ofertar cursos de línguas nos *campi*.

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 5

PROMOVER A FORMAÇÃO DAS/OS SERVIDORAS/ES.

INICIATIVAS

1. Ofertar cursos em parcerias para servidoras/es;
2. Divulgar e acompanhar ações de parceiros externos sobre eventos, programas e cursos;
3. Promover iniciativas de mobilidade acadêmica nacional e internacional para servidoras/es, na modalidade presencial e/ou on-line;
4. Organizar, por meio de parcerias externas, momentos de socialização sobre cursos, oportunidades acadêmicas e bolsas de estudo nacionais ou internacionais [presencial e/ou on-line].



OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 1

AMPLIAR E FORTALECER A REDE DE RELACIONAMENTO COM SETORES PÚBLICO E PRIVADO, COMUNIDADE, ARRANJOS/GRUPOS SOCIAIS E CULTURAIS, COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E AO ESTABELECIMENTO DE AÇÕES FORMATIVAS E DE COLABORAÇÃO.

INICIATIVAS

1. Promover a mobilidade acadêmica de estudantes e servidoras/es;
2. Divulgar as ações de parceiros externos que promovem oportunidades para estudantes e servidoras/es, com foco em mobilidade acadêmica e desenvolvimento pessoal;
3. Organizar eventos de internacionalização para o compartilhamento de possibilidades de estudo e pesquisa no exterior e para socialização de atividades desenvolvidas nessa área;
4. Implantar o escritório *Education USA*;
5. Ampliar os acordos, parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, comunidades, arranjos/grupos sociais e culturais, nacionais e internacionais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 2

FORTALECER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO.

INICIATIVAS

1. Ofertar cursos de idiomas para estudantes e servidoras/es;
2. Acompanhar estudantes e servidoras/es em programas, cursos e eventos que envolvem ensino, pesquisa e extensão;
3. Divulgar as ações de parceiros nacionais e internacionais de ensino, pesquisa e extensão;
4. Promover eventos de internacionalização para o compartilhamento de possibilidades de desenvolvimento pessoal e para socialização de atividades desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

PÓS-GRADUAÇÃO

7.1 A Pós-Graduação no Ifal

A Pós-Graduação no Ifal configura-se como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento científico da Instituição. Os cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, são disponibilizados em diversos *campi* do estado, oferecidos de forma gratuita, em ambientes tecnológicos de ensino e pesquisa, voltados para a formação de pesquisadoras/es atentos ao desenvolvimento do pensamento científico, ao saber tecnológico, ao compromisso ambiental e à consciência cidadã.

Os princípios que norteiam os cursos de pós-graduação propostos pelo Ifal são a verticalização do ensino, a integração com os demais níveis de ensino e com a pesquisa e a extensão, o fortalecimento da pesquisa e inovação, a consolidação da política de publicação, o desenvolvimento local e regional e o compromisso socioambiental.

Atualmente, a Instituição dispõe de dois Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e 11 cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na modalidade presencial ou a distância. Dez dessas especializações estão presentes em sete *campi* do Ifal e uma, especificamente em Docência na Educação Profissional, na modalidade EaD, está em cinco polos EaD. No Quadro 31 a seguir, estão os cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Ifal, tanto *Lato Sensu* quanto *Stricto Sensu*.

Quadro 31: lista dos cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Ifal:

Campus	Curso	Tipo	Modalidade
Arapiraca	Docência na Educação Profissional	Lato Sensu	EaD
	Linguagens e Práticas Sociais	Lato Sensu	Presencial
	Ensino das Ciências e Matemática	Lato Sensu	Presencial
Benedito Bentes	Desenvolvimento Organizacional	Lato Sensu	EaD
	Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)	Stricto Sensu	Presencial
	Ciência da Religião e Ensino Religioso	Lato Sensu	EaD
Maceió	História de Alagoas	Lato Sensu	Presencial
	Docência na Educação Profissional	Lato Sensu	EaD
Maragogi	Ciências da Natureza e Matemática	Lato Sensu	Presencial
Marechal Deodoro	Tecnologias Ambientais	Stricto Sensu	Presencial
	Educação e Meio Ambiente	Lato Sensu	Presencial
Murici	Docência na Educação Profissional	Lato Sensu	EaD
	Metodologias Aplicadas no ensino de Ciências e Matemática	Lato Sensu	EaD
	Linguagens e Práticas Sociais	Lato Sensu	Presencial
Penedo	Docência na Educação Profissional	Lato Sensu	EaD
	Educação Ambiental e Cultural	Lato Sensu	EaD
Piranhas	Docência na Educação Profissional	Lato Sensu	EaD

7.2 Implantação de novos cursos a serem ofertados

Quadro 32: lista dos cursos de Pós-Graduação a serem ofertados pelo Ifal:

Campus	Curso	Tipo	Modalidade
Arapiraca	Mestrado em Letras	Stricto sensu	Presencial
	Engenharia de Software	Lato sensu	EaD
Benedito Bentes	Técnica em Saúde da Pessoa Idosa	Lato sensu	Presencial
Maceió	Ensino e Aprendizagem da Matemática	Lato sensu	EaD



Campus	Curso	Tipo	Modalidade
Maragogi	Agricultura Tropical	Lato sensu	Presencial
Murici	Qualidade e Inspeção na Cadeia Produtiva de Alimentos.	Lato sensu	EaD
Palmeira dos Índios	Engenharia de Segurança do Trabalho	Lato sensu	Presencial
	Linguagem e Práticas Sociais	Lato sensu	Presencial
Piranhas	Educação do Campo e Agroecologia	Lato sensu	EAD
Santana do Ipanema	Educação e Diversidade	Lato sensu	Presencial
Satuba	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Lato sensu	Presencial

7.3 Iniciativas da Pós-Graduação para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 1

ASSEGURAR AOS DISCENTES CONDIÇÕES DE ACES-
SO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO COM ÊXITO.

INICIATIVAS

1. Tornar mais acessível a página de editais dos Programas e Cursos de Pós-graduação no Portal do Ifal.
2. Consolidar os programas existentes;
3. Promover ações de internacionalização;
4. Ampliar a interação e a verticalização da pós-graduação com todos os níveis e modalidades de ensino;
5. Fortalecer as políticas de ações afirmativas nos editais da pós-graduação;
6. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e de avaliação continuada dos cursos de pós-graduação;
7. Implementar sistema de acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico dos/as estudantes da pós-graduação;
8. Fortalecer a produção acadêmica qualificada, publicação e sua divulgação;
9. Ampliar a divulgação interna e externa dos programas de pós-graduação;
10. Apoiar e realizar eventos acadêmicos e científicos;
11. Fortalecer a política de apoio à edição e à tradução de textos científicos;
12. Levantar regularmente as necessidades educacionais dos estudantes, identificando possíveis barreiras ao acesso, permanência e conclusão do curso;
13. Disseminar na pós-graduação informações sobre oportunidades de estágio, emprego e continuidade acadêmica.



OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 2

GARANTIR AS INFRAESTRUTURAS FÍSICA E TECNOLÓGICA ADEQUADAS, COM FOCO NA OTIMIZAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS E NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS.

INICIATIVAS

1. Favorecer a busca pelo acesso à tecnologia necessária aos docentes e discentes no desenvolvimento de pesquisas e apresentação de seus resultados;
2. Apoiar os programas de pós-graduação na busca de estrutura física e tecnológica para funcionamento das atividades de coordenação, secretaria e desenvolvimento de atividades de orientação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 3

OTIMIZAR A GESTÃO DE RECURSOS PARA MAXIMIZAR A CAPTAÇÃO E MELHORAR A GESTÃO DO GASTO.

INICIATIVAS

1. Ampliar e consolidar convênios e parcerias para os cursos de pós-graduação;
2. Implementar ações para a captação de recursos externos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 4

FORTALECER A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFAL.

INICIATIVAS

1. Ampliar a visibilidade de defesas públicas de TCCs e dissertações dos programas e cursos de pós-graduação, no e-mail institucional da PRPPI e nas redes sociais dos programas de pós-graduação;
2. Aprimorar o processo de divulgação da produção científica e dos produtos técnico-tecnológicos gerados pelos programas e cursos de pós-graduação por meio do Repositório Digital Institucional do Ifal (RedIfal) e do Portal Integra Ifal;
3. Contribuir para a divulgação das trajetórias de ascensão de egressos dos programas e cursos de pós-graduação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 5

PROMOVER A FORMAÇÃO DAS/OS SERVIDORAS/ES.

INICIATIVAS

1. Fortalecer parcerias com instituições de ensino, proporcionando programas de pós-graduação, cursos de especialização e atualização para as/os servidoras/es;
2. Promover cursos de curta duração como resultado da produção científica e produtos técnico-tecnológicos e educacionais oriundos dos programas e cursos de pós-graduação destinados aos servidores do Ifal;
3. Incentivar a qualificação das/os servidoras/es do Instituto por meio de concessão de afastamento para cursos de pós-graduação e pós-doutorado;



4. Garantir percentual para participação das/os servidoras/es nos cursos de pós-graduação ofertados pelo Ifal;
5. Buscar parcerias com outras instituições para oferta de Mestrados e Doutorados interinstitucionais;
6. Promoção da qualificação das/os servidoras/es.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 1

AMPLIAR E FORTALECER A REDE DE RELACIONAMENTO COM SETORES PÚBLICO E PRIVADO, COMUNIDADE, ARRANJOS/GRUPOS SOCIAIS E CULTURAIS, COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E AO ESTABELECIMENTO DE AÇÕES FORMATIVAS E DE COLABORAÇÃO.

INICIATIVAS

1. Ampliar e fortalecer a articulação com instituições públicas e privadas;
2. Desenvolver pesquisas em parceria com o setor produtivo;
3. Incentivar a participação dos membros dos programas e cursos de pós-graduação em conselhos, comitês, fóruns com órgãos representativos;
4. Ampliar e fortalecer parcerias com agências de fomento;
5. Incentivar participação dos programas nas ações de parcerias acadêmicas e científicas interinstitucionais;
6. Possibilitar oportunidades de colaboração em pesquisa, inovação e extensão para benefício mútuo e contribuição ao desenvolvimento regional.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 2

FORTALECER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO.

INICIATIVA

1. Promover atividades extensionistas nos programas e cursos de pós-graduação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO INOVADOR 1

CONSOLIDAR AÇÕES DIRECIONADAS PARA GRUPOS SOCIAIS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS.

INICIATIVAS

1. Implementar ações direcionadas para grupos sociais historicamente excluídos no âmbito da pós-graduação;
2. Fortalecer mecanismos de equidade para grupos sociais historicamente excluídos no âmbito da pós-graduação;
3. Integrar o Napne, o Nuredis e o Neabi no contexto da pós-graduação.



OBJETIVO ESTRATÉGICO INOVADOR 2

ASSEGURAR PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL
E EFICIENTE DOS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS E
AMBIENTAIS.

INICIATIVAS

1. Fortalecer as estratégias de sustentabilidade utilizando a produção científica e os produtos técnicos e tecnológicos gerados nos programas e cursos de pós-graduação;
2. Promover ações educativas e de sensibilização sobre sustentabilidade no Ifal, a partir da produção científica e produtos técnico-tecnológicos gerados nos programas e cursos de pós-graduação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO INOVADOR 4

FORTALECER A CULTURA DO EMPREENDEDORISMO
E DA INOVAÇÃO.

INICIATIVAS

1. Estimular a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais mediante programas e projetos de extensão que estimulem a produção cultural, o cooperativismo e a economia solidária;
2. Promover ações que visem à transferência das tecnologias geradas nos cursos e programas de pós-graduação.

8

EXTENSÃO

8.1 Concepção

A extensão como dimensão acadêmica é parte do processo educativo, cultural e científico, por meio do qual se busca viabilizar a relação transformadora do Ifal com a sociedade. Desse modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o instituto tenha potencial de atuação, nos âmbitos tecnológico, cultural, político, social e educacional.

As atividades de extensão abrangem uma vertente essencial para a construção de uma sociedade mais justa, pois conectam o conhecimento produzido pelo Instituto à sua missão de transformação social. A extensão visa ainda articular o mundo do trabalho com diferentes segmentos sociais, oferecendo suporte educacional para a geração de trabalho e renda e para a emancipação do cidadão, tencionando ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. A extensão atua intervindo de forma a superar os problemas da sociedade e se traduz em uma efetiva formação das/os alunas/os, revelando a responsabilidade social da Instituição.

Nesse contexto, a extensão no Ifal é desenvolvida por meio de ações e atividades de extensão social e tecnológica. Ela envolve uma ampla gama de atores externos, buscando estabelecer mecanismos de interação para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas e organizações.

8.2 Princípios

Os princípios norteadores da concepção de extensão propostos pelo Ifal são:

a) **Indissociabilidade com o ensino e a pesquisa**

A extensão é indissociável do ensino e da pesquisa, por isso deve envolver atividades *intercampi* e interinstitucionais e refletir a responsabilidade social da Instituição.

b) **Compromisso com a transformação social**

A extensão se rege pelo princípio do compromisso com a transformação social, objetivando desenvolver a educação profissional e tecnológica, atender às demandas sociais e às peculiaridades regionais, realizando ações para comunidades, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, com vistas à perspectiva da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

c) **Divulgação do conhecimento científico**

A extensão busca inter-relacionar os saberes acadêmico e popular, estabelecendo trocas de conhecimentos e promovendo a divulgação científica, bem como empreender ações envolvendo temas e problemas relacionados às áreas de abrangência de seus cursos, os quais possam vir a se tornar referência para o desenvolvimento de linhas de pesquisas, fazendo com que seu compromisso social transpasse todas as esferas do trabalho realizado no Instituto.

d) **Incentivo à produção cultural e artística**

A extensão busca incentivar a produção e a disseminação cultural e artística, desenvolvendo ações de preservação e recuperação da memória historicamente construída e validada pelas comunidades, de modo a fortalecer os mecanismos de inclusão.

e) Interação dialógica com a comunidade

A extensão deve ocorrer como ação de mão dupla, entre o Ifal e a sociedade, possibilitando que os atores envolvidos – membras/os das comunidades com as quais a ação de extensão é desenvolvida, e membras/os do Instituto (servidoras/es e alunas/os) – contribuam para a produção de conhecimento e proporcionem o conhecimento científico e o popular, o saber construído na prática cotidiana e o fazer profissional.

f) Impacto na formação da/do discente

Em razão de sua natureza, a inserção em atividades extensionistas constitui aporte decisivo para a formação profissional e cidadã da/do discente. Através do contato direto com as questões sociais, a extensão contribui para a ampliação do universo de referência que ensinam, permitindo a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e sociais do instituto, bem como a consolidação destes na atuação profissional da/do estudante.

g) Curricularização da extensão

As ações extensionistas devem estar presentes nos projetos pedagógicos de modo a explicitar a designação do professor orientador, os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos e a metodologia de avaliação da participação da/o estudante. A qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento dessas ações com os colegiados de gestão acadêmica, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão e da legislação vigente. Essa estruturação normativa e legal deve orientar o estabelecimento de regras relacionadas ao campo de estágio, composição de matriz curricular, correlação entre carga horária e créditos atribuídos ou previsão de cronogramas de disciplinas e regras disciplinares, sempre levando em consideração as especificidades de cada localidade.

h) Promoção do Trabalho e Emprego

Ações que estimulem e apoiem processos educativos que levem à geração de trabalho, emprego e renda, tanto quanto à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Nesse aspecto, promove ações voltadas para a capacitação profissional, o empreendedorismo e a inserção no mundo do trabalho. Através de

parcerias estratégicas, a extensão oferece oportunidades de estágio, programas como o Jovem Aprendiz, treinamento e emprego tanto aos estudantes quanto aos egressos. Além disso, incentiva ativamente a criação e o fortalecimento de iniciativas empreendedoras, como as Empresas Juniores, como formas de estimular a geração de renda e o desenvolvimento sustentável.

i) Extensão tecnológica

Apoiar ações que estabeleçam como princípio a inovação em seus mais variados aspectos, de modo a estimular a geração de novos empreendimentos, serviços e produtos.

j) Economia solidária

Estimular, através das incubadoras, a associação de pessoas e grupos sociais, de modo a fortalecer a organização e os laços que unem as pessoas em torno da busca do bem-estar individual comunitário.

k) Acessibilidade, inclusão e diversidade na Extensão

As ações extensionistas apoiadas pelo Ifal devem contemplar o acesso, a inclusão e diversidade de todos os grupos representativos da sociedade.

8.3 Diretrizes

As diretrizes orientadoras da extensão no Ifal são:

1. Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino.
2. Interagir de forma sistematizada com a comunidade externa, por intermédio da participação das/os servidoras/es e discentes do Ifal.
3. Integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.
4. Propiciar a formação cidadã das/os discentes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular.

5. Incentivar a produção de mudanças na própria instituição e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais.
6. Promover atividades que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão.
7. Colaborar para o fortalecimento da identidade institucional do Ifal, desempenhando papel de agente transformador da realidade local e regional.
8. Estimular o empreendedorismo, cooperativismo e associativismo através de atividades de formação, orientação e acompanhamento.
9. Promover a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade.
10. Incentivar atividades na área de tecnologia assistiva, promovendo inclusão.

8.4 Iniciativas da Extensão para o alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 1

AMPLIAR E FORTALECER A REDE DE RELACIONAMENTO COM SETORES PÚBLICO E PRIVADO, COMUNIDADE, ARRANJOS/GRUPOS SOCIAIS E CULTURAIS, COM VISTAS AO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E AO ESTABELECIMENTO DE AÇÕES FORMATIVAS E DE COLABORAÇÃO.

INICIATIVAS

1. Dar celeridade aos processos, mantendo-se em sintonia com a realidade externa, visando atender com eficiência às demandas existentes;
2. Consolidar a implantação do Sistema de Estágios e Jovem Aprendiz (SEJA) como sistema de gerenciamento das ações de empregabilidade e efetividade das parcerias;
3. Promover visitas orientadas às organizações com vistas construção de parcerias para ações colaborativas;
4. Estabelecer estratégias de ação para identificação de oportunidades de inserção do profissional egresso no mundo de trabalho e monitorar a inserção dos egressos no mundo do trabalho;
5. Participar de chamadas públicas para o credenciamento de propostas extensionistas em editais de fomento externo;



6. Promover e coordenar ações com os diversos setores da sociedade – governo federal e estadual, prefeituras, associações de classe, movimentos sociais rurais e urbanos, comunidades tradicionais, povos originários, constituintes do setor produtivo, e organizações da sociedade civil, entre outros – visando refletir, discutir e divulgar políticas de desenvolvimento regional;
7. Criar canais de interlocução com a sociedade, o setor produtivo, movimentos sociais, terceiro setor, órgãos de fomento e os variados atores sociais, para que a instituição absorva as demandas comunitárias que apontem para o desenvolvimento de novas atividades extensionistas de interesse destes e para o estabelecimento de ações empreendedoras em nível local, regional, nacional e internacional;
8. Fomentar ações artísticas e culturais, valorizando as manifestações culturais regionais, por meio do Programa de Extensão ARTIFAL e do Programa de Equipamentos Culturais;
9. Realizar anualmente o Festival de Arte e Cultura do Ifal e a Mostra de Extensão;
10. Fomentar o Programa de Extensão PROPEQ, que aplica os resultados de Projetos de Pesquisa, concluídos com êxito e devidamente registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Ifal (PRPPI), na forma de projetos de Extensão;
11. Fomentar o Programa de Extensão Minha Comunidade, para execução de projetos que visam a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e produtiva, e a geração de oportunidades;
12. Fomentar o Programa de Extensão PROIFAL, para preparação para o exame de seleção para ingresso nos cursos do Ifal, para atender as/os estudantes de escolas públicas;
13. Fomentar o Programa de Extensão PEAf, que visa promover, junto aos agricultores familiares, a difusão e/ou aprimoramento de tecnologias, práticas sustentáveis de produção, além de incentivar o cooperativismo e o associativismo e a distribuição de renda;
14. Fomentar o Programa de Extensão Mulheres Empreendedoras, que visa à consolidação das políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva, principalmente de mulheres em situação de vulnerabilidade social;
15. Fomentar o Programa de Economia Solidária, que objetiva realizar o assessoramento a empreendimentos de economia solidária, como grupos informais, associações, cooperativas, dentre outros, por meio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - Ecosol Ifal;
16. Ofertar cursos de extensão, de formação inicial e de formação continuada, conforme as demandas existentes e pactuações nos programas de Bolsa-Formação;
17. Fomentar a participação da comunidade acadêmica em eventos extensionistas;
18. Realizar pesquisa com público externo envolvido nas ações de extensão, a fim de verificar o grau de satisfação e a necessidade de adequações destas;
19. Manter o registro, em sistema oficial, de todas as ações de extensão e manter atualizados os indicadores e metas anuais na ferramenta de gestão do planejamento;
20. Realizar um encontro estadual de extensão visando consolidar uma rede com base no Ifal.



OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 2

FORTALECER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E PEDAGÓGICO.

INICIATIVAS

1. Priorizar propostas que apresentem estreita vinculação com o ensino, a pesquisa e extensão desenvolvidos no Ifal;
2. Realizar ações sistêmicas voltadas para integração do ensino, pesquisa e extensão;
3. Estabelecer parcerias e profissionais e instituições para desenvolvimento de ações integradoras;
4. Fomentar ambientes formativos que promovam a integração de práticas acadêmicas e profissionais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO INOVADOR 4

FORTALECER A CULTURA DO EMPREENDEDORISMO E DA INOVAÇÃO.

INICIATIVAS

1. Promover a criação e a atuação de Empresas Juniores, por meio de apoio às ações, acompanhamento administrativo e edital anual para registro das ações como prestação de serviços;
2. Realizar, periodicamente, eventos relacionados ao associativismo, cooperativismo e empreendedorismo, de duração e abrangência variada, como cursos, seminários, oficinas temáticas, fóruns, feiras e intercâmbios;
3. Promover a realização de ações extensionistas de caráter empreendedor por meio de editais específicos ou por linha temática;
4. Interagir com órgãos de fomento para o estabelecimento de ações;
5. Promover ações associativas e cooperativas, por meio de projetos e cursos específicos e incubadoras de economia solidária, buscando a disseminação da cultura de equipe e da produção coletiva.

GESTÃO DE PESSOAS

9.1 Concepção

A Gestão de Pessoas do Ifal tem como princípio o desenvolvimento de iniciativas fundamentadas no reconhecimento e respeito à diversidade, transparência e ética na condução dos processos, compromisso com a promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho e valorização do/a servidor/a público/a.

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), enquanto órgão sistêmico, juntamente com as Coordenações de Gestão de Pessoas (CGP) dos *campi*, busca a implementação de ações que estejam alinhadas às necessidades da Instituição e demandas das/os servidoras/es que a compõem. Para tal, compromete-se com a regulamentação vigente pertencente à área de Gestão de Pessoas, estabelecendo políticas e desenvolvendo instrumentos eficazes de acompanhamento e gestão.

A DGP é estruturada nas seguintes áreas: Contrato e Admissão, Cadastro e Lotação, Administração e Pagamento, Desenvolvimento, Aposentadoria e Pensão e Saúde do Servidor com vinculação ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass). A atuação em todos os subsistemas de Gestão de Pessoas busca ser de maneira colaborativa,

contribuindo para o estabelecimento de relações de engajamento e pertencimento à Instituição.

No que concerne aos aspectos legais, a Gestão de Pessoas no Ifal é regulamentada prioritariamente pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a qual dispõe sobre o regime jurídico das/os servidoras/es públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Em seu âmbito interno, o Ifal fundamenta-se em seu Regimento Geral, o qual estabelece as competências e atribuições das áreas que compõem a Instituição.

Além disso, de acordo com o art. 3º, do Decreto nº 93.215, a DGP é órgão seccional do Sipec - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal -, o que significa que a diretoria segue, no que diz respeito às normas, regulamentos e procedimentos, as diretrizes e procedimentos emitidos pelos órgãos centrais e setoriais do MEC e Ministério da Fazenda.

9.2 Princípios

Os princípios que fundamentam a atuação de Gestão de Pessoas no Ifal são:

- cumprimento da legislação pertinente às/aos servidoras/es públicas/os federais, contribuindo para a execução dos direitos e deveres destes;
- valorização das pessoas que integram a Instituição;
- reconhecimento e respeito à diversidade;
- transparência e ética nos processos pertinentes à Gestão de Pessoas;
- compromisso com a qualidade de vida e desenvolvimento das pessoas.

9.3 Diretrizes

As diretrizes orientadoras da área de Gestão de Pessoas do Ifal são:

1. desenvolver iniciativas voltadas ao atendimento dos objetivos estratégicos do Ifal, alinhadas com os direcionadores estratégicos da Instituição;
2. participar e facilitar os processos de tomada de decisão relativos à Gestão de Pessoas;

3. gerar dados confiáveis e relevantes que possibilitem uma gestão mais precisa e eficiente;
4. comunicar com transparência e objetividade;
5. atuar de forma colaborativa com as áreas de Gestão de Pessoas de todos os *campi* do Ifal.

9.4 Corpo docente

O quadro de docentes do Ifal é atualmente composto por 1.005 professoras/es, distribuídas/os entre a Reitoria e os 16 *campi* em funcionamento. Em relação à qualificação de seu corpo docente, 56,6% são mestres; 33,4% são doutoras/es; e 8,4% possuem especialização, conforme se apresenta no Quadro 33 abaixo.

Quadro 33: Titulação do corpo docente, dezembro de 2023

Formação	Feminino	Masculino	Total
Graduação	3	13	16
Especialização	25	59	84
Mestrado	192	377	569
Doutorado	133	203	336
Total	353	652	1.005

Fonte: Elaboração Ifal.

A medida de banco de professor-equivalente simplifica o processo de contratação das/os professoras/es nas universidades e institutos federais, permitindo definir, anualmente, para cada universidade/instituto federal, um número de vagas docentes, com base em unidades de professor-equivalente. O banco será capaz de refletir, o potencial de aproveitamento de vagas de cada instituição, levando em conta professoras/es efetivas/os e substitutas/os em exercício, além das perspectivas de expansão.

Tal medida confere mais autonomia às/aos Reitoras/es para que possam planejar o preenchimento das vagas docentes, observando os limites do banco de professores equivalentes; a própria instituição poderá promover concurso público para provimento de cargo docente,

além de contratar professor/a substituto/a, a partir da existência de cargo vago no quadro.

O Banco de Professor Equivalente é um instrumento de gestão de pessoal de cada Instituto Federal vinculado ao Ministério da Educação, que trata do saldo disponível para admissão de docentes. Foi instituído pelo Decreto nº 7.312/2010 e alterado pelo Decreto nº 8.259, de 2014.

O banco de professor-equivalente é constituído pela soma das/os Professoras/es do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) efetivas/os, substitutas/os e visitantes, cujos quantitativos são multiplicados por fatores específicos:

1. PEBTT efetivas/os em regime de D.E. serão computadas/os multiplicando-se a quantidade de docentes pelo fator um inteiro e cinquenta e seis centésimos (1,56);
2. PEBTT efetivas/os em regime de 20 semanais serão computadas/os multiplicando-se a quantidade de docentes pelo fator sessenta e cinco centésimos (0,65);
3. PEBTT substitutas/os 40 horas serão computadas/os multiplicando-se a quantidade de docentes pelo fator um inteiro (1,00).

9.5 Requisitos de formação

De acordo com a Lei nº 12.772/2012, as/os docentes do Ifal fazem parte da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e, conforme disposto em seu art. 10, ao ingressarem no Instituto, para ministrarem aulas na Educação Básica, precisam possuir, no mínimo, diploma de curso superior em nível de graduação. Caso a/o profissional selecionada/o não possua licenciatura ou outro tipo de formação pedagógica equivalente, esta deve ser obtida durante seu estágio probatório.

Por outro lado, de acordo com o art. 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, as/os professores que atuam no ensino superior devem ser pós-graduadas/os, preferencialmente em programas de mestrado ou doutorado. Logo, tanto a titulação quanto a experiência da/o docente – na esfera acadêmica e na profissional – são consideradas no processo seletivo. A titulação do corpo docente, para além do atendimento à determinação legal, revela o compromisso da instituição com a elevação da qualidade da educação

oferecida, promovendo o reconhecimento da sociedade em geral, enquanto a experiência profissional revela a busca constante da articulação entre teoria e prática.

Apenas quando da contratação de docentes para o Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do EBTT, existem condições diferenciadas: quanto à titulação, obrigatoriamente, as/os docentes devem ter o título de doutor/a; quanto à experiência, devem apresentar dez anos ou mais de experiência profissional ou da obtenção de título de doutor/a, sempre na área de conhecimento do concurso.

9.6 Seleção e classificação

De acordo com o art. 10 da Lei nº 12.772/2012, o ingresso nos cargos de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pelo qual é regido o Ifal, dá-se pela aprovação em concurso público, organizado em etapas, de acordo com um edital de seleção.

Os editais de seleção são elaborados de modo a atender às necessidades da Instituição, e apresentam, obrigatoriamente, os critérios e as condições da realização do concurso. Usualmente, são previstas três etapas, sendo duas de natureza eliminatória: uma prova teórica, envolvendo os conhecimentos técnicos da área do concurso e em Fundamentos da Educação; uma prova prática, de desempenho didático; e uma etapa classificatória, na qual são avaliados os títulos da/o candidata/o.

Apenas quando há a abertura de vagas para Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico há, obrigatoriamente, etapas que constam de prova escrita, de prova oral e de defesa de memorial. Além disso, o concurso deve ser realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% de profissionais externos ao Ifal.

Os concursos para docentes, incluindo a elaboração do edital e a fiscalização de seu andamento, são acompanhados por comissão designada pela Reitoria.

A previsão de ingresso de professoras/es está expressa na tabela a seguir. É apresentado o Cronograma de Expansão do Corpo Docente com titulação mínima de graduação. Estão detalhadas as quantidades atuais de servidoras/es docentes e a previsão de contratação para o período de vigência deste PDI.

Quadro 34: Distribuição das/os servidoras/es docentes por *Campus*, considerando a situação atual e a projeção de expansão, dezembro de 2023

Cronograma de expansão para docentes								
Reitoria/ <i>Campus</i>	Quant. Atual ²	Quant. Ideal	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Maceió	295	350	10	20	10	5	5	55
Palmeira dos Índios	91	90	0	0	0	0	0	0
Marechal Deodoro	69	90	5	8	6	2	0	21
Satuba	77	90	5	5	3	0	0	13
Arapiraca	57	70	5	5	3	0	0	13
Penedo	45	70	5	6	6	4	4	25
Maragogi	47	70	5	8	6	2	2	23
Piranhas	62	70	3	5	0	0	0	8
Murici	47	70	5	8	6	2	2	23
São Miguel dos Campos	21	70	6	15	15	7	6	49
Santana do Ipanema	37	70	3	10	10	8	2	33
Batalha	25	70	5	15	10	10	5	45
Coruripe	36	70	3	10	10	8	3	34
Rio Largo	14	70	10	20	10	6	5	56
Benedito Bentes-Maceió	24	20	0	0	0	0	0	0
Viçosa	29	70	5	15	10	7	4	41
Maceió ¹	0	70	0	25	25	10	10	70
Girau do Ponciano ¹	0	70	0	25	25	10	10	70
Mata Grande ¹	0	70	0	25	25	10	10	70
TOTAL	1.005	1.620	75	225	180	91	68	615

¹ *Campi* novos aprovados pelo Governo Federal para expansão. ² Quantitativo ideal de servidores docentes conforme definição do MEC, por meio da Portaria nº 713/2021.

Fonte: Elaboração Ifal.

9.7 Plano de Carreira e Regime de Trabalho

O Plano de Carreira de Docente no Ifal, criado pela Lei nº 11.784/2008 e alterado pelas Leis nº 12.772/2012 e nº 12.863/2013, é segmentado em classes e níveis, conforme apresentado no Quadro 35, a seguir:

Quadro 35: Plano de carreira de servidoras/es docentes

Classe	Nível
Titular	1
D IV	4
	3
	2
	1
	1
D III	4
	3
	2
	1
D II	2
	1
D I	1
	2

Fonte: Elaboração Ifal.

Toda/o docente, ao ingressar no Ifal para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, por meio de concurso público, assume a primeira classe (DI). Seu avanço na carreira se dá por meio de progressão e promoção.

9.7.1 Progressão

Progressão é a passagem da/o servidora/or para o nível de vencimento imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, desde que tenha passado por, no mínimo, um interstício de 24 meses de efetivo

exercício no nível em que se encontra, e tenha passado por processo de avaliação de desempenho individual.

9.7.2 Promoção

Promoção é a passagem do/a servidor/a de uma classe para outra subsequente. Para que isso ocorra, além de ser aprovada/o em avaliação de desempenho, deve ser observado o intervalo de 24 meses no último nível da classe em que se encontra, isto é, a classe anterior à da pretensão promoção. No Ifal, a avaliação de desempenho, tanto para progressão como para promoção, é realizada da mesma maneira. A exceção se faz, no tocante à promoção.

9.7.3 Classe titular

Para que a/o docente possa ser enquadrada/o nessa classe, deve possuir o título de doutor/a, ser aprovada/o na avaliação de desempenho, lograr aprovação de memorial que considere as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

9.7.4 Aceleração da promoção

A/O docente pode requerer promoção mediante obtenção de titulação superior à que possuía anteriormente, desde que já tenha concluído o estágio probatório.

No Ifal, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é a responsável por acompanhar os processos de progressão e promoção.

9.7.5 Estrutura de remuneração

A estrutura de remuneração das/os docentes obedece à Lei nº 12.772/2012, aplicada ao magistério superior, em que o salário do/a servidor/a é composto pelo vencimento básico, conforme valores e vigências para cada carreira, cargo, classe e nível; e a retribuição por titulação - RT -, conforme disposto no art. 17 da referida Lei.

9.7.6 Regime de trabalho

No que tange à carga horária docente, as/os professoras/es efetivas/os podem seguir os seguintes regimes de trabalho:

- regime de tempo integral de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;
- regime de tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho.

Às/Aos docentes que obedecem ao regime de 40 horas com dedicação exclusiva é vedado o exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada. As exceções previstas para esse caso se encontram disponíveis no art. 20 da Lei nº 12.772/2012.

Já as/os docentes de 20 horas podem, temporariamente, ter 40 horas sem dedicação exclusiva definitiva, quando ocuparem cargos de direção, funções gratificadas e coordenações de cursos, ou quando estiverem engajados em ações de interesse institucional, definidas e validadas pelo Conselho Superior do Ifal. Para qualquer uma dessas situações, a/o docente não pode acumular cargos.

9.7.7 Substituição eventual

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a Lei nº 8.745/1993 possibilita a contratação de professor/a substituto/a, por tempo determinado de até um ano, sendo passível de prorrogação até o máximo de dois anos.

A seleção de professoras/es substitutas/os deve ser feita por meio de processo seletivo simplificado, constituído de prova de desempenho didático e prova de títulos, que permitam a seleção de docentes com competências técnicas e didáticas necessárias à atuação com qualidade na área específica.

Nos termos da Lei nº 8.745/93, a contratação de professor/a visitante e de professor/a visitante estrangeiro tem por objetivo: apoiar a execução dos programas de pós-graduação stricto sensu; contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a execução de programas de capacitação docente; ou viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico.

Atendidos os demais requisitos estabelecidos nos §§ 6º a 9º da Lei nº 8.745/93, a contratação de professor/a visitante e professor/a visitante estrangeiro terá duração de, respectivamente, 01 (um) ano prorrogável até o máximo de 02 (dois) anos e de até 04 (quatro) anos. Atualmente, não existem professoras/es visitantes ou professoras/es visitantes estrangeiros no Ifal.

9.7.8 Quadro técnico-administrativo

O quadro técnico-administrativo do Ifal é constituído atualmente por 833 servidoras/es distribuídas/os entre a Reitoria e os 16 *campi* do Instituto. O corpo técnico-administrativo apresenta formação predominantemente superior, chegando a 88,8% do total dessas/es servidoras/es. Desse percentual, 40,2% possuem Especialização; 21,2% possuem Graduação Completa e 0,1% tem curso de Aperfeiçoamento; 24,5% possuem Mestrado; e 2,2% possuem o título de Doutor. Em relação aos demais níveis, como o Ensino Médio, o percentual é de 10,7%; para o Ensino Fundamental 0,4%; e o percentual de alfabetizadas/os chega a 0,8%. O detalhamento é apresentado no Quadro 36:

Quadro 36: Formação do corpo técnico-administrativo, dezembro de 2023

Formação	Feminino	Masculino	Total
Alfabetizadas/os	1	6	7
Ensino Fundamental Completo	0	3	3
Ensino Médio	22	67	89
Graduação	75	102	176
Especialização	168	167	335
Mestrado	128	76	204
Doutorado	12	6	18
Total	406	427	833

Fonte: Elaboração Ifal.

9.7.9 Seleção

O ingresso para a carreira de servidor/a técnico-administrativa/o em educação no Ifal é regulamentado pela Lei nº 11.091/2005, e se dá por meio de concurso público.

O edital do concurso deve informar:

- o que é o concurso;
- o quantitativo e a natureza das vagas a serem preenchidas;
- as fases do processo seletivo, com suas respectivas características;
- os requisitos de escolaridade e titulação;
- a formação especializada e a experiência profissional requeridas;
- os critérios eliminatórios e classificatórios;
- as possíveis restrições e condicionantes provenientes do ambiente ao qual são destinadas as vagas.

As características do concurso – incluindo suas fases, requisitos, critérios – são decididas pelo Ifal, a partir de avaliação das necessidades do Instituto em relação às vagas a serem preenchidas e às especificidades técnicas exigidas pela legislação vigente, quando aplicável.

A realização do concurso também é de competência da Instituição, cabendo a ela decidir qual a melhor forma de realizá-lo, isto é, se todos os processos realizados ficam de fato a cargo do Instituto – desde a elaboração do edital até a divulgação do resultado final – ou se deve ser contratada outra instituição para realizar parte das atividades do processo seletivo, caso em que uma comissão designada pelo Reitor acompanha o desenvolvimento dos procedimentos delegados, zelando pela sua boa ocorrência. As/Os servidoras/es que passarem na seleção do concurso público devem responder aos trâmites necessários de contratação definidos no edital.

No que se refere ao segmento Técnico-Administrativo em Educação (TAE), a expansão também se constitui em política da instituição, com a previsão de contratação de novas/os servidoras/es presente no Quadro 37; nele é apresentado o Cronograma de expansão do corpo TAE com cargos e funções variados; são detalhadas as quantidades atuais de servidoras/es TAE e a previsão de contratação para o período de vigência do PDI.

Quadro 37: Distribuição das/os servidoras/es técnico-administrativas/os por Campus, situação atual e projeção de expansão, dezembro de 2023

Reitoria/ <i>Campus</i>	Quant. Atual	Quant. Ideal ²	Cronograma de expansão para Técnico-administrativo em Educação					
			2024	2025	2026	2027	2028	Total
Maceió	138	200	10	20	20	10	2	62
Palmeira dos Índios	62	60	0	0	0	0	0	0
Marechal Deodoro	48	60	2	4	4	1	1	12
Satuba	89	90	0	1	0	0	0	1
Arapiraca	43	45	0	2	0	0	0	2
Penedo	32	45	2	5	4	1	1	13
Maragogi	26	45	2	6	6	4	1	19
Piranhas	32	45	2	5	4	1	1	13
Murici	26	45	2	6	6	4	1	19
São Miguel dos Campos	19	45	5	8	7	5	1	26
Santana	25	60	5	9	9	8	4	35
Batalha	18	45	5	8	7	6	1	27
Coruripe	19	45	5	8	7	5	1	26
Rio Largo	14	45	5	8	8	7	3	31
Viçosa	19	45	5	8	7	5	1	26
Benedito Bentes	20	13	0	0	0	0	0	0
Reitoria	203	180	0	0	0	0	0	0
Maceió ¹	0	45	0	20	15	5	5	45
Girau do Ponciano ¹	0	45	0	20	15	5	5	45
Mata Grande ¹	0	45	0	20	15	5	5	45
Total	833	1.248	50	158	134	72	33	447

¹ Campi novos aprovados pelo Governo Federal para expansão.

² Quantitativo ideal de servidoras/es técnico-administrativas/os conforme definição do MEC, por meio da Portaria nº 713/2021.

9.7.10 Plano de Carreira

No Ifal, o plano de carreira das/os servidoras/es técnico-administrativas/os em educação é regulamentado pela Lei nº 11.091/2005. Atendendo aos interesses da Instituição, no que tange à distribuição de vagas, o plano de carreira se encontra estruturado em cinco níveis de classificação, cada um deles subdividido em quatro níveis de capacitação (Quadro 38).

Quadro 38: Plano de carreira das/os servidoras/es técnico-administrativas/os em educação

Nível de classificação	Nível de capacitação	Nível de tempo de serviço
A	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
B	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
C	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
D	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
E	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16

Fonte: Elaboração Ifal.

São atribuições gerais das/os servidoras/es técnico-administrativas/os em educação, segundo a Lei nº 11.091/2005:

1. planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino, à pesquisa e à extensão;
2. executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essas atribuições devem ser exercidas no ambiente organizacional em que o/a servidor/a se insira, sem que haja prejuízo no exercício das atribuições específicas e inerentes a cada cargo.

9.7.11 Progressão

O/A servidor/a técnico-administrativo/a, ao ingressar na Instituição, será sempre enquadrado/a no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação para o qual prestou concurso público. Seu desenvolvimento na carreira se dá de duas formas:

Progressão por capacitação profissional

Mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação. Provém do alcance pelo/a servidor/a de certificação em cursos condizentes com as atividades que desempenha e com o ambiente ao qual está alocado. Para tal, o/a servidor/a deve observar o intervalo de 18 meses na posição que ocupava anteriormente, além de apresentar uma carga horária mínima exigida, tal como disposto na Lei nº 11.091/05, assim como apresentar resultados positivos na avaliação de desempenho.

Progressão por mérito profissional

Mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o/a servidor/a também apresente um bom resultado na avaliação de desempenho profissional, observado o respectivo nível de capacitação. Para fazer jus à progressão, o/a servidor/a técnico-administrativo/a deve entrar com processo junto à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, a fim de que seu direito seja confirmado, com o decorrente ajuste nos vencimentos. Esse tipo de progressão sempre considera o tempo decorrido desde a última progressão.

9.7.12 Regime de trabalho e remuneração

O regime de trabalho desempenhado pelo/a servidor/a do Ifal é o de 40 horas semanais. A remuneração das/os técnico-administrativas/os é composta pelo vencimento básico, referente ao valor estabelecido para os níveis de classificação e de capacitação ocupados pelo/a servidor/a, adicionado dos incentivos previstos na Lei nº 11.091/2005, além de outras vantagens estabelecidas na legislação pertinente.

9.7.13 Desenvolvimento de pessoal

A Gestão de Pessoas do Ifal tem como propósito o desenvolvimento das/os servidoras/es que a integram, por meio de ações de formação e educação continuada, as quais contribuam para o desempenho de suas atividades na instituição, bem como crescimento profissional. A oferta de ações de desenvolvimento para as/os servidoras/es públicos da Administração Federal está vinculada à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), criada pelo Governo Federal com o objetivo de promover o desenvolvimento das/os servidoras/es nas competências necessárias à sua atuação, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP). Nesse sentido, as políticas e processos instituídos estão fundamentados na Política e as Diretrizes para Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, regulamentada por meio do Decreto nº 9.991/2019, alterado pelo Decreto nº 10.506/2020.

Dentre as proposições do decreto, está a orientação de que o diagnóstico das demandas de desenvolvimento do órgão seja realizado prioritariamente por meio de competências. O Ifal concluiu o Mapeamento de Competências Organizacionais em 2023, ano em que, pela primeira vez, foi elaborado o PDP baseado nas lacunas de desenvolvimento da Instituição, a partir do diagnóstico de competências obtido com o resultado do referido mapeamento.

No Ifal, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CDP) elabora o PDP para as/os servidoras/es, a partir do levantamento de necessidades de desenvolvimento, com a finalidade de identificar as principais demandas das/os servidoras/es e necessidades institucionais. Com isso, pretende-se agregar valor à organização e ao indivíduo, com foco na promoção individual e em resultados.

Os cursos de capacitação podem ser:

1. cursos externos: organizados e realizados por terceiras/os, com vagas abertas ao público em geral, dos quais servidoras/es se dispõem a participar, mediante aprovação da Direção-Geral do *campus* ou, no caso de servidoras/es da Reitoria, da/o Pró-Reitor/a ou Reitor/a e validação da CDP.
2. cursos internos: realizados especificamente para grupos de servidoras/es, na própria Instituição ou em locais por ela definidos, ministrados por instrutoras/es próprios ou contratadas/os, sob a supervisão do Ifal, presencialmente ou a distância.

São consideradas ações de capacitação aquelas que compreendem a realização de cursos internos e externos ao Ifal, com carga horária inferior a 360 horas – excluindo-se assim graduações e pós-graduações – as quais promovam o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais que auxiliem o/a servidor/a na condução de seu trabalho, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento institucional.

9.7.14 Gestão de Desempenho e Carreira

O plano de carreira das/os servidoras/es é estabelecido por legislações, havendo distinção nas formas de avaliação nos diferentes cargos. A estruturação de carreira está em consonância com o Decreto nº 9.991/2019, alterado pelo Decreto nº 10.506/2020, que institui a Política e as Diretrizes para Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal. No caso das/os Técnico-Administrativas/os em Educação, a estruturação do plano de carreira está fundamentada na Lei nº 11.091/2005 e no Decreto nº 5.824/2006. A Lei nº 12.772/2012 dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

Aqui no Ifal, para a carreira docente, temos a Resolução nº 42-CS-2014, que regulamentou as normas para Progressão Funcional Docente; para as/os técnico-administrativas/os, temos a Resolução nº 09/CS, de 2 de setembro de 2009, que regulamentou o programa de avaliação de desempenho. Em nosso Instituto, a avaliação de desempenho funcional é um processo que envolve a participação do/a servidor/a avaliado/a e sua chefia, como também a avaliação das condições de trabalho e das atividades realizadas em equipe. A operacionalização das avaliações de técnico-administrativas/os e docentes segue as legislações correlatas a cada cargo, cabendo à Gestão de Pessoas a execução e o

acompanhamento desse procedimento junto aos técnicos, e à Comissão Permanente de Pessoal Docente, junto às/aos professoras/es. Entretanto, a Gestão de Pessoas objetiva que esse processo não seja meramente burocrático, mas uma ferramenta eficaz de acompanhamento e desenvolvimento das/os servidoras/es.

A gestão de desempenho funcional visa à modernização, com foco na desburocratização e simplificação da Gestão Pública por meio do desempenho das competências funcionais das/os servidoras/es em seus ambientes institucionais. Nesse aspecto, a Instituição possui como ferramentas a avaliação de estágio probatório, a avaliação de desempenho funcional e a capacitação profissional, que servem de balizadores para o processo de desenvolvimento de carreira das/os servidoras/es, as quais já foram detalhadas.

O desenvolvimento na carreira de técnico-administrativas/os se dá pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento, mediante as progressões por capacitação profissional e mérito profissional. Já a Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de docentes do Instituto Federal de Alagoas ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, sendo operacionalizado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente e a portaria apenas publicada pela CDP. Para a carreira docente, temos a Resolução nº 42-CS-2014, que regulamentou as normas para Progressão Funcional Docente; já para as/os técnico-administrativas/os, temos a Resolução nº 09/CS, de 2 de setembro de 2009, que regulamentou o programa de avaliação de desempenho.

Atualmente, a avaliação de desempenho individual de técnico-administrativa/o é feita eletronicamente pelo/a próprio/a servidor/a e a chefia, por meio de sistema específico de avaliação, tramitado via Sipac, sendo homologada pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal. A avaliação docente é feita manualmente, via processo no Sipac, pela Comissão Permanente de Pessoal Docente.

O Estágio Probatório das/os técnico-administrativas/os e docentes fundamenta-se na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e, no caso de docentes, também pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, considerando outros fatores além dos previstos no art. 20 da Lei nº 8.112. A avaliação especial de desempenho docente em estágio probatório será realizada por Comissão de Avaliação de Desempenho designada no âmbito de cada *campus*. A avaliação de estágio probatório das/os técnico-administrativas/os também é realizada por comissão designada no âmbito de cada *campus*. As portarias de ambos os cargos são emitidas pela CDP.

9.7.15 Saúde e qualidade de vida no trabalho

O trabalho ocupa um espaço central na vida das pessoas, pois é por meio dele que os indivíduos satisfazem suas necessidades e emancipam-se. Além disso, ele jamais é neutro, pois tanto pode favorecer a saúde quanto contribuir para sua desestabilização. Dessa forma, promover um ambiente de bem-estar, seguro e saudável no tocante às relações, com boas condições e organização do trabalho e com oportunidades de reconhecimento e crescimento profissional é essencial para as instituições que valorizam as/os servidoras/es e as/os consideram como protagonistas do processo laboral.

A Política de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (PSQVT) da Instituição visa nortear a prática de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho para as/os servidoras/es do Ifal, promovendo a sua qualidade de vida e bem-estar em seu ambiente de trabalho, nas dimensões física, psicológica e social. Para a efetivação da política de promoção à saúde, considera-se a necessidade de realizar ações dirigidas à saúde do/a servidor/a, por meio da ampliação do conhecimento da relação saúde/doença e trabalho, que desenvolva práticas de gestão, de atitudes e de comportamentos que contribuam para a proteção da saúde do/a servidor/a no âmbito individual e coletivo.

A referida política intenta promover iniciativas que contribuam para o exercício da atividade profissional, com satisfação, de forma efetiva, participativa e reconhecida. Assim, é necessária a criação de um ambiente de trabalho com condições adequadas, mediante uma organização que possibilite uma boa relação de trabalho entre as/os servidoras/es (pares e chefia), contribuindo para a manutenção da sua saúde física e mental.

Ressalta-se que as políticas de atenção à saúde do/a servidor/a, pautadas pela democratização das relações de trabalho, tornou-se um eixo fundamental por trazer unidade e planejamento para o conjunto das/os servidoras/es à luz da equidade e universalização do cuidado à saúde. Conforme art. 7º da Constituição Federal, são descritos os direitos sociais das/os trabalhadoras/es e traz disposições que especificam a aplicação de princípios como a igualdade, o reconhecimento profissional e o suporte e a prevenção de riscos à saúde do/a trabalhador/a. A Lei nº 8.112/1990 estabelece os direitos e deveres das/os servidoras/es públicos, mecanismos para o seu desenvolvimento e motivação no trabalho, assim como previsões legais de prevenção, proteção e indenização com relação às atividades exercidas em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Com a criação dos Subsistemas Integrados de Atenção à Saúde do Servidor (Siass), por meio do Decreto nº 6833, de 29 de abril de 2009, a organização de unidades em diferentes órgãos distribuídos em diversas cidades e apoiadas por um sistema de informação, possibilitou a criação de uma rede Nacional de Serviços de Saúde do Servidor para apoiar as políticas de recursos humanos na área de promoção da saúde, qualidade de vida no trabalho, que devem existir em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O Siass tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde das/os servidoras/es da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor/a público federal, estabelecida em lei. A portaria SRH nº 797, de 22 de março de 2010, que institui o Manual de Perícia Oficial em Saúde, objetiva orientar os órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec – quanto aos procedimentos relativos à perícia médica e odontológica, de que trata o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.

Em 2012, o Ifal estabeleceu acordo de cooperação técnica com o Siass/INSSAL, junto a outros órgãos da administração Pública Federal. Em outubro de 2017, foi implantado o Siass próprio, com o objetivo de execução das atividades direcionadas ao perfil do/a servidor/a da Instituição. Para o desenvolvimento de suas ações, o Siass-Ifal conta com equipe multidisciplinar, atuando nos eixos de assistência, perícia, promoção e vigilância à saúde. O trabalho do Siass no Ifal se consolidou ao longo dos anos, sendo referência pelas ações desenvolvidas e por meio do instrumento de Colaboração Técnica auxiliar outros órgãos do executivo que não possuem unidade Siass própria como Controladoria Geral da União (CGU), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), além de auxiliar com seus serviços diversos outros órgãos sob demanda.

Dentre as ações da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, destaca-se a Vigilância em Saúde do Servidor. É o conjunto de atividades contínuas e sistemáticas, que possibilita detectar, conhecer, pesquisar analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados aos ambientes e processos de trabalho, e tem por objetivo planejar, implantar e avaliar intervenções que reduzam os riscos ou agravos à saúde, conforme a Portaria Normativa nº 03, de 07 de maio de 2010.

Foi publicado no dia 17 de agosto de 2018, no DOU, o Decreto nº 9.473, que altera os decretos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), onde se deu a inclusão do tema “atenção à

saúde e à segurança do trabalho” enquanto uma das funções básicas da Administração de Pessoal no Poder Executivo Federal, e, dessa forma, configurando como importante conquista para este campo de atuação. Essa inserção é fruto do trabalho do Projeto de Revitalização da Gestão Institucional da Política de Atenção à Saúde do Servidor (Pass) e do Sub-sistema Siass, da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP/MP).

O Ifal cresceu significativamente na área de vigilância nos últimos anos, a partir da composição de equipe técnica para atuação e estabelecimento de fluxos e processos internos, desenvolvendo as atribuições específicas dessa área. O fortalecimento da vigilância em saúde, contribuiu para a obtenção de um ambiente seguro, com ações preventivas contra acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ou profissionais.

Da mesma forma em relação à área de promoção a saúde, o Ifal estabeleceu como prioridade estratégica no PDI 2019-2023 diversas iniciativas voltadas para promoção de saúde e qualidade de vida. A área de gestão de pessoas da Instituição atuou junto ao Fórum de Gestão de Pessoas da Rede Federal (FORGEP) vinculado ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Foi criado o Comitê Nacional de Promoção de Saúde e Qualidade da Rede Federal, o qual foi denominado de Unifica, com a proposta de promover ações sistêmicas para todas as instituições da rede. Como resultado desse trabalho colaborativo das representações das diversas instituições do país, foi elaborado calendário temático anual, com o intuito de realizar eventos online abordando temáticas voltadas para saúde, além da produção de materiais informativos. Outro produto desse Comitê foi a elaboração da Política Nacional de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho da Rede Federal, a qual foi aprovada pelo Conif em 2023 e servirá de orientadora para todas as instituições.

O planejamento do Ifal é o fortalecimento das ações de PSQVT, com a publicação do documento de sua política e ampliando às ações voltadas às/aos servidoras/es.

9.7.16 Programa de Gestão e Desempenho

O Ifal instituiu o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) por meio da Portaria Normativa nº 13/IFAL, de 24 de março de 2022.

O processo de elaboração da normatização interna e desenvolvimento do sistema do PGD ocorreu de maneira integrada e colaborativa. Foi estabelecida comissão multidisciplinar, com o objetivo de discutir as particularidades da instituição e adotar regulamentação alinhada a este contexto.

Os critérios específicos para ingresso no Programa de Gestão e Desempenho do Ifal, relativos à seleção de servidoras/es, estão descritos em edital, no qual são estabelecidas as normas do programa, o regime de execução, as condições de participação, o detalhamento do processo seletivo, cronograma, atribuições e responsabilidades, vagas e gestão do processo.

A Portaria Normativa nº 13/2022, que estabelece as normas gerais do Programa de Gestão no âmbito do Ifal, traz dentre os critérios para participar do PGD: exercer atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade, dos resultados e do desempenho da/o participante em suas entregas; atividades que possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos serão realizadas preferencialmente na modalidade de teletrabalho parcial ou integral.

O Programa de Gestão do Ifal adota os regimes de execução presencial ou de teletrabalho parcial e integral, que são definidos após a avaliação da natureza das atividades de cada servidor/a participante.

O Ifal utiliza sistema informatizado desenvolvido pela Instituição, como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados. A chefia imediata avalia os planos de trabalho, atribuindo notas às atividades desempenhadas, com base nas entregas realizadas pelas/os servidoras/es. Cada plano de trabalho é elaborado com base nas atividades constantes em tabela da portaria supracitada, e as entregas das/dos servidoras/es são cadastradas no sistema informatizado. O somatório das notas das atividades gera a nota do plano de trabalho, servindo de instrumento para avaliação da chefia imediata quanto a produtividade e qualidade das entregas das/os participantes e o atingimento ou não das metas pactuadas.

A eficiência e os impactos do teletrabalho são gerenciados por meio do acompanhamento do Programa de Gestão. Dentre essas informações: I - de natureza quantitativa, para análise estatística dos resultados alcançados: a) total de participantes e percentual em relação ao quadro de pessoal; b) variação de gastos, quando houver, em valores absolutos e percentuais; c) variação de produtividade, quando houver, em valores absolutos e percentuais; d) variação de agentes públicos por unidade após adesão ao Programa de Gestão; e) variação no absenteísmo, em valores absolutos e percentuais; e f) variação na rotatividade da força de trabalho, em valores absolutos e percentuais. II - de natureza qualitativa, para análise gerencial dos resultados alcançados: a) melhoria na qualidade dos produtos entregues; b) dificuldades enfrentadas; c) boas práticas implementadas.

Em 28 de julho de 2023, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT /MGI Nº 24, a qual estabeleceu as orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec - e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg -, relativas à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Considerando que o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) está em processo de desenvolvimento de um sistema informatizado adequado à nova normativa, o Ifal está no aguardo para a avaliação e posterior atualização de sua regulamentação própria e mudanças sistêmicas.

Em relação à execução do Programa no Ifal, as avaliações realizadas têm sido positivas, contribuindo para a otimização dos recursos públicos e maior satisfação do/a servidor/a, contribuindo para qualidade de vida no trabalho. Com o objetivo de melhoria contínua do desenvolvimento do PGD na Instituição, foi realizada formação com as/os gestoras/es com a presença de representação da equipe técnica do PGD no MGI, instrumentalizando as chefias imediatas para acompanhamento e avaliação de suas equipes.

9.7.17 Iniciativas da Gestão de Pessoas para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 5

PROMOVER A FORMAÇÃO DAS/OS SERVIDORAS/ES.

INICIATIVAS

1. Estabelecer suporte, orientação e comunicação sistemática junto às Coordenações de Gestão de Pessoas dos *campi*;
2. Implantar a gestão por competências, a partir do mapeamento já realizado das competências organizacionais e dos cargos, a fim de subsidiar as ações de seleção, movimentação, formação e desempenho;
3. Formalizar e fortalecer o Programa de Desenvolvimento de Gestores, a fim de formar as/os gestoras/es da Instituição para o exercício de suas atividades;
4. Contribuir com ações que promovam a inclusão de pessoas com necessidades específicas;
5. Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas anualmente, propondo um cronograma de formação e aperfeiçoamento considerando as lacunas de desenvolvimento de competências e com uma metodologia de execução do orçamento de ações de desenvolvimento nos diversos *campi*;
6. Fortalecer e aprimorar o Programa de Iniciação ao Serviço Público, em consonância com as diretrizes previstas na legislação vigente, que venha contemplar não somente o acolhimento das/os ingressantes, mas também o conhecimento a respeito da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da IFE e da conduta do/a servidor/a público e sua integração no ambiente institucional;



7. Promover ações que incentivem a realização de formações por meio de multiplicadoras/es internas/os;
8. Incluir no Plano de Desenvolvimento de Pessoas formações para as/os servidoras/es que atuam diretamente com estudantes com necessidades específicas, vistas ao cumprimento das políticas públicas em prol da Educação Inclusiva;
9. Instruir as/os servidoras/es para realização da avaliação de desempenho de maneira qualificada;
10. Formar as/os gestoras/es para condução dos processos institucionais de avaliação de desempenho.

OBJETIVO ESTRATÉGICO INOVADOR 3

FORTALECER A POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES LABORAIS DAS/OS SERVIDORAS/ES.

INICIATIVAS DA GESTÃO DE PESSOAS

1. Implantar a Política de Gestão de Pessoas do Ifal;
2. Elaborar e/ou atualizar normativos e instrumentos que regulamentam a prática de gestão e movimentação de pessoal na Instituição;
3. Ampliar as ações voltadas para a promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho às/aos servidoras/es;
4. Promover formação continuada na área de Qualidade de Vida no Trabalho para servidoras/es de Gestão de Pessoas do Ifal;
5. Assessorar Comissões de Qualidade de Vida no Trabalho dos *campi*, atuando de maneira sistêmica com a Reitoria do Ifal;
6. Implantar a Comissão Interna de Saúde do Serviço Público (Cissp);
7. Fortalecer o Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO) no Ifal, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto das/os trabalhadoras/es;
8. Fortalecer o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) no Ifal, visando à preservação da saúde e da integridade das/os trabalhadoras/es;
9. Implantar o Programa de Ergonomia no Ifal;
10. Coordenar o Programa de Exames Periódicos das/os servidoras/es do Ifal;
11. Desenvolver iniciativas que visem atuar nas áreas de prevenção e promoção à saúde;
12. Revisar e atualizar o sistema de avaliação dos técnico-administrativos, com o objetivo de melhoria do processo;
13. Desenvolver ações de PSQVT voltadas à saúde mental das/os servidoras/es.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1 Situação atual dos espaços físicos

O Instituto Federal de Alagoas compõe-se por 16 *campi* distribuídos pelo Estado e a Reitoria, localizada em Maceió. Quatro *campi* do Instituto são denominados preexistentes: Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Satuba; e as outras 12 unidades são produto da expansão da rede federal, iniciada em 2010, com os *campi* Penedo e Piranhas.

A partir de 2012, a Instituição adotou como projeto padrão para a expansão da rede a iniciativa Brasil Profissionalizado, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec -, que busca o fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de educação profissional. Dessas, cinco unidades estão em funcionamento nas sedes definitivas: *campi* Arapiraca, Coruripe, Maragogi, Murici, São Miguel dos Campos; e três ainda estão em funcionamento em sedes provisórias; os *campi* Batalha e Rio Largo estão com obras em andamento; e o *Campus* Santana do Ipanema está em etapa de elaboração de projeto executivo.

O projeto padrão dispõe de seis blocos distintos, quais sejam: Auditório, Bloco de Acesso e Biblioteca, Bloco Pedagógico/Administrativo, Bloco de Serviços e Vivência, Quadra poliesportiva coberta e Bloco Laboratórios Especiais, interligados por circulação coberta. Os demais *campi* possuem tipologia que atende a cada uma das unidades.

O Instituto conta ainda com as sedes dos *campi* Viçosa e Benedito Bentes, a primeira trata-se de doação de escola municipal em 2014, a unidade encontra-se em reforma e ampliação, e o *Campus* Avançado Benedito Bentes, que está sediado em escola cedida pelo Governo do Estado de Alagoas.

A infraestrutura existente do Ifal é:

Tabela 2: Áreas dos *campi*: Arapiraca, Batalha, Avançado Benedito Bentes e Coruripe

DESCRIÇÃO	ARAPIRACA		BATALHA (OBRA EM ANDAMENTO)		BENEDITO BENTES		CORURIFE	
AMBIENTES	QUANT.	m²	QUANT.	m²	QUANT.	m²	QUANT.	m²
SALA DE AULA	15	908,12	12	727,54	7	368,06	12	726,85
LABORATÓRIOS ESPECIAIS E PROPEDEÚTICA	15	858,75	12	596,96	3	175,49	11	801,38
ÁREA ADMINISTRATIVA	21	470,53	28	372,20	10	297,81	20	429,89
ÁREA TÉCNICA	4	91,25	6	122,99	2	26,61	7	102,49
BANHEIROS/ LIXEIRA	26	286,17	32	394,51	13	152,08	29	296,07
COZINHA/CANTINA/ COPA	4	76,30	4	76,16	1	32,39	5	100,22
DEPÓSITO/ DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA	9	124,82	11	199,81	3	69,38	9	140,90
ÁREA DE CONVIVÊNCIA	6	1.366,65	6	1.283,07	3	1.987,19	7	1.397,11
CIRCULAÇÃO	39	3.696,51	34	4.717,30	3	1.137,22	33	2.826,48
AUDITÓRIO	3	227,99	3	227,67	1	62,21	3	228,32
BIBLIOTECA	3	169,99	3	179,36	1	70,32	3	174,10
ÁREA ESPORTIVA	2	2.153,49	1	851,94	2	1.806,00	3	2.754,23
ESTACIONAMENTO	5	2.560,89	3	4.754,80	1	321,00	7	4.110,04
ÁREA VERDE	3	2.851,99	3	1.793,36	0	0,00	3	4.803,95

Tabela 3: Áreas dos campi: Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro e Murici

DESCRIÇÃO	MACEIÓ		MARAGOGI		MARECHAL DEODORO		MURICI	
	QUANT.	m²	QUANT.	m²	QUANT.	m²	QUANT.	m²
AMBIENTES								
SALA DE AULA	82	3.438,32	13	725,93	16	1.142,77	13	725,93
LABORATÓRIOS ESPECIAIS E PROPEDÊUTICA	76	4.533,37	13	621,22	11	412,36	11	647,17
ÁREA ADMINISTRATIVA	148	3.485,78	25	383,24	54	1.275,69	16	355,13
ÁREA TÉCNICA	13	284,08	5	66,45	11	345,19	4	63,30
BANHEIROS/LIXEIRA	92	877,57	29	343,82	25	454,14	27	291,86
COZINHA/CANTINA/COPA	16	271,94	3	31,18	9	108,31	5	104,31
DEPÓSITO/ DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA	36	769,28	9	140,22	6	86,98	10	150,65
ÁREA DE CONVIVÊNCIA	8	1.653,73	5	1.163,29	7	2.357,84	5	1.297,02
CIRCULAÇÃO	73	4.760,43	37	4.187,19	26	3.456,72	36	6.105,26
AUDITÓRIO	6	527,05	3	227,75	2	128,99	3	226,67
BIBLIOTECA	3	571,39	3	175,45	2	249,57	3	187,05
ÁREA ESPORTIVA	12	9.583,42	2	862,20	5	6.754,08	2	1.914,20
ESTACIONAMENTO	3	4.684,85	2	1.918,17	1	2.178,90	3	1.717,30
ÁREA VERDE	11	3.386,86	2	2.718,05	1	646,67	2	1.886,68

Tabela 4: Áreas dos campi: Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas e Rio Largo

DESCRIÇÃO	PALMEIRA DOS ÍNDIOS		PENEDO		PIRANHAS		RIO LARGO (OBRA EM ANDAMENTO)	
	QUANT.	m²	QUANT.	m²	QUANT.	m²	QUANT.	m²
AMBIENTES								
SALA DE AULA	27	1.372,31	13	752,83	12	528,13	13	725,93
LABORATÓRIOS ESPECIAIS E PROPEDÊUTICA	39	2.406,44	10	757,57	28	1.093,25	9	601,44

DESCRIÇÃO	PALMEIRA DOS ÍNDIOS		PENEDO		PIRANHAS		RIO LARGO (OBRA EM ANDAMENTO)	
ÁREA ADMINISTRATIVA	62	1.431,06	31	827,59	60	1.054,06	26	363,30
ÁREA TÉCNICA	3	65,70	2	31,40	1	14,50	4	70,07
BANHEIROS/ LIXEIRA	37	325,69	21	208,44	30	370,78	27	291,84
COZINHA/CANTINA/ COPA	9	149,16	7	104,89	8	71,23	4	75,07
DEPÓSITO/ DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA	12	166,59	5	65,35	7	112,48	11	155,40
ÁREA DE CONVIVÊNCIA	8	833,91	6	1.466,65	3	165,24	5	1.295,03
CIRCULAÇÃO	26	2.484,67	31	2.610,98	41	4.265,16	37	5.005,75
AUDITÓRIO	1	378,13	5	269,51	7	351,94	3	227,75
BIBLIOTECA	5	154,28	1	208,97	3	231,80	3	177,21
ÁREA ESPORTIVA	5	6.569,20	2	1.251,60	4	4.123,41	2	862,20
ESTACIONAMENTO	1	1.955,13	2	1.450,91	2	2.460,73	3	4.104,46
ÁREA VERDE	0	0,00	1	6.713,55	6	26.580,92	2	1.862,50

Tabela 5: Áreas dos campi: Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Satuba e Viçosa

DESCRIÇÃO	SANTANA DO IPANEMA (PROVISÓRIO)		SÃO MIGUEL DOS CAMPOS		SATUBA		VIÇOSA	
AMBIENTES	QUANT.	m²	QUANT.	m²	QUANT.	m²	QUANT.	m²
SALA DE AULA	16	975,32	12	696,43	32	1.383,96	8	423,41
LABORATÓRIOS ESPECIAIS E PROPEDÊUTICA	5	287,68	9	601,59	94	3.479,47	5	302,36
ÁREA ADMINISTRATIVA	24	363,49	18	397,53	87	2.290,62	22	349,94
ÁREA TÉCNICA	0	0,00	5	77,02	4	41,98	3	39,61
BANHEIROS/ LIXEIRA	17	129,51	31	391,84	96	898,43	21	231,90



DESCRIÇÃO	SANTANA DO IPANEMA (PROVISÓRIO)		SÃO MIGUEL DOS CAMPOS		SATUBA		VIÇOSA	
COZINHA/ CANTINA/COPA	2	22,30	4	77,16	19	420,13	2	8,89
DEPÓSITO/ DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA	1	8,80	12	213,41	38	658,47	5	57,91
ÁREA DE CONVIVÊNCIA	3	193,31	6	1.410,11	47	1.860,24	6	708,62
CIRCULAÇÃO	16	911,54	36	3.871,55	30	1.011,91	30	1.418,60
AUDITÓRIO	1	170,60	3	227,75	2	241,52	3	172,99
BIBLIOTECA	1	60,55	3	172,76	1	223,61	5	147,69
ÁREA ESPORTIVA	0	0,00	2	862,20	5	5.327,94	3	546,69
ESTACIONAMENTO	2	435,93	4	4.434,15	4	775,63	1	609,14
ÁREA VERDE	3	69,40	2	2.638,87	3	13.776,02	6	196,54

Tabela 6: Área Reitoria

DESCRIÇÃO	REITORIA	
AMBIENTES	QUANT.	m²
SALA DE AULA	0	0,00
LABORATÓRIOS ESPECIAIS E PROPEDÊUTICA	0	0,00
ÁREA ADMINISTRATIVA	73	1.881,64
ÁREA TÉCNICA	11	99,23
BANHEIROS/LIXEIRA	79	137,92
COZINHA/CANTINA/COPA	19	39,88
DEPÓSITO/DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA	4	7,47
ÁREA DE CONVIVÊNCIA	0	0,00
CIRCULAÇÃO	28	616,18
AUDITÓRIO	0	0,00
BIBLIOTECA	0	0,00
ÁREA ESPORTIVA	0	0,00
ESTACIONAMENTO	2	899,44
ÁREA VERDE	0	0,00



10.2 Iniciativas da Infraestrutura para Alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 2

GARANTIR AS INFRAESTRUTURAS FÍSICA E TECNOLÓGICA ADEQUADAS, COM FOCO NA OTIMIZAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS E NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS.

INICIATIVAS

1. Atualizar projetos arquitetônicos dos *campi* e Reitoria;
2. Regularizar os *campi* e Reitoria junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas para a obtenção/renovação do Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB;
3. Assessorar às unidades Ifal para regularização das licenças ambientais;
4. Assessorar às unidades Ifal para a implantação de estruturas pré-fabricadas, tais como: salas modulares e estações de tratamento de esgoto;
5. Realizar levantamento das intervenções necessárias para as áreas de alimentação dos *campi* Ifal;
6. Realizar levantamento das áreas de intervenção para melhoria da acessibilidade arquitetônica dos *campi* Ifal;
7. Elaborar plano diretor piloto do Ifal;
8. Elaborar plano de manutenção predial que contemple as especificidades das unidades Ifal;
9. Realizar contratação de manutenção predial preventiva e corretiva das unidades Ifal;
10. Realizar mapeamento do consumo de energia elétrica das unidades Ifal, para o planejamento de ações que visam ao uso de energia renovável e sustentável, a exemplo de usinas solares integradas;
11. Realizar contratação e/ou elaborar os projetos executivos das obras de construção das três novas sedes do Ifal: Girau do Ponciano, Maceió e Mata Grande.

10.3 Tecnologia da Informação no Ifal

No Instituto Federal de Alagoas, a tecnologia da informação tem como meta principal o desenvolvimento de novos sistemas corporativos, a manutenção da infraestrutura das redes de comunicação e o suporte técnico às unidades administrativas e acadêmicas. Além disso, visa estabelecer e manter um ambiente computacional flexível para acompanhar as constantes mudanças externas, garantindo que atenda às diversas necessidades corporativas da instituição. Essa estrutura é composta pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), pelo Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) e pelo Comitê de Governança Digital (CGD).

A sua política estruturante se baseia no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

O Ifal implementa um modelo robusto de Governança Estratégica e uso eficiente da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com foco em:

- **Alinhamento estratégico:** A área de TI está alinhada com as políticas públicas, diretrizes prioritárias do Ifal e as necessidades da sociedade, garantindo que a tecnologia seja um instrumento para o desenvolvimento institucional e social.
- **Economicidade e otimização de recursos:** A gestão de TIC é pautada pela racionalização de recursos, buscando soluções tecnológicas que ofereçam o melhor custo-benefício, sempre com foco na qualidade dos serviços prestados.
- **Padronização e integração:** O Ifal define e implementa padrões tecnológicos que garantem a interoperabilidade dos sistemas, facilitam a gestão da infraestrutura e otimizam o desempenho das atividades relacionadas à TI. A Instituição investe na padronização de softwares, garantindo a compatibilidade entre os sistemas e facilitando o trabalho dos usuários.
- **Infraestrutura robusta e confiável:** O Ifal vem investindo em uma infraestrutura de TI moderna e segura, para garantir a disponibilidade dos serviços e a proteção dos dados da Instituição.
- **Aquisições estratégicas:** A Instituição intenta otimizar os processos de aquisição de bens e serviços de TI, buscando melhores preços e condições através de compras conjuntas e parcerias estratégicas.
- **Gestão eficiente dos recursos de TI:** O Ifal implementa as melhores práticas de gestão de TI, com foco na otimização dos recursos disponíveis, na padronização de processos e na busca pela qualidade dos serviços prestados.

Planejamento de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Alagoas.

- O PETIC fornece os caminhos a serem traçados para a realização da missão e alcance da visão de futuro, mediante as diretrizes, os objetivos, os indicadores, as metas e as iniciativas estratégicas a serem colocadas em prática.

- O objetivo principal do PDTIC é dirigir e monitorar investimentos e atividades de TIC em toda a instituição. Como parte do plano, está a definição do processo de planejamento qualificado e seguro, que deve proporcionar a otimização de recursos e riscos, e prover os benefícios esperados por toda a comunidade.

10.4 Iniciativas da Tecnologia da Informação para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 2

GARANTIR AS INFRAESTRUTURAS FÍSICA E TECNOLÓGICA ADEQUADAS, COM FOCO NA OTIMIZAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS E NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS.

INICIATIVAS

1. Elaborar artefatos para a contratação de empresa especializada para realizar manutenção e ampliação da rede lógica das Unidades do Ifal;
2. Elaborar estudo técnico para adquirir equipamentos de Backup e Hiperconvergência a fim de garantir a continuidade do serviço ofertado pelo Ifal;
3. Elaborar e implantar as diretrizes que compõem a Política de Segurança da Informação do Ifal nas áreas de: Tratamento da informação, Segurança física e do ambiente; Gestão de incidentes em segurança da informação; Gestão de ativos; Gestão do uso dos recursos operacionais e de meios de comunicações; Controles de acesso; Gestão de riscos; Gestão de continuidade; e Auditoria e conformidade.

CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

11.1 Aspectos Orçamentários e Financeiros

Ser sustentável implica planejar e utilizar recursos sem exceder o que se tem disponível ou se estima possuir. Para ser sustentável, é necessário atender, com a máxima qualidade, eficiência e responsabilidade social, às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade, com o orçamento disponível, sem que suas despesas programadas sejam maiores do que a previsão de suas receitas. Partindo dessa premissa, o Ifal gerencia suas finanças com efetividade, visando maximizar os resultados e otimizar o tempo de atendimento às demandas, por meio do planejamento da captação, da distribuição e da execução dos recursos financeiros.

Para atender a essas necessidades, dentro da complexidade de uma gestão *multicampi* e do âmbito de autonomia administrativa de cada *campus*, é preciso estabelecer planejamento orçamentário e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados.

É fundamental compreender que autonomia administrativa se diferencia de independência. Os *campi* devem observar os critérios técnicos e objetivos, a política institucional sistêmica, as diretrizes e regulamentação de processos. A adoção de um modelo de gestão colaborativa, solidária e sustentável entre os *campi* e a Reitoria, como o adotado pelo Ifal, favorece o planejamento orçamentário, garante mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente e com mais justiça e responsabilidade social.

Orçamento é um instrumento de planejamento, adotado pela gestão pública por força de lei. Nele, estão contidas a previsão das receitas e a fixação das despesas em um determinado exercício que, no Brasil, coincide com o ano civil.

A Constituição Federal introduziu medidas modernizadoras e inovadoras ao orçamento público, a principal delas foi a introdução de três instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA estabelece o planejamento de médio prazo, por meio dos programas e iniciativas do governo, enquanto a LOA fixa o planejamento de curto prazo, ou seja, materializa anualmente as ações e programas a serem executados; à LDO, por sua vez, cabe o papel de estabelecer a ligação entre esses dois instrumentos, destacando do PPA os investimentos e gastos prioritários que deverão compor a LOA, e definir as regras e normas que orientam a elaboração da lei orçamentária que vigorará no exercício seguinte ao da edição da LDO.

O orçamento do Ifal integra o orçamento da União e submete-se às regras do processo orçamentário impostas pela legislação. Este processo busca atender os programas, objetivos e iniciativas estipulados no Plano Plurianual, por meio da execução das Ações orçamentárias definidas na Lei Orçamentária Anual, seguindo as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentária.

Nesse aspecto, o orçamento é uma ferramenta para a tomada de decisões da gestão, onde os responsáveis se utilizam desse instrumento para demonstrar seus planos e iniciativas dentro de um período definido. Dessa forma, a correta alocação e a utilização eficiente dos recursos são fundamentais para o alcance dos objetivos e das metas estabelecidos no PDI.

11.2 Orçamento do Ifal

Na condição de Autarquia Federal, o Instituto Federal de Alagoas é subordinado ao Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, vinculado diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e apresenta sua sustentabilidade financeira apoiada primordialmente em recursos oriundos da União, que é sua mantenedora.

Historicamente, o orçamento do Ifal é constituído pelos seguintes Grupos de Natureza da Despesa: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos.

O orçamento destinado às despesas com Pessoal e Encargos Sociais, inclusive os benefícios aos servidores, é definido a partir de projeções realizadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC), com base no número de servidores e na projeção de vagas liberadas para provimento. A contratação de servidores depende de autorização prévia, então, o aporte de recursos, nesse caso, é consequência do número de servidores do quadro e da política salarial do Governo Federal. Fica evidente que a projeção de expansão do quadro de pessoal para os próximos cinco anos, de certa forma, independe das ações do Ifal na área orçamentária, mas, sim, do resultado das políticas governamentais para a educação profissional e para o funcionalismo público.

A Portaria nº 646, do Ministério da Educação, de 16 de agosto de 2022, instituiu a Matriz de Distribuição Orçamentária (Matriz Conif), como instrumento de distribuição anual dos orçamentos para Outras Despesas Correntes e Investimentos destinados às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT). A Matriz Conif já era aplicada antes da publicação da Portaria nº 646/2022, porém, nos últimos anos, como os orçamentos anuais para a Rede Federal de EPCT se mantiveram iguais ou até menores em relação aos anos anteriores, os seus critérios não foram considerados para a distribuição do orçamento entre as instituições.

Essa matriz é um modelo matemático, elaborado por uma comissão paritária composta por membros Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (Setec/MEC).

A composição da Matriz considera vários aspectos, dentre eles o número de matrículas, carga horária e período de integralização do curso, dias em que o estudante ficou matriculado, número de laboratórios (que define o peso referente ao custo de cada curso), renda *per capita* dos estudantes, indicadores de qualidade e eficiência, além de outras especificidades.

Os recursos distribuídos entre as instituições da Rede Federal de EPCT são previstos na LOA como créditos orçamentários vinculados às diversas ações orçamentárias que compõem o PPA. No Ifal, esses créditos são consignados nas ações orçamentárias 20RL - Funcionamento da Educação Profissional, 2994 - Assistência Estudantil, 20RG – Reestruturação e Modernização, 00PW – Contribuições a Entidades ou Organismos Nacionais e 216H – Ajuda de Custo para Auxílio Moradia.

Além dos Recursos do Tesouro já descritos, o Ifal conta com recursos adicionais decorrentes de receita própria, que são os recursos diretamente arrecadados, de emendas parlamentares, de convênios, termos de execução descentralizada (TED) e instrumentos congêneres firmados com entidades públicas e privadas. A captação destes recursos tem auxiliado no desenvolvimento e crescimento da Instituição, viabilizando a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, a realização de obras e reformas, o desenvolvimento e manutenção de atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de inovação, o apoio aos projetos que visam o aperfeiçoamento da gestão, em suma, permitem manter o crescente nível de investimento e de ações acadêmicas.

Os créditos consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) permitem visualizar de forma clara os limites preliminares da gestão financeira, com foco no exercício financeiro. No quadro abaixo, demonstramos os valores iniciais aportados ao Instituto Federal de Alagoas, oriundos das Leis Orçamentárias Anuais, no período que compreende 2019 a 2024, incluindo recursos diretamente arrecadados, convênios e emendas parlamentares.

Tabela 7: Dotação Inicial por Ação, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa, do Ifal, entre 2019 a 2024

AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA	2024	2023	2022	2021	2020	2019
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Recursos do Tesouro	3-Outras Despesas Correntes	4.729.460,00	4.803.216,00	5.204.253,00	5.204.253,00	4.695.755,00	3.932.772,00
20TP - Ativos Civis da União	Recursos do Tesouro	1-Pessoal e Encargos Sociais	308.725.243,00	276.894.107,00	266.048.154,00	261.499.171,00	237.099.024,00	227.337.109,00
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Recursos do Tesouro	3-Outras Despesas Correntes	19.924.201,00	14.558.772,00	14.563.193,00	14.530.420,00	12.908.316,00	13.281.993,00
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	Recursos do Tesouro	3-Outras Despesas Correntes	50.000,00	50.000,00	50.000,00	66.811,00	102.570,00	108.000,00



AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA	2024	2023	2022	2021	2020	2019
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	Recursos do Tesouro	1-Pessoal e Encargos Sociais	74.219.964,00	66.196.429,00	64.650.131,00	65.717.938,00	61.563.706,00	57.434.000,00
09HB - Contribuições da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Recursos do Tesouro	1-Pessoal e Encargos Sociais	60.304.138,00	56.816.168,00	55.123.324,00	53.552.540,00	43.279.990,00	40.703.000,00
00PW - Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais	Recursos do Tesouro	3-Outras Despesas Correntes	87.410,00	75.200,00	74.922,00	63.880,00	76.130,00	78.764,00
00SG - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	Recursos do Tesouro	1-Pessoal e Encargos Sociais	13.000,00	13.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00



AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA	2024	2023	2022	2021	2020	2019
20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Recursos do Tesouro	3-Outras Despesas Correntes	51.415.740,00	44.040.885,00	50.294.974,00	38.113.846,00	48.964.572,00	50.304.901,00
		4-Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.951.268,00	5.519.520,00
	Recursos Diretamente Arrecadados	3-Outras Despesas Correntes	1.963.987,00	941.456,00	1.036.703,00	1.040.505,00	931.099,00	1.172.850,00
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Recursos do Tesouro	4-Investimentos	0,00	0,00	0,00	170.970,00	223.538,00	283.325,00
		3-Outras Despesas Correntes	13.311.130,00	12.417.538,00	12.941.722,00	11.300.554,00	10.991.356,00	11.371.560,00



AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA	2024	2023	2022	2021	2020	2019
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Recursos do Tesouro	4-Investimentos	21.100.000,00	10.700.000,00	3.340.012,00	3.303.408,00	1.935.105,00	16.636.633,00
	Recursos Diretamente Arrecadados	4-Investimentos	343.035,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos de Convênios	4-Investimentos	0,00	24.751.969,00	21.615.699,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			519.469.156,00	488.199.746,00	477.625.650,00	438.749.859,00	410.641.331,00	398.700.059,00

A seguir, demonstraremos os valores diretamente arrecadados com Recursos Próprios, com Termos de Execução Descentralizada (TED) e com Convênios, ao longo dos últimos cinco anos.

São considerados recursos diretamente arrecadados (Recursos Próprios) os que têm origem no esforço próprio do Ifal nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, bem como o produto da aplicação financeira desses recursos. O TED e Convênio são instrumentos por meio dos quais ocorre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.

Tabela 8: Captação de Recursos Externos - Ifal - entre 2019 a 2023

RECURSOS CAPTADOS	2023	2022	2021	2020	2019
Recursos Próprios	1.872.249,54	1.479.226,98	85.380,25	189.135,41	1.114.584,83
Termos de Execução Descentralizada	13.933.044,86	7.236.862,81	4.170.812,07	4.959.400,67	11.049.195,69
Convênios	0,00	20.515.707,99	1.099.991,00	0,00	0,00
TOTAL	15.805.294,40	29.231.797,78	5.356.183,32	5.148.536,08	12.163.780,52

11.3 Metodologia de Planejamento e Execução Orçamentária

No planejamento, a Instituição realiza a programação orçamentária, detalhando os valores nos diversos Grupos de Despesa, vinculando o orçamento às ações e iniciativas do Plano de Desenvolvimento Institucional. O planejamento é realizado considerando os valores constantes no orçamento consignado nas Leis Orçamentárias Anuais, incluindo as perspectivas de captação de recursos extraordinários, que são aqueles oriundos de convênios, termos de execução descentralizadas e instrumentos congêneres.

No Ifal, a execução orçamentária é o processo que consiste em realizar as despesas levando-se em conta a disponibilidade financeira e o cumprimento das exigências legais. O processo de execução orçamentária busca atender aos programas, aos objetivos e às iniciativas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), por meio da execução das ações orçamentárias definidas na Lei Orçamentária Anual, seguindo as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sempre com foco no planejamento institucional.

A execução orçamentária e financeira no Ifal ocorre de forma descentralizada. A Reitoria atua como setorial contábil, orçamentária e financeira e os 16 *campi* são responsáveis pela emissão de seus documentos, dando aos gestores maior autonomia, permitindo, também, mais celeridade e transparência em suas ações.

A sistemática utilizada para a execução do orçamento consiste em utilizar códigos próprios para as unidades administrativas do Ifal, chamados de Unidades Gestoras Responsáveis (UGR), e códigos para o tipo de despesa, chamado de Plano Interno (PI). Estes códigos são previamente cadastrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Essa metodologia permite melhorar os processos de planejamento e execução, gerando informações importantes para a tomada de decisão das/os gestoras/es, tendo influência direta na definição das metas físicas e nas políticas institucionais, proporcionando maior efetividade no planejamento, execução e controle dos gastos públicos.

A Unidade Gestora Responsável (UGR) é a unidade administrativa da estrutura organizacional do Ifal a qual se atribui determinada dotação orçamentária. A UGR é responsável pelo planejamento e acompanhamento das suas ações e pela gestão e execução de seu orçamento.

O Plano Interno (PI) permite o detalhamento pormenorizado das despesas visando aperfeiçoar o controle e o gerenciamento da execução orçamentária para atender ao monitoramento e gestão do planejamento institucional. Para fins gerenciais, os Planos Internos foram criados observando as especificidades das despesas e a realidade do planejamento e da execução orçamentária do Ifal.

As regras para a distribuição do orçamento, de todas as ações orçamentárias, entre as unidades são estabelecidas com a participação do Colégio de Dirigentes.

Para a Ação 20RL - Funcionamento da Educação Profissional, inicialmente, busca-se garantir os valores para a manutenção da infraestrutura das unidades e para manutenção das iniciativas sistêmicas, que são a implementação das políticas e ações institucionais, dentre elas destacamos: atividades de pesquisa e de extensão, qualificações e capacitações de servidores, eventos integradores, melhorias na infraestrutura física e tecnológica das unidades. Em seguida, utiliza-se critérios de desempenho acadêmico, contidos na Matriz Conif, para distribuição da parcela restante. Por fim, sempre que possível, é estabelecida uma reserva técnica para contingências.

Para a ação 2994 – Assistência Estudantil, a distribuição ocorre observando os programas existentes na política de assistência estudantil da Instituição e a situação socioeconômica dos estudantes. E, para a Ação 20RG - Reestruturação e Modernização prioriza-se a realização de despesas estruturantes, sem perder de vista a necessidade de manutenção (substituição) de bens essenciais às atividades finalísticas, bem como, aquelas que visam a consolidação do processo de expansão da Rede Federal em Alagoas, com foco no planejamento institucional disposto no PDI.

11.4 Previsão Orçamentária e Financeira 2024-2028

Para avaliar a efetividade das ações planejadas pelo Ifal no período deste PDI, é necessário apresentar, inicialmente, uma previsão dos recursos orçamentários que poderão estar disponíveis para o desenvolvimento das atividades. É certo que diversos fatores influenciam nesta estimativa, dentre os principais apontamos: i) projeção de crescimento da economia e, consequentemente, da arrecadação do Estado brasileiro; ii) saldo das contas públicas, ou seja, o *deficit* ou *superavit* primário; iii) projeção de inflação para o período; iv) legislação que fixa o teto de gasto governamental; e, v) política educacional brasileira para a Rede Federal de EPCT.

As séries históricas apresentadas neste documento, conforme agrupamentos de tipos de finalidades de ações orçamentárias, permitem auxiliar na verificação das tendências da previsão da disponibilidade orçamentária para os próximos cinco anos. Porém, durante o período vivenciamos muita instabilidade e incertezas, com frequentes oscilações no cenário orçamentário. Ocorreram diversos contingenciamos e bloqueios, com liberação total ou parcial do orçamento retido, ao final dos exercícios financeiros. Tivemos cortes, ou seja, cancelamentos de créditos, ao longo dos anos sem prévia comunicação. E, por fim, houve recomposições e suplementações orçamentárias, que apesar de positivas, ocorreram durante o exercício financeiro (por vezes ao final do exercício), sem comunicação antecipada. Todos esses fatores tornam mais difícil a incumbência de projeção orçamentária e financeira para os anos deste PDI.

Para o ano de 2024, foi considerada a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício financeiro de 2024.

E, para projetar algumas das principais despesas nos demais anos deste PDI consideramos, além do histórico de gastos e dos desafios que enfrentaremos no próximo ciclo deste PDI, os seguintes critérios:

a) Para as despesas com funcionamento e manutenção das atividades, com a assistência estudantil e com os investimentos, excluindo as receitas próprias, convênios e as emendas parlamentares, considerou-se o produto entre valor da matrícula *per capita* do exercício financeiro de 2024 pelo número de matrículas previstas, aplicando-se ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período.

b) Para os recursos externos, considerados os diretamente arrecadados (Recursos Próprios), emendas parlamentares, convênios, termos de execução descentralizada e instrumentos congêneres - observou-se a meta estipulada no PDI para o indicador de captação de recursos externos, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como índice de correção inflacionário.

Tabela 9: Projeção - Dotação Inicial - Recursos do Tesouro -
Ifal entre 2024 a 2028

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA	2024					2025	2026	2027	2028
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	3 – Outras Despesas Correntes	51.415.740,00					53.379.821,27	55.253.452,99	57.187.323,85	59.188.880,18
Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	3 – Outras Despesas Correntes	13.311.130,00					13.819.615,17	14.304.683,66	14.805.347,59	15.323.534,75
Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	4 – Investimentos	1.000.000,00					1.038.200,00	1.074.640,82	1.112.253,25	1.151.182,11
Ativos Cíveis da União	1-Pessoal e Encargos Sociais	312.131.387,80					324.054.806,82	335.429.130,54	347.169.150,10	359.320.070,36
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1-Pessoal e Encargos Sociais	59.908.474,23					62.196.977,94	64.380.091,87	66.633.395,08	68.965.563,91

Tabela 10: Projeção - Captação de Recursos Externos - Ifal entre 2024 a 2028

RECURSOS CAPTADOS	2024	2025	2026	2027	2028
Recursos Próprios	2.307.022,00	3.172.155,25	3.647.978,54	4.195.175,32	4.509.813,47
Convênios, Termos de Execução Descentralizada e instrumentos congêneres	17.067.979,95	23.383.132,54	26.890.602,42	30.924.192,78	33.243.507,24
Emendas Parlamentares	20.100.000,00	27.637.500,00	31.783.125,00	36.550.593,75	39.291.888,28

Tabela 11: Projeção - Principais Despesas - Ifal entre 2024 a 2028

RECURSOS CAPTADOS	2024	2025	2026	2027	2028
Acervo Bibliográfico	313.094,16	325.054,36	336.463,77	348.240,00	360.428,40
Aluguéis	786.598,76	816.646,83	845.311,13	874.897,02	905.518,42
Despesas Administrativas	34.869.410,87	36.201.422,37	37.472.092,29	38.783.615,52	40.141.042,06
Encargos	59.908.474,23	62.196.977,94	64.380.091,87	66.633.395,08	68.965.563,91
Equipamentos	8.906.265,76	9.246.485,11	9.571.036,74	9.906.023,03	10.252.733,83
Eventos	1.407.880,14	1.461.661,16	1.512.965,47	1.565.919,26	1.620.726,43
Investimento (compra de imóveis)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção	21.480.771,15	22.301.336,61	23.084.113,52	23.892.057,50	24.728.279,51
Mobiliário	1.750.343,25	1.817.206,36	1.880.990,30	1.946.824,96	2.014.963,84
Pagamento Pessoal Administrativo	128.535.705,15	133.445.769,09	138.129.715,58	142.964.255,63	147.968.004,57
Pagamento Professores	183.595.682,65	190.609.037,73	197.299.414,95	204.204.894,48	211.352.065,78
Pesquisa e Extensão	2.042.274,51	2.120.289,39	2.194.711,55	2.271.526,46	2.351.029,88
Treinamentos	608.626,30	631.875,82	654.054,66	676.946,57	700.639,70
Obras e Reforma	33.036.607,06	47.508.446,21	55.402.743,99	64.508.836,22	69.633.443,96

11.5 Captação de Recursos

Além da dotação consignada na LOA, o Ifal necessitará de aporte de recursos extraorçamentários para consolidação e adequação da infraestrutura, visando ampliar a oferta de vagas e as suas atividades acadêmicas. Nos últimos anos, o Ifal recorreu ao Ministério da Educação para obter suplementação orçamentária, por meio de Termos de Execução Descentralizada, a fim de implementar suas ações e financiar sua modernização, reestruturação e expansão.

Essa providência tem sido necessária em função do crescimento das despesas do Ifal com manutenção das suas atividades, principalmente, com materiais de consumo, serviços públicos e terceirização de mão de obra, confirmando o desequilíbrio entre a dotação orçamentária autorizada para a Instituição e sua crescente despesa. Esse desequilíbrio foi causado principalmente pela expansão que ocorreu na educação profissional, gerando a necessidade de investimentos em manutenção e infraestrutura, e as restrições orçamentárias e financeiras que o país enfrentou nos últimos anos.

Outras formas de captar recursos são a participação em editais de pesquisa e de extensão de órgãos que fomentam estas atividades, a viabilização e pactuação de emendas com parlamentares e as parcerias com entidades públicas e privadas. Com essas ações, o Ifal busca aumentar suas receitas, além de melhorar a qualidade do gasto e a gestão dos processos.

11.6 Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

A necessidade de melhorar continuamente o planejamento, a distribuição e a aplicação dos recursos farão com que o Ifal, ao longo da execução deste PDI, implemente uma matriz interna própria para distribuição dos recursos entre as suas unidades, alinhada aos princípios da Matriz Conif, pois, com isso, possibilitará que os esforços da Instituição acarretem um crescimento do orçamento.

A matriz interna tem como principal característica a melhoria contínua do desempenho institucional, que conduzirá ao alcance de um maior repasse de recursos e preferíveis resultados para a sociedade. Serão acrescentados novos elementos que considerem os desafios da pesquisa e da extensão, da observância à educação inclusiva e até medidas que estimulem a sustentabilidade, dentre outros. A nova metodologia visa garantir, ainda, a cada unidade, o valor para o seu funcionamento e manutenção,

fundamentado no seu custo de operação, além de estabelecer dotação orçamentária suficiente para impulsionar atividades acadêmicas.

Esse processo tem como objetivo sistematizar e integrar três processos fundamentais da gestão administrativa: o planejamento, a execução e o acompanhamento e controle orçamentário. Objetiva proporcionar maior eficiência e transparência ao ciclo orçamentário anual do Ifal, envolvendo os gestores e a comunidade da Instituição no seu processo.

11.7 Iniciativas da Gestão Financeira para alcance dos Objetivos Estratégicos do PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 3	OTIMIZAR A GESTÃO DE RECURSOS PARA MAXIMIZAR A CAPTAÇÃO E MELHORAR A GESTÃO DO GASTO.
INICIATIVAS	
1. Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento e controle dos gastos; 2. Otimizar e padronizar os fluxos e procedimentos com a reestruturação das áreas de contabilidade, orçamento e finanças, proporcionando maior celeridade no atendimento às demandas institucionais e permitindo maior qualidade do gasto; 3. Aprimorar a relação entre o planejamento estratégico, o planejamento de aquisições e contratações e o planejamento orçamentário e financeiro, utilizando ferramenta informatizada; 4. Adotar mecanismos que permitam ampliar a participação da comunidade escolar no processo orçamentário; 5. Oferecer às/aos gestoras/es instrumentos que colaborem com o processo decisório e de gestão estratégica; 6. Incentivar a captação de recursos externos; 7. Estimular ações de sustentabilidade que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais e a economia de recursos.	

GOVERNANÇA, COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

12.1. Governança

Concepção

A governança refere-se, basicamente, aos processos de como as organizações são administradas e controladas e, de maneira bastante genérica, e pode ser descrita como os mecanismos ou princípios que governam o processo decisório dentro da instituição, garantindo uma gestão responsável e transparente. A governança está intimamente ligada com o direcionamento estratégico da organização, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses da sociedade brasileira e das partes interessadas e envolve mecanismos de liderança, estratégia e controles para avaliar, monitorar e direcionar a gestão na execução dos processos, programas e projetos institucionais estabelecidos no planejamento estratégico.

Os sistemas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos, vêm ganhando importância nas instituições públicas e reconhecidos como instrumentos de apoio à gestão, desde a publicação

da Instrução Normativa conjunta CGU/MP nº 001/2016, e a partir do Decreto nº 9.203/2017, e torna-se imprescindível o fortalecimento da governança nas instituições públicas para a melhoria da prestação de serviços públicos de qualidade.

No Ifal, os princípios, as diretrizes e a estrutura interna e de apoio a governança, estão definidas na Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles, aprovada pela Resolução nº 72/2022 do Conselho Superior do Ifal.

Princípios

As atividades de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (GIRC), bem como seus instrumentos resultantes, devem guiar-se pelos seguintes princípios:

a) capacidade de resposta; b) aderência à integridade e aos valores éticos; c) confiabilidade; d) melhoria regulatória; e) prestação de contas e responsabilização; e f) transparência. Estes princípios devem nortear as práticas de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, para alcançar os objetivos institucionais e garantir a prestação serviços públicos de qualidade e que atendam as necessidades da sociedade.

Diretrizes

No desempenho de suas práticas, a governança deve seguir as seguintes diretrizes:

a) direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

b) promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

c) monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

d) articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

e) fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

f) implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;

g) avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

h) manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

i) editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico, realizando consultas públicas sempre que conveniente;

j) definir formalmente as funções, competências e responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

l) promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Iniciativas

No âmbito do PDI 2024-2028 do Ifal, o fortalecimento da governança será monitorado pelos indicadores, seguindo as diretrizes da Governança estabelecidas no Decreto nº 9.203/2017, que são monitoradas pelo Tribunal de Contas da União, dentro dos seguintes eixos:

- Liderança - engloba as ações relacionadas ao modelo de governança, integridade, ética, comprometimento e desenvolvimento de competências das/os gestoras/es do Ifal;
- Estratégica - compreende as atividades de gestão de riscos, gestão estratégica e monitoramento dos resultados institucionais;
- Gestão de Pessoas - abrange todas as ações relacionadas a pessoal, como capacitação e desenvolvimento de competências, promoção da qualidade de vida no trabalho, recrutamento, seleção, entre outros;
- Gestão de Tecnologias - envolve às ações de planejamento e desenvolvimento de tecnologias, segurança da informação e comunicação, e aos processos e atividades de TIC para apoio às atividades do Ifal;
- Gestão de Contratações - relaciona-se ao planejamento das ações e gestão dos processos e das equipes responsáveis pela provisão de serviços, materiais e infraestruturas às unidades do Ifal, visando à sustentabilidade e com integridade;

- Gestão Orçamentária e Financeira - envolve as ações voltadas para o adequado aproveitamento das dotações e recursos orçamentários disponibilizados para execução dos processos finalísticos do Ifal;
- Sustentabilidade ambiental e social - compreende promoção de programas de sustentabilidade ambiental, diversidade e inclusão social, prevenção e combate ao assédio e à discriminação e à acessibilidade;
- Comunicação Interna: endossa todas as ações que regulam a comunicação entre servidoras/es de forma harmoniosa, funcional e ética, bem como a comunicação com a sociedade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 3		FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL.	
INICIATIVAS			
Liderança		Desenvolver as competências das/os membras/os da alta administração; Definir os critérios para avaliação do desempenho das/os membras/os da alta administração; Implantar o Código de Conduta Ética e de Integridade das/os Agentes Públicos do Ifal; Estabelecer a Política de Combate à Fraude e Corrupção.	
Estratégia		Implementar a gestão de riscos; Implantar a gestão de continuidade do negócio; Estabelecer o modelo de gestão da estratégica; Definir metas para simplificação do atendimento prestado aos usuários; Definir o modelo de gestão dos processos (finalísticos, gestão de pessoas, TI, contratações, orçamento e finanças e sustentabilidade social e ambiental); Monitorar a execução (eficácia), os resultados alcançados (eficiência) e os efeitos (efetividade) da estratégia; Monitorar o desempenho da gestão dos processos finalísticos, gestão de pessoas, TI, contratações, orçamento e finanças e sustentabilidade social e ambiental.	
Controle		Implantar a pesquisa de satisfação dos usuários; Publicar os gastos com cartões corporativos; Publicar Planos e Relatórios setoriais.	



OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 3		FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL.	
INICIATIVAS			
Gestão de Pessoas		Implantar planos específicos das áreas de gestão de pessoas e seus respectivos relatórios; Definir os perfis profissionais dos cargos; Estabelecer a política de dimensionamento da força de trabalho; Estabelecer os critérios para escolha de gestoras/es e a política de sucessão; Estabelecer métodos e critérios para seleção externa; Implementar ações de desenvolvimento de lideranças, com bases nas funções que ocupam; Melhorar o processo e mecanismos de avaliação das ações educacionais realizadas; Melhoria do Clima Organizacional, com base nos resultados das pesquisas; Monitorar as ações de PQVT; Estabelecer o programa de reconhecimento de servidoras/es e colaboradoras/es; Estabelecer procedimentos para avaliar a movimentação interna e externa de servidoras/es.	
Gestão de Tecnologia da Informação		Monitorar os níveis de serviços estabelecidos pela ANS; Implementar o processo de gestão de mudanças; Implementar o processo de gestão de configuração de ativos; Implementar o processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação e de incidentes de segurança da informação; Executar o processo de gestão dos riscos de tecnologia da informação e de segurança da informação; Implementar o processo de gestão de continuidade de serviços de tecnologia da informação; Implementar processo de controle de acesso à informação e aos ativos associados à informação; Implementar o processo de classificação e tratamento de informações sigilosas nos sistemas de gestão de processos; Implementar as atividades de gestão da segurança dos recursos de processamento da informação, inclusive dos recursos de computação em nuvem; Implementar o processo de software; Implementar o processo de projetos de tecnologia da informação; Promover o uso de Inteligência Artificial em seus processos internos ou finalísticos.	



OBJETIVO ESTRATÉGICO DE APERFEIÇOAMENTO 3	FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL.
INICIATIVAS	
Gestão de Contratações	Definir os processos de trabalho para gestão de contratos; Implementar o processo de planejamento anual das contratações; Estabelecer procedimentos de prevenção e combate a fraudes e corrupção nos processos de contratações; Implementar a transparência das contratações; Articular o desenvolvimento de competências dos ocupantes de funções essenciais da área de contratações; Estabelecer as demandas por ocupantes de funções essenciais da área de contratações; Estabelecer o processo de transição e rotação de ocupantes das funções essenciais da área de contratações; Promover contratações sustentáveis.
Gestão Orçamentária e Financeira	Definir o processo de trabalho para elaboração anual da proposta orçamentária; Implementar o alinhamento do orçamento com o planejamento estratégico; Adequar a previsão de recursos orçamentários no PLOA; Estabelecer as prioridades, relacionadas com as atividades institucionais que demandam de recursos orçamentários.
Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social	Implantar o programa de sustentabilidade ambiental; Promover, interna e externamente, o programa de sustentabilidade ambiental institucional; Promover o programa ou política de diversidade e inclusão social e de acessibilidade; Implantar um sistema de prevenção e combate ao assédio; Implantar um sistema de prevenção e combate à discriminação; Implantar um sistema de promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Promover a cultura da diversidade e inclusão, interna e externamente.
Comunicação Interna	Implementar a estratégia de Comunicação Interna.

12.2 Comunicação

Concepção

A comunicação como instrumento de gestão é um conjunto articulado de princípios, diretrizes e ações com o objetivo de aprimorar a interação entre a instituição e seus públicos estratégicos. Ela é parte do processo educativo, cultural e científico. Estabelece um canal de diálogo entre o público interno e a sociedade, fortalece a imagem institucional e reflete os valores compartilhados por todo o Instituto Federal de Alagoas. Tendo em vista o interesse público, a comunicação deve ser planejada e precisa caminhar ao lado da equipe de gestão da Reitoria e dos *campi*, de forma estratégica e sistêmica. Também é necessário o compromisso organizacional para a criação de uma cultura de comunicação em que as ações se desenvolvam de forma integrada. Atualmente, o Ifal conta com o Departamento de Comunicação e Eventos na Reitoria e possui um jornalista ou agente de comunicação nos *campi* para viabilizar as ações do setor – a alimentação e a produção de conteúdo para o site institucional, a comunicação interna com estudantes, servidoras/es, terceirizadas/os e também com o público externo, a assessoria para ações da gestão, o contato com a imprensa, a assessoria e o acompanhamento de eventos, a elaboração de materiais jornalísticos, entre outras atividades.

Princípios

Os princípios que norteiam as ações de comunicação no Ifal são: a) Democratização e universalização da informação O acesso à informação é fundamental para o exercício pleno da cidadania, de forma crítica e participativa. Nesse sentido, a comunicação do Ifal deve atuar para garantir o acesso à informação sobre os fatos que envolvem a instituição. Quanto maior o conhecimento sobre as atividades realizadas pelo Ifal, sua abrangência e relevância, melhor será a qualidade de participação da sociedade. b) Transparência e ética no planejamento e execução das atividades A/O cidadão/ão tem direito à informação e a equipe de comunicação do Ifal deve agir com transparência e ética, pautando-se pela verdade, respeito e diálogo. c) Valorização das pessoas que

integram a comunidade acadêmica A comunicação é feita por pessoas. A ajuda de professores, técnico-administrativas/os, terceirizadas/os, demais colaboradoras/es e estudantes é essencial para a divulgação do que acontece no Ifal. d) Profissionalismo e zelo pela imagem institucional A eficácia das ações de comunicação da Instituição depende de planejamento. Na Reitoria e nos *campi*, o setor de Comunicação precisa estar integrado com outros setores estratégicos do instituto para que as informações possam ser trabalhadas da melhor forma para serem divulgadas. É necessário também o compromisso de todos pelo zelo da imagem institucional, refletindo os valores do Ifal e preservando sua reputação perante a sociedade.

Diretrizes

- As diretrizes norteadoras dos princípios do Departamento de Comunicação do Ifal são:
- A garantia da estrutura para a execução das ações propostas pela Comunicação, o que inclui a ampliação do quadro funcional referente à Comunicação nos *campi* e na Reitoria, com a contratação de jornalistas, designers, publicitários e relações públicas, além da aquisição, renovação e manutenção dos equipamentos necessários para o trabalho das equipes;
- Fortalecimento das ações do Departamento de Comunicação de forma integrada entre a Reitoria e os *campi*;
- Promoção da comunicação de forma mais eficaz para os públicos de interesse do Ifal, com ações mais pontuais no portal institucional e sites de *campi* na prestação de informações de impacto positivo na sociedade;
- Ações coordenadas para minimizar ruídos referentes aos processos comunicacionais e gerenciar crises;
- Estímulo da conscientização de todos os atores da instituição quanto às suas responsabilidades na construção da imagem e da identidade organizacional.

INICIATIVAS DA COMUNICAÇÃO PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO PERMANENTE 4

FORTALECER A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFAL.

INICIATIVAS

1. Construir, implantar e consolidar a Política de Comunicação;
2. Fortalecer a comunicação interna e externa, com o objetivo de consolidar a imagem institucional;
3. Articular ações de comunicação entre a Reitoria, os *campi* e a imprensa;
4. Estimular a transparência, o uso do site do Ifal e de outras ferramentas para oferecer informações institucionais à comunidade;
5. Criar ou adequar a estrutura de Comunicação na Reitoria e nos *campi*, de acordo com a Política de Comunicação;
6. Construir e implementar Planos de Comunicação para a Reitoria e para os *campi*, de acordo com a Política de Comunicação;
7. Assessorar os eventos da agenda institucional;
8. Instituir periodicamente encontros com os profissionais da comunicação do Ifal;
9. Promover encontros periódicos com os profissionais da imprensa local;
10. Articular ações de comunicação digital, fortalecendo a presença do Ifal nas redes sociais e plataformas digitais.

12.3 Sustentabilidade

A missão primordial do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) é promover uma educação de qualidade, social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadã/ãos críticas/os e capacitadas/os para contribuir com o desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade ambiental é um pilar fundamental na Instituição, a qual se compromete com a preservação dos recursos naturais, a gestão eficiente de resíduos, a promoção da biodiversidade e o uso de tecnologias limpas e renováveis. Reconhecemos a responsabilidade como agentes de preservação do meio ambiente.

Apoiados pelo conceito de desenvolvimento sustentável, buscamos integrar práticas sustentáveis em todas as esferas de atuação, garantindo uma abordagem ampla que considere não apenas os aspectos ambientais, mas também os sociais e econômicos, promovendo a conscientização sobre a importância da sustentabilidade entre estudantes,

servidores e comunidades locais, incentivando a adoção de comportamentos e hábitos mais sustentáveis.

Em suma, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável são compromissos inegociáveis para o Ifal. A missão é contribuir para a construção de um futuro mais equilibrado e próspero, onde as necessidades presentes sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

INICIATIVAS DA SUSTENTABILIDADE PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI 2024-2028

OBJETIVO ESTRATÉGICO INOVADOR 2	ASSEGURAR PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL E EFICIENTE DOS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS.
INICIATIVAS	
1. Criar os núcleos de gestão ambiental nos <i>campi</i>; 2. Efetivar a adesão dos <i>campi</i> em Programas Ambientais; 3. Estimular ações institucionais que possam ser alinhadas com os princípios e metas estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; 4. Efetivar parcerias com entidades públicas e privadas, visando impulsionar iniciativas conjuntas para promover a sustentabilidade ambiental; 5. Implementar subcomissões compostas por especialistas em áreas prioritárias, encarregadas de fornecer consultoria aos <i>campi</i>; 6. Efetivar as ações de sustentabilidade do Plano de Logística Sustentável (PLS) implementadas no Instituto Federal de Alagoas (Ifal); 7. Estimular a realização de Eventos acadêmicos com a temática de sustentabilidade; 8. Estimular Projetos que abordem o Desenvolvimento Sustentável nos editais de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.	

12.4 Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior, sendo um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Existem duas modalidades de avaliação: a Autoavaliação e a Avaliação externa, as quais devem permitir a integração das diversas

dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática.

12.4.1 Autoavaliação Institucional

A Autoavaliação Institucional ocorre, no mínimo, uma vez ao ano e decorre de um relatório contendo o resultado da percepção da comunidade do Ifal (docentes, discentes e técnico-administrativas/os) acerca das ações desenvolvidas, bem como recomendações.

É orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), por meio da Nota Técnica Inep/Daes/Conaes nº 65, de 09 de outubro de 2014.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes no Instituto, é a responsável por conduzir o processo de autoavaliação, bem como sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Inep nos processos de avaliações externas. É composta por representantes docentes, discentes, técnico-administrativas/os e da sociedade civil, conforme Regimento Interno do Ifal.

Projeto de Autoavaliação

De acordo com o disposto no inciso VIII do art. 3º, da Lei do Sinaes, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional” devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. O atual Projeto de Autoavaliação da CPA está disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ acesso-a-informacao/institucional/comissoes-permanentes/comissao-propria-de-avaliacao/arquivos/projeto-de-autoavaliacao-institucional-gestao-2022-2024.pdf>.

Relatórios das Autoavaliações

Os relatórios de Autoavaliação da CPA são elaborados por curso superior (presencial e EaD). Ainda são confeccionados os relatórios de Autoavaliação Institucional - RAI -, sendo dois parciais e um integral, consoante orientações da Nota Técnica Inep/Daes/Conaes nº 65/2014.

Divulgação de resultados das Autoavaliações

A CPA encaminha às Coordenações dos cursos superiores do Ifal os relatórios das Autoavaliações realizadas a cada ano, assim como publica tais documentos na sua transparência ativa em: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/comissoes-permanentes/comissao-propria-de-avaliacao/relatorios>.

12.4.2 Avaliação Externa

É realizada por comissões designadas. Tem como referência os relatórios das autoavaliações e os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação.

Esses instrumentos contêm 50 indicadores para as 10 dimensões determinadas pelo art. 3º da Lei do Sinaes que são: a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e a gestão da instituição; a infraestrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes e a sustentabilidade financeira.

A conclusão dessas avaliações é a socialização dos resultados, de modo que a equipe de Gestão possa definir estratégias para solucionar as questões apresentadas, garantindo, assim, que as informações levantadas sirvam de subsídio para as políticas institucionais.

Portanto, a avaliação deve tornar-se uma atividade intrínseca ao processo de planejamento, servindo como instrumento para permitir um realinhamento permanente com a sua missão institucional. Por isso, constituem ainda atribuições da CPA, de forma permanente: a avaliação das metas de todas as dimensões do Sinaes e dos resultados institucionais, assim como a avaliação do processo de ensino/aprendizagem (diretrizes do PPPI).

ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI 2024-2028)

O acompanhamento e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) são etapas fundamentais para garantir que a instituição esteja alinhada com suas metas e objetivos estratégicos, bem como para adaptar-se às mudanças contextuais e às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

O PDI é um documento que estabelece as diretrizes, metas e ações que nortearão o desenvolvimento da instituição em um período determinado, geralmente de 5 anos. No entanto, é essencial compreender que o ambiente no qual o Ifal está inserido é dinâmico, sujeito às transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas, o que requer uma constante revisão e atualização do plano para garantir sua eficácia e relevância.

A coordenação das atividades de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifal para o período de 2024 a 2028 será conduzida pela Comissão Central.

As etapas para o acompanhamento e revisão do PDI incluirão:

Monitoramento de indicadores: Acompanhamento sistemático dos indicadores de desempenho estabelecidos no PDI. Esses indicadores fornecem informações valiosas sobre o progresso da instituição em relação às suas metas e ajudam a identificar áreas que necessitam de atenção especial. O Ifal institucionalizou a Plataforma ForPDI como ferramenta de acompanhamento e controle dos seus resultados estratégicos.

Através da Plataforma ForPDI, é viável registrar todo o planejamento estratégico do PDI do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), incluindo a inserção dos valores das metas alcançadas, o monitoramento do desempenho dessas metas e a elaboração do documento do PDI, dentre outras funcionalidades. Além disso, proporciona uma leitura e análise mais ágeis e dinâmicas. O acesso ao PDI torna-se consideravelmente mais facilitado, sendo uma das suas principais atribuições a capacidade de gerar gráficos a partir da atualização dos dados referentes aos indicadores e metas planejadas para o Ifal.

Avaliação de resultados: Análise crítica dos resultados alcançados em relação às metas estabelecidas no PDI. É importante avaliar não apenas os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos, levando em consideração o impacto das ações desenvolvidas na qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

Atualização do plano: Com base nas informações e contribuições obtidas durante o processo de acompanhamento e revisão, o PDI deve ser atualizado e revisado, incorporando ajustes e novas estratégias para garantir sua adequação ao contexto atual e futuras demandas da instituição.

Em suma, o acompanhamento e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifal são processos contínuos que visam garantir a eficácia e a relevância das ações da instituição, promovendo assim o seu desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Método para o Processo de Revisão do PDI 2024-2028

O acompanhamento do PDI deve ser um processo contínuo, com revisões anuais sujeitas à apreciação do Conselho Superior (Consup). As atividades de revisão serão realizadas no período de março a junho de cada ano. Durante esse processo, as ações planejadas serão direcionadas às áreas sistêmicas correspondentes da instituição, os quais indicarão o

status das ações e possíveis considerações para revisão das estratégias originalmente propostas.

Além disso, a Comissão Permanente de Oferta de Cursos e Vagas, com o auxílio das comunidades locais de cada campus, será consultada para revisar, com base na realidade vigente na época, a oferta de cursos e vagas inicialmente planejados.

Para o processo de revisão do PDI 2024-2028, está prevista uma revisão ao final de cada ciclo anual completo. A comissão central, cuja composição será atualizada conforme necessário, será responsável por coordenar as atividades de revisão do documento.

As unidades da Reitoria, conforme suas respectivas áreas de atuação, serão responsáveis por coordenar as atividades de coleta e consolidação das informações junto aos *campi*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2010.

Instrução Normativa nº24, de 18 de março de 2020, Governo Federal, publicado no DOU 03/04/2020, edição 65, seção I página 79.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 07 out. 2019.

_____. Portaria MEC nº 315, de 03 de maio de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-108221-portaria-315&category_slug=fevereiro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 out. 2019.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: Editora: Unesp. 2005.

DELLORS J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Ed. São Paulo: Cortez DF MEC Unesco; 2002.

DELUIZ, Neise, SOUZA, Donaldo Bello de & SANTANA, Marco Aurélio. Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

DEMO, Pedro. Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades. São Paulo: Atlas, 2009.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. Qualificação e Competências na Reforma da Educação Profissional de Nível Técnico. s/d.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 fev. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama população. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>. Acesso em: 02 jun. 2023.

Ifal – Instituto Federal de Alagoas. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais. Disponível em: <http://portal.Inep.gov.br/indicadores-educacionais> >. Acesso em: 21 fev. 2019.

KUENZER, A.Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

OTTI, Margaret B. Currículo: um sobreviver no estrangeiro e um sobreviver na própria terra. In: Revista de educação AEC, jan/mar. 1987; p.16-19.

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://www.br.undp.org>. Acesso em 21 fev. 2019.

Portal Alagoas em Dados. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

Panorama de Educação básica do Estado de Alagoas, 2023. <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-alagoas-2023.pdf>

Qualificação profissional, trabalho e formação. In: SEMINÁRIO QUALIFICAÇÃO, TRAJETÓRIA OCUPACIONAL E SUBJETIVIDADE. 2011, [Rio de Janeiro], 2011.

UNITED NATIONAL EDUCATIONS. Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos. 2. ed. Brasília: Unesco, Orealc, 2008.

Kuenzer, A. Z. (1992). Ensino de segundo grau: o trabalho como princípio educativo (2. ed.). São Paulo: Cortez.

Frigotto, G. (2012). Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições (3. ed.). São Paulo: Cortez, 57-82.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

Libâneo, J. C. (2006). Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. *Educação & Sociedade*, 27, 843-876.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 17-44, 2007.

PAIVA, Jane; MACHADO, M. M.; IRELAND, T. Introdução. Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea. 2004.

LÜCK, Heloísa et al. Dimensões da gestão escolar e suas competências. **Curitiba: Editora Positivo**, v. 1, 2009.

KUENZER, A.Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997

HUDZIK, John K. Comprehensive internationalization. **Washington, DC: NAFSA, The Association of International Educators**, 2011.

UNESCO, OREALC. Reimaginar juntos nuestros futuros. **Perfiles Educativos**, v. 44, n. 177, p. 200-212, 2022.

e-ARQ Brasil é um modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos, o qual define uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora.

Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-315-2018-04-04.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.



DIALÉTICA
EDITORA

Este livro foi impresso sob demanda, sem estoques. A tecnologia
POD (Print on Demand) utiliza os recursos naturais de forma
racional e inteligente, contribuindo para a preservação da natureza.

"Rico é aquele que sabe ter o suficiente"
(Lao Tze)